

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

***A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961).***

Porto Alegre  
Maio de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

***A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961).***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Brandalise

Porto Alegre  
Maio de 2009

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

***A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961).***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Lúcia Lana Nemi (UNIFESP) – Conceito A

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS) – Conceito A

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS) – Conceito A

Porto Alegre

Maio de 2009

*Por onde a Horda passa, nem grama nasce.*

*Horda da História*

*Para os professores:*

*Luiz Dario Teixeira Ribeiro*

*Adolar Koch*

*Luiz Roberto Lopez (in memorian)*

*É apesar de tudo necessário recordar um dos axiomas básicos do materialismo histórico: que a luta secular entre as classes se há-de finalmente resolver ao nível político da sociedade, e não ao nível económico ou cultural.*

Perry Anderson \*

*O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais económicos.*

João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais \*\*

---

\* ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 10.

\*\* MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*/ coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, Volume 4, 1998, p. 581.

## AGRADECIMENTOS

Os dois últimos anos foram, para mim, anos especiais. Tive a oportunidade de realizar o curso de Mestrado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mesma Universidade na qual me graduei como professor de História.

Sou muito grato à escola pública brasileira. Os anos pelos quais passei pela, então assim denominada à época, Escola Estadual de 1º e 2º Graus Paulo da Gama e pelo, também assim denominado naqueles anos, Colégio Protásio Alves – Escola Estadual de Ensino Técnico foram fundamentais para minha formação humana. Aos bons professores dessas duas escolas, como aos amigos que tive a oportunidade de conhecer e conviver, serei sempre devedor.

Possivelmente, a principal incentivadora para realizar a seleção – e também o curso de Mestrado – foi a minha amiga e hoje orientadora professora Carla Brandalise. Sei bem que não deve ter sido fácil me orientar, sempre tão ansioso que fui. Agradeço muito pela paciência que sempre teve comigo.

Também sou muito grato ao professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, também um amigo de já longa data. Através de seus ensinamentos de Teoria da História, hoje posso me considerar um historiador de ofício. Espero ter aprendido também um pouco da sua calma, paciência e generosidade.

Devo mencionar também minha gratidão e meu reconhecimento aos grandes professores Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Adolar Koch e Maria Luiza Filippozzi Martini. Todos dotados de grande conhecimento histórico, cada um à sua maneira. Todos grandes figuras humanas: ao Dario, meu Dativoso Paraninfo, agradeço pela visão crítica e mordaz da vida, além da generosidade que tenta esconder, mas não consegue; ao Adolar, uma das pessoas mais sábias que já conheci – e por isso mesmo um homem muito humilde – fica o agradecimento por ter me aberto as primeiras portas como professor de História do Brasil; à Lulu, sou grato pela generosidade com que sempre me atendeu em minhas questões e, principalmente, pela oportunidade de convívio ao longo desses dois últimos anos.

Faço parte de uma turma: a *Horda da História* (2001-2005). Se não fosse pela companhia e pela amizade desses “bárbaros” jamais estaria aqui, nesse momento, defendendo essa dissertação. Mesmo sob o risco de esquecer alguém, faço questão de dar a “escalação” da *Horda da História*: Ananda Simões Fernandes, André Luiz de Carvalho Haggstron, Angela Dargen, Carla Menegat, Cesar Augusto Barcellos

Guazzelli, Cleiton Luiz Pellegrini, Glaucus Vinicius Biasetto Ribeiro, Isabel Cristina Alves, José Orestes Beck, Josué Berlesi, Karin Comandulli Garcia, Luciano Barbian, Luzia Ribeiro Marques, Maria do Carmo De Costa, Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, Rafael Hansen Quinsani, Sílvia Sônia Simões; Tiago Maciel. Sou grato a todos: o que nos faz fortes é o conjunto!

Agradeço também aos colegas de mestrado que se transformaram em bons amigos: Cesar Rolim, Gustavo Coelho e Mário San Segundo. Sou grande devedor de Bárbara Coiro Spessato, Carla Menegat e Gerson Wasen Fraga. A Bárbara, em muitas ocasiões, foi a “salvadora da lavoura”, a Carla desempenhou a árdua tarefa de ler os originais dessa dissertação – e a apontar algumas de suas falhas, e ao Gerson pelas explicações de como tratar a fonte impressa.

Ao mesmo tempo que agradeço, peço as minhas desculpas aos amigos Camila Cruz Oliveira, Carla dos Santos Feijó, Cristiano Góes Lamaison, Diogo Alexandre Lopes Carvalho, João Américo Aguirre Oliveira Jr (Badú), Jorge Luis Quintana Xavier Júnior, Lucinda Fontoura Côrrea, Rita de Cássia Ramos Cambraia e Wagner de Azevedo Pedroso (Zazá). Espero que agora possa voltar a participar da vida de vocês com a mesma intensidade de antes. Esse é o meu desejo!

Agradeço também a meus tios e tias. E faço uma homenagem póstuma ao meu vô Afonso Generoso Domingos e minha vó Noêmia Rodrigues Domingos. Sempre pessoas presentes nas minhas escolhas.

Os maiores agradecimentos não poderiam deixar de ser dirigidos à família Dodô: meu pai, o talentoso artesão Evilázio Rodrigues Domingos, minha mãe Ivanete Machado Domingos, minha irmã Simone Machado Domingos e meu irmão Victor Machado Domingos (Vitinho). Foi deles a paciência e o apoio imprescindíveis para a conclusão desse trabalho.

Como escrevi no início, os dois últimos anos foram especiais para mim. Não por causa do curso, mas sim pela companhia e pelo carinho de Raquel Rocha Belmini, minha companheira. A ti dedico essa “Política Externa Independente”.



## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em História aborda a Política Externa Independente do governo João Goulart (1961-1964). Fundamentada no nacionalismo, essa política externa se constituía em um instrumento de desenvolvimento econômico-social para o país, além de procurar uma nova inserção internacional para o Brasil naqueles anos intensos da Guerra Fria.

Para obtermos uma maior aproximação com o que significou a Política Externa Independente para a época estudada, optamos tratar de um dos seus atos diplomáticos mais polêmicos: o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, realizado em 23 de novembro de 1961.

Para tanto, elegemos como fonte privilegiada de nossa pesquisa o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A escolha por esse jornal se deu por dois motivos, indissociáveis: sua auto-proclamada imparcialidade e sua tradição. Desse modo, através das notícias e opiniões veiculadas no *Correio do Povo*, procuramos perceber como se posicionavam os setores políticos em razão do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como qual a tendência geral que orientava o periódico em questão na época.

Palavras-chave: História do Brasil – História Política – Governo João Goulart (1961-1964) – Guerra Fria – Política Externa Independente – Nacionalismo – Correio do Povo.

## ABSTRACT

This is the thesis of masters degree in history that approaches *Política Externa Independente* of João Goularts government (1961-1964). Supported by the nationalism, this external politics constituted in an instrument for social and economical development of the country, it was also looking for a new insertion of Brazil internationally in those intense cold war years.

To obtain closer proximity to what meant the *Política Externa Independente* to the period studied, we chose to deal with one of the most polemic diplomatic act: the resumption to diplomatic relations of Brazil with Union of Soviet Socialist Republics, held on 23 November 1961.

For that purpose, we elected as a privileged source of our research the newspaper *Correio do Povo*, from Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The choice for this journal was for two inseparable reasons: their self-proclaimed impartiality and its tradition. That way, through the news and opinions expressed in *Correio do Povo*, we try to understand how the political sectors took sides, in reason of the restoration of diplomatic relations with the URSS, as well as which was the general trend that guided the newspaper the time.

Key words: Brazilian History – Politics History – João Goulart Government (1961-1964) – Cold War – *Política Externa Independente* – Nationalism – *Correio do Povo*

**LISTA DE SIGLAS**

AALRS – Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.  
ADP – Ação Democrática Parlamentar  
AIB – Ação Integralista Brasileira  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AP – Associated Press  
CAME – Conselho de Ajuda Mútua Econômica  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNP – Conselho Nacional do Petróleo  
CP – Correio do Povo  
CPC – Centro Popular de Cultura  
EUA – Estados Unidos da América  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política  
IC – Internacional Comunista  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
JK – Juscelino Kubitschek  
MTR – Movimento Trabalhista Renovador  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPA – Operação Pan-Americana  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PEI – Política Externa Independente  
PL – Partido Libertador  
PRP – Partido da Representação Popular  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RDA – República Democrática Alemã

RFA – República Federal Alemã

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TIAR – Tratado Interamericana de Aliança Recíproca

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

Introdução -----	14
Capítulo 1 – POPULISMO E NACIONALISMO-----	39
1.1- Populismo -----	39
1.1.1 – Desmembrando um conceito polissêmico-----	40
1.1.2 – Carisma: componente sobrenatural do Populismo-----	44
1.1.3 – Política de massas e manipulação-----	49
1.2 – Nacionalismo-----	55
1.2.1 – O nacionalismo no início da década de 1950-----	59
1.2.2 – O nacional-desenvolvimentismo-----	65
1.2.3 – O nacional-reformismo-----	72
Capítulo 2 – ANTECEDENTES E EXPECTATIVAS-----	82
2.1 – Brasil e União Soviética: uma relação conturbada-----	82
2.2 – <i>Correio do Povo</i> : um breve histórico-----	90
2.2.1 – “ <i>Carta da Alemanha</i> ”-----	97
2.2.2 – San Tiago Dantas, Tito, EUA-----	105
2.3 – A Política Externa Independente na Assembléia Legislativa do RS-----	109
2.4 – Entrevista coletiva de San Tiago Dantas-----	118
2.5 – Economia e expectativa-----	121
Capítulo 3 – O REATAMENTO E SUAS REPERCUSSÕES-----	127
3.1 – <i>Especial Para o Correio do Povo</i> -----	127
3.2 – O reatamento-----	131
3.2.1 – A versão oficial-----	134
3.2.2 – A Igreja Católica-----	137
3.2.3 – João Neves da Fontoura, EUA, França-----	140
3.3 – A culpa é do Jango-----	143
3.4 – A Intentona Comunista-----	147
3.5 – A desconfiança-----	155
3.6 – E no domingo ...-----	158
3.6.1 – Repercussões-----	160
3.6.2 – A coluna de Fay Azevedo-----	170
3.6.3 – Sem virar as costas para o Norte-----	174
3.7. – Deputados gaúchos-----	176
3.7.1 – O governador do Estado-----	180
3.8 – O <i>Correio do Povo</i> contra-ataca-----	184
CONCLUSÃO-----	190
FONTES E LOCAIS DE PESQUISA-----	200
TESES E DISSERTAÇÕES-----	202
BIBLIOGRAFIA-----	204

## INTRODUÇÃO

O início dos anos 1960 no Brasil marcou um período de forte debate político e de significativa participação popular. Com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart houve uma mudança de orientação na política externa brasileira, que ficou conhecida como Política Externa Independente (PEI).<sup>1</sup> Essa nova configuração da política externa passou a fazer parte do centro das discussões da vida política, sendo objeto de ardorosa defesa pelos representantes das forças progressistas e alvo de crítica ferrenha dos representantes das forças conservadoras.

A renúncia de Jânio Quadros desencadeou uma crise política nacional. Alguns setores de oposição a João Goulart – popularmente conhecido como Jango – não desejavam a sua ascensão à presidência do Brasil. Os motivos seriam as muitas reservas em relação ao seu passado político, ou mesmo a desconfiança sobre sua visão acerca do capitalismo. Foi preciso um movimento político em defesa da legítima posse do vice-presidente, a Campanha da Legalidade, ser deflagrado no Rio Grande do Sul para que a posse de João Goulart fosse assegurada. Mesmo assim ele só assumiu o cargo em virtude da implementação do parlamentarismo no Brasil; medida que se apresentou como uma solução negociada entre os grupos políticos adversários.

Sobre essa época Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos A. Gonçalves lembram que:

Houve um tempo, diz-nos Roberto Schwarz, em que o país estava irreconhecivelmente inteligente. “Política externa independente”, “reformas estruturais”, “libertação nacional”, “combate ao imperialismo e ao latifúndio”: um novo vocabulário – inegavelmente avançado para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pelo fantasma da imaturidade de seu povo – ganhava a cena, expressando um momento de intensa movimentação na vida brasileira.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Por uma questão de esclarecimento, sempre que o termo Política Externa Independente estiver grafado com iniciais maiúsculas estaremos nos referindo à política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Sempre que o termo política externa independente estiver grafado com as iniciais minúsculas estaremos nos referindo às propostas sobre um novo modelo de política externa, ainda não implementadas.

<sup>2</sup> HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8.

Note-se que se “o país estava irreconhecivelmente inteligente”, um dos primeiros aspectos evidenciado dessa inteligência era a Política Externa Independente. Porém, essa política exterior gerou muitas polêmicas, sendo “[...] preciso recuar consideravelmente para encontrar temas de política externa de contribuição tão explosiva para a radicalização interna como tiveram Cuba, China ou o reatamento com a URSS na queda de Goulart”.<sup>3</sup>

Ao criticar a obra de Elio Gaspari sobre a ditadura civil-militar brasileira, Waldir José Rampinelli inicia apontando a ausência da PEI (note-se: novamente um dos primeiros aspectos a ser ressaltado é a Política Externa Independente) e afirmando que esta “causava muitos problemas aos interesses estadunidenses”.<sup>4</sup> Some-se a isso Rampinelli considerar a “PEI a mais avançada e a mais progressista política de toda a história do país”.<sup>5</sup>

No entanto, ao analisar o período de governo de João Goulart, a historiografia brasileira privilegiou seu projeto de Reformas de Base,<sup>6</sup> com isso, outra vertente de seu projeto político ficou relegada ao esquecimento, a saber, a Política Externa Independente, objeto de uso político tanto por aqueles que apoiavam o governo quanto pelos que se opunham.

Sobre o impacto do rompimento que essa nova forma de conduzir a política externa brasileira causou na sociedade, San Tiago Dantas assim se referiu:

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de *alguns*, os *interesses contrariados* de *muitos*, e o *zelo exagerado* daqueles que temem, nessas circunstâncias, *desgostar amigos poderosos*, em geral

<sup>3</sup> RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 28.

<sup>4</sup> RAMPINELLI, Waldir José. As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: uma grande obra com grandes lacunas. *Lutas Sociais*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Nº11/12, 1º sem. 2004. São Paulo, p. 205.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 206.

<sup>6</sup> A esse respeito ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001; CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980; TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989; REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras. A essas três se reduzem as críticas formuladas, entre nós, à política exterior independente. O povo a *aplaudiu*, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a *ao seu ideário político*, nela se apoiando para formular, na área da política interna, reivindicações paralelas ou complementares.<sup>7</sup>

A partir da afirmação de San Tiago Dantas, cabe perguntar desde quem são esses *alguns* que não compreenderam a nova posição política externa brasileira até a razão do *zelo exagerado daqueles* que não querem *desgostar amigos poderosos*. Descobrir quem são os *muitos* que tiveram seus *interesses contrariados* e o *povo* que a *aplaudiu* e a incorporou *ao seu ideário político* pode possibilitar a identificação dos apoiadores de dois projetos político-sociais que se opõem e que, por isso mesmo, são contraditórios.

Uma medida da Política Externa Independente capaz de nos aproximar das tensões que rondavam a cena política daqueles anos foi o restabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Embora não seja o tema central de seu estudo, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que alguns jornais de grande circulação se posicionaram a respeito do reatamento: “Além de *O Globo*, *O Estado de São Paulo* também foi contra. Mas, alguns jornais importantes como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* apoiaram o governo [...]”.<sup>8</sup>

Como visto, Motta estudou apenas os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desse modo, despertou nosso interesse pelas formas como os jornais do Rio Grande do Sul se posicionaram sobre a questão. Naquela época, os principais jornais do Estado eram o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* e a *Última Hora*. Apesar de termos pesquisado os três jornais, acabamos esbarrando em limites que nos impediram de trabalhar com todas as fontes. Sendo assim, tivemos que fazer a opção por apenas um dos jornais. Dessa forma, fizemos a escolha pelo *Correio do Povo* enquanto fonte privilegiada de nosso trabalho em razão de seu prestígio e credibilidade na sociedade sul-riograndense da época.

Foi esse prestígio que transformou o *Correio do Povo* no mais importante jornal do Rio Grande do Sul, ao ponto de se propagar pelo Estado o slogan “se deu no *Correio*

---

<sup>7</sup> DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 5. Grifos nossos.

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 235.



do Povo, é verdade”.<sup>9</sup> Em muitas situações, as pessoas esperavam para confirmar algum fato através das páginas do jornal, tal a força da credibilidade do *Correio do Povo*.<sup>10</sup>

A partir desses pressupostos, o objetivo deste trabalho é investigar de que formas o jornal *Correio do Povo* – um dos mais tradicionais jornais do Rio Grande do Sul à época – noticiou os acontecimentos acerca da Política Externa Independente. Para tanto, selecionamos uma das medidas de maior impacto da PEI, e que não teve a devida atenção pela historiografia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Através das páginas da imprensa escrita procuraremos perceber como se posicionavam os setores políticos em razão do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como o posicionamento do *Correio do Povo* sobre a questão.

Ao nos dedicarmos ao estudo da Política Externa Independente levamos em consideração o alerta de Pierre Milza de que “os historiadores do ‘político’[...] e historiadores ‘internacionalistas’ têm em comum um imenso território de pesquisa e de reflexão onde se podem efetuar avanços paralelos”.<sup>11</sup> No nosso entendimento, a História das Relações Internacionais está intimamente conectada com a História Política. Porém, mesmo com essas fronteiras bastante tênues, cabe esclarecermos neste momento que nosso trabalho não é de Relações Internacionais, tampouco se configura como História Diplomática.

Partindo do entendimento de Ricardo Seitenfus, um trabalho de Relações Internacionais, mesmo perseguindo sua autonomia, pressupõe análises em diversas ciências, dentre as quais: a Geografia, a Geopolítica, a História (sobre essa ele se concentra com maior empenho), o Direito, em especial o do Direito Internacional, e o da Economia.<sup>12</sup> Não é esse o nosso caso. Nosso compromisso é, acima de tudo, com a História. Para Paulo Roberto de Almeida um trabalho de Relações Internacionais está conceitualmente ligado a idéia de sistema internacional.<sup>13</sup> Embora o estudo de História também se utilize desse conceito, no caso específico deste trabalho ele não é o objetivo

<sup>9</sup> DILLENBURG, Sérgio. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997, p. 9.

<sup>10</sup> Como exemplo da credibilidade que o *Correio do Povo* detinha em parcelas da sociedade gaúcha, cito o caso de um respeitado professor de História, relatado a mim pelo mesmo: quando da divulgação do resultado do vestibular para Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o hoje professor – à época vestibulando – se encontrava no Hospital de Clínicas. Fazia parte da tradição do curso de Medicina que os alunos veteranos divulgassem de forma oral a lista dos “bixos”. Como seu nome fora pronunciado, o então vestibulando foi rapidamente participar a boa notícia a seu pai, que receoso da exatidão da notícia observou que era prudente esperar pela divulgação no *Correio do Povo* para ter certeza da verdade.

<sup>11</sup> MILZA, Pierre. Política externa e política interna. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 370.

<sup>12</sup> SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2004, p. 7-20.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. 2ª ed.rev.ampl. atual. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 23-30.

maior a ser perseguido. Nossa preocupação está relacionada a uma noção dialética entre política interna e política externa. Nosso objetivo mais premente é perceber de que formas o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS – uma medida de política externa com elementos de política interna – foi percebida nos debates políticos na sua volta, ou seja, na interferência da política externa na política interna. Algo próximo, mas não exatamente igual, ao que Ricardo Seitenfus denominou “retorno da decisão”.<sup>14</sup> E nosso trabalho não é um trabalho de História Diplomática por não termos como fontes privilegiadas as produzidas pelos corpos diplomáticos, que poderiam ser passíveis de crítica de um certo “oficialismo”.<sup>15</sup> Por fim, cabe ressaltar que ambos os autores são devedores da História para o estudo das Relações Internacionais: “Pode-se afirmar que somente com a história não se faz RI. Todavia, sem amplos conhecimentos históricos, a compreensão dos fenômenos internacionais torna-se impossível”,<sup>16</sup> “[...] pode-se dizer que o *libretto* “dramático” das relações internacionais do Brasil tem de ser escrito, *grosso modo*, a partir da matéria-prima da história [...]”.<sup>17</sup>

Por este trabalho se propor a ser um estudo de História Política, faz-se necessário, portanto, uma breve incursão ao seu desenvolvimento. Ao longo do século XX a História passou por mudanças de paradigmas. A História Metódica, tão importante no último quartel do século XIX entra em decadência. Seu objetivo principal – o rigor metodológico no trato das fontes escritas, apesar de seus avanços na busca “pelos fatos que realmente aconteceram” – acabou esbarrando em limites próprios e insuperáveis dentro dos seus marcos conceituais.

Uma nova forma de fazer História desenvolve-se com a Escola dos Annales, que tem em Marc Bloch e Lucien Febvre seus pais fundadores, em 1929 na França. Esses historiadores propunham, dentre outras coisas, a história-problema, o estudo de múltiplas fontes, a interdisciplinaridade dos estudos: almejando o que seria uma história total. Para Marc Bloch, a História só teria inteligibilidade enquanto fosse entendida como “ciência dos homens no tempo”.<sup>18</sup>

Essa perspectiva se fez dominante por ter vencido uma disputa eminentemente política. Como nos lembra Jacques Le Goff:

---

<sup>14</sup> SEITENFUS, op.cit., p. 11.

<sup>15</sup> ALMEIDA, op.cit., p. 23; 26; 39; 79; 87.

<sup>16</sup> SEITENFUS, op.cit., p. 10.

<sup>17</sup> ALMEIDA, op.cit., p. 21.

<sup>18</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 55.

A Escola dos Annales detestava o trinômio formado pela história política, pela história narrativa e pela crônica ou história episódica (acontecimental). Tudo isso era, para ela, simplesmente pseudo-história, história barata, algo de superficial que preferia a sombra à substância. Era preciso colocar no lugar que lhe competia a história em profundidade – uma história econômica, social e mental”.<sup>19</sup>

Foi a partir dessa desqualificação da História Política, por eles denunciada como factual, que o estudo do político passou a segundo plano. A tradição dos Annales se sobressaiu enquanto paradigma a ser seguido na historiografia – afora suas inegáveis contribuições para o desenvolvimento da História – também pelo uso sistemático da denúncia da História de tipo *événementielle*. Ao associar esse tipo de História com a História Política, esta acabou sendo excluída dos matizes dominantes.<sup>20</sup>

Apesar disso, nos lembra François-Xavier Guerra que se a História Política foi derrotada na Academia “*un cierto tipo de historia política – y ésta es una de sus particularidades – no ha dejado nunca de ser practicada ni en lo que concierne a épocas lejanas ni a la historia del tiempo presente*”,<sup>21</sup> se referindo às editoras que publicavam história política e ao sistema de ensino que fracassou na implantação da “*nueva historia*”.

E a partir da segunda metade do século XX a História Política consegue, gradativamente, se dissociar do estigma de História superficial. Ao destacar a noção de poder enquanto elemento de análise,<sup>22</sup> a História Política demonstra com maior clareza que não se contenta apenas em demonstrar a aparência dos fenômenos. Procura descobrir as intrincadas relações que a sociedade, em seus diversos níveis, ou oculta ou disfarça.<sup>23</sup> Ao enfatizar a investigação das razões mais profundas por trás dos processos políticos essa História se demonstra como tão legítima quanto as outras, em especial a

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p. 218-219.

<sup>20</sup> François-Xavier Guerra ao se referir a Escola dos Annales como “*nueva historia*”, aponta como esta desconsiderava a História Política: “*Unas eran explicitas, como el estimar que el estudio de los grandes personajes, gobiernos, guerras y batallas era secundario y superficial en comparación con fenómenos económicos, sociales, mentales más profundos y de más larga duración, es decir las estructuras. Otro de los rasgos específicos de la historia política, el peso que tienen en ella los “acontecimientos”, el ser événementielle, se convirtió en una tara para la nueva historia*”. GUERRA, François-Xavier. *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia*. Madrid: Actas, 1993, p. 231.

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*, p. 231-232.

<sup>22</sup> Sobre o uso do conceito de poder pela História Política, principalmente articulando-o aos eventos de 1968 ver RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a, p.26.

<sup>23</sup> E, dessa forma, o jornal é uma excelente fonte para pesquisas.

social e a econômica, prediletas dos Annales. Segundo René Rémond a “História Política não é mais a mesma que fora duramente combatida pelos Annales: sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa [no caso, os Annales] e em função de uma reflexão crítica”.<sup>24</sup> A atualização pela qual passou a História Política foi tão intensa que até mesmo o herdeiro mais destacado dos Annales a saudou: “A volta mais importante é a da História Política”.<sup>25</sup>

A História Política não é uma ilha, como fizeram crer muitos dos seus críticos que pregavam a interdisciplinaridade. Segundo René Rémond, “nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios”.<sup>26</sup> A História política é tão capaz de dar conta dos aspectos variados das sociedades quanto a História econômica, social, ou cultural. Assim como as demais, seu objeto de estudo é o mesmo, os homens no tempo. O que as diferencia, todas elas, é a abordagem; as perguntas feitas às fontes.

Estudar História política é estudar homens e mulheres que foram capazes de tomar decisões na esfera pública; da mesma forma que estudar homens e mulheres que aceitaram ou não essas decisões. É possível através de seu estudo perceber como importantes segmentos sociais se colocaram em disputa, em razão de acreditarem e defenderem determinados projetos políticos. E essa disputa não se realiza de forma absolutamente estanque, apenas na política interna ou na política externa,<sup>27</sup> pois “a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais”.<sup>28</sup> Justamente por isso, por essa relação que se desenvolve entre a política exterior e a vida interna dos Estados, é que acreditamos ser legítimo o estudo da Política Externa Independente dentro das fronteiras dinâmicas da História

---

<sup>24</sup> RÉMOND, op.cit., p. 26. Interpolações nossas.

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. *A História nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 8.

<sup>26</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b, p. 444.

<sup>27</sup> Em seu artigo Pierre Milza esclarece que não mais é possível entender a relação entre política interna e política externa de forma estanque. Para esse autor há uma interação entre as duas dimensões da política, com alguma primazia da política interna sobre a externa. Segundo Pierre Milza, “como o interno prevalece, pelo menos quantitativamente, sobre o externo, é em torno dele e da influência que exerce sobre as orientações da política externa que se articula o maior número de questões.” MILZA, op. cit., p. 370. Como veremos no primeiro capítulo deste trabalho há um influente elemento interno que norteia a Política Externa Independente: o nacionalismo.

<sup>28</sup> RÉMOND, op. cit., 2003a, p. 23.

Política, essa “ciência-encruzilhada”.<sup>29</sup> A mesma linha é seguida por Pierre Milza ao tratar da relação entre História Política e História das Relações Internacionais, essas disciplinas “que se tornaram complementares”.<sup>30</sup>

Essa “pressão” a que se refere Rémond pode ser melhor entendida para nossos propósitos por estar relacionada ao mundo de pós-guerra. Nessa conjuntura o mundo passou a ter uma nova correlação de forças políticas, econômicas, sociais e culturais. De um mundo relativamente multipolar, modificou-se para um sistema no qual apenas duas potências manteriam a hegemonia planetária: os Estados Unidos da América do Norte (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O início da Guerra Fria é alvo, ainda, de discussões. Possíveis marcos temporais são o lançamento da Bomba Atômica sobre Hiroshima, Japão, agosto de 1945; o discurso de Churchill em Fulton, Estados Unidos da América, março de 1946; e a Doutrina Truman, março de 1947. Se não há uma unanimidade quanto ao seu início, o mesmo não se pode dizer quanto ao papel desempenhado pela América Latina no conflito. Não restam dúvidas que a América Latina, nessa década, era considerada como aliada incondicional dos Estados Unidos.

Embora houvesse uma superioridade inicial dos Estados Unidos, que saíram da Segunda Guerra Mundial como os grandes vitoriosos – principalmente por não terem sido parte dos palcos do conflito e por contarem com a tecnologia da Bomba Atômica – a União Soviética, mesmo terminando a guerra devastada econômica e demograficamente, constituiu o horizonte maior de oposição ao modo de vida estadunidense.

Não demorou para que os Estados Unidos percebessem que a URSS estava em processo avançado de reconstrução. Além disso, os soviéticos – a partir da negativa à solicitação de evacuação exigida pelo Irã – começaram a demonstrar sua intenção de atuarem com maior destaque nas relações internacionais.<sup>31</sup> Com o início da guerra civil grega em maio de 1946 houve a interferência inglesa e posteriormente estadunidense em 1947 face ao temor, na ótica estadunidense, do reforço da influência soviética que já estava em curso no Irã, além da implantação do comunismo na Iugoslávia.<sup>32</sup> Dessa forma, o temor psicológico do que representaria uma vitória soviética nesse contexto foi

---

<sup>29</sup> RÉMOND, op.cit., 2003a, p. 29.

<sup>30</sup> MILZA, op. cit., p. 392.

<sup>31</sup> SEITENFUS, op.cit., p. 52.

<sup>32</sup> POWASKI, Ronald E. *La guerra fría: Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991*. Barcelona: Crítica, 2000, p. 90-98.

o pretexto para a estratégia de contenção que “estava baseada na suposição de que a URSS era um inimigo intratável do Ocidente e de que a ideologia comunista e os interesses tradicionais da Rússia tinham produzido um sistema de pensamento e de ação inerentemente antagônico ao resto do mundo”.<sup>33</sup>

Apenas três semanas depois da notificação inglesa de não poder continuar auxiliando a Grécia e a Turquia, o presidente dos EUA se dirigiu ao Congresso e pediu novas dotações orçamentárias para sua política externa, baseada na tentativa de contenção à URSS, e que ficou conhecida como Doutrina Truman. O eixo dessa doutrina é que estavam em jogo dois sistemas alternativos de vida:

Um sistema de vida é baseado na vontade da maioria e é caracterizado por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias da liberdade individual, liberdade de palavra e de religião e ausência da opressão política.

O segundo sistema de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta à força sobre a maioria. Apóia-se no *terror* e na *opressão*, numa imprensa e numa rádio *controladas*, em eleições marcadas e na *supressão* das liberdades individuais.

Acredito que deva ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que estão resistindo às tentativas de dominação de minorias armadas ou as pressões externas.<sup>34</sup>

Com essas palavras, os Estados Unidos se colocavam como os defensores do “Mundo Livre” em oposição aos soviéticos, referidos por Truman como *terroristas*, *opressores*, *controladores* e *supressores* da democracia. Dessa forma, o presidente estadunidense tentava ultrapassar, ao nível do discurso, a oposição capitalismo *versus* comunismo, para uma outra relação de oposição, baseada na democracia *versus* autoritarismo, para, dessa forma, resgatar os valores democráticos da Segunda Guerra Mundial, que visavam libertar o mundo dos autoritarismos e totalitarismos promovidos pelo Eixo.<sup>35</sup> Estava inaugurada a Guerra Fria.

<sup>33</sup> TARR, David. *Nos bastidores da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966, p. 25.

<sup>34</sup> Harry Truman *apud* TARR, op. cit., p. 26. Grifos nossos.

<sup>35</sup> Um conceito ainda em construção – mas que é promissor – vem sendo cunhado por Maria Luiza Filippozzi Martini. Para essa autora é possível falar em “cultura de pós-guerra”. Esse conceito de “cultura de pós-guerra” se articula a partir da decepção com os Estados Unidos na Guerra da Coréia por parcelas do próprio povo estadunidense e pelos demais povos do planeta. A partir da percepção que o engajamento desse país nessa guerra é vazio de sentido humanitário e humanístico os EUA perdem, aos olhos de grandes contingentes da população mundial, o papel de *herói*. Não são mais vistos como os defensores do mundo frente às forças do totalitarismo. Seu Exército passa a ser visto como instrumento de dominação. Suas armas nucleares como elemento capaz de destruir a própria espécie humana. Para Maria Luiza Martini isso configura uma das grandes vertentes da oposição aos EUA. Passando pela negação do

Dentro dessa nova lógica discursiva, implementada pela Doutrina Truman, que o Brasil se inseriu na Guerra Fria. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas em 1945 – enfraquecida pela vitória dos Aliados e pela contradição de o país lutar externamente contra um tipo de governo que existia internamente – assumiu a presidência do país o General Eurico Gaspar Dutra, democraticamente eleito pelo Partido Social Democrático (PSD).<sup>36</sup>

Foi no governo Dutra que se realizou, em agosto e setembro de 1947, o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR). Também conhecido como “Pacto do Rio de Janeiro”, segundo Leslie Bethell, “às vezes chamado primeiro pacto da Guerra Fria”,<sup>37</sup> em seu artigo 3º previa que:

As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da carta das Nações Unidas.<sup>38</sup>

Com a assinatura do TIAR, os países do continente americano se comprometeram a auxiliar uns aos outros em caso de invasão externa ao continente. Isso dava uma maior margem legal para os EUA intervirem nos seus vizinhos, dado que dificilmente estaria realmente contando com o apoio desses países para a sua proteção em caso de invasões militares no seu país protagonizadas por seus adversários socialistas. Afora a assinatura do TIAR, o governo Dutra cassou o registro do Partido

---

nuclear, pela luta em favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, pelos pedidos de paz e fim da Guerra do Vietnã até estourar nos acontecimentos mundiais de 1968. Para a autora, tudo isso, de forma intrincada, corresponde a “cultura de pós-guerra”. MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Espetáculo: acontecimento e documento. In: SANTOS, Nadia Weber; ROSSINI, Miriam; PESAVENTO, Sandra. *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 185-210.

<sup>36</sup> Alguns pontos importantes da formação do PSD podem ser encontrados em DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154. Além desse estudo há o clássico trabalho de Lúcia Hippólito, que apesar de uma interpretação mais conservadora, é rico em documentação sobre o partido, bem como na estruturação de sua dinâmica interna. HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 - 64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>37</sup> BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina: Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 100.

<sup>38</sup> Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR – firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente. *Arquivo Privado San Tiago Dantas (AP 47), caixa 36, pacotilha 1. Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro/RJ.

Comunista Brasileiro (PCB) e rompeu relações diplomáticas com a URSS.<sup>39</sup> Dutra administrava o país ainda com os olhos voltados para a política de Boa Vizinhança implementada por Franklin Delano Roosevelt nos anos 1930, considerando o Brasil como amigo privilegiado dos Estados Unidos, realizando, dessa forma no seu governo uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos.

Em 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Com isso, seria possível que as questões relativas ao continente americano deixassem de ser tratadas exclusivamente na Organização das Nações Unidas (ONU), que contava com a participação dos países socialistas, e passassem a ser tratadas preferencialmente nos fóruns da OEA, consolidando de vez a supremacia estadunidense. Realmente, dessa forma, a América Latina se transformava no *quintal* dos Estados Unidos.<sup>40</sup>

Em contrapartida, em 1949, a União Soviética criou o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), com a intenção de concretizar e protagonizar um mercado comum para os países socialistas, o que nada mais era do que uma forma de ampliar suas “áreas de influência”, através do estabelecimento de laços econômicos em vez de laços estritamente geográficos.<sup>41</sup> Por sua vez, os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que intensificava e legalizava a presença do exército estadunidense na Europa.<sup>42</sup> Ainda no mesmo ano de 1949, a União Soviética detonou sua primeira Bomba Atômica, aumentando consideravelmente seu poderio bélico<sup>43</sup> e, em outubro, era proclamada pelos comunistas chineses a República Popular da China.<sup>44</sup> O mundo estava cada vez mais dividido entre um bloco de formação social capitalista, comandado pelos Estados Unidos, e outro, socialista, capitaneado pela União Soviética.

Nos anos 50 os ânimos acirraram-se ainda mais. Como resposta ao rearmamento da Alemanha Ocidental (capitalista) e seu ingresso na OTAN, foi efetuado o Pacto de Varsóvia (1955), uma aliança militar entre União Soviética, Polônia, Alemanha Oriental (comunista), Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária.<sup>45</sup> Agora, a URSS também

---

<sup>39</sup> BETHELL, op.cit., p. 100.

<sup>40</sup> POWASKI, op.cit., p. 96.

<sup>41</sup> VIZENTINI, Paulo G. F. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 204.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 238; POWASKI, op.cit., p. 101-102; VIZENTINI, op.cit., 2003, p. 204.

<sup>43</sup> GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 33-34; HOBBSAWM, op.cit., p. 227.

<sup>44</sup> POWASKI, op.cit., p. 102-106; GADDIS, op.cit. p. 35-36.

<sup>45</sup> VIZENTINI, op.cit, 2003, p. 208.



passava a contar com forte aliança militar, o que aumentou as preocupações para os EUA. Somado a isso, em 1957, os soviéticos ultrapassaram os Estados Unidos na corrida espacial ao lançarem o primeiro satélite artificial, o *Sputnik*.<sup>46</sup>

No início dessa década no Brasil foi eleito presidente Getúlio Vargas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1950.<sup>47</sup> Vargas, tomando medidas opostas às de seu antecessor, com um nítido caráter nacionalista-econômico<sup>48</sup> inaugurou a Petrobrás e escolheu João Goulart para Ministro do Trabalho,<sup>49</sup> criando grandes reservas da oposição, especialmente da União Democrática Nacional (UDN).<sup>50</sup>

Com o suicídio do presidente Vargas em agosto de 1954, o país passou por um breve período de retorno do alinhamento automático com os Estados Unidos no governo Café Filho. Houve eleições no ano de 1955 – o mesmo ano no qual houve a Conferência de Bandung,<sup>51</sup> na Indonésia, onde alguns países, com destaque para Egito, Indonésia, Índia e Iugoslávia procuravam uma alternativa à bipolaridade – e saíram vitoriosos os candidatos da aliança PSD-PTB, com Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart,

---

<sup>46</sup> Podemos compreender melhor as repercussões ocasionadas pela dianteira tecnológica soviética que, além de preocupar os EUA, causaram forte impacto psicológico no decorrer da Guerra Fria e, para efeitos deste trabalho, na política brasileira conforme a posição do “Embaixador Lincoln Gordon [que] tinha a impressão de que Goulart acreditava que os norte-americanos nunca mais se haviam emparelhado aos russos desde o lançamento do Sputnik no espaço.” PARKER, Phyllis R. 1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 40. Interpolações nossas. Dados sobre o Sputnik podem ser encontrados em VIZENTINI, op.cit., 2003, p. 208; GADDIS, op.cit., p. 95. Sobre o papel da URSS na corrida espacial: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. A primeira vez é inesquecível: Barbarella e os sonhos de uma geração. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 68: *História e Cinema*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 208-209.

<sup>47</sup> Para uma abordagem em profundidade sobre o PTB, ver DELGADO, op.cit., 1989. Outro trabalho importante, que privilegia as dissensões no partido – além de focar atitudes autoritárias de João Goulart no comando da legenda – é o de D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

<sup>48</sup> Segundo Vânia Maria Losada Moreira, o nacionalismo-econômico almejava que o desenvolvimento fosse feito em bases nacionais, com empréstimos de governo a governo. Na impossibilidade deste, propunham controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para fora do país, exclusividade de investimentos estatais nos setores estratégicos da economia e a política externa independente, para garantir uma industrialização centrada nos interesses internos do país, e não na bipolarização da Guerra Fria. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 172-173. Na nossa perspectiva, o nacionalismo-econômico é a matriz do nacional-reformismo, como evidenciaremos ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>49</sup> FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, p. 305.

<sup>50</sup> Sobre a UDN ver o trabalho clássico de BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>51</sup> HOBSBAWM, op.cit., p.350; GADDIS, op.cit., p. 120-121; VIZENTINI, op.cit., 2003, p. 207.

presidente e vice-presidente, respectivamente.<sup>52</sup> Após uma mal-sucedida manobra golpista tentando impedi-los de tomar posse, contornada pelo general Henrique Teixeira Lott, os dois assumiram o poder em janeiro de 1956. No governo JK, o Brasil não manteve o alinhamento automático com os EUA, preferindo um modelo nacional-desenvolvimentista,<sup>53</sup> com o propósito de industrialização do país, para fazer o Brasil, segundo seu lema, “crescer cinquenta anos em cinco”.

Ainda no período de governo do presidente Juscelino Kubitschek, no ano de 1959, tem efeito, numa pequena ilha há muito subordinada aos Estados Unidos, a Revolução Cubana. Iniciada como “um movimento antioligárquico que se torna antiimperialista e acaba, finalmente, rompendo com o próprio capitalismo”,<sup>54</sup> ela se tornou um importante modelo para todos os movimentos de contestação latino-americanos. Se a Guerra Fria teve início na América Latina com a assinatura do TIAR, em 1947, é com a Revolução Cubana de 1959 que ela toma uma nova dimensão no subcontinente, forçando os Estados Unidos a alterarem drasticamente sua política externa para a região.

Nessa nova fase da latino-americanização da Guerra Fria foi eleito presidente do Brasil Jânio Quadros, com o apoio da UDN, e vice-presidente João Goulart, pelo PTB. No seu curto governo – assumiu a presidência em 31 de janeiro e renunciou a 25 de agosto – o presidente implementou a Política Externa Independente, sob orientação do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco. Enquanto aplicava uma política interna condizente com seu leque de apoios, formado pela União Democrática Nacional e pelos setores conservadores da sociedade, a política externa do governo se mostrava em dissonância com o projeto político ao qual representava. Embora realizasse um governo conservador na política interna, as propostas de política externa eram progressistas. O Brasil chegou, inclusive, a enviar Afonso Arinos de Melo

<sup>52</sup> No “tempo da experiência democrática” votava-se separado no presidente e no vice-presidente. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 125-126.

<sup>53</sup> Ao tratar do período de governo JK, fizemos a opção por interpretá-lo como sendo realizador de um projeto político nacional-desenvolvimentista em virtude da bibliografia clássica sobre este governo. No entanto, vale lembrar que os dois primeiros anos de sua gestão permitiram um grande afluxo de capital externo para fins de industrialização, conseqüentemente com grande remessa de lucros para o exterior. Octávio Ianni o considera “desenvolvimentista-combinado” ou “internacionalista”. IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 55; 92.

<sup>54</sup> GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993, p. 14. Estudos importantes sobre a Revolução Cubana são os trabalhos de FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; AYERB, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

Franco para participar como observador na Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Belgrado, na Iugoslávia.<sup>55</sup> Segundo Thomas Skidmore, Jânio Quadros “impressionara-se com a tentativa de várias nações em desenvolvimento, como o Egito, de encontrar um caminho intermediário entre o Ocidente e o Comunismo, para atingir o desenvolvimento”.<sup>56</sup>

Tal dissonância causou razoáveis alterações nas estruturas políticas vigentes. Ao mesmo tempo em que a PEI era recebida com satisfação pela oposição ao governo, era motivo de críticas pela base de apoio do presidente Jânio Quadros, formada majoritariamente por grupos afinados com o alinhamento à potência continental.

Medidas importantes para a implementação da Política Externa Independente foram realizadas por Jânio Quadros. Reatou relações diplomáticas e comerciais com países socialistas como a Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia; buscou uma aproximação com a União Soviética; apoiou as independências de Angola e Moçambique; fez contatos com a China Comunista através do vice-presidente João Goulart; condecorou o primeiro cosmonauta, o soviético Yuri Gagarin (autor da célebre frase: “A Terra é azul”) e o revolucionário Ernesto “Che” Guevara; buscou a realização da Universíade-63 para o Brasil.<sup>57</sup> Ou seja, no contexto planetário da Guerra Fria, o Brasil buscava uma nova forma de inserção.<sup>58</sup>

Porém, a Política Externa Independente desagradou os setores mais conservadores da sociedade brasileira. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, iniciou uma nova campanha contra o presidente eleito, dessa vez aproveitando as relações do Brasil com Cuba para espalhar novamente o temor do “fantasma comunista”.<sup>59</sup> Seu discurso anticomunista foi bem recebido pelas camadas médias

<sup>55</sup> A I Conferência dos Países Não-Alinhados aconteceu em setembro de 1961, quando Arinos não mais era ministro das Relações Exteriores. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 226.

<sup>56</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 141.

<sup>57</sup> Para saber mais sobre a história dos Jogos Mundiais Universitários (Universíades), bem como sua realização no Brasil, ver: KOCH, Rodrigo. *Universíade 1963 – História e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003; NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universíade de 63: Reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 179 f. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. “Os Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre (30/08 a 08/09 de 1963)”. In: *Monographia – Revista dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade Porto-Alegrense*. Nº 4. Revista Eletrônica. Porto Alegre: FAPA, 2008, p. 147 – 172. <http://www4.fapa.com.br/monographia/php/home.php?pag=6&img=8> Acesso em 18 de fev. 2009.

<sup>58</sup> Além disso, Quadros rompeu relações diplomáticas com a Lituânia, Letônia e Estônia, que há muito já estavam incorporadas à União Soviética. VIZENTINI, op.cit. 1995, p. 213.

<sup>59</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 137.

urbanas e pelos militares. Jânio Quadros tentou, então, um contragolpe: propôs sua renúncia, acreditando que o Congresso e as Forças Armadas não aceitariam-na, temendo o espectro do comunismo representado pelo vice-presidente João Goulart, e que as massas populares se oporiam à sua renúncia. Mas isso não aconteceu. A renúncia de Jânio Quadros foi aceita e o Brasil se deparou com um período de novas convulsões.<sup>60</sup>

Com a renúncia de Quadros se instaurou uma crise de sucessão. Alguns setores políticos, somados aos ministros militares, não consideravam pertinente a posse do vice-presidente Goulart, dado seu passado em prol das forças nacionalistas. Houve um impasse somente resolvido através da Campanha da Legalidade que garantiu a posse – embora em um novo sistema político, o parlamentarismo. Mesmo tendo um projeto político<sup>61</sup> bastante distinto de seu antecessor, no qual se destacavam as reformas de base (reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, reforma eleitoral, reforma universitária, reforma bancária e reforma do estatuto do capital estrangeiro), João Goulart manteve a PEI, provocando novas tensões políticas. Nessa nova conjuntura, foram escolhidos primeiro-ministro Tancredo Neves, do PSD, e ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino San Tiago Dantas, do PTB.

A Política Externa Independente do governo João Goulart visava, principalmente, à superação do subdesenvolvimento do país dentro da lógica de um projeto nacional-reformista. Teve, entre seus expoentes e realizadores, o ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, membro do partido do presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro.<sup>62</sup> Segundo a lógica própria da PEI, a superação da situação de subdesenvolvimento do país poderia ser alcançada, dentre outras medidas de teor nacionalista, através de uma política de Estado em âmbito externo que não estivesse subordinada a nenhum dos dois blocos político-econômicos que disputavam a hegemonia mundial no período da Guerra Fria.<sup>63</sup> Tal política caracterizava, dessa forma, a independência das relações exteriores brasileiras, a

---

<sup>60</sup> TOLEDO, op.cit., p.7-8; REIS FILHO, op.cit., p. 324-325; FERREIRA, op.cit., 2003a, p. 326-327.

<sup>61</sup> O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Aprofundaremos esse conceito no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>62</sup> Os ministros das Relações Exteriores durante o período em que a Política Externa Independente foi a diretriz geral das relações externas brasileiras durante o Governo Goulart foram: San Tiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos de Melo Franco (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/ 1962 – junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963-abril/1964).

<sup>63</sup> Conforme Jean-Baptiste Duroselle *apud* MILZA: “[...] não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna.” MILZA, op.cit., p. 369.

soberania nacional e a possibilidade da ampliação de mercados consumidores às mercadorias produzidas no país.<sup>64</sup>

A bibliografia histórica conta com poucos trabalhos que tomam a Política Externa Independente como elemento central de seu estudo. Via de regra, a PEI aparece em um número maior ou menor de linhas, em estudos relacionados prioritariamente com os governos Jânio Quadros/João Goulart, ou em estudos sobre o período 1945-1964. De nosso conhecimento, apenas três são os estudos que se interessam pela Política Externa Independente como objeto central: os trabalhos de José Honório Rodrigues, de Tânia Quintaneiro e o de Paulo Vizontini. Vale observar, no entanto, que o trabalho de Rodrigues é elaborado ainda no calor dos acontecimentos e publicado inicialmente como artigos de jornal de grande circulação, se diferenciando dessa maneira dos outros dois. Seu relato pode ser considerado quase como uma “testemunha” do período, mas nem por isso de menor valor. José Honório Rodrigues sistematizou em estudo intitulado *Uma política externa própria e independente*, editado em 1965,<sup>65</sup> dois artigos datados do ano de 1962 e publicados no *Jornal do Brasil*.<sup>66</sup>

O autor aludiu ao fato de no período imperial ser usual a absorção do político pelo jurídico nas relações internacionais e criticou esse modelo de formatar a política externa. Rodrigues acreditava na politização da política externa como instrumento de desenvolvimento do país em bases nacionalistas, o que ficou claro quando escreveu que

---

<sup>64</sup> As diretrizes gerais da PEI foram assim sintetizadas por San Tiago Dantas: A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole. DANTAS, op.cit., p. 6. Diretrizes que permitiam o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, sem nenhuma contradição.

<sup>65</sup> “Este estudo foi objeto de dois artigos, publicados no *Jornal do Brasil*, de 10 e 17 e junho de 1962. Ao divulgar novamente o referido estudo, a direção de Política Externa Independente o faz convencida de que as observações do eminente historiador, Professor José Honório Rodrigues, são hoje mais oportunas e pertinentes do que à época de sua divulgação inicial.” In: *Política Externa Independente – A crise do Pan-Americanismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 15. Tal era a influência da política externa de início dos anos 1960 que até mesmo uma revista foi intitulada em sua homenagem.

<sup>66</sup> Na avaliação de Paulo Roberto de Almeida sobre o livro póstumo de José Honório Rodrigues finalizado por Ricardo Seitenfus, [RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil* (1531-1945). Organização e explicação de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995] Almeida adverte que “Aqui José Honório segue um estilo bem mais tradicional, praticamente despojado do tom nacionalista, apaixonado e ‘contestador’ do publicista da ‘política externa independente’.” ALMEIDA, op.cit., p. 96.

“não somos contra ninguém, somos, apenas, a favor de nós mesmos, como povo que aspira ao progresso econômico e à justiça social”.<sup>67</sup>

Também o apoio das camadas médias urbanas e dos trabalhadores à PEI é vista como algo importante pelo autor, considerado como “sem estranheza, o ponto nevrálgico da política brasileira”.<sup>68</sup> O envolvimento de José Honório Rodrigues com o nacionalismo fica ainda mais evidente quando o autor afirma que existiu uma disputa pela política externa “porque na área internacional se decide também o progresso nacional”.<sup>69</sup> Em relação mais direta com o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, Rodrigues não tece considerações.

Tânia Quintaneiro realizou em 1988 um estudo muito bem documentado com pronunciamentos diplomáticos, parlamentares e notícias de jornais da época sobre a questão cubana.<sup>70</sup> A autora entende, a partir de José Honório Rodrigues, que na área internacional decide-se também o progresso nacional. Quintaneiro percebe o papel catalisador que Cuba exerceu sobre a realidade política brasileira e latino-americana, fazendo despertar o gigante adormecido do Norte.<sup>71</sup> Além disso, Tânia Quintaneiro vê na Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubitschek a gênese da PEI.<sup>72</sup>

No entanto, a autora demonstra como as esquerdas nunca aceitaram a OPA, pois a associavam ao imperialismo, e, ao contrário, como viam com bons olhos as diretrizes da PEI, principalmente em razão de Cuba e da União Soviética.<sup>73</sup>

Sintetizando a importância da PEI na disputa entre os projetos político-sociais em voga no período, Quintaneiro asseverou:

A política externa independente transformou-se no mais nítido divisor de águas entre os grupos internos, especialmente nos itens referentes a Cuba e aos países socialistas. De um lado, alinhavam-se os setores antiimperialistas, favoráveis à coexistência com os países socialistas e ao direito de autodeterminação do povo cubano; de outro, os anti-comunistas que defendiam a solidificação da aliança com os EUA e concordavam com sua política de isolar Cuba.<sup>74</sup>

---

<sup>67</sup> RODRIGUES, José Honório. Uma política externa própria e independente. In: *Política Externa Independente. A crise do Pan-Americanismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.33.

<sup>68</sup> Idem, Ibidem, p. 37.

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p. 38.

<sup>70</sup> QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

<sup>71</sup> Idem, Ibidem, p. 11-12.

<sup>72</sup> Idem, Ibidem p. 21.

<sup>73</sup> Idem, Ibidem, p. 30; 40.

<sup>74</sup> Idem, Ibidem, p. 108.

Embora o foco das atenções de Tânia Quintaneiro estivesse direcionado com as relações entre Brasil e Cuba durante a PEI, ela faz pequenas menções ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, ressaltando reações como a condenação realizada pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, juntamente com Carlos Lacerda e o Conselho Superior das Classes Produtoras. Entre os apoiadores do reatamento, Quintaneiro destaca o apoio de Luiz Carlos Prestes – através de uma mensagem de apoio ao presidente Goulart.<sup>75</sup>

Nos anos 1990, diante de uma nova ordem mundial na qual não mais havia a divisão do mundo em Leste-Oeste, encerrada com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS – tendo como projeto hegemônico o capitalista – Paulo Gilberto Fagundes Vizontini desenvolveu seu estudo sobre a PEI.<sup>76</sup> Sua análise privilegiou o enquadramento da política externa brasileira nas relações internacionais próprias da Guerra Fria, além de inseri-la no contexto de surgimento do Terceiro Mundo.<sup>77</sup> Uma das idéias centrais do trabalho analisado, e que lhe confere originalidade, é a que remonta às origens da PEI. Discordando de Tânia Quintaneiro, que via as origens da PEI na OPA, o autor percebeu a gênese da PEI no segundo governo Vargas (1951-1954), pois:

Iniciar o estudo dessa fase em 1951 justifica-se por [...] a Política Externa Independente, sem desconsiderar-se outros fatores, vincula-se estreitamente a um modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações, que tanto em seus aspectos econômicos como político-diplomáticos apresenta uma certa unidade enquanto problema histórico entre 1951 e 1964.<sup>78</sup>

Destarte, o autor, ao longo do texto, procurou demonstrar como a PEI se remontou ao segundo governo de Vargas,<sup>79</sup> e que já nesse período “os temas da política

---

<sup>75</sup> QUINTANEIRO, op.cit., p. 40; 65.

<sup>76</sup> VIZENTINI, op.cit., 1995.

<sup>77</sup> De acordo com Ricardo Seitenfus, a expressão “Terceiro Mundo” foi cunhada em 1952 pelo demógrafo francês Alfred Sauvy. Sua inspiração adveio do Terceiro Estado pré-revolucionário na França em razão de seu grande número e pequeno poder. Além disso, Sauvy fez o alerta de que esse “Terceiro Mundo” por não pertencer nem ao leste nem ao oeste não era nem socialista nem capitalista. SEITENFUS, op.cit., p. 36.

<sup>78</sup> VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 53.

<sup>79</sup> “Esta [a PEI] não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a PEI era explicitada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectivas mundiais, ultrapassava as vacilações dos governos anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional.” VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 177. Interpolações nossas.

externa começam a ter um peso progressivo na vida nacional, entrando para o centro do debate e sendo diretamente influenciada por grupos não ligados aos aparelhos de Estado”.<sup>80</sup> Contrasta assim com Quintaneiro, que via, em maior ou menor grau, serem a OPA ou a PEI os propulsores do debate da política externa pelos setores nacionais. É importante ressaltar que, mesmo observando no segundo governo Vargas o indutor das discussões sobre a política externa, o autor reconheceu que a “Política Externa Independente empolgava os segmentos da esquerda e do nacionalismo”,<sup>81</sup> indo na mesma linha de José Honório Rodrigues e Tânia Quintaneiro em relação ao apoio popular e das esquerdas à Política Externa Independente. E, embora por vezes sejam dados elementos de mundialização no período da OPA, Vizentini definiu-a em moldes bastante semelhantes aos de Honório quanto ao seu caráter regional e alertando sobre seu potencial de barganha para com os EUA.<sup>82</sup>

Na sua análise das bases da PEI, é de sobremaneira importância a consideração acerca do processo internacional de “descolonização”. Esse princípio ganhou um notável avanço nessa obra, superando as análises estritamente morais dos autores anteriormente citados em relação às mazelas da colonização e passando a mostrar que:

O Brasil desejava o aprofundamento do processo de descolonização, por necessidades de ampliação de sua influência política junto aos novos países, e também para uma nova esfera de atuação econômica, visando exportar seus produtos manufaturados e contornar certos privilégios alfandegários inerentes à situação colonial.<sup>83</sup>

Paulo Vizentini, em relação ao restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, afirma que “as questões políticas em jogo eram mais delicadas, e a efetivação do reatamento foi marcada por zigzagues, estancamento e retrocessos momentâneos” durante o governo de Jânio Quadros.<sup>84</sup> Para o autor, a explicação passa pela própria base de sustentação do governo Quadros, formada pelos setores conservadores da

---

<sup>80</sup> VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 98.

<sup>81</sup> Idem, Ibidem, p.179-180.

<sup>82</sup> “O problema era que Schimidt e Kubitschek acreditavam ser ainda os aliados privilegiados dos EUA, e moveram-se, sobretudo dentro das relações hemisféricas”. VIZENTINI, op.cit., 1995, p.192-193.

<sup>83</sup> Idem, Ibidem, p. 203.

<sup>84</sup> VIZENTINI, op.cit., p. 213.



sociedade.<sup>85</sup> Com a conturbada posse de João Goulart, “o reatamento de relações diplomáticas com a URSS tornava-se mais difícil do que com Quadros”.<sup>86</sup> Mesmo assim, o governo Goulart decidiu-se pelo restabelecimento das relações diplomáticas, enfrentando um “anticomunismo arcaico e obscurantista”.<sup>87</sup>

Por fim, visivelmente influenciado por Luiz Alberto Moniz Bandeira, o autor observou na gestão de Araújo Castro um refluxo da PEI.<sup>88</sup> A despolitização da política externa descaracterizava sua vinculação ao projeto nacional-reformista de João Goulart e de San Tiago Dantas. Transformando-a, dentro de uma visão estritamente economicista, em um balcão de negócios, Araújo Castro não permitia barganha. Realizava, assim, um conjunto de negociações sem caráter de iniciativa, apenas burocratizado, impossibilitando, destarte, melhores opções de comercialização.

Feito este contato inicial com a produção acadêmica mais relevante sobre a Política Externa Independente é chegada a hora de evidenciarmos como o trabalho se estrutura metodologicamente. Por termos como documento privilegiado nessa pesquisa um jornal, algumas breves considerações sobre o uso da imprensa como fonte para o trabalho do historiador se fazem necessárias.

Tania Regina de Luca realiza uma exaustiva revisão bibliográfica sobre o uso da imprensa como fonte privilegiada para os estudos históricos.<sup>89</sup> Tânia de Luca demonstra como ainda na década de 1970 os historiadores se mostravam reticentes ao emprego do jornal como fonte histórica no Brasil: “não era nova a preocupação de se escrever a História **da** imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da** imprensa”.<sup>90</sup> De acordo com a autora, a principal preocupação era em relação ao “uso instrumental e ingênuo” que os pesquisadores poderiam fazer da fonte imprensa, se a tratassem “como meros receptáculos de informações a serem

---

<sup>85</sup> VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 214.

<sup>86</sup> Idem, Ibidem, p. 236.

<sup>87</sup> Idem, Ibidem, p. 237.

<sup>88</sup> Vizentini seguiu a mesma linha de raciocínio de Moniz Bandeira a partir da informação desse do acordo assinado por Araújo Castro com os EUA sem o conhecimento do presidente. Idem, Ibidem, p. 287. Para Moniz Bandeira, “os Estados Unidos preferiam, porém, que a invasão, assim como o golpe de Estado, se revestisse de aparência legal e para tanto o Chanceler Araújo Castro, por solicitação de Castelo Branco, diligenciara a revitalização do Acordo Militar de 1952, através da assinatura do *ajuste pormenorizado* de 31 de janeiro de 1964”. Segundo Moniz Bandeira, os Estados Unidos queriam revestir a Operação *Brother Sam* de um caráter legal e Araújo Castro teria assinado acordo que legitimaria a invasão sem o conhecimento do presidente Goulart. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 2001, p. 151-153.

<sup>89</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

<sup>90</sup> Idem, Ibidem, p. 111.

selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”.<sup>91</sup> Em última análise, a preocupação se devia com relação a falta de um tratamento adequado da fonte, no qual o jornal fosse entendido como uma produção histórica.

Dessa forma, é preciso compreender o tipo de jornal com o qual estamos trabalhando. Um jornal operário, por exemplo, não pode ser tratado da mesma maneira que um jornal comercial, por terem objetivos, formatos, tiragens e tempo de vida díspares, dentre outras especificidades. No caso do jornal com o qual trabalharemos nesta dissertação, o *Correio do Povo*, é preciso perceber quais as necessidades que ele se propõe a atender.<sup>92</sup> O *Correio do Povo* é um jornal que faz parte daquilo que Nelson Werneck Sodré classificou como “grande imprensa”, por ser estruturado dentro de uma lógica capitalista de produção, que visa em última instância o lucro para os seus donos.<sup>93</sup> Portanto, é um jornal que vive da sua vendagem e dos anúncios publicitários realizados em suas páginas.

Para Maria Helena Rolim Capelato, o historiador não pode esquecer-se que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.<sup>94</sup> Mesmo que o *Correio do Povo* se apresente como um jornal apenas “informativo” – e essa é uma característica própria da “grande imprensa”, ao menos ao nível discursivo – ele procura intervir na sociedade. Por isso o historiador deve estar preparado para a análise da fonte jornal – como de resto, para todos os outros tipos de fontes com as quais trabalha. Assim, o historiador precisa evitar “o risco da leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações de época que acabam por envolver o leitor/historiador no tempo pretérito que busca reconstruir”.<sup>95</sup> Mas como evitar-se esse risco?

Através do método.

Não existe um método único para o trabalho com jornais. Cada pesquisa tem suas especificidades. Cada objeto demanda uma forma de tratamento.<sup>96</sup> Por vezes o mesmo objeto, em conjunturas diversas, precisa ser analisado de formas distintas.

---

<sup>91</sup> LUCA, op.cit., p. 116.

<sup>92</sup> No segundo capítulo deste trabalho, apresentaremos um breve histórico sobre o *Correio do Povo*, tendo em vista uma melhor contextualização da fonte com a qual estamos trabalhando.

<sup>93</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 275-276.

<sup>94</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 21.

<sup>95</sup> MARTINS, Ana Luiza *apud* LUCA, op.cit., p. 131.

<sup>96</sup> Uma das questões de mais difícil resolução com o trabalho de fontes de imprensa é o caráter de objeto que a fonte acaba se auto-impondo. Neste trabalho, nosso objeto de pesquisa é a Política Externa Independente. No entanto, para podermos trabalhar com o jornal *Correio do Povo* – bem como para com qualquer outro jornal ou revista – é necessário fazer a crítica externa do documento: suas origens, sua

Em razão disso, partiremos do conceito de Cláudio Pereira Elmir de “leitura intensiva”. Para Elmir, o historiador não pode trabalhar com o jornal como se estivesse se inteirando das notícias, como se estivesse se informando – o que Elmir trata por “leitura extensiva”. De acordo com o autor, é imprescindível que o historiador faça uma “leitura intensiva”, na qual “a qualidade desta leitura é distinta, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha”.<sup>97</sup>

Além disso, o mesmo autor coloca que o historiador deve buscar a “regularidade” no trato da fonte, para precaver-se de realizar uma análise com base em um fragmento único – ou poucos fragmentos – capaz de comprometer a análise do trabalho. Por isso, Elmir vaticina que “em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.<sup>98</sup>

Outro ponto importante no trabalho com as fontes de imprensa está relacionado com a disposição espacial do jornal – bem como pela sua diagramação. Através desse aspecto é possível perceber uma tendência na seleção das notícias pelo jornal – claro que sem desconsiderar o grau de aleatoriedade existente nos jornais. Em muitas situações, os jornais valorizam mais ou menos uma informação, como explicita Albert Kientz:

Durante o tratamento a que as notícias em bruto têm de ser submetidas, o órgão de imprensa atribui a cada uma delas uma maior ou menor importância. [...] A importância quantitativa que lhe é conferida (superfície impressa em cm, número de linhas ou de colunas) fornece uma primeira aproximação. Completada pela análise dos processos de valorização (colocação, título, ilustração, etc.), obtém-se uma medida de bastante precisão. Cada jornal tem seu próprio código de valorização. De um modo geral, a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente superior à resultante de uma inserção nas páginas do meio. O alto da página vale mais que o rodapé, o lado esquerdo mais que o direito. O gabarito dos títulos, a ilustração, o emprego de tintas de cor, o corpo das letras, as cercaduras, são outros tantos procedimentos que

---

vinculação de classe, suas relações políticas, entre outras. Todo esse cuidado na análise do documento acaba levando a **“uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica [...]”** LUCA, op.cit., p. 141.

<sup>97</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Nº 13. Porto Alegre: dezembro de 1995, p. 21.

<sup>98</sup> Idem, *Ibidem*, p. 23. Por essa razão, trabalhamos com todas as edições diárias do mês de novembro de 1961.

permitem fazer variar a intensidade da emissão da “prosa” (**paroles**) jornalística que constitui o noticiário.<sup>99</sup>

Sobre a diagramação como produto final no jornal – o que Tania de Luca chama de “materialidade” – Luca adverte o historiador de que **“é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.”**<sup>100</sup> Assim, o historiador tem de estar sempre atento às razões que levam determinada informação a estar naquele espaço determinado – pois estas foram determinadas por alguém, e não por forças exteriores à vontade humana (mesmo que os propósitos sejam os mais variados para isso).

Em relação direta com a fonte elegida por nós neste trabalho, são importantes algumas observações: o jornal *Correio do Povo* tinha em 1961 formato *standart* – era, portanto, um jornal de difícil manuseio pelos leitores. Suas dimensões eram de 58 cm de altura por 41,5 cm de largura. Nas segundas-feiras, o jornal não circulava. A edição de domingo era a maior da semana, contemplando cadernos de assuntos variados. O preço do jornal era de Cr\$10,00 de terça à sábado e Cr\$20,00 aos domingos.<sup>101</sup> A capa do jornal sempre era reservada para acontecimentos de política internacional e a contracapa para os assuntos da política nacional. A página 7 do jornal trazia as notícias da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, além de outras notícias sobre a vida política do Estado; nessa página, aos domingos, havia a coluna *A Semana Política*, escrita por Armando Fay de Azevedo, na qual havia um balanço das notícias mais importantes da semana que se encerrara. Já o Editorial do *Correio do Povo* ficava na página 4, no lado esquerdo da página. Nessa mesma página, havia os artigos de opinião – sob o título de “Especial para o Correio do Povo”. Eventualmente a Política Externa Independente ou seus articuladores mais diretos eram apresentados na capa do jornal, todavia, o lugar reservado por excelência para a PEI era a contracapa do *Correio do Povo*.

<sup>99</sup> KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa – análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 99-100. Interpolações nossas.

<sup>100</sup> LUCA, op.cit., p. 132.

<sup>101</sup> O mesmo preço era cobrado pelo jornal *Diário de Notícias*, o principal concorrente do *Correio do Povo*. O jornal *Última Hora* não tinha edições aos domingos e custava o mesmo valor em suas edições de segunda a sábado. Merece ser destacado que o *Última Hora* tinha formato tablóide, diferentemente dos outros dois jornais. Como o papel representava o maior custo na elaboração do jornal, presume-se que a margem de lucros do *Última Hora* fosse maior. Porém, duas questões precisariam ser estudadas: o valor das receitas referentes à publicidade em cada um dos três jornais e a possibilidade dos jornais *standart* contarem com algum tipo de auxílio/subsídio externo, para garantir uma menor taxa de lucros sobre circulação dos jornais.

Entendendo a “grande imprensa”, então, como dotada de um interesse de tentar intervir na vida social, pretendemos perceber as formas pelas quais a Política Externa Independente, no episódio do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, foram apresentadas pelo jornal *Correio do Povo*. Para tanto, nos valeremos metodologicamente da “leitura intensiva” de todas as edições do jornal no mês de novembro de 1961 – na busca de uma regularidade –, realizando a crítica externa do jornal e a crítica interna, notadamente em relação à disposição espacial do jornal e de sua diagramação. Para tanto, analisaremos as informações relacionadas com nosso objeto de pesquisa separando-as da seguinte maneira:

– Notícias: entendemos como “notícias” todos os registros que se refiram à Política Externa Independente, mesmo quando não estejam relacionadas em sentido estrito com o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Esses registros podem ser realizados pelos próprios jornalistas da redação do *Correio do Povo* em Porto Alegre, como podem ser originários de *Agências de Notícias*. Embora esses registros não sejam assinados, existe a referência quanto à agência responsável. São elas: a *Associated Press* (AP) – uma agência internacional de notícias, com correspondentes em Buenos Aires, Washington, Paris, Moscou – e a agência própria do *Correio do Povo* (CP) – essa com sucursais na capital federal (Brasília) e na cidade do Rio de Janeiro.

– Opiniões: por “opiniões” entendemos interpretações, sempre assinadas, realizadas por colaboradores habituais ou eventuais do jornal *Correio do Povo* sobre a Política Externa Independente em sentido amplo. Podem estar divididas em “Colunas” de publicação regular – *Carta da Alemanha*, de Hermann M. Göergen; *Informações Econômicas*, de Dante D’ Ângelo; *A Semana Política*, de Armando Fay de Azevedo – ou em contribuições esparsas, sob a denominação de caráter “especial” – *Especial para o “Correio do Povo”*: **Política Externa**, de João Didonet Neto; *Especial para o “Correio do Povo”*: **o Reatamento**, de Dámaso Rocha.

Feitas essas considerações, gostaríamos de evidenciar como o trabalho se apresenta. No primeiro capítulo, discutiremos os conceitos de populismo e nacionalismo para o período da experiência democrática de 1945-1964. Mostraremos os limites do uso do conceito de populismo e o engessamento que esse produz sobre a análise do período estudado. Por isso, optamos tratar a Política Externa Independente enquanto propulsora de desenvolvimento econômico-social nos marcos do conceito de nacionalismo. Este conceito se mostra mais apropriado em virtude de ser entendido de

forma histórica, portanto, capaz de se transformar ao longo do tempo. Dessa maneira este capítulo mescla aspectos teóricos e de contextualização histórica do período.

O segundo capítulo trará uma breve reconstituição histórica das relações entre o Brasil e a URSS, desde fins do século XVIII – quando ainda era o Império Russo – até o reatamento das relações diplomáticas. Faremos, também, uma contextualização histórica de nossa fonte, o jornal *Correio do Povo*, destacando suas origens e suas articulações com os governos da União e do Estado ao longo dos anos. Procuraremos demonstrar como o jornal relacionava a Política Externa Independente com o Neutralismo, bem como as projeções a respeito das relações do Brasil com os EUA. Por fim, daremos destaque a visita realizada pelo ministro San Tiago Dantas à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e suas repercussões, além das expectativas que o reatamento com a URSS gerou, através das páginas de nossa fonte.

No terceiro capítulo, trataremos da notícia do reatamento e de suas repercussões políticas através das páginas do *Correio do Povo*. Nesse capítulo, veremos o destaque dado pelo jornal para a opinião de alguns de seus “colaboradores”. Além disso, será possível examinar a explicação oficial do governo sobre o restabelecimento e a repercussão na Igreja Católica, nos EUA e na França, além do papel atribuído a João Goulart e San Tiago Dantas em relação ao reatamento. Da mesma forma, veremos como foi feita a associação entre o ato diplomático e a Intentona Comunista pelos setores de oposição ao governo, além da ampla gama de posições frente ao acontecido, dentre as quais de alguns deputados gaúchos e do próprio governador do Estado do Rio Grande do Sul.

## Capítulo 1

### POPULISMO E NACIONALISMO

#### 1.1 - Populismo

De uma forma geral, a maior parte dos historiadores e cientistas sociais brasileiros optaram por analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais durante o período de 1945-1964 no Brasil dentro dos marcos conceituais do populismo. A partir dessa perspectiva é que se faz necessário, portanto, analisar a validade tanto da gênese e da consolidação da Política Externa Independente, quanto o seu indutor – o governo João Goulart – como elementos integrantes desse modelo teórico.

O conceito de populismo, embora consolidado na historiografia, traz alguns problemas de interpretação que merecem ser aqui tratados. Em sua coletânea de ensaios, Francisco Weffort o relaciona ao período compreendido entre a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964.<sup>102</sup> No entanto, dado o íterim de 1937-1945 ter sido palco da ditadura do Estado Novo, o autor estabelece como sendo a partir de 1945 que o povo tem possibilidades de intervenção política, pois é a partir desse momento que “qualquer político que pretendia funções executivas com um mínimo de autonomia em relação aos grupos de interesses localizados no sistema partidário, deveria, embora de maneira parcial e mistificadora, prestar contas às massas eleitorais”.<sup>103</sup>

Mesmo que por muitos momentos Weffort observe que o populismo tem suas raízes a partir de 1930, ele declara que “o populismo manifesta-se já no fim da ditadura e permanecerá uma constante no processo político até 1964”.<sup>104</sup> Se o autor não deixa dúvidas quanto ao momento de seu término, seu início é passível de muitas discussões. Por isso, optamos por tratar como populismo, para efeitos desta análise, o período que se estendeu de 1945 com o fim do Estado Novo até o golpe civil-militar de 1964,

---

<sup>102</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20.

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*, p. 23.

período esse denominado por Octávio Ianni como “democracia populista”.<sup>105</sup>

### 1.1.1 Desmembrando um conceito polissêmico

Como todo conceito histórico explicativo, também a denominação populismo obedece ao critério da polissemia, quer dizer, da imprecisão ou fluidez de limites passíveis entre as tentativas de aproximação entre modelos teóricos generalizantes e as conjunturas históricas.

Assim, para além da abordagem crítica a propósito de sua periodização histórica, é preciso abordar ao que, de fato, o fenômeno se refere. A respeito de certa visão esquemática do conceito, Weffort o critica por “não termos como distinguir, por exemplo, entre o populismo de Vargas e o de Quadros”.<sup>106</sup> Esse uso irrestrito do conceito, permitindo que ele seja capaz de designar todas as distintas vertentes políticas do período, criticado por Weffort, também será alvo de nossas críticas ao analisar a obra de... Weffort. O autor em questão, a partir da análise do caso concreto do Estado de São Paulo e de duas lideranças importantes dos setores conservadores daquele Estado (Adhemar de Barros e Jânio Quadros)<sup>107</sup> os equivale a mesma cultura política de tradição nacionalista, pois segundo Francisco Weffort: “entre o populismo dos demagogos e o reformismo nacionalista de 1964 sempre existiram afinidades profundas de conteúdo”.<sup>108</sup>

Mais uma vez o autor deixa dúvidas. Embora o “reformismo nacionalista de 1964” seja facilmente identificado como o período do governo João Goulart, a quem ele se refere exatamente quando faz menção ao “populismo dos demagogos”? A definição é muito ampla. Embora explicitamente abarque Adhemar de Barros e Jânio Quadros, ela dá margem para a inclusão de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK), em razão tanto da generalização possível segundo suas próprias palavras, quanto seu marco temporal de 1945-1964. Ou seja, o populismo se transforma numa miscelânea incapaz de definir com precisão práticas e projetos políticos distintos. Parece-nos que, ao tentar

---

<sup>105</sup> IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 54.

<sup>106</sup> WEFFORT, op. cit., p. 26.

<sup>107</sup> Idem, *Ibidem*, p. 30-37.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, p. 38.



definir um modelo de populismo para o Brasil, ele segue à risca a máxima de Antonio Salles: “modelo, como todos sabem, vem a ser algo que não é, mas que a gente imagina que é, para ver como seria se fosse”.<sup>109</sup>

Porém, de toda a obra de Francisco Weffort – de inegáveis méritos, caso contrário não estaríamos aqui discutindo-a – aquilo que nos parece o mais problemático é a confusão entre os conceitos de populismo e nacionalismo, sendo o segundo incorporado pelo primeiro.

Embora Weffort venha tratando os dois conceitos como ideologias distintas, ele evidencia que entre elas há “afinidades de parentesco”.<sup>110</sup> Logo, abre já nessa assertiva um campo de possibilidades de comparações entre as duas ideologias que sugere haver mais semelhanças do que diferenças entre elas.

Mesmo ainda garantindo a existência de diferenças ideológicas,<sup>111</sup> Weffort aponta como pontos semelhantes o fato de os ideólogos do nacionalismo estabelecerem um “esforço político por realizar a mesma idéia mítica do povo-comunidade que aparece em todas as formas de populismo”.<sup>112</sup> A razão disso seria ocultar os tensionamentos e contradições de classes ao nível do discurso político ideológico, com a intenção de possibilitar maior coesão interna para implementação de políticas que, com certo grau de legitimidade, defendessem a idéia presente em ambas ideologias de um compromisso entre as classes, uma acomodação de interesses, cedendo, mediante pressões do “povo” – o que Weffort diz ser o equívoco original do nacionalismo –<sup>113</sup> alguns ganhos ao trabalho em detrimento do capital.

Se não há pontos que levantem maior polêmica na comparação feita por Francisco Weffort das semelhanças, o mesmo não pode ser dito em relação às diferenças sustentadas por este autor entre os conceitos. Segundo o autor, o populismo é espontâneo, tem suas origens diretamente nas massas, prescindindo da importância dos partidos políticos. Afere isso, mais uma vez, a partir do exemplo de Jânio Quadros,<sup>114</sup> e procura estabelecer essa generalização como condição importante ao populismo. Já o nacionalismo diferia, pois

---

<sup>109</sup> SALLES, Antônio. Memória da atmosfera: grades e nós. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (orgs.) *UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1994, p. 251.

<sup>110</sup> WEFFORT, op. cit., p. 25.

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*, p. 38.

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*, p. 40.

<sup>113</sup> Idem, *Ibidem*, p. 39.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

o reformismo nacionalista foi também espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo, expressão tópica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi a sua expressão global e emerge, portanto, diretamente do Estado.<sup>115</sup>

Com relação a essa citação, cabem algumas críticas: o conceito de nacionalismo passa a sofrer adjetivações (“reformismo nacionalista”), o que possibilita uma maior divisão do conceito e que pode levar a algumas dúvidas com relação ao momento exato ao qual o autor pretende se referir. Sendo o populismo amparado nas massas que ascendem, terão elas a mesma ascensão em todo o território do país? A pergunta é pertinente, pois se o nacionalismo é global – por ser amparado diretamente no Estado – ele sim tem abrangência sobre todo o país, portanto, caso a generalização seja procedente, não haverá diferenças regionais entre eles, embora Weffort ainda afirme que elas existam. Além disso, um nacionalismo que venha direto do Estado tem sua denominação, em tese, mais correta enquanto nacional-estatista, e não reformismo nacionalista, que pode ser encarado como sinônimo de nacional-reformismo.

Além disso – ainda dentre as diferenças sustentadas por Weffort entre os dois conceitos – ele afirma que ao nacionalismo faltam lideranças pessoais fortes e organização partidária.<sup>116</sup> Se falta organização partidária, o nacionalismo não pode diferir do populismo, visto que esse prescinde dos partidos políticos, pois está amparado diretamente na relação entre a massa e o líder. Mesmo com algumas figuras de destaque como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e Almino Afonso, os nacionalistas carecem de um líder, pois esses “sempre se limitaram a regiões, como os dois primeiros, ou a funções parciais como os dois últimos”.<sup>117</sup> O argumento regional contrasta nitidamente com os exemplos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros, que são paulistas.

Através dessas diferenças muito pontuais, e com pontos de semelhança cada vez mais intensos, Weffort muda, de maneira muito tímida, seus argumentos de que populismo e nacionalismo são dois conceitos particulares e reorganiza sua conceituação, assimilando o nacionalismo ao populismo, pois “nascido no âmbito do Estado, o

---

<sup>115</sup> WEFFORT, op.cit., p. 42.

<sup>116</sup> Idem, Ibidem, p. 42.

<sup>117</sup> Idem, Ibidem, p. 44.

nacionalismo tornou-se um populismo teórico”,<sup>118</sup> logo passando a esfera de um “populismo nacionalista”.<sup>119</sup> A simbiose entre os conceitos está realizada, e com ela surge uma indistinção. Weffort acaba realizando aquilo que ele mesmo criticava: usa irrestritamente o conceito de populismo, permitindo que ele seja capaz de designar todas as distintas vertentes da política brasileira. Com isso, na perspectiva weffortiana haveria um populismo de direita, dos demagogos, simbolizado por Jânio Quadros, Adhemar de Barros, e talvez Getúlio Vargas. E outro, de esquerda, no qual constem talvez Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mas com certeza João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Francisco Julião e Almino Afonso. Há, dessa maneira, uma fundição de dois conceitos originalmente distintos, o que permite que Luiz Alberto Moniz Bandeira faça a seguinte proposição:

Além do mais, as teorias sobre o populismo, disseminadas, sobretudo em São Paulo, impediam uma interpretação correta do golpe de Estado de 1964 e pura e simplesmente o justificavam. Aplicadas ao governo João Goulart, elas nada explicavam. Pelo contrário, confundiam.<sup>120</sup>

Assim, na bibliografia clássica sobre a questão, o conceito de populismo pode ser entendido como uma categoria explicativa calcada sobre uma relação baseada em um marco temporal – a democracia populista (1945-1964) – combinado com uma aliança entre diversas classes sociais em razão da crise de hegemonia das classes dominantes, mais a importância da existência de lideranças carismáticas somado a uma eficiente política de massas.

Octávio Ianni, em seu trabalho considerado clássico sobre o tema, colocou o estudo em questão dentro do marco denominado “democracia populista (1945-1964)”, pois foi ela que “propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista”.<sup>121</sup> Segundo o autor, dentro dessa proposta de desenvolvimento nacionalista podemos entender a “política externa independente [como sendo] uma manifestação relacionada com o tipo de democracia populista em funcionamento no Brasil”, pois “jogava-se com as condições das outras nações,

<sup>118</sup> WEFFORT, op.cit., p. 44.

<sup>119</sup> Idem, Ibidem, p. 44-45.

<sup>120</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 21.

<sup>121</sup> IANNI, op. cit., p. 62.

relativamente ao Brasil, procurando obter melhores condições econômicas e políticas, na defesa de uma política econômica nacionalista”,<sup>122</sup> privilegiando, dessa maneira, o uso do nacionalismo como conceito operacional para o estudo da Política Externa Independente.

Ianni ainda percebia como componente importante do período o intercâmbio entre assalariados e empresários, no qual os assalariados têm acesso a uma parcela do poder, mesmo que ela seja “sempre conduzida por outros grupos sociais”,<sup>123</sup> que não o proletariado. Perspectiva semelhante tem Francisco Weffort em relação aos grupos sociais que sustentavam o populismo, definindo a questão como sendo

uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado.<sup>124</sup>

Percebe-se, assim, uma relativa abertura para o emprego de uso de termos, tais como “aliança”, que demonstram a eficácia de propósitos típicos do nacionalismo, quer seja, a coesão – ou mesmo união – entre diferentes grupos sociais com um objetivo comum: o desenvolvimento econômico-social.

### **1.1.2 – Carisma: Componente Sobrenatural do Populismo**

Um dos componentes centrais para a dinâmica do populismo é o uso do conceito de carisma. Poucos são os autores capazes de negar sua existência, seja no uso para o populismo, seja para usos diversos. Mesmo alguns dos críticos mais ferrenhos da utilização do conceito de populismo não conseguem abandonar o emprego da categoria

---

<sup>122</sup> IANNI, op.cit., p. 66. Interpolações nossas.

<sup>123</sup> Idem, Ibidem, p. 59.

<sup>124</sup> WEFFORT, op. cit., p. 85.

carisma, como, por exemplo, Darcy Ribeiro,<sup>125</sup> para quem o “carisma é a qualidade daquele líder distinguível entre todos, como se tivesse uma estrela na testa. Os gregos antigos o definiam [o líder carismático] como aquele que, ao entrar no templo, enche o templo”.<sup>126</sup> Mas o que exatamente distingue o carisma? O que é essa “estrela na testa”? São respostas difíceis de serem obtidas; aparentemente o carisma tem no seu aspecto não-humano – beirando o sagrado – sua maior dificuldade de precisão.

Em relação à existência do fator carisma na composição do modelo populista, tanto Francisco Weffort como Octávio Ianni observaram na política de massas uma subordinação em relação às lideranças carismáticas, sendo alvos de contestações por Miguel Bodea,<sup>127</sup> que analisou o carisma como sendo construído no partido político, e não a partir de qualidades pessoais inatas. Embora Bodea realize um estudo regional e, portanto, ele mesmo reconheça os limites de sua pesquisa, é possível extrapolar os limites geográficos de suas conclusões, em razão de elas serem aplicadas às figuras de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, todos de grande protagonismo nacional no período estudado – no que diferem do caso utilizado por Francisco Weffort em relação a Adhemar de Barros e Jânio Quadros, que à exceção extemporânea do último, não tiveram as mesmas dimensões no território brasileiro, sendo muito identificados com o caso específico de São Paulo. Para Bodea:

Na avaliação de todas as carreiras políticas – desde as de Vargas e Pasqualini até as de Jango e Brizola – torna-se patente que nenhum destes líderes teria desenvolvido seu prestígio junto às massas – ao menos no âmbito regional – sem passar pelo crivo do partido, com suas disputas internas [...] Evidentemente, depois de serem sacramentadas suas lideranças e candidaturas no *nível partidário*, todos estes líderes criaram uma projeção própria de *liderança de massa* para fora e até acima do partido.<sup>128</sup>

E Miguel Bodea avança em relação à sua própria análise. Percebe um espaço

---

<sup>125</sup> O teor das críticas de Darcy Ribeiro ao conceito de populismo, em que pese sua demasiada simpatia por Getúlio Vargas, pode ser melhor compreendido a partir da seguinte citação: “os inocentes costumam caracterizar Getúlio e Jango como populistas, conceito correspondente aos que fazem carreiras demagógicas, tudo prometendo ao povo para, montados no poder, servir às classes dominantes. É o caso, no Brasil, de Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Jamais o de Getúlio e Jango, ambos desapeados do poder pelos setores mais reacionários, precisamente porque não eram populistas, mas temidos pela reação por sua postura oposta. Tinham pavor do pendor reformista de ambos, que ameaçava comprometer a velha estrutura oligárquica de poder, assentada no latifúndio e na submissão a interesses estrangeiros”. RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 296.

<sup>126</sup> Idem. *Ibidem*, p. 471. Interpolações nossas.

<sup>127</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1992, p. 194-195.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, p. 197. Interpolações nossas.

ainda existente nessa construção que se origina nos partidos políticos até a elaboração última do carisma, elemento constitutivo do líder populista. E preenche esse espaço com o papel desempenhado pela estrutura do Estado:

Apenas numa terceira fase, e, aí sim, a partir do momento em que o líder partidário assume posições de destaque no aparelho de Estado é que começa a surgir o fator *carisma*. Os exemplos mais nítidos disto são Vargas, Brizola e Jango. Apenas a partir do exercício da presidência da república, da prefeitura de Porto Alegre e do Ministério do Trabalho, respectivamente, é que se desenvolve, de forma significativa, o aspecto *carismático* de suas lideranças. Pasqualini – que não assume nenhuma função executiva, ao nível de aparelho do Estado, a partir de 1945, embora respeitado como líder e pensador dentro e fora do partido, nunca chega a assumir a áurea carismática dos demais líderes populares do trabalhismo. O caso gaúcho sugere efetivamente uma interessante relação entre *carisma e poder estatal*, posterior e acima da consolidação de uma relação líder-partido, partido-massa ou da relação direta líder-massa. O carisma parece, portanto, depender mais da intermediação do Estado que do partido junto à massa.<sup>129</sup>

Dessa forma, Bodea demonstrou como o suposto carisma das lideranças populistas está vinculado ao papel dos partidos políticos e do uso do Estado, interpretando um fator – anterior e posteriormente a ele ainda utilizado como elemento constitutivo do populismo – para, de forma original, invalidá-lo.

Possivelmente Weffort tenha incorporado algumas das críticas à importância do carisma no conceito de populismo, muito presentes em seu artigo de 1966,<sup>130</sup> quando ele centrava sua análise no fenômeno Jânio Quadros:

Por outro lado, qualquer comparação mesmo ligeira, entre os *estilos* de liderança de Jânio Quadros e dos demais chefes populistas, evidenciará naquele um estilo mais radical: enquanto os demais tendem para uma dominação do tipo patriarcal que exige alguma forma de compromisso com algum tipo de estrutura partidária, Jânio Quadros se aproxima da liderança de tipo carismático que nega, de princípio, todas as formas estabelecidas do poder. Esta liderança carismática é radical no sentido de que, como estabelece Weber, consiste essencialmente num chamamento à obediência e devoção à *pessoa* do chefe, e deste modo nega, de princípio, todas as normas já estabelecidas. Esta característica irracional da liderança janista, conquanto não resuma todo o seu conteúdo, é dos aspectos mais importantes a considerar na análise.<sup>131</sup>

Em sua análise da dominação, Max Weber percebe a existência de três tipos

<sup>129</sup> BODEA, op.cit., p. 201. Grifos nossos.

<sup>130</sup> WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, maio 1966.

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*, p. 150.

puros de dominação: a legal, a tradicional, e a carismática.<sup>132</sup> Enquanto no tipo puro de dominação legal e tradicional são as figuras da burocracia e do patriarca, respectivamente, aquelas que ordenam os dominados, no tipo carismático esse papel quem cumpre é ou o profeta, ou o herói guerreiro ou o grande demagogo.<sup>133</sup>

Esse tipo de dominação, segundo Weber, se sustenta “em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e seus dotes sobrenaturais (*carisma*) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória”.<sup>134</sup> Como não podemos aceitar como razoável que Weffort tenha associado Jânio Quadros ao líder carismático em razão de atributos mágicos ou capazes de prever o futuro, e como não é sabido de nenhum ato de heroísmo realizado pelo político paulista, resta-nos admitir que a razão da associação proposta por Weffort esteja embasada pelo poder intelectual ou de oratória de Quadros.

É sabido, até mesmo pelo folclore político, que foi a oratória uma das maiores razões do destaque político atingido por Jânio Quadros. Tendo um discurso convincente e claramente moralista, atingiu diversos postos na carreira política (meteórica, no entendimento de muitos analistas) chegando, inclusive, ao posto de presidente do Brasil. Em razão disso, não há porque contestarmos o seu poder intelectual ou seu poder de oratória. Mas entendemos que só isso não é capaz de sustentar a comparação com o que Weber denominou líder carismático.

Para tanto, Weffort deve ter se baseado – e não conseguimos vislumbrar alternativa – na seguinte afirmação de Max Weber:

O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação dos profetas, do herói guerreiro e do grande demagogo.<sup>135</sup>

É real que Jânio Quadros representava uma liderança nova na política brasileira, até ser eleito em 1960. Ele rompia com o cotidiano da política, seja pelo simbolismo de suas ações, seja pela novidade das coisas que dizia, ou melhor, a novidade do tom das coisas que ele dizia, dado serem muitas delas associadas ao antigo moralismo político e social. Essas práticas e representações que Jânio Quadros propiciava mexiam com as

<sup>132</sup> COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1991, p. 128; 131; 135.

<sup>133</sup> Idem, *Ibidem*, p. 128; 131; 135.

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*, p. 134-135.

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*, p. 135.

emoções de muitos eleitores, de distintas classes sociais. Essa é uma comparação que parece se sustentar, ainda mais se aliada com seu poder intelectual (capaz de articular todos esses fatos e sentimentos) e sua capacidade de comunicação com as pessoas.

Quadros não se sustentaria enquanto profeta, numa análise de cunho iluminista como a que pretendemos estar realizando; tampouco seria capaz de atrelar a si alguns dos elementos capazes de projetá-lo como herói guerreiro. É na figura do grande demagogo que ele se destaca. E justo nessa comparação, a mais plausível, dentre as possíveis na leitura realizada por Francisco Weffort de Max Weber, é que a comparação não se sustenta, não por ser inverossímil, mas sim por um anacronismo de caráter histórico.

Ao associar Jânio Quadros ao grande demagogo da leitura weberiana para, a partir disso, identificá-lo como líder populista com base na liderança de tipo carismático, Weffort ajuda a disseminar uma leitura baseada no senso comum, na qual demagogo é sinônimo das piores práticas políticas existentes no cenário nacional. Aurélio Buarque de Holanda, em seu dicionário de língua portuguesa homônimo, nos esclarece sobre os significados possíveis do termo:

demagogo

(ô) [Do gr. demagogós.]

Substantivo masculino.

1. Na Grécia antiga, cada um dos chefes do partido democrático durante a guerra do Peloponeso.
2. Chefe de facção popular.
3. Político inescrupuloso e hábil que se vale das paixões populares para fins menos lícitos.
4. Partidário da demagogia.
- Adjetivo.
5. Demagógico (2).<sup>136</sup>

Weffort opta, de forma talvez desatenta, ao significado do ponto 3. Dessa maneira, ele ajuda a obscurecer os pontos 1 e 2, fazendo coro ao senso comum que percebe como demagogo aquele político de poucos escrúpulos, quer seja no trato com a coisa pública, quer seja na elocução de discursos sem compromissos com realizações materiais. Isso, redimensionando a figura de Jânio Quadros de uma posição singular para uma generalização (elaborada por quem lê) com os demais políticos coetâneos ao ex-presidente brasileiro, todos como líderes populistas, permite confusões na leitura do

---

<sup>136</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. Demagogo. In: HOLANDA, Aurélio Buarque de. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. Curitiba: Positivo, 2004.



sociólogo alemão.

Weber nos deixa claro que, ao referir-se ao demagogo, está se referindo ao

político carismático – o ‘demagogo’ – [que] é um produto da cidade-estado ocidental. Na cidade estado de Jerusalém somente aparecia com vestimenta religiosa, como profeta. Já em Atenas, a partir das inovações de Péricles e Efialtes (na reforma constitucional democrática de 462 a.C.) a Constituição ajustava-se exatamente à sua medida e a máquina estatal não teria podido funcionar sem ele.<sup>137</sup>

Fica claro, portanto, que Weber trata por demagogo um tipo histórico determinado na Antigüidade, seja ela a Clássica ou a Oriental. Fica nítida a relação entre o que Weber entende por demagogo, com o ponto 1 descrito por Buarque de Holanda, como demonstrado anteriormente. Embora não tenha a mesma nitidez, a relação entre demagogo e o ponto 2, que se refere ao líder popular, não só é possível, como desejável, se fosse aplicado a qualquer um daqueles denominados de líderes populistas por Weffort.

Possivelmente Weffort tenha incorporado algumas das críticas à importância do carisma no conceito de populismo, muito presentes em seu artigo de 1966, como demonstra a citação anteriormente utilizada,<sup>138</sup> pois essa passagem (além de duas páginas tratando sobre Jânio Quadros e o fator carisma) é suprimida da nova versão do texto editada em 2003. Isso pode representar tanto uma economia de páginas para efeitos de editoração, quanto uma revisão do conceito de populismo, diminuindo significativamente a importância do carisma para sua explicação.

### 1.1.3 Política de massas e manipulação

Ianni também definiu, a exemplo de Weffort, o populismo como sendo uma “política de massas”. Essas “massas” teriam sido formadas a partir da industrialização do país, processo que teve grande aceleração a partir do modelo de substituição de importações ou “modelo getuliano”<sup>139</sup> de desenvolvimento, o qual se fundamentava,

<sup>137</sup> COHN, op. cit., p. 136. Interpolações nossas.

<sup>138</sup> Estamos nos reportando à nota de rodapé 130.

<sup>139</sup> IANNI, op. cit., p. 54.

entre outras bases, na “política externa independente”.<sup>140</sup> O autor considerou todo o período como tendo na “política de massas um elemento crucial”,<sup>141</sup> e percebeu como elemento constitutivo dessas “massas” uma composição entre trabalhadores de origem rural e urbana, o que lhes daria um caráter de passividade. Segundo o próprio autor, “a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado”.<sup>142</sup> Dessa forma, a política de massas para Ianni também tem forte componente de manipulação. O que fica ainda mais claro quando ele explica a tese de sua obra: “Na verdade, reconstruímos a formação, apogeu e colapso da política de massas, conhecida também como populismo”.<sup>143</sup> Se a política de massas organiza, controla e utiliza a força política dos trabalhadores, evidentemente ela os manipula. E se a política de massas é sinônimo de populismo, fica claro que neste existe manipulação dos trabalhadores.

Talvez o ponto que mais tenha despertado polêmicas nas interpretações sobre o populismo seja a manipulação das massas. Como vimos, para Ianni, a política de massas – portanto, o populismo – funcionou como elemento de manipulação. O mesmo coloca Weffort. Todavia, em seu trabalho há uma passagem que permite um avanço nessa análise, ao escrever que “o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta”.<sup>144</sup> Assim, para o autor, é preciso e necessário “discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de ‘massa de manobra’ para os grupos dominantes”.<sup>145</sup> Porém, os estudos baseados no conceito de populismo não conseguiram atingir esse “ponto”, ficando restritos à idéia da manipulação apenas; crítica também presente em historiadores que se colocam de forma mais branda em relação ao populismo como conceito explicativo, como Marcelo Badaró Mattos, para quem – ao analisar a historiografia acerca do governo Goulart –

de uma forma geral, esse marco interpretativo [o populismo] permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe,

<sup>140</sup> IANNI, op.cit., p. 66. O autor parece considerar a política externa independente como sendo praticada desde o segundo Governo Vargas, associando-a ao “nacionalismo desenvolvimentista” e a “doutrina da chantagem”. Não concordamos com o autor, por entendermos que a Política Externa Independente é o substantivo próprio das configurações da política externa do Brasil do período de 1961-1964.

<sup>141</sup> Idem, Ibidem, p. 55.

<sup>142</sup> Idem, Ibidem, p. 63.

<sup>143</sup> Idem, Ibidem, p. 206.

<sup>144</sup> WEFFORT, op. cit., 2003, p. 70.

<sup>145</sup> Idem, Ibidem, p 81.

entendido em meio à análise de um processo mais amplo. Leituras reducionistas, que deram exagerado peso a apenas um desses conjuntos de fatores, foram criticadas com razão, mas não constituíam o padrão das análises, que costumaram apontar para a múltipla causalidade na explicação do processo que culminou com o golpe. No entanto, algumas das derivações dessas interpretações eram bastante problemáticas, como aquela que reduzia as formas organizativas dos trabalhadores a um modelo de ‘sindicalismo populista’.<sup>146</sup>

De certa maneira, é a busca dessas “interpretações problemáticas”, que conduziram historiadores que não concordam com a idéia da passividade das massas – como Jorge Ferreira – a assim se manifestar: “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo”.<sup>147</sup> Daniel Aarão Reis Filho radicalizou a perspectiva de Ferreira, ao argumentar a existência de um “protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945”.<sup>148</sup>

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, esse “protagonismo crescente das classes trabalhadoras” gerou uma reação dos setores conservadores da sociedade, que se sentiram ameaçados. E essa ameaça tinha uma razão; o que ele definiu como “tradição trabalhista”, que fora constituída no quadro da urbanização e da industrialização<sup>149</sup> do país, sendo caracterizada por:

---

<sup>146</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 28, Nº. 55, jan-jun. 2008, p. 247.

<sup>147</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 63.

<sup>148</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 344.

<sup>149</sup> É conveniente esclarecermos, sob pena de sermos mal-entendidos, que estamos fazendo a crítica estritamente ao emprego do conceito de populismo. Temos claro que o período 1945-1964 foi um período de amplas transformações sociais, como bem o demonstram João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, em longo e bem fundamentado artigo. Para esses autores, a maior marca do período que analisam – 1930 a 1980 – fica evidente por estar a “sociedade em movimento”, resultado de uma “industrialização acelerada e urbanização rápida” ao longo de todo o período, e tendo como ponto de inflexão o golpe de 1964, encerrando uma longa disputa: “O que estava em jogo [até o golpe civil-militar], isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos *conscientes* de seus direitos, educados, verdadeiramente *autônomos*, politicamente *ativos*.” MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea/ coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lília Moritz Schwarcz*. São Paulo: Companhia das Letras, Volume 4, 1998, p. 582, 585, 618, 621. Interpolações e grifos nossos. Ressaltamos, por fim, que ao longo do artigo, em nenhum momento os autores se valeram do termo, conceito, ou noção de populismo, pois, para os autores, assim como para nós, o emprego do conceito populismo implica indispensavelmente a noção de passividade e manipulação dos trabalhadores enquanto atores políticos. Ao optarem pelo não uso do conceito de populismo, João Manuel Mello e Fernando Novais privilegiaram enfatizar os atributos “conscientes”, “autônomos”, “ativos” dos cidadãos do período 1945-1964.

Um programa nacionalista, estatista e popular. [com] Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. [sendo um] Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. [com] Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego.<sup>150</sup>

Ianni, por sua vez, abriu uma nova vertente no quadro da democracia populista, a do “projeto reformista, amplamente apoiado na política de substituição de importações, como principal artifício tático. Esta é a orientação predominante a partir de 1945”.<sup>151</sup> Por reformismo, Ianni definiu uma política capitalista contrária ao imperialismo e ao latifúndio e a favor das reformas de base, rompendo, dessa forma, com a subserviência aos setores externos e com a sociedade tradicional, o que seria a causa do colapso do populismo no Brasil.<sup>152</sup> Weffort percebeu que, em dado período do governo João Goulart,

a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiam as margens do redistributivismo econômico. É nessa fase que a temática das reformas de estrutura começa a fazer-se popular.<sup>153</sup>

Partindo dessa fase, Reis Filho procurou explorar as reformas, associando-as com as

lutas nacionalistas (contra o capital estrangeiro, por uma lei rigorosa sobre a remessa de lucros para o exterior, pela afirmação do poder e da cultura nacionais), pela distribuição de renda (aumentos salariais, reforma tributária) e de poder (voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas, controle sobre poder econômico nas eleições etc).<sup>154</sup>

<sup>150</sup> REIS FILHO, op. cit., p. 345. Interpolações nossas.

<sup>151</sup> IANNI, op. cit., p. 92.

<sup>152</sup> O sentido de reformismo para Ianni é praticamente idêntico ao de tradição trabalhista de Reis Filho, não fosse o papel essencial que este atribuiu ao protagonismo popular.

<sup>153</sup> WEFFORT, op.cit., 2003, p. 85.

<sup>154</sup> REIS FILHO, op. cit., p. 346.

Para Daniel Aarão Reis Filho, isso demonstrava o ápice da participação das massas populares na vida política nacional – e de forma consciente – dentro da lógica da tradição trabalhista. Ou seja, a lógica daqueles que, dentro do sistema capitalista de produção, estavam inseridos profissional e socialmente, desejando melhores condições de trabalho e de vida. É justamente esse protagonismo popular, na visão de Daniel Aarão Reis Filho, que vem sendo acobertado pelo epíteto do populismo; nada mais do que uma invenção das forças conservadoras, na tentativa de destruir a tradição trabalhista, “apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo”.<sup>155</sup> É importante salientarmos que trabalhismo, na perspectiva de Reis Filho, é sinônimo de nacional-estatismo,<sup>156</sup> não tendo relações reais com o conceito de populismo, o qual, segundo Jorge Ferreira, não deve ser compreendido como

Um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido “populista”, mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e portanto construída, para explicar essa mesma política.<sup>157</sup>

Nesse sentido entendemos o populismo como conceito construído, para uma finalidade comum a diversos interessados:

além da imprensa e de novos sociólogos, agora das universidades, agregaram-se os militares golpistas, a direita civil, a Igreja, os capitalistas, as classes médias conservadoras e os crentes na ortodoxia marxista-leninista. Todos, no dizer de Daniel Aarão Reis Filho, tinham contas a ajustar com o grande inimigo: o trabalhismo.<sup>158</sup>

Dentro desse embate, que foi travado inclusive nas instâncias teóricas, é que a Política Externa Independente estava inserida, pois:

<sup>155</sup> REIS FILHO, op.cit., p. 347.

<sup>156</sup> Para Reis Filho, “desde os anos 30 e 40, as classes populares da América Latina e do Brasil constróem tradições nacional-estatistas (no Brasil, trabalhistas). [...] Getúlio Vargas, Juan Perón, Lázaro Cárdenas, Augusto Sandino, Jacob Arbenz, Camilo Cienfuegos, Fidel Castro, João Goulart, Leonel Brizola, entre muitos e muitos outros, apesar de suas diferenças substantivas, que correspondem também às diferenças dos momentos históricos vivenciados, constituem uma galeria de **líderes carismáticos**, exprimindo uma longa trajetória de lutas sociais e políticas, em grande medida marcadas pelos programas, métodos e estilos de fazer política do nacional-estatismo”. Idem, Ibidem, p. 375. Grifos nossos para evidenciar como, mesmo na produção crítica ao conceito de populismo, o fator carisma persiste. Interpolações nossas.

<sup>157</sup> FERREIRA, op.cit. 2001, p. 63-64.

<sup>158</sup> Idem, Ibidem, p. 121.

Assim, em meio a dois projetos distintos e antagônicos de Estado, ostensiva ou veladamente, a política externa – sobretudo a apropriação ideológica de que foi alvo – desempenhou papel fundamental no debate político. Em suma, tendo sua importância ampliada – muito mais do que queria, muito além do que poderia ser –, a Política Externa Independente viu-se enredada numa trama que, em muito, ultrapassava seus limites. Ela foi o pano de fundo de uma luta política e ideológica bem maior: a “conquista do Estado”, na feliz expressão de Dreifuss.<sup>159</sup>

O enquadramento da PEI dentre os componentes do modelo populista, assim demonstrado, foi parte de uma estratégia de disputa pelo poder. Embora a corrente historiográfica mais crítica ao populismo ainda não tenha cunhado um conceito capaz de aglutinar de forma mais precisa o conjunto dos anos 1945-1964 – tarefa importante para dar maior fundamentação a seus propósitos – suas ponderações não podem ser ignoradas.<sup>160</sup> O primeiro passo para compreender real dimensão histórica da Política Externa Independente é analisá-la dentro de uma nova possibilidade, que não a do populismo, para que possam ser resgatados seus verdadeiros objetivos; verdadeiros, ao menos, dentro da concepção de cada um dos grupos em disputa nos anos 1950-1960.

---

<sup>159</sup> BARBOSA, Antonio José. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. In: MARTINS, Estevão C.de Rezende (org.). *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina* (Estudos em homenagem a Amado Luiz Cervo). Brasília: IBRI, 2003, p. 272.

<sup>160</sup> Segundo Cássio Alan Abreu Albernaz, os historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira propuseram o uso das categorias “pacto trabalhista” (p. 50) e “projeto trabalhista” (p. 52), respectivamente. Realizando críticas a ambas categorias, o autor propôs o uso de “sistema político populista” (p. 92-93; 214-215) cunhado por John French. Poderíamos incluir dentre essas alternativas também “tradição trabalhista” utilizado por Daniel Aarão Reis Filho. No entanto, a nosso ver, nenhuma delas é suficientemente generalizante para abarcar todas as especificidades do período, pois tanto as perspectivas calcadas no trabalhismo (mesmo em sentido amplo) não dão conta do projeto alternativo, que pode ser considerado como liberal. Em relação ao termo de John French adotado por Cássio Albernaz, não nos parece plenamente capaz de romper com o conceito de populismo, principalmente, em termos de periodização. ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o Queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. 233 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

## 1.2 – Nacionalismo

Com base nas críticas realizadas ao uso dos conceitos de nacionalismo e populismo propostos por Weffort, no qual o nacionalismo acabava sendo incorporado pelo populismo, e somado as críticas realizadas por Miguel Bodea, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, gostaríamos de propor outro enfoque para o período 1945-1964.

A opção se dará pela utilização do conceito de nacionalismo. Entendemos ser a partir dele que melhor se explica a relevância da Política Externa Independente para o período estudado. Mesmo com graus variáveis, o nacionalismo – juntamente com a idéia do desenvolvimento – é a tônica dos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, estando presente inclusive nos momentos de transição entre a morte do presidente Vargas e a posse do presidente Kubitschek.<sup>161</sup>

Se retomarmos uma passagem de Octávio Ianni, podemos perceber isso com maior nitidez, quando ele assevera que: “Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações. Borghismo, quererismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro”.<sup>162</sup> Salientamos a falta da denominação janista nessa listagem, pois, para o autor – diferentemente de Weffort – Jânio Quadros não tem o mesmo peso de importância, sendo, por isso mesmo, dispensável ao populismo brasileiro. Isso se explica, ainda com maior força, se substituirmos na citação de Ianni, o termo populismo por nacionalismo, o que nos faz pensar que, mesmo o nacionalismo, não pode ser entendido como conceito indivisível, tendo ele algumas especificidades, dentre elas:

O nacionalismo trabalhista/petebista, nos primeiros anos de atuação do partido, confundia-se com o nacionalismo varguista, e no segundo governo Vargas (1950-1954), com os projetos econômicos do governo federal. Dessa forma, o PTB e significativos segmentos da população trabalhadora brasileira naqueles anos se mobilizaram em torno da defesa de projetos

---

<sup>161</sup> Mesmo no interregno Café Filho, o debate em torno do nacionalismo mantém sua força e atualidade, como no episódio da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que favoreceu a entrada de capitais estrangeiros no país. Além disso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto número 57.608, assinado pelo presidente João Café Filho. TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 203.

<sup>162</sup> IANNI, op.cit., p. 206.

governamentais, como os referentes à implantação de empresas estatais, a saber: Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras, Eletrobrás e Fábrica Nacional de Motores. Tal objetivo de dotar o país de uma ampla rede de indústrias de base e de infra-estrutura controladas pelo Estado fundia duas concepções: estatismo e nacionalismo.<sup>163</sup>

Todavia, entendemos como problemático referirmo-nos ao período 1945-1964 como sendo nacional-estatista (denominação também utilizada por Daniel Aarão Reis Filho) em razão de falta de especificidade histórica do termo. Vale lembrar que o governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), com sua proposta de Brasil Potência, repetiria quase todos os mecanismos nacional-estatistas, porém sem o mesmo sentido de incorporação política dos trabalhadores presentes nos anos 1950 e início dos 1960.

A inspiração para a divisão do conceito de nacionalismo para o período 1945-1964 no Brasil advém do trabalho de um dos mais brilhantes historiadores vivos de todos os tempos, Eric Hobsbawm.<sup>164</sup> Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner e Benedict Anderson, Eric Hobsbawm vê o início do nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo.<sup>165</sup> Para Hobsbawm no início do nacionalismo, próximo a Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”.<sup>166</sup> Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson.<sup>167</sup>

---

<sup>163</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 184-185.

<sup>164</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>165</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983, p. 44; ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 12. Outros estudiosos dirão, ainda, que o nacionalismo e a nação têm mais de dois milênios, como é o caso de Anthony D. Smith ou Lord Acton, embora essa não seja a periodização utilizada para esta pesquisa. SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208; ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.

<sup>166</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 33

<sup>167</sup> Benedict Anderson entende a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Dialoga diretamente com Gellner, ao criticar este por associar a invenção das nações a “contrafação” e “falsidade”, quando deveria interpretar essa invenção como “imaginação” e criação”. E explica a nação como “imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. Anderson elabora, como acabamos de perceber, a explicação daquilo que daqui por diante nos referiremos como sentimento de nacionalidade, ou sentimento nacional. Além disso, a nação é imaginada como soberana



No transcorrer do século XIX, o nacionalismo deixa de ter predominância revolucionária e passa a estar sob a hegemonia liberal. Dessa maneira, poderíamos dizer que a liberdade se sobrepôs à igualdade, dentro de uma perspectiva da tríade do discurso revolucionário. Isto favoreceu para que o elemento fundamental do nacionalismo liberal fosse a economia, mesmo que a cultura fosse observada em determinados discursos.<sup>168</sup> Assim, podemos perceber que o nacionalismo econômico teve importância também na Europa, em uma dada conjuntura histórica, não sendo privilégio dos países latino-americanos, e nos limites deste trabalho, do Brasil da experiência democrática de 1945-1964.

É importante ressaltarmos que Hobsbawm observa nas massas votantes a força que a questão nacional toma pós 1880. Para o autor, o fenômeno político do nacionalismo só “se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização européia”.<sup>169</sup> Pois nessa conjuntura histórica, o nacionalismo passava por uma alteração não de finalidades, mas de objetivos: suas finalidades eram as mesmas da época da Revolução Francesa, unir o povo; seus objetivos modificaram-se, de princípios políticos de cidadania para princípios econômicos de expansão do capitalismo.

Para Hobsbawm, o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a década de 1950. A partir da formação da Liga das Nações – como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da emergência da Revolução Russa – o princípio de nacionalidade do presidente estadunidense Wilson fez com que as fronteiras dos Estados coincidisse com as fronteiras das nacionalidades e das línguas.<sup>170</sup> Ao longo do tempo essa divisão artificial traria novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical”.<sup>171</sup> Hobsbawm, ao analisar o período entre-guerras na

---

pelo momento na qual ela nasceu, época do Iluminismo e da Revolução Francesa, pautada pela participação e cidadania. E por fim, é imaginada como comunidade por ser capaz de produzir um sentimento de pertencimento, com um companheirismo profundo e horizontal, fraterno como um dos componentes da tríade discursiva revolucionária. ANDERSON, op.cit., p. 14-16.

<sup>168</sup> HOBSBAWM, op.cit., p. 44.

<sup>169</sup> Idem, Ibidem, p. 55-56.

<sup>170</sup> Idem, Ibidem, p. 159-161.

<sup>171</sup> HOBSBAWM, op.cit., p. 144. Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil: na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista

Europa, aponta que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequenteiramente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”,<sup>172</sup> o que nos permite relacionar o nacionalismo e as esquerdas no Brasil, em razão principalmente de um discurso comum antiimperialista, ao longo do período 1945-1964.

Por fim, Eric Hobsbawm analisa o período posterior a 1950 na Europa. Com a perspectiva de fim do século XX, o autor demonstra como o nacionalismo – inicialmente um fenômeno histórico do capitalismo que visava a união do povo e posterior expansão passou, ao longo dos anos, de um discurso liberal e de esquerda a um discurso xenófobo e de direita – já não se preocupava mais com o desenvolvimento histórico, em uma perspectiva otimista. Os nacionalismos de fins do século XX passaram a ser “essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião”.<sup>173</sup> No entanto, reafirma o caráter histórico do nacionalismo mais recentemente, ao nos advertir que embora “nada de bom advirá disso”, também “não vai durar para sempre”.<sup>174</sup> Embora o nacionalismo brasileiro não tenha se desenvolvido de forma separatista como o europeu, sofreu significativas mudanças ao longo de sua existência por ser um fenômeno histórico. É a partir dessa contribuição de Eric Hobsbawm como instrumento de análise que nos valeremos no desenvolvimento desse capítulo, de forma consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos.

Dessa maneira, pretendemos esboçar uma divisão temporal em três partes para o nacionalismo brasileiro do período 1951-1964. Optamos não incluir o período do Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mesmo nele havendo já presentes disputas no nível político entre os partidários do nacionalismo e seus opositores,<sup>175</sup> em razão de

---

dos ditadores militares que assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 31 de março/ 1 de abril de 1964.

<sup>172</sup> HOBBSAWM, op.cit., p. 176.

<sup>173</sup> Idem, Ibidem, p. 196.

<sup>174</sup> HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 282.

<sup>175</sup> Vânia Maria Losada Moreira nos alerta que o nacionalismo, enquanto movimento social e político, começa a ganhar força já em 1943 (ainda na ditadura do Estado Novo) com a campanha “O petróleo é nosso”. Seu êxito se completa em 1953, com a criação da Petrobrás. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência*

no plano internacional o Brasil estar plenamente alinhado aos Estados Unidos da América (EUA) e ter rompido relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que esvaziaria os propósitos de analisar o nacionalismo como ponto de sustentação da Política Externa Independente.

### 1.2.1 O Nacionalismo no início da década de 1950

Segundo Simon Schwartzman,<sup>176</sup> foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. Como o local de encontro desse grupo era o Parque Nacional de Itatiaia – entre o Rio de Janeiro e São Paulo – ele ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. E, já a partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Ainda de acordo com Simon Schwartzman, “a importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.<sup>177</sup>

Para Schwartzman, o IBESP teria funcionado entre 1953 e 1956, tendo editado 5 volumes dos referidos Cadernos.<sup>178</sup> Embora o autor aponte o IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo* como sendo o berço da ideologia do nacionalismo e do ISEB, nos parece que o nacionalismo já era uma constante no Brasil dos anos 40/50, sendo o diferencial do IBESP e dos *Cadernos de Nosso Tempo*, segundo o autor, a sistematização desse nacionalismo, que é o que ele aponta como “toda a ideologia do nacionalismo”.

O foco da apresentação sobre os *Cadernos de Nosso Tempo* escrita por Simon Schwartzman é o IBESP. Ele cita o ISEB apenas como um continuador do projeto do

---

democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 169-170.

<sup>176</sup> SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UNB, 1979, p. 3.

<sup>177</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3

<sup>178</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3.

IBESP, ao contrário de Caio Navarro de Toledo<sup>179</sup> que tem no ISEB seu foco privilegiado de análise, e por isso mesmo, cita o IBESP apenas como embrião do ISEB.

Schwartzman, assim como Toledo em relação ao ISEB, aponta existirem diferentes correntes teóricas na composição do IBESP.<sup>180</sup> O que se justifica, dada a extensa nominata dos colaboradores dos *Cadernos de Nosso Tempo*.<sup>181</sup> Mesmo com essa longa lista de nomes, e com a pluralidade de interpretações que ela possibilitava, alguns elementos davam coesão e unidade a esses intelectuais, em maior ou menos grau, a saber:

A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política [...]<sup>182</sup>

Esses elementos nos interessam, para efeitos desse trabalho (com exceção do que se refere à racionalização da gestão pública), por estarem intimamente ligados com os pressupostos da Política Externa Independente. Além disso – que por si só já justificaria plenamente esse primeiro período do nacionalismo proposto por nós – um dos colaboradores do IBESP é Hermes Lima. Durante o governo João Goulart (1961-64), Hermes Lima ocupou os cargos de primeiro-ministro na fase parlamentarista e, cumulativamente, o de ministro das Relações Exteriores entre os meses de setembro de 1962 e janeiro de 1963, continuando à frente da pasta das Relações Exteriores até junho de 1963, já então no sistema presidencialista de governo.<sup>183</sup>

Ainda segundo Simon Schwartzman, e aqui o seu trabalho se mostra extremamente pertinente para nossos objetivos principais, os intelectuais do IBESP tinham em seu horizonte de análises

---

<sup>179</sup> TOLEDO, op.cit, 1997.

<sup>180</sup> SCHWARTZMAN, op.cit., p. 3; TOLEDO, op.cit., p. 10-12; 116.

<sup>181</sup> São eles: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes. SCHWARTZMAN, op.cit., p. 3.

<sup>182</sup> Idem, Ibidem, p. 3.

<sup>183</sup> No livro organizado por Simon Schwartzman um dos ensaios é de autoria de Hermes Lima, com o expressivo título de “Significação do Nacionalismo”.

a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional [...] parece responder ao clima particularmente agudo da Guerra Fria no início da década de 50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma idéia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos.<sup>184</sup>

No estudo já clássico de Caio Navarro de Toledo sobre o ISEB, suas preocupações são de caráter ideológico e filosófico, como ele mesmo faz questão de esclarecer no prefácio da obra.<sup>185</sup> Com refinada análise utilizando-se de um aparato conceitual baseado em ideologia e alienação, conceitos marxistas muito bem trabalhados pelo autor, sua obra privilegia aquilo que consideraremos o segundo momento do nacionalismo, quer seja, o nacional-desenvolvimentismo. O próprio autor nos adverte quanto a isso: “Detivemo-nos particularmente no exame dos trabalhos isebianos publicados durante o período chamado de desenvolvimentismo (governo Juscelino Kubitschek – 1956-1960), embora sejam assinaladas algumas referências que apontam para (e interpretam) outros momentos da vida da instituição”.<sup>186</sup>

Para Toledo “a idéia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)”.<sup>187</sup> Toledo se refere ao Decreto nº 57.608, datando de 14 de julho de 1955, assinado pelo presidente João Café Filho,<sup>188</sup> como sendo o momento de fundação do ISEB. E acrescenta outros nomes componentes do IBESP que não constavam na lista de Schwartzman, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, que somados aos nomes de Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe, formariam o núcleo dos intelectuais de “primeira hora” do ISEB.<sup>189</sup>

<sup>184</sup> SCHWARTZMAN, op.cit., p. 4. Quando o autor se refere a “não permanecendo no tempo...” está se referindo, possivelmente, ao fato de essa preocupação não estar entre as preocupações centrais dos intelectuais do ISEB no período de 1956-1960.

<sup>185</sup> TOLEDO, op.cit., p. 12-13.

<sup>186</sup> Idem, Ibidem, p. 26.

<sup>187</sup> Idem, Ibidem, p. 203.

<sup>188</sup> A alusão a esse documento também é feita por Alzira Alves de Abreu. Além disso, ela traz algumas instigantes vinculações entre membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe, e o governo Vargas. ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 412.

<sup>189</sup> TOLEDO, op.cit., p. 204. Além desses nomes destacados por Schwartzman e Toledo, Paulo Vizontini informa que “Horácio Lafer, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues e San Tiago Dantas eram alguns de seus integrantes [do ISEB] mais ilustres”. VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-*

A estrutura do ISEB era a seguinte, à época da sua criação:

O Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva. O Conselho Consultivo, órgão de orientação geral, era constituído por cinquenta membros, designados pelo ministro da Educação e Cultura, entre “cidadãos representativos dos diversos ramos do saber ou da ação, relacionados com os estudos ou as atividades sociais, econômicas e políticas do país”. O Conselho Curador, órgão de direção do ISEB, com a assistência do Conselho Consultivo, compunha-se de oito membros, igualmente designados pelo ministro da Educação e Cultura, “dentre cidadãos de notória competência nos assuntos que constituem objeto das atividades do ISEB”. A Diretoria Executiva, órgão de execução das deliberações do Conselho Curador, era exercida por um diretor eleito pelo Conselho Curador dentre os seus membros. Além desses órgãos, contava o ISEB, na sua parte docente, com cinco departamentos responsáveis pela organização dos cursos e pelas demais atividades culturais patrocinadas pela instituição.<sup>190</sup>

Caio Navarro de Toledo separa o ISEB em três fases: 1) da criação até a “encampação” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); 2) o quinquênio juscelinista (no qual aprofunda seu trabalho); 3) o período que acompanha as Reformas de Base (nesse período, a análise é extremamente superficial; seria algo correspondente aos governos Jânio Quadros e João Goulart).<sup>191</sup> Toledo faz a seguinte afirmação, a respeito da fase “C”: “A perspectiva nacionalista – decisiva no momento anterior – aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada”.<sup>192</sup> Não estamos de acordo com essa afirmação, por entendermos que nessa fase o nacionalismo se radicaliza à esquerda do espectro político.<sup>193</sup>

Por fim, ainda nessa primeira fase da nossa periodização do nacionalismo brasileiro, é fundamental para nossos propósitos recuperar dois nomes dos que Caio Navarro de Toledo nos apresenta quando demonstra a composição do Conselho Consultivo do ISEB.<sup>194</sup> São eles: Hermes Lima, que já tinha sido listado por Simon

1990). 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 311.

<sup>190</sup> TOLEDO, op.cit., p. 204.

<sup>191</sup> Idem, Ibidem, p. 205-209. Em trabalho realizado quando do cinquentenário da fundação do ISEB, em 2005, aproximadamente 28 anos depois da publicação da 1ª edição de “Fábrica de Ideologias”, Caio Navarro de Toledo aborda especificamente o Instituto durante o governo Goulart. Veremos isso mais adiante.

<sup>192</sup> Idem, Ibidem, p. 209.

<sup>193</sup> Essa afirmação de Toledo, estranhamente, destoa do que ele afirma ao longo dos capítulos 5 e 6 de sua obra; na sua análise, em especial nas páginas 157-166 e 184-188, o autor demonstra a própria crítica realizada por alguns isebianos, como Álvaro Vieira Pinto e Osny Pereira Duarte, que já fazem a denúncia sobre a subordinação do nacional ao desenvolvimento ao longo do quinquênio juscelinista, e o papel que os próprios intelectuais do ISEB tiveram nesse processo.

<sup>194</sup> TOLEDO, op.cit., p. 205.

Schwartzman como membro do IBESP e colaborador dos *Cadernos de Nosso Tempo*, e Francisco San Tiago Dantas, posteriormente ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e indicado a primeiro-ministro no governo João Goulart. Desempenhando o papel de Ministro das Relações Exteriores, foi San Tiago Dantas quem deu substância e sistemática à Política Externa Independente. Perceber que ele esteve envolvido com o ISEB torna ainda mais interessantes as interpretações a respeito das diretrizes que ele implementou em relação à Política Externa Independente, bem como ajuda a descortinar as relações entre nacionalismo e o projeto de política externa levado a cabo no início dos anos 1960.

Outros elementos que favoreceram ao desenvolvimento do nacionalismo nesse início dos anos 1950 podem ser encontrados a partir da Campanha do Petróleo, como já fora apontado por Octávio Ianni.<sup>195</sup> Ainda no Estado Novo (1937-1945), o presidente-ditador Getúlio Vargas criou no ano de 1938 o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), visando obter maior controle sobre a indústria petrolífera. Com o fim da ditadura estadonovista, o governo Dutra remeteu ao Congresso Nacional o projeto de criação do Estatuto do Petróleo, em 1948. Este estatuto liberalizava a participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera. Em razão disso, o nacionalismo pelo alto, de forte conotação econômica, começava a ganhar impulso por baixo, em razão do sentimento de expropriação de uma riqueza autenticamente nacional, projetando a palavra de ordem “O petróleo é nosso”.

No início dos anos 50, com pressões cada vez mais candentes na defesa das riquezas naturais do país, o novo governo acaba retirando o projeto do Estatuto do Petróleo do Congresso Nacional. Novo projeto foi enviado ao Congresso, mas nada dizia sobre o monopólio nacional para o petróleo, contrariando os interesses dos setores que se organizavam na Campanha “O petróleo é nosso”. Tantas eram as pressões nacionalistas, que o deputado Euzébio Rocha, do PTB de São Paulo, apresentou um substitutivo para o novo projeto.

Esse substitutivo e o projeto da Assessoria Econômica da Presidência, após longos debates e sucessivas emendas, foram negociados pelo governo Vargas, que aceitou o princípio do monopólio estatal, excluindo do projeto as refinarias privadas e a distribuição de derivados, controlada pelas empresas estrangeiras [...] A Lei nº 2.004 instaurou o monopólio da exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto. A Petrobrás seria o instrumento de

---

<sup>195</sup> IANNI, op.cit., p. 66.

execução do monopólio da União e o CNP o órgão de orientação, fiscalização e controle da política nacional de petróleo e seus derivados.<sup>196</sup>

O nacionalismo de início dos anos 50 – a despeito de ainda ser, predominantemente, um nacionalismo pelo alto – através da campanha “O petróleo é nosso” tomava novas características: “essa participação do povo numa discussão de cunho estritamente de política econômica foi algo ímpar na história do Brasil. O movimento popular cresceu e difundiu-se pelo Brasil afora”.<sup>197</sup> Essa mobilização popular, calcada em um embrionário sentimento de nacionalidade – embora ainda em muito associado com o nacionalismo econômico – desempenhava um importante papel na articulação do nacionalismo no início dos anos 50.

Além disso, o nacionalismo ganha ainda mais força a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e da divulgação da sua carta testamento, fator de mobilização popular até então desconhecido na sociedade brasileira.<sup>198</sup> No plano das relações internacionais já se fazia presente, no interregno Café Filho, a busca pelo “restabelecimento de relações comerciais com a China e os países do Leste Europeu”<sup>199</sup> com base em princípios da soberania nacional, e que mais tarde seriam difundidos e implementados pela Política Externa Independente.

A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves, as décadas de 1940 e 1950 tenham sido cheias de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”.<sup>200</sup> É essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

---

<sup>196</sup> MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adílson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 234.

<sup>197</sup> Idem, *Ibidem*, p. 233.

<sup>198</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 100.

<sup>199</sup> ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 40.

<sup>200</sup> NEVES, *op.cit.*, p. 171.



## 1.2.2 O nacional-desenvolvimentismo

Segundo Francisco Weffort, é a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstancia, pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica”.<sup>201</sup> Chegando o mesmo autor a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo”.<sup>202</sup> O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder nos mais diversos níveis.

Muitas são as controvérsias a respeito do nacional-desenvolvimentismo, uma junção de dois conceitos: o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Ele pode ser entendido, segundo Angela de Castro Gomes, como “uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características”.<sup>203</sup> Ainda é um conceito muito amplo, podendo ser aplicado no caso brasileiro ao vasto período de 1930 a 1990. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca,<sup>204</sup> o termo desenvolvimentismo, de forma geral, é associado no Brasil a partir da década de 1950, com os governos Vargas e JK. No entanto, Fonseca argumenta que o desenvolvimentismo tem raízes muito mais antigas, podendo ser encontradas na conjugação de quatro elementos, presentes no período colonial, imperial e republicano, a saber: o *nacionalismo*, a defesa da indústria, o papelismo<sup>205</sup> e o positivismo. Dessa forma o nacionalismo já é uma das componentes do fenômeno desenvolvimentista, não

---

<sup>201</sup> WEFFORT, op.cit., 2003, p. 24.

<sup>202</sup> Idem, Ibidem, p. 24-25.

<sup>203</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 27.

<sup>204</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo: Departamento de Economia PUCSP, Volume 15, nº 2 (26), 2004, p. 225-256. Tivemos acesso a uma cópia que o autor disponibiliza para seus alunos. Nessa versão, o texto está organizado da página 1 a 22, sendo essas, então, as páginas citadas neste trabalho.

<sup>205</sup> Termo que designa um tipo de política econômica do início do século XX no Brasil, orientada pela emissão de papel-moeda e pela necessidade de expansão do crédito para fazer a economia se desenvolver. Pedro Fonseca vê nos papelistas “o importante papel histórico de trazer à ordem do dia um ponto que no século XX seria marcante no desenvolvimentismo: admitir o crédito, o déficit público e os empréstimos como indispensáveis para alavancar a economia”. Idem, Ibidem, p. 9.

sendo possível este realizar-se sem a organicidade dos quatro elementos acima descritos. Contudo, Pedro Cezar Dutra Fonseca nos adverte de que o desenvolvimentismo só atinge a lógica que lhe confere sentido quando é capaz de articular os seus quatro elementos constituintes em uma relação entre Estado, economia e sociedade; e que isso aparece pela primeira vez no Rio Grande do Sul, em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Estado.<sup>206</sup> Tendo como objetivo central de seu trabalho a busca pelas origens (gênese e precursores) do desenvolvimentismo no Brasil, Pedro Fonseca não se mostra preocupado em explicar os distintos momentos do desenvolvimentismo ao longo dos 50 anos que se seguem a seu início (periodização próxima a 1928-1980, de forma não rigorosa). Por isso mesmo, em nenhum momento Fonseca se vale, nesse trabalho, do termo nacional-desenvolvimentismo. Para ele, bem como para nós, o nacionalismo já está constituído como um dos embriões do desenvolvimentismo. Não se faria, portanto, necessária essa explicação se tratássemos do conceito de *desenvolvimentismo* – amplamente trabalhado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), ao longo do fim dos anos 40 e anos 50.<sup>207</sup> Todavia, ao privilegiarmos o uso do conceito de nacionalismo para nosso estudo, acreditamos que a justificativa da opção feita em detrimento do conceito de desenvolvimentismo se faz oportuna. Ao utilizarmos o nacionalismo procuramos enfatizar um dos nossos principais objetivos: perceber de que formas a Política Externa Independente foi utilizada nos embates políticos do momento estudado.<sup>208</sup>

Para tanto, trabalharemos, nesse momento, com o conceito de nacional-desenvolvimentismo. Buscaremos opiniões diversas das de Angela de Castro Gomes e Pedro Cezar Dutra Fonseca, por entendermos que se faz necessário aproximar-se da perspectiva que norteava a sociedade brasileira na segunda metade da década de 1950. A razão disso é que a Política Externa Independente foi gestada e desenvolvida por homens que tinham também no nacional-desenvolvimentismo um de seus horizontes.

---

<sup>206</sup> FONSECA, op.cit., p. 17.

<sup>207</sup> Para Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida não é possível entender o governo Juscelino Kubitschek exclusivamente como desenvolvimentista. O autor demonstra, ao longo de seu livro, que o nacionalismo esteve sempre presente durante o governo JK, mesmo que em posição subordinada ao desenvolvimentismo. ALMEIDA, op.cit., 2006.

<sup>208</sup> Não estamos com isso propondo uma separação entre o político e o econômico. A nosso ver tanto a política como a economia são indispensáveis para o estudo da História. Não pretendemos fazer nenhum tipo de reducionismo, ou pior, determinismo. Acreditamos ser a economia fator de propulsão das sociedades, mas não que ela se decida por si só. Suas relações com a política são insubstituíveis. Bem como qualquer decisão política, necessariamente, sempre precise de reflexões, em maior ou menor grau, sobre as alterações econômicas que irão ocasionar.

Caio Navarro de Toledo tem, em seu livro, mais esse mérito. Mesmo que ele saiba, no fim da década de 1970, que o nacional-desenvolvimentismo foi mais associado ao capital externo privado do que ao nacional, ele se preocupa em seu trabalho em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como eles “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – embeúdos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico”.<sup>209</sup> A elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar ao subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua função.

No entanto, Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabricação dessa ideologia, a saber, o nacional-desenvolvimentismo. Contrariando as definições marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia a priori; organizar um conjunto de idéias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação”.<sup>210</sup> Excetuando-se Nelson Werneck Sodré, os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de dominação; para eles, a ideologia não passava de elucubração teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na direção de um fim nobre, quer seja, a “necessidade da implantação definitiva do capitalismo como superação do subdesenvolvimento”.<sup>211</sup> Perspectiva que também o tinha Nelson Werneck Sodré sobre o nacionalismo, de acordo com a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que buscava nesse período a revolução burguesa no Brasil. Para esse historiador (ao menos nesse período) o nacionalismo “não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática”.<sup>212</sup> Nunca é demais lembrar que tanto os isebianos, como os membros do PCB viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização; para esses dois grupos, nesse momento, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria

---

<sup>209</sup> TOLEDO, op.cit., p. 123.

<sup>210</sup> Idem, Ibidem, p. 117.

<sup>211</sup> Idem, Ibidem, p. 156.

<sup>212</sup> Idem, Ibidem, p. 73.

o latifúndio agrário-exportador.<sup>213</sup>

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o governo Juscelino Kubitschek,<sup>214</sup> mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que esse tivesse encampado suas formulações).<sup>215</sup> O fim do governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos e não para toda a nação, como imaginavam os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que tudo não passara de ilusão. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960,<sup>216</sup> abrindo o período que Toledo considerou como pós-desenvolvimentista:

Realizando o quinquênio desenvolvimentista, o que se verificou foi a exata negação de pressupostos e aspirações das ideologias nacional-desenvolvimentistas: ao invés de *autonomia* ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de *dependência* metropolitana; ao contrário do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se o desenvolvimento acentuando as disparidades regionais e determinando “satelizações” internas; em lugar do beneficiamento de todas as classes, constata-se o aprofundamento das disparidades entre as classes sociais. Mas, ainda assim, os projetos de desenvolvimento forjados pela instituição – ao não darem conta das oposições e distinções ao nível da esfera ideológica, bem como dos antagonismos de classes – continuavam, substancialmente, a serem os mesmos, como se pode verificar em algumas formulações pós-desenvolvimentistas. Também neste sentido, não se conseguiam superar os limites da consciência ideológica de frações das camadas dominantes.<sup>217</sup>

Porém, escapa da perspectiva de Caio Navarro de Toledo que esse período, por

---

<sup>213</sup> Num segundo momento, algo próximo do período que propomos como nacional-reformista, ao lado do latifúndio agrário-exportador estará presente, com maior veemência, o imperialismo, em especial o estadunidense.

<sup>214</sup> O mesmo período é denominado por Lúcio Flávio de Almeida de “nacionalismo triunfante” ao longo de seu livro, como explica nas páginas 33 e 311. ALMEIDA, op.cit., 2006.

<sup>215</sup> TOLEDO, op.cit., p. 41-43.

<sup>216</sup> Como nos lembra Vânia Maria Losada Moreira: “A derrota eleitoral de Lott para Jânio Quadros foi um golpe duro para o movimento. Instalou-se, logo depois, um processo de ‘autocrítica’, cujo resultado final foi o rompimento entre ‘nacionalistas’ e ‘desenvolvimentistas’.” MOREIRA, op.cit., p. 175.

<sup>217</sup> TOLEDO, op.cit., p. 199. Grifos nossos.

ele denominado de pós-desenvolvimentista,<sup>218</sup> mantém firmes contornos nacionalistas. Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, a crítica ao imperialismo se reforça. Note-se que em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido à Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe (e essa era uma análise que muito poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pôde reforçar o antiimperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

Vânia Maria Losada Moreira analisa de forma consistente o governo Juscelino Kubitschek.<sup>219</sup> Sua perspectiva de trabalho é inovadora ao perceber que o epíteto “anos dourados” foi forjado por uma classe social interessada na implementação do capitalismo conciliado com a democracia para o Brasil.<sup>220</sup> Para a autora, o período juscelinista não pode ser compreendido sem a inter-relação de três projetos de sociedade: o nacional-desenvolvimentista, defendido e implementado por JK; o ruralista, conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, de corte reformista e popular. Como na perspectiva ruralista o nacionalismo não é o foco fundamental, nos centraremos para este trabalho nos outros dois projetos.<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> Por discordarmos da conceituação de Toledo para os anos 1960 como “pós-desenvolvimentista” por percebê-la como insuficiente e superficial, trataremos esse momento, em nosso próximo item, como nacional-reformista.

<sup>219</sup> MOREIRA, op.cit.

<sup>220</sup> Esse interesse conciliatório se realiza plenamente no governo JK. No entanto, mais adiante nos turbulentos anos iniciais da década de 1960, esses mesmos grupos não se omitem ao sacrificar a democracia ao sentirem-se ameaçados frente a propostas de reformar esse capitalismo.

<sup>221</sup> A análise que a autora faz do projeto ruralista é muito instigante. Segundo Vânia Moreira, o projeto ruralista era favorável a industrialização, por entender que esta era inevitável. Assim sendo, restaria aos

Embora a autora não defina claramente a diferença entre o uso de “*desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo*”<sup>222</sup> fica claro, ao longo de sua argumentação, que ela os equivale ao conceito de nacional-desenvolvimentismo como abordado por Caio Navarro de Toledo enquanto produção isebiana e cronologicamente compatível ao período do governo Kubitschek. Para ela, essa equivaleria à vertente liberal do nacionalismo brasileiro.<sup>223</sup>

Antes de ingressarmos na outra vertente do nacionalismo brasileiro definida por Moreira como nacionalismo econômico, se faz necessário uma alusão ao que a autora classificou como “grupos progressistas”.<sup>224</sup> Para a autora, esses grupos eram constituídos por políticos preocupados com o atendimento de certas demandas sociais, geralmente associados com os políticos trabalhistas.<sup>225</sup> A definição é correta, pois avança em relação a certas classificações fechadas, ao mostrar que havia políticos “progressistas” em partidos como o PSD e a UDN, em especial a “Ala Moça” e a “Bossa Nova”, respectivamente. No entanto, a diferenciação não se faz operacional, pois se

algo efetivamente unia, sem maiores problemas, os chamados ‘grupos progressistas’, era o crescente interesse e atenção que dispensavam ao que então se entendia por ‘*desenvolvimento sobre bases nacionais*’ ou, mais resumidamente, ‘*desenvolvimento nacional*’. Tendiam a agir politicamente como um bloco, tal como ficou exemplarmente evidente na constituição informal da chamada Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>226</sup>

A explicação da autora para essa diferenciação está calcada no fato de o nacionalismo ser um fenômeno político capaz de agregar diferentes setores e classes sociais, ocultando as tensões e contradições entre eles. Mas no foco mais estrito deste

---

produtores rurais aproveitarem o alargamento do mercado interno promovido pela industrialização e urbanização para ampliarem seus próprios mercados consumidores. Claro que isso não significa que os setores agrários deixassem de ser exportadores; antes, que poderiam ter mercados consumidores diversificados, o que lhe deixaria menos reféns de crises da economia internacional, como a de 1929. Sabedores do poderio econômico que exerciam, não temiam Juscelino Kubitschek. Entendiam-no como político confiável, sensível que fosse aos votos rurais e as suas pressões. A autora coloca JK e o nacional-desenvolvimentismo como o “caminho do meio” entre os ruralistas e os nacionalistas econômicos. MOREIRA, op.cit., p. 176-182.

<sup>222</sup> Idem, Ibidem, p. 159. Grifos nossos.

<sup>223</sup> Idem, Ibidem, p. 165.

<sup>224</sup> Idem, Ibidem, p. 166.

<sup>225</sup> Idem, Ibidem, p. 166-167. Embora a autora não faça referência, desde 1954 o PCB (mesmo que na ilegalidade) vem se aproximando do PTB na busca do atendimento dessas demandas sociais, como nos demonstra o trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado sobre o partido trabalhista. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 160-166.

<sup>226</sup> MOREIRA, op.cit., p. 167. Grifos nossos.

trabalho essa diferenciação não se faz necessária, pois a autora mais adiante diz que, a despeito de que “nem todos os nacionalistas eram progressistas, já que a ‘linguagem nacionalista’ continuou presente nos discursos de setores sociais e políticos conservadores e até mesmo reacionários, quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas”.<sup>227</sup>

Mesmo que à primeira vista pareça haver certa ambigüidade nos argumentos de Vânia Moreira ao alertar que “o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil”,<sup>228</sup> em razão de o nacionalismo ser utilizado por distintos grupos e classes sociais (e aqui ela está se referindo ao comunismo e ao integralismo no Brasil pós 30)<sup>229</sup> e que “nos anos JK, portanto, o nacionalismo era não apenas um ingrediente ideológico, mas também e fundamentalmente um movimento político e social em plena expansão”<sup>230</sup> é preciso termos em mente o elucidativo trabalho de Eric Hobsbawm, capaz de historicizar o fenômeno nacionalismo mostrando como, em cada conjuntura histórica, ele pode ter um significado e um uso diferenciado.<sup>231</sup>

Em argumentação próxima àquela de Caio Navarro de Toledo, Vânia Maria Losada Moreira verifica ter havido, no último ano do governo Juscelino Kubitschek, um importante ponto de inflexão no movimento nacionalista. Avançando em relação ao trabalho de Toledo por perceber uma evolução paralela no nacionalismo entre a vertente liberal (ISEB) e o nacionalismo econômico (não é demais lembrar que Toledo faz a análise sempre em relação ao desenvolvimento do ISEB, o separando em três períodos), Moreira vê na eleição de 1960 o rompimento entre as duas vertentes nacionalistas. Para a autora, assim como para Toledo em certa medida, a razão foi a reavaliação do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. A partir dessas conclusões, os nacionalistas econômicos, ainda no governo JK, começaram a articular um novo discurso:

---

<sup>227</sup> MOREIRA, op.cit., p. 169. Ao se referir a “quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas” a autora está fazendo a exclusão de alguns setores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conforme ela explica na nota de número 4, constando na página 192.

<sup>228</sup> Idem, Ibidem, p. 169.

<sup>229</sup> Mas podia estar também se referindo ao fato de que o nacionalismo teria uma divisão liberal e uma nacionalista econômica como o fez na página 170. MOREIRA, op.cit., p. 170.

<sup>230</sup> Idem, Ibidem, p. 169.

<sup>231</sup> HOBBSAWM, op.cit. 2002.

propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria.<sup>232</sup>

Difundir esse novo discurso para os setores populares. Colocar esse novo discurso em prática. Realizar uma virada reformista no nacionalismo econômico, enfatizando dentre seus componentes uma nova forma de organização da política exterior do país. É disso que vai tratar nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

### 1.2.3 O nacional-reformismo

É com o amadurecimento dessa vertente do nacionalismo brasileiro (nacionalismo econômico) que os elementos que o constituem começam a se reordenar. Momentos de ruptura com o nacional-desenvolvimentismo já podem ser encontrados com a eclosão da Revolução Cubana (1959), em plano externo, e com a eleição de Jânio Quadros derrotando Henrique Teixeira Lott (1960), no plano interno.

A Revolução Cubana se realiza, primeiramente, de forma antioligárquica, retirando o poder das mãos do pequeno grupo que governava a ilha e que mantinha relações muito próximas com os Estados Unidos. Não demora ao processo revolucionário cubano tomar medidas antiimperialistas, que tiveram grandes repercussões na América Latina. No Brasil não foi diferente.<sup>233</sup> Os setores nacionalistas econômicos começavam a perceber no imperialismo, notadamente o estadunidense, um empecilho para o desenvolvimento. Começara-se a vislumbrar, com maior força, que não era apenas o latifúndio agrário-exportador que obstaculizava o desenvolvimento do

---

<sup>232</sup> MOREIRA, op.cit., p. 172-173.

<sup>233</sup> A Revolução Cubana vai declarar seu caráter socialista em abril de 1961. Até então, as simpatias brasileiras serão muito fortes com relação à ilha, bastando lembrar que Fidel Castro visitou o Brasil em abril de 1959, e o então candidato a presidente Jânio Quadros visitou Cuba em março de 1960. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 195; VIZENTINI, op.cit., 2006, p. 310.



país. O imperialismo estadunidense, que ganhou cadência com a Revolução Cubana, se mostrava como objeto de combate. A Operação Pan-Americana (OPA),<sup>234</sup> do Ministério das Relações Exteriores, começava a sofrer críticas dos setores nacionalistas econômicos, por manter uma postura essencialmente “americanista”, vendo nos Estados Unidos parceiro prioritário para as relações comerciais e diplomáticas. O nacionalismo, almejando a defesa da soberania nacional, começava a rearticular um discurso de independência nas relações internacionais, rompendo com o paradigma “americanista”, que via nos Estados Unidos a melhor solução na busca pelo desenvolvimento por vias internacionais. Começavam a surgir novas idéias, algumas inclusive na busca de um novo paradigma, talvez o próprio “globalista”,<sup>235</sup> do qual a Política Externa Independente se tornaria o exemplo mais bem acabado.

Com a eleição de 1960 todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott. Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja visto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

Embora tenhamos optado deliberadamente pelo enfoque no ISEB na construção do nacionalismo brasileiro, como o centro por excelência da idéia de forjar uma consciência nacional, pelo menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> A Operação Pan-Americana (OPA) foi utilizada como política norteadora do Ministério das Relações Exteriores no governo Kubitscheck. Seu caráter hemisférico não permitiu que saísse da zona de influência estadunidense. Seus princípios nos permitem associá-la com o modelo para a Aliança Para o Progresso proposta pelo presidente John Kennedy, dos EUA. Porém, isso só foi realizado após a Revolução Cubana. Antes disso, os EUA não haviam se entusiasmado com as propostas de Juscelino Kubitscheck.

<sup>235</sup> O paradigma globalista é aquele que orienta as relações internacionais do Brasil para um sentido mais amplo; se contrapõe ao paradigma americanista, que orientava as relações internacionais brasileiras como sócio privilegiado dos Estados Unidos.

<sup>236</sup> Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC). Embora não nos detenhamos para os efeitos desse trabalho na análise desses dois centros, sabemos bem do grau de importância que eles

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial seu candidato – Iedo Fiúza – alcançara 10 % dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.<sup>237</sup> Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922.<sup>238</sup>

Com as “teses de 1958”, os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional.<sup>239</sup> É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), Hermes Lima, que não era comunista, afirmava: “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.<sup>240</sup> O que Hermes Lima propõe, e que os comunistas aceitam ao menos discutir, é o papel do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, sendo organizado a partir de uma aliança nacionalista. Este tipo de vínculo, já em 1958, nos dá uma razoável dimensão das relações que os comunistas terão com a Política Externa Independente, com Hermes Lima enquanto ministro das Relações Exteriores e/ou Presidente do Conselho de Ministros, e com o próprio João Goulart. Este vínculo, na grande maioria das vezes, será de apoio às medidas implementadas – em especial no tocante a PEI – pois se “as teses de 1958 abandonam a rejeição ao

---

tiveram em diferentes momentos do período 1945-1964 na elaboração do sentimento nacionalista no Brasil. O trabalho de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida dá conta do papel do Clube Militar, inclusive com o uso da “Revista do Clube Militar” como fonte de trabalho (ALMEIDA, op.cit., 2006). Para as relações que se deram entre o nacionalismo e o CPC (que em verdade era mais do que um), o trabalho de Daniel Pécaut é um bom ponto de partida. PÉCAUT, op.cit., p. 152-165.

<sup>237</sup> A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

<sup>238</sup> O termo *imperialismo* foi definido pela primeira vez em 1902, pelo economista inglês Hobson. Para este economista, o imperialismo era um fenômeno de nítido caráter econômico, já que os excedentes de capitais para exportação nas metrópoles eram derivados da falta de distribuição de renda. O revolucionário russo Lênin sofisticou essa definição quando escreve que: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas”. LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979, p. 88

<sup>239</sup> As “teses de 1958” ou “Resolução de 1958 do PCB”, podem ser encontradas em CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985, p. 365-385.

<sup>240</sup> Revista Brasiliense, nº 18, julho-agosto de 1958, p. 17 *apud* PÉCAULT, op.cit., p. 144.

imperialismo em geral para se concentrarem no imperialismo dos Estados Unidos”<sup>241</sup> o paradigma “globalista” da Política Externa Independente não deixa de ser uma forma de autonomia frente aos EUA nas relações internacionais, portanto, rejeitando o imperialismo estadunidense como queriam os comunistas.

Se os comunistas nutriam esses sentimentos antiestadunidenses, fazendo deles um dos componentes essenciais de sua participação nas frentes nacionalistas, perspectiva instigante nos abre Carla Simone Rodeghero em seu estudo feito a partir dos documentos elaborados pelos postos diplomáticos estadunidenses no Brasil.<sup>242</sup> A autora percebe que, no início dos anos 1960, as preocupações dos Estados Unidos no Brasil não se dão apenas com o comunismo em estrito sentido, mas sim em relação ao nacionalismo que estava se transformando:

O perigo comunista parece fazer sentido quando se observa que esses norte-americanos usavam um conceito mais largo de comunismo no que se refere ao Brasil, englobando manifestações de nacionalismo e/ou antiamericanismo. E, em nível continental, isso se mesclava à preocupação em manter a América Latina longe da expansão comunista. A ‘perda’ de Cuba já havia acontecido e o desdobramento dos acontecimentos políticos no Brasil teria conseqüências no relacionamento norte-americano com o conjunto dos países da América Latina.<sup>243</sup>

Assim, os EUA acreditavam que o nacionalismo do início dos anos 1960, com suas posturas antiestadunidenses, poderiam fazer do Brasil uma nova Cuba. E projetavam – em razão da experiência cubana – que o Brasil poderia em um segundo momento se declarar socialista. Em nada os tranquilizava a Política Externa Independente, com sua retomada de relações diplomáticas com a URSS e o Leste Europeu.

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar Nacionalista se constitui em 1956, composta por 55 deputados federais.<sup>244</sup> Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi ao longo do período de João Goulart que “a FPN ganhou maior dinâmica e

<sup>241</sup> PÉCAUT, op.cit., p. 145.

<sup>242</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007.

<sup>243</sup> Idem, Ibidem, p. 164.

<sup>244</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 368.

melhor visibilidade”.<sup>245</sup> Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais.<sup>246</sup>

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o governo Goulart.<sup>247</sup> Desde 1960 estava comprometida com as Reformas de Base, embora houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária.<sup>248</sup> Embora Lucília de Almeida Neves Delgado explique essas divergências no nível partidário, sendo os vinculados ao PTB favoráveis a reforma no campo, e os do PSD, PRP e PR não terem dado o apoio integral a esta, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Apesar disso, inegável é o papel desempenhado pela Frente, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil”.<sup>249</sup>

As contribuições do ISEB somadas as do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver, ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960. O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim foram importantes a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás.

---

<sup>245</sup> DELGADO, op.cit., 2007, p. 370-371.

<sup>246</sup> Idem, Ibidem, p. 372. Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB.

<sup>247</sup> Segundo Daniel Pécaut, o ISEB preparava projetos de lei para a Frente Parlamentar Nacionalista apresentar no Congresso Nacional. PÉCAUT, op.cit., p. 112.

<sup>248</sup> DELGADO, op.cit., 2007, p. 373.

<sup>249</sup> Idem, Ibidem, p. 373.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em trabalho conjunto, privilegiam o teor nacionalista na personalidade e nas medidas tomadas por João Goulart.<sup>250</sup> Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores (bem como nós mesmos) desvalorizam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica até o fim dos anos 1980, do conceito de populismo, como discutido anteriormente. Ao se valorizar esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se destacar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros anos 1960. Com isso, pretende-se destacar além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel relativamente consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo, quer seja o da manipulação das classes trabalhadoras.

Ao enfatizar o nacionalismo de Goulart, uma associação bastante interessante é feita por Sérgio Magalhães, então deputado federal pela Guanabara: “Como muitos políticos do Rio Grande do Sul, não sei por que razão sentia nele uma consciência nacionalista muito acentuada”.<sup>251</sup> Esse nacionalismo, que evoluiu para o reformismo, assim é descrito por Gomes e Ferreira:

Nos anos 1950, importantes setores políticos do país acreditaram que os meios necessários para alcançar um real desenvolvimento econômico e uma efetiva situação de bem-estar social estariam na defesa de princípios nacionalistas e na ação intervencionista e planejadora do Estado. Nesse sentido, ao lado do crescente compartilhamento de um ideário nacionalista, também ganhou força entre grupos políticos de esquerda, quer do PCB, quer do PTB, um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômicas do país. Tais reformas se traduziriam, especialmente pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, com o efetivo enfrentamento da questão da terra, ou seja, com uma reforma agrária. Essa proposta, que seria sintetizada na luta pelas reformas de base, encontraria defensores e promotores no interior do PTB, identificando João Goulart, o herdeiro do legado de Vargas, como um político capaz de assumir a liderança desse *processo de transformações sociais*.<sup>252</sup>

<sup>250</sup> GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<sup>251</sup> Idem, *Ibidem*, p. 69. Habitualmente, a historiografia sobre o período enfatiza o papel apenas de Leonel Brizola como protagonista do nacionalismo. Perceber o nacionalismo, ou a “consciência nacionalista” como atributo de uma tradição de políticos no Rio Grande do Sul constitui um desafio estimulante, talvez a ser seguido em trabalhos futuros.

<sup>252</sup> Idem, *Ibidem*, p. 83-84. Grifos nossos.

Ou nas palavras de Raul Ryff, secretário de Imprensa da presidência da República no governo Goulart:

Na verdade, o Jango estava condenado a ser derrubado porque tinha iniciado – e acho que isso é o importante – um processo nacionalista, independente e popular no Brasil. *Um processo até certo ponto revolucionário*. Não no sentido marxista do termo; era tudo dentro do regime capitalista, mas era um processo em marcha, reforçado pelas eleições, reforçado pelo plebiscito. O governo estava crescendo, cada vez com mais prestígio e mais audácia nas suas pregações reformistas.<sup>253</sup>

Como pudemos perceber, tanto a citação analítica dos historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, quanto o depoimento do assessor e amigo de João Goulart tem grande convergência. Embora haja uma diferença de fundo teórico entre “processo de transformações sociais” e “um processo até certo ponto revolucionário”, é inegável que para ambos o governo Goulart representa um período de mudanças intensas nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais, com destacado papel para o protagonismo popular tendo como principal elemento de coesão o ingrediente nacionalista.

Mesmo que muitas das reformas de base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956,<sup>254</sup> foi a partir da posse de João Goulart (possível apenas com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e recuos ao longo do governo Goulart na implantação das reformas de base. Conforme os setores nacionalistas pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado intelectuais engajados, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses), intelectuais e partidos conservadores se opunham a sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem

---

<sup>253</sup> GOMES; FERREIRA, op. cit., p. 198. Grifos nossos.

<sup>254</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta o início da tramitação das reformas, separadamente, nos seguintes anos legislativos: reforma bancária (1950); desapropriação por interesse social (1953); autorização para formação da Eletrobrás (1954); leis trabalhistas para o trabalhador rural (1957); disciplinar o ingresso de capitais estrangeiros (1958); disciplinar a remessa de lucros (1959). A reforma agrária não consta da lista. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 2001, p. 61-62.

apontar o papel desempenhado pelas Reformas de Base. No dizer de Daniel Aarão Reis Filho, são elas:

*a reforma agrária*, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; *a reforma urbana*, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; *a reforma tributária*, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; *a reforma eleitoral*, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; *a reforma bancária*, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; *a reforma do estatuto do capital estrangeiro*, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; *a reforma universitária*, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais.<sup>255</sup>

Como se pôde observar, a luta pelas reformas mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menor grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista a maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero: “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo”.<sup>256</sup> Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo.

A isso se somava a Política Externa Independente, pois contrariamente ao que aconteceu à PEI no governo Quadros, durante o governo Goulart “a política externa não estava desvinculada da política interna”.<sup>257</sup> A mesma soberania que se dizia buscar

<sup>255</sup> REIS FILHO, op.cit., p. 329-330.

<sup>256</sup> RODEGHERO, op.cit., p.164.

<sup>257</sup> MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 35.

internamente se manifestava externamente, ao respeitar a soberania de Cuba frente às tentativas estadunidenses de expulsão do quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA); a mesma autonomia que o nacionalismo reformista defendia para o Brasil frente ao capital externo era defendida nas relações externas, ao comercializar produtos com o Leste Europeu, naquela considerada a fase mais quente da Guerra Fria.<sup>258</sup> O projeto nacional-reformista estava presente em todas as disputas políticas do período; ocasionava, inclusive, a radicalização dessas disputas políticas, como se pode ver nas palavras de Osny Pereira Duarte, membro do ISEB nesse período: “A revolução, entre nós, denomina-se reformas de base [...] Toda revolução pacífica ou violenta tem de importar em reforma de base, ou não será revolução”.<sup>259</sup>

Embora muitos de nós saibamos desde muito tempo que as contradições fundamentais da sociedade são aquelas que se operam ao nível das lutas de classe, não seria uma análise correta do período aquela que ocultasse a existência da Guerra Fria. Ao afirmarem que o nacional-reformismo simplesmente deslocou o conflito de classes, perde-se a perspectiva histórica, dado que “o privilégio concedido à ‘libertação nacional’ não tinha, então, valor algum de álibi visando evitar a luta de classes; muito simplesmente, o Brasil vivia a hora do advento do Terceiro mundo”.<sup>260</sup> O nacionalismo econômico, e sua evolução reformista, não poderiam deixar de lado sua principal configuração: o desenvolvimento a partir de bases nacionais. E este era um dos objetivos da Política Externa Independente.

Em 2005, ao se completarem 50 anos da fundação do ISEB, Caio Navarro de Toledo organizou um livro intitulado *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, composto de depoimentos de personagens importantes deste instituto, e de artigos acadêmicos analisando as suas contribuições. Em seu artigo, Caio Toledo<sup>261</sup> parece tentar responder a algumas lacunas que ficaram em seu trabalho maior. Seu foco, neste novo trabalho, será os anos 1960, em especial o “governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB

---

<sup>258</sup> GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 79; A idéia de Guerra Quente também é presente em Cesar Augusto Barcellos Guazzelli: “Antes do final de 1962, a crise de relacionamento de Cuba com os Estados Unidos atingiria um clímax, que foi talvez o momento mais agudo da Guerra Fria”. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993, p. 20.

<sup>259</sup> MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 53.

<sup>260</sup> PÉCAUT, op.cit., p. 180.

<sup>261</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.



passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc)”.<sup>262</sup>

A tese central de seu trabalho é uma contraposição entre o ISEB e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Utilizando-se da categoria aparelho ideológico, ele alinha o ISEB a uma variante do Estado, enquanto o IPES estaria alinhado com a sociedade civil.<sup>263</sup> Segundo o autor, o IPES era partidário de uma democracia liberal com reduzida participação popular, além de condenar as reformas de base e as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma *política externa soberana e independente*”.<sup>264</sup> Sendo o governo Goulart um governo de muitas lutas sociais, Caio Navarro de Toledo procura evidenciar mais uma delas: a luta entre intelectuais.

O que outrora o autor designava como “último ISEB”, agora passa a ser incorporado pelo nacional-reformismo.<sup>265</sup> Assim, mesmo em uma análise sem a mesma densidade da anterior – preocupada com o período nacional-desenvolvimentista – Caio Navarro de Toledo avança ao ter incorporado algumas críticas relativas à falta de contextualização histórica e política do trabalho anterior.<sup>266</sup> Mesmo esse artigo não tendo a mesma solidez filosófica de seu clássico, ele mostra avanços consideráveis ao dar dimensão concreta à análise do período ora estudado. Procurando suprir uma lacuna importante da história do ISEB, deixada aberta por ele mesmo, Caio Toledo a enriquece, incorporando a seu trabalho teórico a conjuntura histórica.

Tentativa semelhante a de Toledo, embora em um menor espaço de tempo, é a que procuraremos fazer em nosso segundo capítulo, ao tratar de forma concreta e histórica os antecedentes – mais distantes e mais próximos – do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como as relações políticas desenvolvidas pelo jornal *Correio do Povo*.

---

<sup>262</sup> TOLEDO, op. cit., 2005, p. 149. Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

<sup>263</sup> Idem, Ibidem, p. 150.

<sup>264</sup> Idem, Ibidem, p. 151. Grifos nossos.

<sup>265</sup> Idem, Ibidem, p. 152.

<sup>266</sup> Idem, Ibidem, p. 164 nota 37.

## Capítulo 2

### ANTECEDENTES E EXPECTATIVAS

#### 2.1 – Brasil e União Soviética: uma relação conturbada

As primeiras relações entre Brasil e Rússia se deram ainda ao tempo em que o Brasil era colônia formal de Portugal. Foi a partir da assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio datado de 27 de dezembro de 1798 entre Portugal e Rússia que o Brasil pôde ter seus primeiros contatos com a Rússia.<sup>267</sup> No início do século XIX, a primeira expedição naval russa de exploração – a Expedição Krusenstern – que contava com dois navios, o Neva e o Nedeshda aportou ao Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, no período de 20 de dezembro de 1803 a 04 de fevereiro de 1804, ocasião na qual os cientistas russos coletaram inúmeras espécies da flora brasileira.<sup>268</sup>

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 a colônia tomava novo *status*, atraindo maior atenção dos demais países do mundo. Em 1812 o governo russo enviava o seu primeiro representante oficial para as terras brasileiras: o conde San Pahlen, que desempenhava o posto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. No ano seguinte, a representação russa no Brasil foi acrescida pelo ministro Pierre Bálk-Póleff e pelo general Barão de Tuyll, que ficaram no Brasil até 1821, retirando-se para Portugal juntamente com Dom João VI. No entanto, Flávio Mendes de Oliveira Castro esclarece que não houve rompimento de relações, pois chegaram ao Brasil o Encarregado de Negócios Swert Chroff e o Barão Von Langsdorff, como Cônsul-Geral – Langsdorff já estivera no Brasil com a expedição Krusenstern, pois era etnógrafo e naturalista.<sup>269</sup>

Por não ser um país formalmente independente, o Brasil não enviara nenhum representante para a Rússia. Com a Independência em 1822, o Brasil tratou de obter o

---

<sup>267</sup> GUIMARÃES, Lytton L. Brasil-URSS: os processos de mudança e as relações bilaterais. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. Vol. 3. São Paulo: Annablume, 2000, p. 394.

<sup>268</sup> CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. As relações oficiais Russo-Soviéticas com o Brasil (1808-1961). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. Nº36, vol. 2, 1993, p. 103.

<sup>269</sup> Idem, *Ibidem*, p. 103.

reconhecimento pelos demais países. Os primeiros a reconhecerem a Independência brasileira foram os Estados Unidos e o México, no ano de 1824. A representação diplomática brasileira ainda era muito restrita nesse ano, tendo representantes apenas na Europa, nas cidades de Londres, Paris, Viena e Roma. No mesmo período, o império russo mantinha representantes no continente americano apenas em Washington, Rio de Janeiro e Havana.<sup>270</sup>

O reconhecimento diplomático por parte da Rússia só veio a acontecer em 1826; mesmo assim, em condições especiais, como nos alerta Flávio Castro:

Com a morte de D. João VI, ocorrida em 10 de março de 1826, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Conde de Nesselrode, declarou que o Tzar se sentia impedido de reconhecer, formalmente, D. Pedro I, mas que o mesmo era, de fato, reconhecido, autorizando todos os diplomatas russos a estabelecerem relações oficiais com seus colegas.<sup>271</sup>

Porém, com a abdicação de Dom Pedro I em 07 de abril de 1831 novas negociações tiveram de ser realizadas para que o imperador russo reconhecesse oficialmente a regência, o que veio a acontecer no final do ano. As relações transcorreram de forma normal, “entrando o Brasil com produtos como café, açúcar e algodão, enquanto os russos contribuíam com lona (pano de vela), alcatrão, cabos e madeiras de pinho”.<sup>272</sup> Todavia, a proclamação da República, em 1889, trouxe novos problemas para a relação entre os dois países. O reconhecimento do novo regime do governo brasileiro se deu apenas em 26 de maio de 1892, tendo apresentado o diplomata brasileiro Francisco Régis de Oliveira suas credenciais em São Petersburgo em 09 de agosto.<sup>273</sup>

Com a revolução de outubro de 1917, o império russo chegava ao seu fim. Há uma divergência na bibliografia a respeito se o Brasil rompeu ou não relações com a Rússia nesse momento. Para Guimarães, “desde o rompimento, em fins de 1917, até abril de 1945 não houve relações formais entre o Brasil e a URSS” havendo apenas “intercâmbios esporádicos, especialmente entre cientistas”.<sup>274</sup> Enquanto para Flávio

---

<sup>270</sup> CASTRO, op.cit., p. 105.

<sup>271</sup> Idem, Ibidem, p. 106.

<sup>272</sup> GUIMARÃES, op.cit., p. 395.

<sup>273</sup> CASTRO, op.cit., p. 111.

<sup>274</sup> GUIMARÃES, op.cit., p. 395.

Castro o “interregno, de 28 anos, não propriamente de rompimento formal mas de alheamento, abarca os Governos Lênin-Stalin em relacionamento com os Governos que se sucederam no Brasil, de Venceslau Brás a Getúlio Vargas”.<sup>275</sup>

A nosso ver, a posição de Flávio Castro está mais de acordo com o ocorrido. Não houve um rompimento das relações diplomáticas oficial, pois o que ocorreu foi uma mudança de regime na Rússia, do império para o socialismo. O que de fato aconteceu foi o não reconhecimento do novo governo russo por parte do Brasil.

Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil, nos estertores da ditadura varguista, reconheceu o governo da URSS e propôs o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.<sup>276</sup> O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países se deu em Washington, em 02 de abril de 1945. Houve, inclusive, o apoio dos Estados Unidos para o Brasil manter relações diplomáticas com a URSS.<sup>277</sup>

De acordo com Renato Arruda de Rezende, Getúlio Vargas só propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS por entender como indispensável para que o Brasil pudesse participar das negociações de paz do pós-guerra.<sup>278</sup> Porém, a troca de embaixadores só foi realizada no governo que inaugurou o “tempo da experiência democrática”,<sup>279</sup> no Brasil: o governo Eurico Gaspar Dutra. Em junho de 1946 o diplomata Mário Pimentel Brandão – um dos apoiadores do golpe do Estado Novo – apresentava suas credenciais em Moscou, enquanto o embaixador soviético Jacob Suritz já se encontrava no Brasil desde maio.<sup>280</sup>

---

<sup>275</sup> CASTRO, op.cit., p. 112.

<sup>276</sup> Lytton Guimarães destaca que “o Brasil não só reconhece o governo da URSS como toma a iniciativa que levaria ao estabelecimento das relações diplomáticas, uma vez que o rompimento partira do Governo brasileiro”. GUIMARÃES, op.cit., p. 396-397. Há uma sutileza nessa exposição que não pode passar despercebida: Guimarães está plenamente correto ao afirmar que o Brasil *reconhece* a URSS e toma a iniciativa para o *estabelecimento* de relações, haja vista que o Brasil não reconhecera a URSS ainda, e que por isso mesmo, não poderia *restabelecer* relações, dado nunca terem existido antes – a URSS se constitui em 1922. A segunda parte da exposição de Guimarães, no entanto, não procede: o *rompimento* não partira do governo brasileiro, dado que nunca houve o *rompimento*; o Brasil apenas não tinha reconhecido a URSS.

<sup>277</sup> REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei*: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. 115 f. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, p. 64; CASTRO, op.cit., p. 112-113; GUIMARÃES, op.cit., p. 396.

<sup>278</sup> REZENDE, op.cit., p. 63-64.

<sup>279</sup> Essa é uma clara alusão ao subtítulo do trabalho desenvolvido pelos professores Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado no terceiro volume da coleção *O Brasil Republicano*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>280</sup> REZENDE, op.cit., p. 64-65.

As relações entre o Brasil e a URSS eram complicadas. O Itamarati não oferecia as condições apropriadas para o trabalho em Moscou – não havia cedido verba nem mesmo para um intérprete para o russo. No Brasil, o governo Dutra não atendia aos pleitos do embaixador Suritz. Para Renato Rezende, era possível que

o governo brasileiro não estivesse tão interessado em ter boas relações com a União Soviética, mesmo que fossem relações comerciais. Pelo que se pode depreender das fontes, a visão restrita (e, pode-se dizer, preconceituosa) das autoridades brasileiras, em relação ao comunismo e à União Soviética, impediu até mesmo qualquer tipo de relações comerciais entre os dois países.

<sup>281</sup>

Assim como para Lytton Guimarães

No Brasil, persistia entre as elites dominantes forte oposição ao comunismo, ateu e materialista, que se contrapunha, na interpretação dessa elite, às tradições cristãs e conservadoras do povo brasileiro. O próprio Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, católico praticante, com profundas ligações com Dom Jayme de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, tido como conservador, parecia encarnar a figura do anti-comunista que temia maiores aproximações com a União Soviética, sob a suspeita de que tal aproximação representaria riscos de infiltração comunista no País, que já passava por uma certa agitação política, decorrente da recém-adquirida liberdade democrática, após vários anos de ditadura. Essa atitude anti-comunista se materializaria com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pelo Supremo Tribunal Federal, o que resultou na perda de mandato de seus representantes no Congresso Nacional e demais cargos eletivos do país.<sup>282</sup>

As relações tiveram mais um ponto de deterioração quando da briga de um dos funcionários da embaixada brasileira em Moscou no restaurante do Hotel Nacional – a embaixada brasileira se localizava nesse hotel em razão do Itamarati não ter providenciado uma sede própria nem alugada. O funcionário João Batista Soares de Pinna, visivelmente alcoolizado, começou um tumulto no restaurante, tendo, inclusive, que ser contido pela polícia. Ao tentar amainar a situação, o embaixador brasileiro

---

<sup>281</sup> REZENDE, op.cit., p. 67.

<sup>282</sup> GUIMARÃES, p. 397. É importante observarmos que exatamente os mesmos argumentos foram utilizados quando do reatamento, em novembro de 1961.

enviou uma nota ao Ministério das Relações Exteriores da URSS, e recebeu a seguinte resposta:

“na noite de 8 a 9 de dezembro, o secretário da embaixada [Pinna], em estado de embriaguez, desencadeou no café, e depois no Hotel Nacional, um escândalo, acompanhado de atos de desatino, que não são compatíveis com a posição ocupada pelo sr. Pinna, membro de uma missão diplomática [...] o Sr. Soares Pinna socou os cidadãos soviéticos Srs. Jirnov, Levtchenke, Blinov, Sherikev e Brodsky, que se encontravam em serviço. Além de quebrar a porta do café do Hotel, uma lâmpada, os acessórios de uma mesa de escrever, e a cadeira do administrador do serviço do Hotel, bem como o relógio pulseira do Maitre do Hotel, Sr. Scorikoff. O total dos prejuízos atinge 8.500 rublos [...] sejam tomadas as medidas necessárias para a saída imediata deste senhor do território da URSS [...] e as providências no sentido de indenizar os prejuízos causados por Pinna Soares”.<sup>283</sup>

Para piorar a situação já tensa, em dezembro de 1947 verificou-se um sério incidente em Moscou, envolvendo o diplomata brasileiro Soares Pinna com forças policiais, chamadas para conter atos de violência e de depredação praticados pelo referido diplomata no saguão do Hotel Nacional. O governo soviético exigiu a retirada imediata do funcionário em questão, no que foi atendido, mas não conseguiu obter indenização pelos danos verificados no local do incidente.<sup>284</sup>

O ano de 1947 começava, para as relações Brasil–URSS, sob o desgaste dos eventos de dezembro de 1946 em Moscou. Outros pontos, porém, foram ainda mais importantes para o rompimento das relações diplomáticas por parte do Brasil. A ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro ganhava força nesse ano: o registro da legalidade do partido foi alvo de denúncias, que foram julgadas em abril no Supremo Tribunal Federal, que declarou a ilegalidade do PCB.<sup>285</sup> Assim, o governo Dutra ganhava uma importante batalha na sua luta contra o comunismo.

De 15 de agosto a 2 de setembro de 1947, em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança no Continente. Com a presença do presidente estadunidense Harry Truman e do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, foi proposto e aprovado o Tratado

<sup>283</sup> REZENDE, op.cit., p. 69. O texto está entre aspas por tratar-se de fragmentos de nota diplomática datada de 10 de dezembro de 1946 enviada pelo Ministério das Relações Exteriores da URSS ao embaixador brasileiro Pimentel Brandão.

<sup>284</sup> CASTRO, op.cit., p. 114. O ano correto é 1946.

<sup>285</sup> O acompanhamento do julgamento no Supremo Tribunal Federal, de forma minuciosa, bem como os caminhos percorridos até este julgamento podem ser encontrados em REZENDE, op.cit., p. 81-88.

Interamericano de Aliança Recíproca, o TIAR. O TIAR, em última instância, se tratava de um acordo entre os países da América Latina e os Estados Unidos visando a defesa do continente de possíveis agressões comunistas.<sup>286</sup>

Somado a esses fatos em muito contribuiu o papel desempenhado pelo jornal soviético *Gazeta Literária*. De acordo com Castro,

Um artigo, publicado na *Gazeta Literária* de Moscou e datado de 4 de outubro de 1947, foi o estopim. Nele afirmava-se que Dutra, na idade de 43 anos, era apenas um Major, não obstante o Exército brasileiro ter poucos soldados e uma plethora de generais. Continuava o artigo, sarcasticamente, dizendo que Dutra tornara-se General em três anos, pois generais brasileiros não eram formados em campos de batalha mas em plantações de café, que Dutra havia sido condecorado pelo governo nazista e que poderia ser classificado no mesmo grupo a que pertenciam Franco, Salazar e Perón.<sup>287</sup>

Em razão de o Estado controlar a imprensa na URSS, o governo Dutra tomou a posição do periódico como uma posição do governo soviético. O governo brasileiro considerou, assim, a posição do jornal – e por extensão, do governo soviético – um ataque a honra do presidente Dutra. O governo brasileiro rompeu com a URSS formalmente através de nota assinada pelo embaixador em Moscou dirigida ao Ministro das Relações Exteriores da URSS, Vircheslav Molotov, com data de 20 de outubro de 1947. Na capital do Brasil, o ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes comunicou o rompimento das relações diplomáticas ao Encarregado de Negócios da URSS, Gueorgi Sokolov, em nota datada de 21 de outubro de 1947.<sup>288</sup>

Em que pese o alinhamento de Dutra aos Estados Unidos, merece destaque o fato de o rompimento não ter sido influenciado diretamente pelos Estados Unidos:

Assim, a atitude do Governo brasileiro, rompendo com a URSS, foi uma decisão soberana, na qual não foram registradas influências ou pressões de outros Governos estrangeiros. É de se assinalar que tanto Oswaldo Aranha, como o Secretário de Estado norte-americano, George Marshall, procuraram

<sup>286</sup> MOURA, Gerson. A Segurança Coletiva Continental: o Sistema Interamericano, o TIAR e a Guerra Fria. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 197-201.

<sup>287</sup> CASTRO, op.cit., p. 114-115. Descrição semelhante a essa é realizado por REZENDE, op.cit., p. 74 e GUIMARÃES, op.cit., p. 398.

<sup>288</sup> CASTRO, op.cit., p. 115.

discretamente ponderar ao Governo brasileiro o caráter radical de tal medida, mas prevaleceram as razões do ultraje ao pundonor nacional.<sup>289</sup>

O rompimento fazia parte de uma posição de genuíno anticomunismo – ostentado pelos membros do governo Dutra ao longo dos quase dois anos nos quais foram mantidas as relações diplomáticas com a URSS. Foram os fatores internos – políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos – os determinantes para o rompimento com a URSS e o sistema de vida que esta representava.

Durante o governo Vargas e o governo Café Filho, as relações comerciais com a URSS eram feitas sempre por intermediários – o que diminuía os lucros de ambos os países. No entanto, o reatamento com a URSS não estava na agenda política do período, o que pode ser explicado tanto pelo anticomunismo de Vargas,<sup>290</sup> quanto pela posição pró-EUA de Café Filho. Nos primeiros dois anos do Governo Kubitschek a situação também não foi diferente.<sup>291</sup> Apenas a partir de maio de 1958, com o lançamento da Operação Pan-Americana, que a diplomacia brasileira volta a tocar no assunto – em que pese seu interesse ser predominantemente hemisférico – mas objetivando o potencial exclusivo de comércio:

O restabelecimento de relações comerciais com a URSS foi defendido pelo Presidente em discurso na Escola Superior de Guerra em novembro de 1958, frente aos líderes sindicais no Palácio do Catete, e pelo porta-voz do Brasil na Comissão Especial do Fomento Econômico da OEA, Augusto Frederico Schmidt. O Itamaraty anunciou na ocasião a formação de uma comissão especial para estudar a questão. Concretamente, o governo brasileiro estabeleceu relações bilaterais de comércio com a Romênia, Iugoslávia e República Democrática Alemã.<sup>292</sup>

O reatamento das relações diplomáticas não aparecia na agenda política do governo. A postura brasileira estava direcionada à questão comercial. As aproximações

<sup>289</sup> CASTRO, op.cit., p. 115. Postura muito parecida tem REZENDE, op.cit., p. 92-95.

<sup>290</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 42-45.

<sup>291</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 293-294. Não é de causar surpresa que durante esse período o ministro das Relações Exteriores era Macedo Soares, um dos “principais opositores à reaproximação com a União Soviética”. CASTRO, op.cit., p. 116.

<sup>292</sup> VIZENTINI, op.cit., p. 304.



com os países socialistas versavam sob essa ótica.<sup>293</sup> Inserido nessa proposta é que pode ser melhor compreendida a visita à Moscou, de dezembro de 1959

[da] Missão Comercial brasileira, chefiada pelo Embaixador Barboza da Silva, que no dia 9 de dezembro de 1959 assinava o documento “Termos do Entendimento entre a Missão Comercial Brasileira e a Delegação Comercial Soviética sobre Problemas de Comércio e Pagamentos”. Com a assinatura desse documento, válido por três anos, foram restabelecidas as relações comerciais entre os dois países.<sup>294</sup>

Após a assinatura do documento, foram formadas as comissões executivas com a função de promover e coordenar o comércio entre os dois países. A primeira reunião conjunta das duas comissões ocorreu no Rio de Janeiro, durante os meses de abril e maio de 1960, quando foi estabelecido o fluxo regular de comércio entre os dois países.<sup>295</sup> Ainda no mesmo ano, durante a campanha eleitoral para a presidência do país, o candidato Jânio Quadros, apoiado pela União Democrática Nacional, se dizia favorável ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS – país que visitara no ano anterior e no qual tivera entrevista com o primeiro-ministro Nikita Krushev.<sup>296</sup>

Em 1961, já no governo de Jânio Quadros, a comissão executiva brasileira propôs uma segunda reunião, dessa vez em Moscou, nos meses de abril e maio. Além da proposição soviética de instituir representações comerciais permanentes no Rio de Janeiro e em Moscou, foram tratadas as formas de expansão do comércio entre os dois países, através, principalmente, da facilitação da liquidação creditícia entre eles. O comércio se dava, inicialmente, pela exportação brasileira de café, cacau e pela importação de trigo, petróleo, fertilizantes e bens de produção. Moura traz os seguintes números do comércio entre o Brasil e a URSS proveniente dos acordos estabelecidos em Moscou: exportação brasileira de 20 mil toneladas de café e importação brasileira de 200 mil toneladas de trigo, além da importação de 300 mil toneladas de petróleo bruto e

<sup>293</sup> Por isso não estamos de acordo com Clodoaldo Bueno, para quem o restabelecimento das relações diplomáticas “foi um processo, iniciado na gestão Juscelino/Horácio Lafer, quando foram restabelecidas as relações comerciais”. BUENO, Clodoaldo. *Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964)*. In: CERVO, amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 343.

<sup>294</sup> GUIMARÃES, op.cit., p. 400.

<sup>295</sup> MOURA, Paulo Leão de. Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano IV, nº 16. Rio de Janeiro: dezembro de 1961, p. 23.

<sup>296</sup> GUIMARÃES, op.cit., p. 401; VIZENTINI, op.cit., p. 310, ARAUJO, Braz José de. A Política Externa no Governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 324.

310 mil toneladas de óleo diesel. Além disso, ressalta que é essa a maior quantidade de café já importada pela URSS de apenas um fornecedor em toda a sua história. Ainda para o ano de 1961, estava prevista a exportação de mais 15 mil toneladas de café para a URSS. Em relação ao trigo importado, o Brasil tinha interesse em adquirir 400 mil toneladas do cereal, porém, a capacidade de venda da URSS se limitava a 200 mil toneladas. O Brasil se interessava pelo trigo soviético, pois além da boa qualidade, tinha o preço inferior ao produto estadunidense ou argentino.<sup>297</sup>

É importante destacar que já nos acordos comerciais entre o Brasil e a URSS estava presente, por parte do Brasil, a preocupação com a influência soviética no seu território – algo que viria se repetir quando do restabelecimento das relações diplomáticas. Desse modo, o Brasil estabeleceu nos acordos uma norma pela qual o número de representantes de cada delegação fosse de dez pessoas, “de forma a evitar a presença de um número excessivo de funcionários soviéticos no Brasil, desproporcionado em relação ao volume de intercâmbio comercial estimado”.<sup>298</sup>

Através desses movimentos, marcadamente comerciais, é que as condições para o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS foram sendo construídas. Mesmo que esse objetivo não estivesse expresso pelo governo JK, ele foi tomando consistência própria. Com as medidas de política externa tomadas durante o governo Jânio Quadros, tomava ainda mais força. Porém, somente no governo João Goulart – em condições muito menos favoráveis politicamente – é que o reatamento das relações diplomáticas com os soviéticos foi realizado. Trazendo uma repercussão política muito grande e expondo muitas das controvérsias presentes na sociedade brasileira de início dos anos 1960.

## **2.2 *Correio do Povo*: um breve histórico**

A bibliografia a respeito do jornal *Correio do Povo* enfatiza os primeiros anos do jornal – especialmente até meados da década de 1930.<sup>299</sup> Dissertações de mestrado em História de boa qualidade versando sobre as formas como o *Correio do Povo*

---

<sup>297</sup> MOURA, op.cit., 1961, p. 24; 29-30.

<sup>298</sup> Idem, Ibidem, p. 29.

<sup>299</sup> É o caso dos trabalhos de GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994; DILLENBURG, Sérgio. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

apresentava determinados temas históricos curiosamente também se prendem à década de 1930: é o caso do estudo metodologicamente acurado realizado por Gerson Wasen Fraga sobre a Guerra Civil Espanhola e do profundo, e não menos acurado, trabalho de Mônica Karawejczyk sobre a luta pelo sufrágio feminino no Brasil.<sup>300</sup> Para as décadas posteriores, ainda faltam trabalhos que abordem a forma como o *Correio do Povo* divulgava determinados acontecimentos – o que dificulta, inclusive, a realização de uma contextualização histórica mais aprofundada para os anos que se seguem à década de 1930.<sup>301</sup>

O jornal *Correio do Povo* foi fundado no dia primeiro de outubro de 1895, em Porto Alegre. Seu lançamento ocorreu pouco mais de um mês após o término da Revolução de 1893 num Estado ainda bastante dividido: de um lado estavam os republicanos, partidários do governador Júlio de Castilhos, de outro os federalistas tendo por expoente Gaspar Silveira Martins. Era comum cada partido político ter seu jornal, para divulgar suas idéias.<sup>302</sup>

Quando apareceu o *Correio do Povo*, fundado por Caldas Júnior, ele se apresentava como um jornal independente. Não pretendia, ao menos publicamente, estar vinculado a nenhum dos grupos políticos do Estado. Sua diretriz jornalística estava assentada nas palavras “*independente, nobre e forte*”<sup>303</sup>. Seu estilo auto-assumido seria o de um jornalismo inteiramente informativo, sem preferências político-partidárias. E procurava ser conhecido por esses critérios.

Em 1913 morreu Caldas Júnior, o fundador do *Correio do Povo*. Coube a sua esposa, Dolores Alcaraz Caldas, a administração do negócio da família. Foram anos difíceis para o periódico, mas a família conseguiu administrá-lo bem e modernizá-lo.

---

<sup>300</sup> FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. 135 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; KARAWEJCZYK, Mônica. *O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. 290 f. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

<sup>301</sup> Especificamente para a década que mais nos interessa nesse trabalho, é importante mencionar o trabalho de Maristel Pereira Nogueira sobre a Universidade de Porto Alegre. Embora o foco de seu trabalho não seja apenas o jornal *Correio do Povo*, suas contribuições são importantes para a análise do periódico em questão. NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universidade de 63: Reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 179 f. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>302</sup> DILLENBURG, op.cit., p. 19; GALVANI, op.cit., p. 31; RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1998, p. 64-65.

<sup>303</sup> DILLENBURG, op.cit., p. 9; GALVANI, op.cit., p. 47.

Foram diretores do jornal, da morte de Caldas Júnior até a assunção de Breno Caldas: Emílio Kemp, Francisco de Leonardo Truda, Fernando Caldas – filho do primeiro casamento de Caldas Júnior –, Fábio de Barros, José Alexandre Alcaraz – irmão de Dolores e que dividiu a direção do jornal com André Carrazzoni, até assumir o comando de forma individual em 1932.

A independência do jornal frente aos grupos políticos do Estado sempre foi a marca que o *Correio do Povo* procurou passar. Porém, nas eleições que Getúlio Vargas disputou para presidente do Brasil pela Aliança Liberal, o periódico tomou o partido do político gaúcho. O apoio do *Correio do Povo* à candidatura da Aliança Liberal era intenso e contundente, mesmo que tentasse justificar esse ato, ocultando as contradições existentes entre o ato e as diretrizes mais gerais do jornal, no que não foi obtido sucesso.<sup>304</sup>

No ano de 1935 assumiu oficialmente a direção do *Correio do Povo*, Breno Caldas, filho do fundador do jornal. Até a venda do jornal para Renato Ribeiro, em 1986, o *Correio do Povo* foi dirigido por Breno Caldas. Caldas tinha o controle absoluto do jornal; nenhuma notícia sobre política estadual ou nacional poderia ser divulgada sem antes passar pelo seu crivo.<sup>305</sup> A relação com o governo Vargas era muito boa, inclusive durante o período da ditadura do Estado Novo.<sup>306</sup> A década de 1930 era o período no qual o jornal tinha como grande adversário o governador Flores da Cunha, como explica Francisco Rüdiger:

O *Correio do Povo*, para citar apenas um caso, nunca foi um jornal apolítico, como reza sua lenda. Durante a década de 30, por exemplo, envolveu-se num sério conflito com o governo Flores da Cunha. Breno Caldas decidira apoiar, após um período de rejeição, o projeto varguista de desenvolvimento capitalista para o País, cujos termos centralizadores haviam gerado uma dissidência com Flores. O *Correio* passou a publicar então uma série de notícias e reportagens negativas sobre o governo. Flores proibiu a distribuição dos jornais pela via férrea e organizou uma campanha de devolução de assinaturas entre os filiados ao Partido Republicano Liberal.

<sup>304</sup> GALVANI, op.cit., p. 275; 284-288.

<sup>305</sup> Idem, Ibidem, p. 304; 386; 405. Nelson Werneck Sodré discorre sobre a importância do *donos do jornal*, no caso da “grande imprensa”: “É evidente que, dentro de certos limites, os jornais são aqui controlados pelos seus proprietários; como se contam pelos dedos os grandes jornais, contam-se pelos dedos esses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais.” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 416-417. Sem sombra de dúvidas, Breno Caldas estava perfeitamente integrado entre esses *uns poucos mais*.

<sup>306</sup> Walter Galvani chega a afirmar que “eram ótimas as relações com o governo federal”. GALVANI, op.cit., p. 335.

Além disso, mandou cortar a publicação de anúncios e atos oficiais no jornal, através de medidas que incluía as prefeituras.<sup>307</sup>

Apesar de Breno Caldas nunca ter aceitado concorrer a nenhum cargo político, suas relações com os políticos eram cotidianas. Apoiador de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra, manteve sempre ótimas relações com os governos dos dois presidentes.<sup>308</sup> As relações com o governo Kubitscheck também eram boas – ao ponto de o vice-presidente João Goulart enviar telegramas sempre quando do aniversário do *Correio do Povo*.<sup>309</sup> Da mesma forma, boas eram as relações com o governo de Jânio Quadros.

Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, o *Correio do Povo* acabou se beneficiando indiretamente. Seu maior concorrente, o jornal *Diário de Notícias*, entrou em declínio após o suicídio de Vargas, em razão da associação que a população realizou com o episódio, como reporta Francisco Rüdiger:

O *Diário de Notícias*, que repartiu a liderança do jornalismo gaúcho com o *Correio* durante três décadas, entrou em declínio depois que a população porto-alegrense, tendo ligado o acontecimento à oposição da empresa [que fazia parte dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand], destruiu suas instalações, logo após o suicídio de Vargas (1954).<sup>310</sup>

Dessa maneira, segundo Rüdiger

A Caldas Júnior foi a principal beneficiária desse declínio dos Associados. Com a quebra do *Diário*, seus jornais tornaram-se os principais do Estado

<sup>307</sup> RÜDIGER, op.cit., p. 70. As divergências entre Breno Caldas e Flores da Cunha também fazem parte do relato de Walter Galvani. GALVANI, op.cit., p. 307-309. Na bibliografia utilizada, não foi identificado o período de rejeição ao projeto varguista ao qual Rüdiger se refere.

<sup>308</sup> GALVANI, op.cit., p. 354; 391-392.

<sup>309</sup> Idem, Ibidem, p. 394. De acordo com o autor, Breno Caldas e João Goulart mantinham relações de amizade desde, pelo menos, 1946, ano no qual Caldas “vendera-lhe um automóvel *Mercury*, sem nem passar papéis.” Idem, Ibidem, p. 410.

<sup>310</sup> RÜDIGER, op.cit., p. 71. Rüdiger reafirma: “Os *Diários Associados* estavam no seu auge, quando sobreveio o desastre. Em 1954, a população porto-alegrense, revoltada com a campanha antivarguista do seu principal jornal, quebra as instalações do *Diário de Notícias*. A folha suspende a circulação durante um ano, só voltando com a compra do parque gráfico e do próprio jornal *A Hora*. [...] O *Diário de Notícias*, reaparecido com uma linha mais conservadora, foi gradualmente perdendo contato com o novo público leitor, entrando em profunda decadência no final da década de 60.” RÜDIGER, p. 79-80. Interpolações nossas.

[além do *Correio do Povo*, a Caldas Júnior contava desde 1936 com a *Folha da Tarde* e a partir de 1969 com a *Folha da Manhã*]. O *Correio do Povo*, que tirava cinquenta mil exemplares diários em 1950, viu suas tiragens crescerem à razão de mil por ano até meados da década de 70. A *Folha da Tarde* seguiu a mesma trajetória ascendente, passando a tirar uma edição esportiva que daria origem a um jornal, a *Folha da Manhã*, em 1969. A Caldas Júnior era então a sétima maior empresa do ramo em todo o País, dominando sem concorrente real o mercado de jornais do Rio Grande do Sul.<sup>311</sup>

As relações do *Correio do Povo* – e de Breno Caldas – com os governadores do Estado, à exceção de Flores da Cunha, como visto anteriormente, eram boas. No “tempo da experiência democrática”, o governador Ernesto Dornelles, do PTB, foi o primeiro governador do Estado a descer do Palácio Piratini até a Rua Caldas Júnior para cumprimentar Breno Caldas pelo aniversário do *Correio do Povo*.<sup>312</sup> Em 1953, o secretário de Obras Públicas do governo Dornelles, Leonel de Moura Brizola, vai à sede do *Correio do Povo* cumprimentar Breno Caldas e acaba tendo a foto que registra a visita publicada na contracapa do jornal no dia seguinte.<sup>313</sup> Em 1956, era a vez do novo governador do Estado, Ildo Meneghetti – juntamente com todo o seu secretariado –, participar das comemorações do aniversário do jornal.<sup>314</sup>

Não há registros de animosidades entre o *Correio do Povo* com João Goulart e Leonel Brizola na bibliografia disponível.<sup>315</sup> Pelo menos até a renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade.

Quando da renúncia de Quadros, João Goulart estava na República Popular da China. Retardou sua volta – fazendo escalas em Paris, Nova York, Buenos Aires e Montevideu – para ter uma melhor compreensão sobre o que se passava no Brasil. Nesse meio tempo, as forças que se opunham a Goulart se organizaram e tentaram um golpe, impossibilitando a posse do legítimo sucessor de Jânio Quadros. No entanto, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola aglutinou forças para a posse do vice-presidente eleito em 1960. Juntamente com o Comandante do III Exército, general

<sup>311</sup> RÜDIGER, op.cit., p. 80. Interpolações nossas.

<sup>312</sup> Walter Galvani dá destaque a essas ocasiões em seu trabalho. A visita de Dornelles aconteceu em 01 de outubro de 1951. GALVANI, op.cit., p. 373. Não há registros de visita semelhante realizada por Walter Jobim (PSD) no trabalho de Galvani.

<sup>313</sup> GALVANI, op.cit., p. 392.

<sup>314</sup> Idem, Ibidem, p. 394.

<sup>315</sup> Idem, Ibidem; DILLENBURG, op.cit., ; RÜDIGER, op.cit.

Machado Lopes, Brizola organizou a Campanha da Legalidade e assegurou, naquele final de agosto de 1961, a posse de João Goulart como presidente do Brasil.<sup>316</sup>

Nesse episódio, Brizola requisitou a *Rádio Guaíba*, do Grupo Caldas Júnior, para fazer parte da Cadeia da Legalidade. De acordo com Walter Galvani, nesse momento as relações entre Breno Caldas e Leonel Brizola se deterioraram rapidamente. Galvani narra o impasse estabelecido:

“Dr. Breno, quero avisá-lo que eu resolvi encampar a Rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui no centro, e quero dar-lhe conhecimento disso” – foi o que Leonel Brizola disse, por telefone, ao diretor-presidente da Caldas Júnior, no alvorecer do Movimento da Legalidade.

“Isto aqui é uma concessão federal – respondeu-lhe Breno Caldas – e é uma propriedade privada. Você está esbulhando um direito de exploração de uma concessão legalmente estabelecida”.

Depois de muita discussão, Breno pediu então um documento oficial, por parte do governo do Estado.<sup>317</sup>

Breno Caldas não admitia nenhuma forma de interferência estatal sobre negócios privados – de acordo com sua visão de mundo liberal-conservadora. Ao requisitar sua *propriedade privada*, Leonel Brizola se tornava um inimigo. Assim como já havia se indisposto com alguns setores da sociedade por ter encampado a *Bond and Share* (subsidiária da *American & Foreign Power* – Amforp) em maio de 1959,<sup>318</sup> agora Brizola tinha contra seu governo a importante empresa de comunicação Caldas Júnior.

Não demorou para as agressões ampliarem-se, de parte à parte. Resolvida a questão da posse de Goulart, Leonel Brizola havia ganhado grande destaque nacional.<sup>319</sup> Com a experiência advinda através da Rede da Legalidade, o governador do Rio Grande do Sul passou a protagonizar um programa na *Rádio Farroupilha*, todas as sextas-feiras,

<sup>316</sup> Sobre a Campanha da Legalidade, são importantes os seguintes trabalhos: FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1988; MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>317</sup> GALVANI, op.cit., p. 407.

<sup>318</sup> Ver o trabalho de Samir Perrone de Miranda. MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. 142 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2006, p. 101-113.

<sup>319</sup> CÂNEPA, Mercedes Maria Loguécio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005, p. 263.

onde fazia as mais diversas críticas: dentre as quais, algumas direcionadas à empresa de Breno Caldas.<sup>320</sup>

Este, por sua vez, acompanhado de Arlindo Pasqualini – diretor da *Rádio Guaíba* à época da Campanha da Legalidade – respondia às provocações de Leonel Brizola. Walter Galvani faz referência, inclusive, ao fato de que Breno Caldas e Leonel Brizola “chegaram ao ponto de participar de um debate público em televisão”.<sup>321</sup>

Arlindo Pasqualini, que trabalhava para a Caldas Júnior desde, pelo menos 1939,<sup>322</sup> detinha um papel de extrema importância na empresa, como relata o próprio Breno Caldas: “Tomei o controle direto e pessoal de tudo que era importante e passei a trabalhar vinte horas por dia. Nesse período, deleguei muitas dessas tarefas ao incomparável companheiro Arlindo Pasqualini.”<sup>323</sup>

O jornalista Oswaldo Goidanich [Goida] que trabalhou no jornal de 1943 a 1974, dá um depoimento sobre o *Correio do Povo* e seu diretor, Breno Caldas:

[...] é um jornal conservador, com uma abertura liberal. O dr. Breno é um homem desconfiado de tudo e de todos, acreditou em raríssimas pessoas. Talvez mesmo numa só – Arlindo Pasqualini – com quem ele tinha uma sintonia perfeita. Pasqualini era o segundo homem da Caldas Júnior. Tranquilo, afável, ponderado, excelente jornalista, dirigia a Folha da Tarde e, ocasionalmente, o *Correio do Povo*, e foi, sem dúvida, o responsável pelo êxito alcançado pela Rádio Guaíba. Quando Pasqualini morreu, o dr. Breno perdeu o único companheiro em que confiava. Ficou sem o seu braço direito. Mas o pior é que ele não preparara sequer um braço esquerdo.<sup>324</sup>

Percebe-se aí uma certa ironia de Goidanich quando ele diz que Pasqualini era o braço direito de Breno Caldas. Passada a Campanha da Legalidade e o regime parlamentarista tendo sido encerrado, Pasqualini passou a manter uma coluna diária na contracapa do *Correio do Povo*. Nesta, ele descarregava toda sua munição contra um governo que claramente não apoiava: o de João Goulart.<sup>325</sup>

---

<sup>320</sup> GALVANI, op.cit., p. 408.

<sup>321</sup> Idem, Ibidem, 408.

<sup>322</sup> Idem, Ibidem, p. 340.

<sup>323</sup> DILLENBURG, op.cit., p. 62.

<sup>324</sup> Idem, Ibidem, p. 140-141.

<sup>325</sup> A coluna de Arlindo Pasqualini, na contracapa do *Correio do Povo*, tem início em 1963. É posterior, portanto, ao período privilegiado nesse trabalho. Pasqualini morre em 09 de setembro de 1964, deixando um vazio na Caldas Júnior. Casualmente, San Tiago Dantas, morre em data bem próxima: 07 de setembro de 1964.



Após a Campanha da Legalidade, com a radicalização política empreendida pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul na luta pela posse legítima/legal de João Goulart, a política – nacional e estadual – será marcada por fortes tensões e enfrentamentos, que culminarão com o golpe civil-militar de 31 de março/01 de abril de 1964. Além dos fatores internos, preponderantes, a própria lógica da Guerra Fria auxiliava para que a situação se encaminhasse para esse desfecho.<sup>326</sup> O restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, pouco mais de dois meses após a posse do presidente Goulart – em 23 de novembro de 1961– contribuiu para o acirramento das posições políticas do período, nos mais diversos níveis. Para perceber o teor dessas divergências – bem como para entender o papel desempenhado pelo jornal na questão – é que o *Correio do Povo* se mostra uma fonte importante de estudos. Afinal, num momento de tamanha disputa política, qual o documento melhor que um periódico que se proponha a ser *independente, nobre e forte?*

### 2.2.1 - “Carta da Alemanha”

O *Correio do Povo*, ainda nos primeiros dias de novembro de 1961, traz em uma coluna presente na capa da edição do dia 02 – *Coluna Carta da Alemanha*, assinada pelo Dr. Hermann M. Göergen – **Como funciona uma missão comercial comunista.**<sup>327</sup> O colunista tem como mote central de seu comentário a relação existente entre a República Democrática Alemã (RDA) “isto é, a Alemanha comunista” e a Finlândia através de missões comerciais.<sup>328</sup>

---

<sup>326</sup> Uma visão de conjunto do período, articulando os fatores internos e externos, pode ser encontrada em artigo de minha autoria. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. A Política Externa Independente do governo João Goulart (1961-1964) ou momentos quentes de uma Guerra Fria. In: *Escritas* – Revista do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins. Nº 1, Vol. 1. Goiânia: Kelps, 2008, p. 105- 121.

<sup>327</sup> *Correio do Povo*, 2 de novembro de 1961, capa.

<sup>328</sup> Heloisa Conceição Machado da Silva, em seu trabalho, traz uma informação relevante a respeito de Hermann Göergen: “No dia 18 de maio, [Jânio] Quadros recebeu a visita do Embaixador da Alemanha Ocidental, Hebert Dittmann, e de dois representantes do Governo da RFA [República Federal da Alemanha – a Alemanha capitalista], os Deputados **Hermann M. Göergen** e Heck, que lhe pediram uma audiência, a fim de solicitar à Missão Dantas que não visitasse Berlim Oriental. Jânio respondeu que o Brasil não modificara sua política *vis-a-vis* do problema alemão, como também afirmou que não reconhecera a RDA e com ela apenas ampliaria relações econômicas e comerciais, de acordo com seus interesses e vantagens.” SILVA, Heloisa Conceição Machado da. *Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 217. Interpolações e grifos nossos.

Argumenta o colunista que “a atividade da Missão Comercial é bastante vasta. Não raras vezes os finlandeses perguntam: ‘Que tem isto com comércio?’”. De acordo com Göergen, o comércio entre os dois países representa apenas 1,5% do total das exportações finlandesas, não justificando a sua própria existência. Vai mais além na sua argumentação: diz que embora o comércio seja exíguo, as atividades políticas e de propaganda do regime comunista são abundantes. Além disso, “outra tarefa importantíssima dessa missão comercial é a divulgação de material comunista. Todas as escolas finlandesas estão recebendo mensalmente uma revista ilustrada de 56 páginas, editada pela ‘Missão Comercial’ e impressa no melhor papel possível. Nessa revista se faz abertamente a propaganda do comunismo”.

Segue o colunista discorrendo sobre as atividades de propaganda comunista realizada pela Missão Comercial alemã em substituição à sua razão de ser. Através da leitura de sua coluna – que se localiza no local mais nobre de um jornal, a capa – fica claro a inconformidade do colunista tanto com o comunismo, quanto com o que ele aborda como sendo um artifício para a penetração/divulgação/exportação das idéias “marxistas-leninistas”.

Ao leitor menos avisado pode parecer estranha a temática dessa coluna. No entanto, essa temática estava na ordem do dia no Brasil. Em maio, uma missão comercial brasileira foi enviada a Moscou, para negociar contratos sobre petróleo, trigo e café, além de propor o intercâmbio de representações comerciais *permanentes* nos dois países, como visto anteriormente. Embora esta não tenha sido a primeira missão comercial brasileira enviada a Moscou após o rompimento das relações diplomáticas de 1947 – a precursora se deu em dezembro de 1959, quando foi assinado o documento intitulado *Termos de Entendimento sobre Problemas de Comércio e Pagamentos* – sua importância estava em que, diferentemente daquela ocasião “quando Horácio Lafer esclareceu que a conclusão daquele instrumento não implicava o reatamento das relações diplomáticas”<sup>329</sup> a missão de maio era o primeiro passo para as tentativas de reatamento das relações diplomáticas, ao negociar a possibilidade das missões comerciais se tornarem *permanentes*. De acordo com Clodoaldo Bueno,

---

<sup>329</sup> BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão* (1912-1964): relações exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 229.

A missão comercial, no seu retorno ao país, trouxe mensagem de Brezhnev e Krushev dirigida a Jânio Quadros na qual constava que o restabelecimento de relações seria recebido com satisfação, e convidava o presidente brasileiro para uma visita à União Soviética. Por seu turno, o Brasil recebeu desse país uma missão que, ao retornar, levou mensagem de Quadros, na qual, entre outras coisas, aceitava o convite de visita.<sup>330</sup>

Tudo isso repercutia internamente no país. Havia uma missão comercial soviética em território brasileiro desde 1960. Se por um lado essa missão comercial ensejava a expectativa de novos mercados para os produtos nacionais, bem como a possibilidade de importações de bens de capital com menor custo, por outro lado havia a preocupação de muitos setores com a abertura para a propaganda comunista no Brasil.

Para não ter dúvidas quanto ao alcance de suas ilações, Hermann Göergen encerra sua coluna da seguinte maneira:

Compreende-se o valor que os comunistas estão atribuindo às suas missões comerciais em qualquer país do mundo. Donos de uma pertinácia impressionante conseguem encaixar no âmbito de uma “Missão Comercial” todo tipo de atividade política. Aproveitam as imunidades diplomáticas para fazer a propaganda do bolchevismo, para fazer pressão à política interna de um país e ajudar a conquista do poder pelo respectivo partido comunista nacional. Caso único? Só na Finlândia? Investigações detalhadas provam ser a finalidade das “Missões Comerciais” de qualquer estado comunista, em qualquer parte do mundo sempre a mesma.<sup>331</sup>

Note-se que, a despeito de no Brasil não haver um partido comunista nacional legalizado, a preocupação de Göergen pode ser relacionada com o Brasil. Hermann Göergen destaca não ser essa uma realidade só na Finlândia, em uma generalização diretamente apontada para a Missão Comercial Soviética no país dos leitores do *Correio do Povo*.

Em pequena nota registrada na contracapa do *Correio do Povo* de 08 de novembro de 1961, há destaque para uma viagem do ministro das Relações Exteriores:

**San Thiago Dantas Vai a Buenos Aires.** Rio, 7 (CP). – O chanceler San Thiago Dantas vai a Buenos Aires dia 13 para uma visita de três dias durante a qual assinará dois tratados conjuntos, um de assistência judiciária e outro de extradição, há anos objeto de entendimentos entre o Brasil e a Argentina.

<sup>330</sup> BUENO, op.cit., p. 318-319.

<sup>331</sup> *Correio do Povo*, 2 de novembro de 1961, capa.

O chanceler poderá também assinar uma declaração de princípios relativa à aplicação de instrumentos de execução do Tratado de Amizade e Consulta, assinados em Uruguaiana pelos presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi.<sup>332</sup>

O ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, era uma personagem que atraía atenções, em razão, além de suas qualidades próprias, do cargo que ocupava. O *Correio do Povo* fazia uma cobertura intensa de suas atividades. Dessa forma, quatro dias após, o *Correio do Povo* noticia, sob o título **Chanceler San Thiago Dantas segue amanhã para a Argentina**, os membros da comitiva do ministro e a programação completa de sua viagem.<sup>333</sup>

Ao noticiar a viagem do chanceler brasileiro o *Correio do Povo* destaca o pronunciamento do ministro na Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais,<sup>334</sup> ao destacar o caso de Cuba já na manchete:

**San Thiago em Buenos Aires – Advoga o Brasil por solução pacífica e sem intervenção do problema cubano.** Buenos Aires, 13 (AP) (...) Acreditamos que uma solução no caso cubano só será historicamente válida e politicamente eficaz se resultasse de meios rigorosamente pacíficos e se fosse obtida sem rompimento do respeito à sua soberania através da autodeterminação do povo cubano. Não pretendemos com isso, dar nossos assentimento a qualquer ação internacional que ponha o princípio de não-intervenção, a cuja sombra se edificou pacientemente o sistema interamericano. É-me grato dizer que a posição do Brasil e da Argentina tem coincidido também neste particular.<sup>335</sup>

O interessante é que essa notícia, que está destacadamente na capa do jornal, foi diagramada ao lado da coluna *Carta da Alemanha*, de Hermano M. Göergen, que tem nessa ocasião como título: **É isto que eles chamam de “Neutralismo”!**<sup>336</sup> Este colunista, – que tem vínculos diretos com a República Federal da Alemanha (RFA), como visto anteriormente – aborda em seu comentário a I Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Belgrado, na Iugoslávia, entre os dias 01 e 06 de setembro de 1961 – e na qual o Brasil participou como observador, papel desempenhado por Afonso Arinos de Melo Franco.

<sup>332</sup> *Correio do Povo*, 8 de novembro de 1961, contracapa. O *Correio do Povo* sempre grafava o nome do ministro com a letra “h” em “Thiago”. Na bibliografia utilizada, inclusive no livro escrito pelo ministro, o nome é grafado sem a letra “h”. Desse modo, optamos por essa forma ao longo de nosso trabalho.

<sup>333</sup> *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>334</sup> O pronunciamento completo do ministro San Tiago Dantas consta em DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 29-37.

<sup>335</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa.

<sup>336</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa.

Observa o colunista que quase mil jornalistas de todo o mundo estiveram presentes na “Conferência dos não-engajados” (mas não se reporta a ter estado lá). Registrou a presença de 25 Estados na Conferência, o que representaria “quase a terceira parte da população do mundo”, que fizeram-se ouvir “pela voz democrática, feudal ou ditatorial, autorizada dos seus dirigentes, livremente ou não eleitos!” que “apresentaram-se ao mundo como uma espécie de ‘consciência moral política’ e pretendiam falar uma palavra decisiva e construtiva para a solução dos problemas atuais, para a consolidação da paz”.

Na continuação de seu texto, coloca que no dia anterior ao início da Conferência houve o início de uma nova série de explosões atômicas soviéticas. E que nenhum dos presentes mostrou-se indignado com o fato.

Não hesitou Krushev em zombar daqueles neutralistas, servidores da propaganda soviética, quando denunciaram as experiências nucleares americanas, consideradas por eles como ‘colonialistas’ e ‘imperialistas’, enquanto ele, Krushev, num ato de supremo cinismo mandou explodir a nova bomba na véspera da conferência mundial dos neutralistas, adversários das experiências nucleares.<sup>337</sup>

É importante ressaltar que muitos classificavam a Política Externa Independente como neutralista, mesmo que isso fosse negado por seus artífices.<sup>338</sup> Fosse essa a intenção de Hermann Göergen – e não há como provar que a fosse, de acordo com a coluna em questão; uma avaliação dessas pelo historiador estaria apenas no campo das plausibilidades – ou não, o fato é que para os leitores que assim pensavam havia uma clara desqualificação do Movimento dos Países Não-Alinhados e, para os partidários da associação Neutralismo/PEI, uma diminuição da significação da Política Externa Independente. Essa desqualificação fica ainda mais clara quando Göergen se reporta ao discurso de Nkrumah, representante de Gana, como sendo mera “repetição de slogans e

---

<sup>337</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa.

<sup>338</sup> Dois dias após a publicação desta edição do jornal, portanto no dia 16 de novembro de 1961, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino San Tiago Dantas esteve em Porto Alegre, onde foi convidado a participar de uma sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, fato que trabalharemos adiante. Por enquanto, basta nos referirmos a que o ministro negou de forma veemente que a política externa do país fosse neutralista; para ele, o correto ao designar a política externa do Brasil é tratá-la por independente, haja vista que “nada há, porém, de mais diverso do que a independência e o neutralismo.” DANTAS, San Tiago – Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 16 de novembro de 1961, registrado no dia 21 de novembro de 1961, p. 194. Seria esta uma resposta direta ao colunista Hermann M. Göergen? Não há elementos que sustentem uma resposta positiva.

frases da propaganda soviética”. Colocando, dessa forma, uma séria restrição à independência dos países neutralistas frente ao bloco soviético, sua coluna se mostra também como um detonador da associação entre as posições da PEI e da União Soviética, com quem em breve o país reataria as relações diplomáticas.

Mas a relação entre a notícia do discurso do chanceler brasileiro em Buenos Aires e a coluna *Carta da Alemanha* não era apenas só essa. Enquanto San Tiago Dantas defendia a autodeterminação do povo cubano – e a autodeterminação dos povos é um dos pontos centrais da PEI – Hermann Göergen, na coluna ao lado da notícia sobre Dantas, clamava pela autodeterminação do povo alemão, pois na sua perspectiva a vontade deste povo era a de ser um só país, vinculado ao bloco ocidental.

Sem dúvida, havia ente os 25 países representados, alguns francamente em favor por exemplo do direito da autodeterminação do povo alemão. Mas, o que diz a resolução final da conferência sobre este problema, só pode ser considerado um cinismo escandaloso. Fala-se da existência de “dois estados germânicos” e com isto empresta-se à Alemanha Comunista (a este grande campo de concentração de 17 milhões de alemães), atributos de um verdadeiro Estado. Não escutaram nem ouviram os neutralistas a voz de 3,5 milhões de refugiados, que desde 1949 votaram com os seus pés contra o regime comunista da chamada “República Democrática Alemã” reclamando o mesmo direito de autodeterminação, do qual os “neutralistas” se fizeram os principais defensores.<sup>339</sup>

Quando da Conferência dos Países Não-Alinhados, o Muro de Berlim recentemente começava a ser construído pela RDA. Göergen não toca diretamente nesse assunto, embora sua inconformidade esteja expressa quando ele se refere a que os alemães descontentes com a RDA “votaram com seus pés”. Com a construção do Muro de Berlim, esse ainda possível *exercício da democracia*, na visão de Göergen, seria totalmente impedido.<sup>340</sup>

<sup>339</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa.

<sup>340</sup> Em outra ocasião, sobre outras questões, utilizando como fonte o jornal *Correio do Povo*, porém do ano de 1963, é possível desvelar a visão do periódico sobre o Muro de Berlim, a partir da seguinte reportagem: “**Cerimônia comemorativa junto ao Muro da Vergonha em Berlim pelas vítimas do terrorismo comunista**: Faz hoje um ano que o jovem Peter Fechter, trabalhador de 18 anos, tombou a poucos passos do local, vítima das balas dos guardas de Berlim Oriental. [...] O rapaz havia parado diante da muralha e segundos antes do salto para a liberdade foi varado pelos projéteis das metralhadoras dos guardas comunistas, caindo ao solo banhado em sangue e agonizante. Foi levado para o hospital apenas para exalar o último suspiro...”. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 207.

Ainda na busca da relação entre a defesa da autodeterminação apregoada por San Tiago Dantas, é possível perceber que Hermann Göergen se coloca como crítico do neutralismo do Movimento dos Países Não Alinhados: “Em vez de defender o direito de autodeterminação, também do povo alemão, e com isto demonstrar a sua independência política, a maior parte aceitou a tese de dois Estados germânicos”. Em que pese a crítica ser relacionada diretamente aos Neutralistas, e não ao Brasil, ela também se aplica à Política Externa Independente, pois essa enviou João Dantas, entre abril e maio de 1961, como chefe de missão especial ao Leste Europeu, com visita à RDA.<sup>341</sup> Atitude reprovada pela RFA, com a qual Hermann Göergen está sintonizado, em virtude de entender ser esta a única Alemanha perante a diplomacia. A aplicação da crítica também a Política Externa Independente fica ainda mais clara quando, na página 4 do *Correio do Povo* do mesmo dia, há uma pequena reportagem sobre a venda de minérios para o Leste Europeu, dentre os quais a Alemanha comunista (RDA):

**Brasil aumenta as vendas de minério para o Leste europeu.** Rio, 13 (CP) – “Venderemos, no próximo ano, 9 milhões de toneladas de minério de ferro, não havendo problemas quanto à classificação do produto, uma vez que estamos perfeitamente aparelhados para enfrentar qualquer concorrência no mercado internacional do produto”.

Esta declaração foi feita pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, engenheiro Eliézer Batista da Silva, que seguiu para a Europa, onde vai, nos países socialistas (Romênia, Tcheco-Eslováquia, Polônia, Hungria e Alemanha Oriental), completar os acordos efetuados pela Missão João Dantas.<sup>342</sup>

<sup>341</sup> A Missão Dantas gerou grande polêmica à época, chegando a ser o estopim do pedido de demissão do secretário-geral do Itamaraty, Vasco Leitão da Cunha. João Dantas, o chefe da missão diplomática, não fazia parte dos quadros do Ministério das Relações Exteriores – era jornalista do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. De acordo com Paulo Vizontini, João Dantas, “entre abril e maio de 1961, assinou acordos de cooperação cultural e científica, bem como comercial, com a Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Tchecoslováquia, Polônia e Albânia, além de iniciar negociações econômicas com a RDA, Áustria e Itália.” Nessa conjuntura, Jânio Quadros recebeu o Chanceler da Alemanha Ocidental (RFA) e dois deputados federais alemães. Heloisa Machado da Silva afirma que os deputados em questão eram Hermann M. Göergen e Heck, como visto anteriormente; Fernando Barreto não nomina os deputados. De acordo com Barreto, os membros da comitiva alemã teriam pedido audiência ao presidente brasileiro, em função da doutrina Hallstein, “que entendia [...] que apenas Bonn representava toda a Alemanha e proibia a República Federal da Alemanha de manter relações diplomáticas com qualquer Estado que reconhecesse a República Democrática Alemã, exceto a União Soviética”. Essa medida da PEI explica a posição de Göergen. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 213. SILVA, op.cit., p. 217; BARRETO, op.cit., p. 247. Vasco Leitão da Cunha, em suas memórias, afirma que inicialmente a Missão Dantas não iria à RDA, em função da Doutrina Hallstein. Porém, Jânio Quadros teria dado novas instruções a João Dantas – à revelia do Itamaraty – par que este fosse à Alemanha Oriental. Por não concordar com tal atitude, Leitão da Cunha pediu demissão do cargo de secretário-geral do Itamaraty. CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*. Depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 222-223.

<sup>342</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, p. 4.

Hermann Göergen, imbuído de sua condição de representante da Alemanha Ocidental, expressa sua falta de surpresa com a posição de um dos principais líderes do Neutralismo: “Quanto a Tito, nada de surpresas, pois é claro, que ele considera a Alemanha comunista um Estado socialista e ‘amante da paz’, enquanto a *nossa* República Federal é uma ‘república fascista e remilitarizada’.”<sup>343</sup> Mas cabe uma questão: o pronome possessivo *nossa* não seria mais adequado se trocado pelo pronome possessivo *minha*? Ou havia alguém mais comungando desse sentimento de pertencimento, se não da Alemanha Ocidental, ao menos da civilização ocidental e cristã? Conquanto muitas vezes João Goulart se colocasse como filiado à civilização ocidental e cristã<sup>344</sup> para amainar desconfianças a respeito das acusações que sofria, ou mesmo San Tiago Dantas,<sup>345</sup> acreditamos que não seja a esses que Göergen esteja se colocando como detentor de identidade. Tudo leva a crer que seja ao próprio *Correio do Povo*.

Por fim, Hermann Göergen encerra sua coluna em um ataque aos neutralistas, associando-os diretamente com o comunismo: “ficou provado que muitos destes ‘não-engajados’ são firmemente engajados com as doutrinas e os métodos do bolchevismo internacional, para o qual demonstraram tanta compreensão em Belgrado. O neutralismo positivo deixou cair sua máscara mentirosa [...]”.<sup>346</sup> Em que pese a recepção que esse brado de denúncia teve por parte dos leitores do *Correio do Povo* seja de difícil averiguação – e não é esse nosso objetivo neste trabalho – não resta dúvidas que há a intencionalidade desse articulador em formar uma opinião a respeito do Neutralismo, caso contrário não despenderia sua energia dessa forma. Embora não fique evidenciado da mesma maneira, em uma leitura rápida, o jornal *Correio do Povo* também segue uma tendência editorial, ao publicar essa coluna em questão, que se refere a um fato ocorrido há praticamente dois meses, exatamente neste dia, e ao lado da reportagem sobre San Tiago Dantas na Argentina, onde o chanceler brasileiro se pronunciava pela autodeterminação dos povos. Tudo isso na capa do jornal.

<sup>343</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa. Grifos nossos.

<sup>344</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; KOCH, Adolar. Não estica que arrebenta: uma análise das tensões político-econômico-sociais no governo João Goulart (1961-1964) a partir do documentário Jango. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PADRÓS, Enrique Serra. *Conflitos Periféricos no Século XX: cinema e História*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008, p. 161; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 88

<sup>345</sup> DANTAS, op.cit., p. 18; 29; 39; 52; 72; 81.

<sup>346</sup> *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1961, capa.



## 2. 2.2 – San Thiago Dantas, Tito, EUA

A evidência dada à figura de San Thiago Dantas era bastante ampla. Um exemplo disso é a capa do *Correio do Povo* do dia 15 de novembro de 1961, na qual há uma foto de um San Thiago Dantas sorridente apertando a mão do presidente da Argentina, Arturo Frondizi, sob o título: **Encontro de Frondizi com o ministro San Thiago Dantas**, acompanhada da seguinte legenda:

O presidente argentino Arturo Frondizi, à esquerda, saúda o ministro de Relações Exteriores do Brasil, San Thiago Dantas, ao recebê-lo na Casa de Governo na segunda-feira, pouco depois da chegada do chanceler brasileiro para uma visita oficial de três dias. Dantas viajou para Buenos Aires para manter conversações destinadas a fortalecer os vínculos brasileiro-argentinos. Esta radiofoto foi transmitida de Buenos Aires (Radiofoto do serviço especial da AP para o “Correio do Povo”).<sup>347</sup>

Qual a razão para esse destaque todo à presença do ministro San Thiago Dantas na Argentina? Porque esta visita, sem maiores desdobramentos imediatos, foi eleita como matéria de interesse para os leitores do periódico? Aparentemente, poderíamos citar algumas possibilidades, tais quais: 1 – A Política Externa Independente como mobilizadora das atenções sociais; 2 – A proximidade do Rio Grande do Sul com a Argentina; 3 – A informação de que o ministro passaria algumas horas após o seu regresso em Porto Alegre, garantindo, pela exposição em demasia do ministro, o interesse do público de leitores para os desdobramentos, garantindo assim a venda de jornais. Porém, apesar dessas hipóteses, há um elemento que, em uma análise um pouco mais detida, pode ser esclarecedora: ao lado da foto em questão, também na capa do jornal, há uma notícia intitulada: **Tito manifesta-se favorável à URSS e contra os Estados Unidos**. Novamente, há a associação entre um expoente do Movimento dos Países Não-Alinhados – um neutralista – e o bloco soviético. De acordo com a notícia, a manifestação de contrariedade do presidente Joseph Broz Tito em relação aos Estados Unidos se deu pela ameaça deste país em cortar a ajuda civil e militar destinada a Iugoslávia. A razão, de acordo com o jornal que se serve de notícia da AP, é a seguinte:

---

<sup>347</sup> *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1961, capa.

O Departamento de Estado confirmou, no mês passado, que os Estados Unidos tinham arquivado temporariamente um pedido da Iugoslávia para adquirir 500 mil toneladas de trigo excedente norte-americano. As autoridades indicaram que a decisão refletia o dissabor do presidente Kennedy em face da atitude pró-soviética tomada pela Iugoslávia, na conferência de Belgrado entre os países não-comprometidos, em setembro último.<sup>348</sup>

A notícia trata de uma ameaça de retaliação realizada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos em relação a Iugoslávia, um país não-alinhado. A razão para isso é a “atitude pró-soviética tomada pela Iugoslávia, na conferência de Belgrado”.<sup>349</sup> Mas a notícia não se refere a qual foi essa atitude. O que a notícia se refere, ao menos implicitamente, é que os Estados Unidos não estão dispostos a socorrer países que tomem atitudes pró-soviéticas. Ao colocar as matérias lado a lado, o *Correio do Povo* dá a impressão de querer avisar aos seus leitores que o Brasil, através da Política Externa Independente, deve tomar cuidado para não tomar atitudes do mesmo teor, sob pena de receber o mesmo tipo de retaliação por parte dos Estados Unidos.

Além de relacionar, por via de diagramação editorial, na capa do jornal o ministro San Tiago Dantas com o presidente Tito – sugerindo uma associação comum enquanto próceres de políticas externas não-alinhadas – ao mesmo tempo em que advertia implicitamente, pelo exemplo iugoslavo, sobre os riscos que essa posição poderiam trazer ao país em sua relação com os Estados Unidos, o jornal *Correio do Povo* destacava, na mesma edição, uma nova modalidade de ajuda aos países em desenvolvimento oferecida pelos EUA, que trazemos na íntegra:

**Nova modalidade de prestações de ajuda – Cooperação técnica dos “Voluntários da Paz” no desenvolvimento nacional.** Rio, 14 (CP) – O Presidente da República recebeu, no Palácio das Laranjeiras, presentes o Primeiro Ministro Tancredo Neves e o Ministro do Exterior, sr. San Thiago Dantas, o embaixador dos Estados Unidos, o sr. Lincoln Gordon, que se fazia acompanhar do sr. Sargent Shriver, diretor dos “Voluntários da Paz” (Peace Corp’s), nova modalidade de prestação de ajuda criada em março de 1961 pelo presidente Kennedy, para colocar em contato jovens norte-americanos, treinados em profissões manuais, com as classes trabalhadoras dos países em desenvolvimento, levando-lhes o conhecimento de técnicas de trabalho mais avançadas e estimulando a formação de laços de solidariedade moral.

<sup>348</sup> *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1961, capa.

<sup>349</sup> Os temores da subserviência de Tito aos soviéticos eram desproporcionais à realidade, pois desde 1948 ele tinha rompido com a subordinação direta à URSS. GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 31-32; 118-119.

Os “Voluntários da Paz” têm colaborado com diversos países em desenvolvimento da América e da África em programas de construção de açudes e represas, valorização de vales, irrigação, treinamento agro-pecuário, nutrição, higiene e programas de bem-estar social.

Os “Voluntários da Paz” trarão ao Brasil pequenos grupos de jovens americanos de ambos os sexos que cooperarão com entidades como a Legião Brasileira de Assistência ou a Comissão do Vale do São Francisco.

Após a visita, o embaixador dos Estados Unidos, sr. Lincoln Gordon, e o ministro do Exterior, sr. San Tiago Dantas, trocaram notas sobre a cooperação técnica dos “Voluntários da Paz”, na presença do Presidente João Goulart e do Primeiro Ministro Tancredo Neves.<sup>350</sup>

Assim, o periódico dava visibilidade aos seus leitores sobre a importância de manter-se boas relações com os Estados Unidos, retomando, de certa maneira, aquela idéia presente, em diferentes graus, durante o governo Dutra quando “os dirigentes brasileiros [que] conduziram as relações Brasil–EUA no pressuposto de que o Brasil ocupava a posição de ‘aliado especial’ dos EUA no continente americano [...]”<sup>351</sup> ou no governo Kubitschek onde “Schmidt e Kubitschek acreditavam ser ainda os aliados privilegiados dos EUA, e moveram-se, sobretudo dentro das relações hemisféricas”.<sup>352</sup>

De acordo com os indícios presentes no *Correio do Povo*, não seria, portanto, interessante para o Brasil arriscar-se a perder os benefícios proporcionados pelos estadunidenses, como parecia estar acontecendo com a Iugoslávia, em razão de assumir uma possível posição pró-soviética. Para reforçar essa idéia, no periódico acompanha a reportagem uma fotografia onde se vê sentados, ao centro da mesa o presidente João Goulart, tendo a sua esquerda o primeiro-ministro Tancredo Neves e à esquerda deste o ministro San Tiago Dantas. À direita do presidente Goulart o diretor dos “Voluntários da Paz”, Sargent Shriver, e à direita deste o embaixador Lincoln Gordon. A foto traz a seguinte legenda:

Perante o presidente João Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e o diretor da Organização “Voluntários da Paz”, sr. Sargent Shriver, o embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, sr Lincoln Gordon, e o

<sup>350</sup> *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1961, contracapa. De acordo com Carlos Fico “Nos Estados Unidos, o programa contribuiu bastante para a construção da imagem de Kennedy como um líder reformador, jovial e criativo. No Brasil, os *Peace Corps* não tinham muita visibilidade, a despeito da presença de bom número de voluntários trabalhando sobretudo no interior”. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 30.

<sup>351</sup> MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 66. Interpolações nossas.

<sup>352</sup> VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 192-193.

ministro das Relações Exteriores, sr. San Tiago Dantas, assinam notas sobre a cooperação técnica dos “Voluntários da Paz” ao Brasil (Foto NA).<sup>353</sup>

Tanto a reportagem escrita, como a foto legendada, trazem a mesma sentença: a relação com os Estados Unidos é promissora, e não deve ser arriscada frente a uma aventura, que pode ser representada por algum possível ato pró-soviético que a Política Externa Independente venha a tomar.

Mas há algo, além de tudo isso, por si só já bastante alentador da posição do jornal, que precisa ser destacado, e esse é o papel do historiador, que olhando em retrospectiva é capaz de fazer uma crítica da fonte, no caso, o jornal. Sabemos, tanto pelo próprio jornal, como pelos jornais *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde*, e pelos Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que o ministro das Relações Exteriores esteve em Porto Alegre no dia 16 de novembro de 1961. Essas mesmas fontes – e o próprio *Correio do Povo* assim o fez, na edição do dia 12 de novembro<sup>354</sup> – registraram que o ministro desenvolveu sua viagem à Argentina com atividades em 3 dias, chegando ao dia 13 de novembro às 12hs em Buenos Aires e retornando ao Brasil dia 16, próximo às 12hs. Sendo assim, observe-se que a notícia acompanhada de fotografia, foi veiculada no dia 15 de novembro, quando o ministro estava na Argentina. A agência de notícias que enviou a matéria é a agência própria do *Correio do Povo*, e assinala a data de 14 de novembro, como sendo a data de envio. Descarta-se a possibilidade de a reunião ter ocorrido nesse dia, pois o ministro já se encontrava na Argentina. Ou a reunião ocorreu no dia 13 de novembro, antes das 10 hs, ou em algum dia anterior ao dia 13 – lembrando que dia 11 e 12 foram, respectivamente, sábado e domingo, dias remotos para ter havido uma reunião dessa envergadura. Em qualquer uma das hipóteses anteriores, a reunião com o embaixador estadunidense e com o diretor dos “Voluntários da Paz” deveria ter sido veiculada na edição do dia 14 de novembro – lembrando que nas segundas-feiras, como o foi dia 13 de novembro, o *Correio do Povo* não circulava. Porém, essa notícia apareceu na contracapa, espaço nobre reservado as notícias nacionais, na mesma edição em que se encontrava a reportagem sobre San Tiago Dantas na Argentina e a retaliação estadunidense à Iugoslávia. Podemos, claro, aventar a possibilidade da demora da reportagem com foto ter chegado do Rio de Janeiro a Porto Alegre; porém, essa possibilidade se mostra

---

<sup>353</sup> *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>354</sup> *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1961, contracapa.

debilitada ao averiguarmos que a reportagem com foto procedente de Buenos Aires se fazia presente na edição do dia 15, tendo sido registrada no dia 13, dia em que ocorreu a reunião, na melhor das hipóteses levantadas anteriormente. Ou, e isso é o que parece mais plausível, o jornal *Correio do Povo* retardou a divulgação da notícia para apresentá-la em conjunto com as outras duas reportagens, valorizando o efeito pedagógico que a lição poderia ensejar.

### 2.3 – A Política Externa Independente na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Voltando de Buenos Aires, com escala em Montevideú,<sup>355</sup> o ministro das Relações Exteriores chegou a Porto Alegre. Na capital do Rio Grande do Sul, palco da resistência proporcionada pela Campanha da Legalidade, foi recebido no aeroporto pelo Secretário do Interior e Justiça, Francisco Brochado da Rocha. Após visita de cortesia ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, San Thiago Dantas se dirigiu na companhia de Brochado da Rocha até a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O *Correio do Povo* realizou o registro da visita em dois momentos: no primeiro, que citamos na íntegra, há a narrativa elaborada pelo jornalista do periódico, entremeada com fragmentos do discurso de saudação realizado pelo deputado estadual Milton Dutra, do PTB.

**Assembléia Legislativa – Recebido ontem pelo plenário o ministro das Relações Exteriores, Sr. San Thiago Dantas** – O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, dr. San Thiago Dantas, compareceu ontem à tarde à Assembléia Legislativa, acompanhado pelo embaixador do Brasil em Montevideú, dr. Walter Sarmanho e pelo Secretário do Interior, dr. Francisco Brochado da Rocha. O ilustre homem público compareceu à Assembléia às 16,30 horas, após a visita ao Palácio Piratini e depois de breve permanência

---

<sup>355</sup> “Montevideú, 16 (AP) – Chegou, hoje, ao aeroporto de Carrasco o chanceler brasileiro, San Thiago Dantas, fazendo escala de duas horas, procedente de Buenos Aires. Veio em avião da FAB e foi recebido pelo ministro do Exterior do Uruguai, Martinez Montero, pelo embaixador brasileiro, Walter Lima Sarmanho, pelo embaixador uruguaio no Brasil, Salvador Ferrer Serra e outras altas autoridades. Trouxe o ilustre viajante uma mensagem do presidente João Goulart, reiterando o convite formulado ao presidente do Conselho de Governo, Eduardo Vitor Haedo, para visitar em breve o Brasil [...]. *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, capa.

no Gabinete da Presidência foi conduzido ao Plenário pelos líderes de bancada, em comissão designada pela presidência.

Recebido com aplausos pelos deputados presentes, o Ministro do Exterior ocupou um lugar ao lado do sr. Hélio Carlomagno [presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado pelo PSD]. Este, depois de manifestar a satisfação da Assembléia pela honrosa visita, deu a palavra ao deputado Milton Dutra para saudá-lo.

O deputado Milton Dutra, na saudação que dirigiu ao sr. San Thiago Dantas, disse que o visitante honrava a Assembléia Legislativa. “Nós, os rio-grandenses, em todos os momentos, sempre soubemos tributar o nosso respeito e a nossa admiração aos homens de talento, aos homens de cultura e observando a forma como se conduz o Governo, que neste instante de tanta inquietação internacional, outorgando-lhe a responsabilidade da condução dos negócios públicos internacionais do país, atribuiu a V. Exa. pesadíssimo encargo que a gente do Rio Grande do Sul sabe perfeitamente compreender”. Acrescentou o sr. Milton Dutra que o Ministro assumiu a direção da Pasta do Exterior num momento muito sério no campo internacional, com o mundo dividido em três blocos e sob ameaça de todos os instantes, da quebra da paz entre os povos. Assinalou que o Ministro vinha de fixar em relação a esse problema o pensamento que é de todos os brasileiros, pela proclamação da nossa constante solidariedade aos ideais de paz mundial e o nosso repúdio às experiências nucleares que podem pôr termo à própria civilização. “Quando V. Exa. fez sentir às Nações Unidas esta posição, estava expendendo o pensamento mais genuíno da alma brasileira que é contrária às soluções violentas para os problemas dos povos.”

Destacou que o Ministro ao assumir a Pasta do Exterior anunciara que iria seguir a linha do governo Jânio Quadros nesse particular e disse que também aí S. Exa. expressara a opinião do povo brasileiro. O orador manifestou a plena convicção de que o gestor dos negócios das relações internacionais do país manterá uma linha intangível, como manifestação dos melhores anseios da nossa Pátria. Defendeu o sr. Milton Dutra a manutenção do princípio da não-intervenção entre as Nações e a proclamação da auto-determinação, para que cada povo tenha o direito de traçar os seus próprios destinos.

Depois de falar a respeito dos problemas dos povos subdesenvolvidos o sr. Milton Dutra disse que as suas palavras deveriam ser interpretadas como um eco da alma franca do povo gaúcho, povo que está integrado na orientação do Ministério das Relações Exteriores, acompanhando essa orientação, pois dela depende a sobrevivência do Brasil independente. “O povo rio-grandense, pela minha palavra, apresenta-lhe os melhores votos e oferta-lhe o carinho de sua simpatia.”

O Ministro San Thiago Dantas, agradecendo à homenagem da Assembléia Legislativa, pronunciou longa e importante oração, na qual analisou a política internacional do Brasil, conforme estamos publicando em outro local desta edição.

Após o pronunciamento do Ministro do Exterior, que teve a duração de cerca de uma hora, o deputado Helio Carlomagno mais uma vez agradeceu a visita do Ministro San Thiago Dantas, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento que, disse, sintonizava com o pensamento do povo rio-grandense.

O sr. Helio Carlomagno registrou também a presença dos srs. Walter Sarmanho e Francisco Brochado da Rocha e suspendeu a sessão por dez minutos para que os parlamentares cumprimentassem os ilustres visitantes, em particular o Ministro do Exterior.<sup>356</sup>

---

<sup>356</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, p. 7. Interpolações nossas.

Essa visita consta nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>357</sup> Cotejando o texto presente nos Anais com a notícia veiculada no *Correio do Povo*, podemos perceber que o jornal teve acesso à reprodução do discurso de imediato, seja por gravação própria, seja por distribuição da assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa ou algum setor correlato – o que acreditamos ser o mais plausível. De forma geral, a notícia veiculada no *Correio do Povo* é bastante fiel ao texto dos Anais. Houve, é claro, a condensação da fala do deputado Milton Dutra, do PTB, portanto, companheiro de partido do ministro das Relações Exteriores.

Afora algumas manifestações de retórica inflamada, que foram cortadas pelo jornalista, há pelo menos dois fatos, polêmicos que são, que acabaram sendo omitidos, tanto do resumo realizado pelo jornalista quanto das citações do deputado Milton Dutra. O primeiro seria a complementação do período *quando V. Exa. fez sentir às Nações Unidas esta posição, estava expendendo o pensamento mais genuíno da alma brasileira que é contrária às soluções violentas para os problemas dos povos*. “E, V. Exa., assim fazendo, estava seguindo à risca a tradição da diplomacia brasileira”.<sup>358</sup> Embora não concordemos com esse complemento – pois ele enseja muitas polêmicas acerca da Política Externa Independente como continuidade ou ruptura<sup>359</sup> – sua utilização discursiva tem evidente caráter de granjear apoios a linha de política externa efetivada pelo ministro. Ocultando o caráter próprio da política externa em uso e vinculando-a com a *tradição da diplomacia brasileira*, o deputado Milton Dutra procura reforçar a legitimidade da política em curso, dentro de uma lógica de luta política. Já o *Correio do Povo*, ao ocultar esse complemento dos seus leitores, sob o pretexto da concisão ou assemelhado, também marca posição na luta política, impedindo o adversário de utilizar o seu artil.

O outro fato que foi omitido – e esse sim muito mais importante e possível causador de dissensões – está presente no pronunciamento do deputado Milton Dutra posteriormente ao momento em que o jornalista relata a defesa do deputado pelos

---

<sup>357</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 192-197. Embora conste essa data, ao fim do texto que referimos é feita a seguinte menção: “Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1961”.

<sup>358</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 193.

<sup>359</sup> Para saber mais sobre a discussão acerca da Política Externa Independente como continuidade ou ruptura nas relações exteriores do Brasil, ver BRUM, Thiago Pereira Caldas. *Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da Política Externa Independente*. 162 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos e anteriormente ao momento que o jornalista se refere ao deputado Milton Dutra discorrer sobre os *problemas dos povos subdesenvolvidos*.

Entende, quem ora está falando, como um imperativo desta nossa Nação jovem, desta Nação pujante, que tem um destino a cumprir no mundo e um lugar a conquistar no concerto internacional, de que devemos manter relações com todos os povos, seja no campo comercial, seja no trato diplomático, resguardando, sempre, os interesses do Brasil, principalmente sua autonomia econômica e sua soberania política.<sup>360</sup>

A supressão desse argumento do deputado Milton Dutra, tanto do resumo como da exposição fragmentada das palavras do referido deputado, é emblemática. Conquanto esse deputado, com essa argumentação, procurasse induzir em algum sentido ao ministro San Tiago Dantas discorrer sobre o reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas – e embora seja o nosso objeto nesse trabalho o reatamento com a URSS não há elementos no pronunciamento capazes de assegurar que fosse esse o país em questão – os leitores do *Correio do Povo* não tiveram a oportunidade de se apropriar dessa tentativa do deputado. E nós também não a teríamos, não houvesse essa que é uma das ferramentas metodológicas indispensáveis do historiador: o cruzamento das fontes.

Ao negar essa passagem da fala do deputado petebista aos seus leitores, o jornal interfere na divulgação da notícia. Quais os propósitos dessa interferência? O mais óbvio deles é não permitir que os leitores tenham acesso a essa informação: que o deputado Milton Dutra é favorável a que o Brasil reata relações comerciais e diplomáticas com todos os países do mundo – inclusive os socialistas.

Voltando um pouco na narrativa, dizíamos que o jornal *Correio do Povo* registrou em dois momentos a visita do ministro das Relações Exteriores à Assembléia Legislativa. O primeiro momento é este trabalhado a partir da citação integral da reportagem focalizada no deputado Milton Dutra. Já o segundo momento focaliza o próprio ministro San Tiago Dantas; e está em um local muito mais visado no jornal: a contracapa.

---

<sup>360</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 193.



Diferentemente da apresentação da primeira matéria, que contava com um pequeno resumo intercalado de alguns fragmentos do discurso do deputado, essa segunda conta com uma manchete que engloba um pequeno sumário do discurso do ministro:

**Ministro San Thiago Dantas na Assembléia – Sombrias as perspectivas do comércio exterior do Brasil: A necessidade de exportar, a Zona de Livre Comércio e as relações com os países socialistas – A causa da paz – A diferença entre a política independente do Brasil e o neutralismo – Aliança Para o Progresso, “forma mais adiantado do americanismo” – A declaração de Buenos Aires.**

No Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, onde foi recebido ontem à tarde, o ministro das Relações Exteriores, professor San Thiago Dantas, pronunciou o seguinte discurso: [...].<sup>361</sup>

E, após o pequeno intróito acima, traz o discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Ministro das Relações Exteriores na íntegra. É um discurso de grandes proporções físicas, bastando lembrar que foi relatado que durou aproximadamente uma hora. O seu início – quando o ministro narra que seu avô homônimo fora deputado nessa Assembléia ao tempo do Império; e que o Rio Grande do Sul, por ser uma região de fronteira, sabe a importância da paz – está na contracapa. O restante do volumoso pronunciamento vem na totalidade da página 10 do jornal.

Ao cotejar minuciosamente o pronunciamento constante no *Correio do Povo* com os Anais da Assembléia Legislativa constatamos serem idênticos: ou seja, não houve nenhum tipo de corte realizado pelo jornal. Realmente há a exata correspondência entre o registrado/publicado no jornal e o registrado nos Anais. O máximo que se poderia dizer, é que o jornal reservou a contracapa para a parte na qual o pronunciamento é mais festivo, a rememoração, e o objetivo da paz. Entretanto, essa avaliação perde força pois na contracapa o *Correio do Povo* traz o sumário dos pontos do pronunciamento encontrados à página 10.

Dois momentos do pronunciamento do Ministro merecem, em especial, nossa atenção:

---

<sup>361</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa; p. 10.

Nada há, porém, de mais diverso do que a independência e o neutralismo. Ser neutro é ser eclético, é não tomar a decisão de uma atitude, é especular com a equidistância, é fazer um investimento nas probabilidades de todos. Ser independente é guardar a possibilidade de escolher a atitude certa, não tendo hipotecado previamente o seu voto e poder, em todos os instantes traçar o rumo que convém aos interesses do seu País e aos interesses da humanidade.<sup>362</sup>

Ao diferenciar a Política Externa Independente do Neutralismo, o ministro San Tiago Dantas valoriza a opção tomada pelo país, enaltecendo suas virtudes. Essa diferenciação, que aos olhos de hoje pode parecer desnecessária e, em certo sentido, até mesmo superficial, naqueles anos se fazia importante. Tanto no caso de responder a certas críticas, como as próprias que apareciam no *Correio do Povo* – embora reiteramos que não temos a condição de avaliar que seja uma resposta àquele crítico em especial<sup>363</sup> – quanto não se vincular a um movimento – o Neutralismo – notadamente vinculado a África e Ásia (em que pese o papel proeminente da Iugoslávia, que é européia), desvinculando-se, assim, do americanismo.<sup>364</sup>

Sobre o americanismo, assim se refere San Tiago Dantas:

O americanismo continua a ser, hoje, como ontem, uma linha mestra da nossa política exterior. Achamos, entretanto, que o americanismo é também um desses princípios políticos que se encontram numa fase de reformulação. Não abdicamos de suas conquistas, no terreno político e no terreno jurídico. Entendemos que todas elas foram e continuam a ser conquistas valiosas, indispensáveis à nossa própria vida pública e ao desenvolvimento dos nossos povos. Mas o americanismo não pode deixar de enriquecer-se de um sentido novo, tornando-se um instrumento efetivo: primeiro, do desenvolvimento econômico (Muito bem) das nações deste hemisfério, para que desapareçam entre nós as grandes desigualdades entre países desenvolvidos e países não desenvolvidos, desigualdade que, se tiver de manter-se, comprometerá fatalmente o futuro da Democracia. (Muito bem).<sup>365</sup>

<sup>362</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, p. 10. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 194. Nos Anais, ao fim da citação, entre parênteses, está a informação “Palmas”, caracterizando a grande aprovação dos ouvintes ao fragmento. Esse tipo de referência escapa ao *Correio do Povo*.

<sup>363</sup> Nos referimos a Hermman M. Göergen, articulista do *Correio do Povo*, como visto na seção 2.2.1.

<sup>364</sup> Entendemos por americanismo “uma realidade fundada em ideais comuns de organização republicana, na aceitação da democracia como um ideal, na defesa da liberdade e dignidade do indivíduo, na crença na solução pacífica das disputas e na adesão aos princípios de soberania nacional”. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 24.

<sup>365</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 195. *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, p. 10. Mantivemos a informação “Muito bem”, dos Anais, para nos aproximarmos do sentimento que se assomava a manifestação do ministro.

Percebe-se que, enquanto filiado ao americanismo, o Brasil desvincula-se da posição neutralista; assim, continua vinculado, implicitamente, ao Ocidente. Mas, é preciso que se perceba também a crítica ao americanismo presente nas palavras de Dantas: é preciso que o americanismo se *enriqueça de um sentindo novo*, calcado em propostas de desenvolvimento econômico para preservação da democracia, no que os Anais da Assembléia registram a aprovação dos ouvintes – no caso, os deputados estaduais.<sup>366</sup>

Na nossa análise sobre o *Correio do Povo*, o tema do americanismo nesse momento não é tão importante: seu valor reside na negação do neutralismo. O outro momento que merece atenção para nossos objetivos é a relação com os países socialistas, onde se mostra identificada a necessidade de ampliação das exportações brasileiras:

Consideramos hoje sombrias as perspectivas do nosso comércio e vemos, no mundo onde a industrialização se generaliza rapidamente, nosso país realizar 50% do seu comércio global com os Estados Unidos, 30% com a Europa Ocidental, 9% no seio da própria América Latina e 11% com o resto do mundo.

[...] não podemos ter limites, não podemos aceitar restrições, e temos que ir procurar os nossos mercados onde estiverem, sem discriminações de qualquer natureza. (Palmas). Iremos procurá-los no mundo ocidental, com todas as forças que estiverem ao nosso alcance, mas não podemos deixar de considerar duas frentes de batalha em que nos empenhamos a fundo: a América Latina e os mercados socialistas.

[...] encaminhamo-nos para universalizar as nossas relações com todos os países do mundo, para que possamos comerciar sem restrições de espécie alguma com todas as classes de Nações, inclusive, a União Soviética.

Não há nesta atitude nenhuma forma de simpatia ideológica, não há nessa atitude sequer tolerância para com uma doutrina política que, institucionalmente, o nosso País repudia, moldado como está pelos princípios

---

<sup>366</sup> Passados quase 50 anos, é muito difícil precisar quem estava na Assembléia durante a sessão em questão. Os anais registram os deputados presentes e ausentes, como segue. Porém, é muito difícil considerar esse tipo de registro de forma absoluta, dado que é prática comum nos processos legislativos o registro da presença e a ausência da sessão em grande parte do período. Mesmo com essa advertência, trazemos o registro dos deputados nominalmente presentes à sessão: Helio Carlomagno (PSD), Osmany Veras (PTB), Jairo Brum (PTB), Marcério Loureiro (PTB), Paulo Couto (PTB), Seno Ludwig (PTB), Sereno Chaise (PTB), Zaire Nunes (PTB), Guilherme do Valle (PTB), Antonio Bresolin (PTB), Henrique Henkin (PTB), Milton Dutra (PTB), Ary Delgado (PSD), Euclides Kliemann (PSD), Gustavo Langsh (PSD), Porcínio Pinto (PSD) Romeu Scheibe (PSD), Pio da Fontoura (PSD), Heitor Galant (PL), Poty Medeiros (UDN), Egon Renner (PRP), José Zachia (PDC), Mário Mondino (PDC). Os Anais não colocam a vinculação partidária no registro das presenças; para obtermos esse resultado, foi preciso analisar a listagem dos deputados. Isso feito, contamos o número de deputados presentes na sessão, em um total de 23 deputados, sendo a Assembléia composta de 55 cadeiras. Desses 23 deputados, praticamente a metade (11) são membros do PTB, o partido do ministro, o que explica os apupos de “Muito bem” e “Palmas” constante nos Anais. Os 12 deputados restantes estão divididos no seguinte número: 7 do PSD, 1 do PL, 1 da UDN, 1 do PRP e 2 do PDC. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 198.

democráticos em que se vaza a nossa Constituição, mas há uma atitude de independência e uma atitude de sentido profundamente prático, pois ninguém pode comerciar com países socialistas sem fazer acompanhar as relações comerciais das relações diplomáticas, já que o Estado é, nestes países, o único comerciante.

[...] É essa, também, uma explicação que me sentia no dever de dar ao povo do Rio Grande do Sul e em nenhum outro lugar o faria melhor do que perante esta Assembléia, no instante em que nos preparamos para, num momento determinado, que ainda não posso anunciar, restabelecer relações políticas com todos os países do mundo.<sup>367</sup>

Esses excertos retirados do pronunciamento do Ministro San Tiago Dantas presente no jornal *Correio do Povo* são bastante significativos. Em primeiro lugar, começa o ministro enumerando os países – e regiões – para quais o Brasil exporta seus produtos – e acompanha os percentuais dessa exportação. Por esse fragmento, podemos perceber que 80% das vendas do Brasil para o exterior se concentram nos países capitalistas avançados (EUA e Europa Ocidental); 9% também para países capitalistas, porém, não avançados (podem estar em vias de desenvolvimento ou não); o restante corresponde a 11%, genericamente classificado como *o resto do mundo*. Não é possível, a partir apenas desse fragmento, sabermos quais são os países em questão: tudo leva a crer que seja o Canadá, os países asiáticos, os africanos e os países socialistas (com predomínio para a Europa Oriental).

Logo a seguir, o pronunciamento eleva o teor de independência, *não podemos aceitar restrições*, o que é muito bem recebido pelos deputados presentes, de acordo com a sinalização das palmas. Ao se referir à busca de comércio com a América Latina e com os países socialistas, já não há nenhuma sinalização de aprovação dos deputados. Embora a política externa de independência seja apoiada, ao tocar nesse ponto nevrálgico, a recepção não é apontada. E não é apontada, possivelmente, por não ter existido. O que se explica naquela conjuntura conturbada tanto internamente, quanto externamente.

O mesmo se aplica a menção ao comércio com a União Soviética. As reações de apoio, agora que o pronunciamento chegou ao seu zênite nessa questão, também não apareceram. Não houve nenhum registro de indicação de aprovação. Embora seja uma medida reconhecida como necessária para a existência da *independência* e da *ampliação*

---

<sup>367</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 195. *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, p. 10

*das exportações*, ela é entendida, pelos deputados presentes, em razão do seu silêncio, como uma medida senão constrangedora, ao menos desconfortável.

Talvez a justificativa dada pelo ministro decorra justamente disso. Ao enfatizar que *não há nesta atitude nenhuma forma de simpatia ideológica, não há nessa atitude sequer tolerância para com uma doutrina política que, institucionalmente, o nosso País repudia*, o ministro das Relações Exteriores aplaca as críticas que relacionam as medidas de política externa como simpáticas ao comunismo. E esse será sempre um ponto sensível ao longo da Política Externa Independente – bem como do governo Goulart em nível interno: a pouca elasticidade possível para a implementação das políticas, seja a externa, como a interna.

Encerra a citação o fragmento do pronunciamento no qual o ministro “prestigia” o local onde se encontra: a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Destaca a importância do recinto que o acolhe para se fazer ouvir ao povo do Rio Grande do Sul. E, embora não traga nenhuma informação concreta, porque *ainda não posso anunciar*, cria a expectativa de que em breve vai *restabelecer relações políticas com todos os países do mundo*. Procura, dessa forma, gerar uma situação de prioridade para essa Assembléia na divulgação do que está por vir, ressaltando, assim, o seu respeito e, porque não dizer, admiração pelos que lhe escutam. Procurando, evidentemente, granjear maiores apoios aos seus atos.

Há algumas páginas atrás, ao discorrermos sobre o corte realizado pelo *Correio do Povo* do pronunciamento do deputado Milton Dutra sobre *manter relações com todos os povos* como um fator emblemático, concluímos que isso impedia aos leitores do jornal saberem da posição do deputado. Todavia, o jornal publica, na íntegra, o pronunciamento do ministro das Relações Exteriores – inclusive enfatizando em subtítulo *as relações com os países socialistas*. Qual a razão disso?

Podemos apontar algumas possibilidades: a inusitada visita do ministro – merecedora da mais ampla atenção enquanto notícia – parece, no entanto, ser a mais forte. Mas o que dá força para a visita do ministro, enquanto notícia, senão a Política Externa Independente? Não é a consecução dessa política que gera o interesse dos leitores? Tudo leva a crer que sim. Em vista disso, os leitores se interessam por saber como o Brasil se portará em relação aos países socialistas. Eis que surge, para o esclarecimento, o próprio ministro. Mas o tema é polêmico, desperta as paixões mais diversas. E, nesse caso, ampliar a posição do deputado Milton Dutra através das páginas do jornal – atingindo a opinião do ministro um número muito maior de pessoas – seria o

mesmo que o jornal render-se à essas opiniões. Seria essa uma postura que agradasse ao jornal *Correio do Povo*?

#### 2.4- Entrevista coletiva de San Tiago Dantas

Tal era o interesse que a Política Externa Independente despertava na sociedade, que os jornalistas do *Correio do Povo* participaram, juntamente com profissionais de outros jornais da cidade, de uma entrevista coletiva concedida pelo ministro San Tiago Dantas.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. San Thiago Dantas, chegou a Porto Alegre procedente de Montevideú, na tarde de ontem. Depois de realizar visitas de cortesia ao governador Leonel Brizola e à Assembléia Legislativa do Estado, o chanceler recebeu a imprensa da capital no “Plaza Hotel”, onde chegou às 18,15 horas, acompanhado pelo professor Francisco Brochado da Rocha.<sup>368</sup>

A manchete do *Correio do Povo* sobre a entrevista coletiva do ministro privilegiava a relação com Cuba: “**Entrevista coletiva do Ministro – Brasil espera retorno de Cuba à democracia representativa através da autodeterminação**”.<sup>369</sup> Com essa entrevista, a edição do dia 17 de novembro de 1961 se mostrava extremamente interessada na temática da política exterior brasileira, havendo, como visto anteriormente, reservado espaços importantes na página 7 – que habitualmente tratava da política estadual e dos acontecimentos da Assembléia Legislativa–, da Contracapa – espaço privilegiado para a política nacional – em duas matérias distintas, bem como seus prosseguimentos à página 10 como no caso do pronunciamento na Assembléia, e na página 16 como continuidade da entrevista coletiva.

Esta entrevista versou sobre ampla temática. Sua estrutura não fora baseada numa relação pergunta-resposta. Estava organizada a partir de fragmentos da fala do ministro, sendo estes antecedidos sobre uma curta referência contextual, que em alguns casos ocorria na forma de um subtítulo em negrito, e em outros casos não. A tônica da

<sup>368</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>369</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa.

entrevista foi a posição do Brasil frente a proposta colombiana de convocar uma reunião da OEA sobre o caso cubano. Embora o ministro procurasse exercer uma postura cautelosa quanto a temática, foi enfático ao anunciar que “nenhuma forma de intervenção ou de violência contra Cuba contará com o apoio do Brasil.”<sup>370</sup>

Os jornalistas, e não é possível saber de quais jornais eram, realizaram um paralelo entre o caso cubano e duas outras situações da América Latina. O *Correio do Povo* fez a seguinte mediação, seguida pelas palavras do ministro:

Diante dessa declaração do sr. San Thiago Dantas, perguntaram-lhe os jornalistas se o Brasil manteria posição idêntica em relação a regimes de força existentes na América, tais como o do general Stroessner, no Paraguai, e o implantado pelo generalíssimo Trujillo na República Dominicana. O chanceler respondeu:

“Em relação aos regimes que se têm, periodicamente, constituído no hemisfério, sob a forma de ditaduras de direita, o Brasil adota uma linha em tudo semelhante a que vem observando no caso cubano: deseja e favorece, pelos meios legítimos ao seu alcance, a volta ao regime democrático. Mas respeita a auto-determinação.

Quanto à República Dominicana, o Brasil participou das sanções contra o governo Trujillo, em virtude das ameaças de agressão aos países vizinhos, imputadas – justificadamente – àquele ditador.”<sup>371</sup>

Mais uma vez fora colocada a insinuação entre uma possível relação da Política Externa Independente com o bloco socialista. Desta vez, perguntando que posições o Brasil tomaria referentes aos casos do Paraguai e da República Dominicana. San Tiago Dantas classifica o Paraguai como uma *ditadura de direita*, e atesta que o tratamento dispensado a este país é o mesmo dispensado à Cuba: o desejo do retorno da democracia e o respeito a autodeterminação. E justifica a participação do Brasil, nos quadros da OEA, como promotora de sanções a República Dominicana, por esta ter ameaçado *de agressão os países vizinhos*, algo diferente do caso cubano.

Em seguida surge, sob a forma de subtítulo, a questão das relações diplomáticas com a União Soviética:

#### **Reatamento com a Rússia**

O reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética foi outro ponto abordado pelo sr. San Thiago Dantas:

<sup>370</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>371</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa.

“O processo de reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética segue seus trâmites normais. Não há preocupação de retardá-lo, nem de acelerá-lo. O reatamento virá no momento oportuno.”<sup>372</sup>

Como visto, o ministro procura passar a impressão de normalidade no desenvolvimento do assunto. Procura, desse modo, retirar o caráter de excepcionalidade da medida, para colocá-la como uma atividade regular do Ministério das Relações Exteriores. Ao não conferir uma data para a realização do reatamento, San Tiago Dantas impede um maior desenvolvimento do assunto por parte dos jornalistas, tentando com isso diminuir o aspecto de polêmica que a notícia possa causar.

Imediatamente, os jornalistas tocam em um assunto que até então não havia aparecido, mas que estava relacionado de forma muito íntima com a União Soviética, dentro dos princípios da PEI: a China Comunista.

A respeito do ingresso da China Continental nas Nações Unidas, o chanceler afirmou que “por ora, a questão sobre qual a política a se definir foi apenas a preliminar, da necessidade de exame da admissão da China nas Nações Unidas – questão que vinha sendo protelada de ano em ano, graças ao projeto chamado ‘moratória’, que sempre contava com o apoio do Brasil. Este ano, entretanto, anunciamos que não votaríamos mais pelo projeto moratório (Continua na 16ª página).

**(Continuação da última página)**

como outras nações ocidentais também o fizeram, os Estados Unidos resolveram não apresentá-lo. Sobre outros aspectos relacionados com a admissão da China, não há conveniência de uma antecipação ou de um pronunciamento do governo.”<sup>373</sup>

Mais uma vez, o ministro procura não antecipar, pelo caráter inconveniente – para o governo, bem-entendido – da medida. Novamente, há a tentativa de não provocar polêmicas; mesmo que seja com relação a assuntos/princípios basilares da Política Externa Independente.

Todavia, há uma alteração que merece destaque nessa citação: o Brasil não apoiaria o projeto moratório, quebrando com algo que vinha ocorrendo de forma permanente pela política externa brasileira. Mas acompanha essa decisão uma justificativa, para se prevenir de possíveis ilações a respeito da Política Externa Independente: a postura do Brasil se coadunava com a de *outras nações ocidentais* que tomaram decisão idêntica.

<sup>372</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>373</sup> *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1961, contracapa; p. 16.



O *Correio do Povo*, ao não obter sucesso na exploração das relações com a União Soviética, procurou fazer o ministro falar sobre outro assunto, menos visado mas com igual teor de polêmica. Trouxe à tona a postura que o Brasil tomava em relação ao ingresso da China Continental – a República Popular da China, um Estado comunista –, um assunto que não estava na ordem do dia, se pensarmos que até então as referências principais sobre a Política Externa Independente eram a viagem de San Thiago Dantas a Buenos Aires, os problemas envolvendo Cuba e o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Qual o atrativo para os leitores, nessa conjuntura, sobre o ingresso da China na ONU? Essa era uma demanda capaz de fazer um fato virar notícia? Ou associá-la, haja vista que de fato o era, como parte integrante da Política Externa Independente fosse o elemento capaz de despertar o interesse sobre a questão. E esse interesse serviria a quem?

## 2.5 – Economia e expectativa

O alcance da Política Externa Independente e, por extensão, da visita do ministro ao Rio Grande do Sul proporcionou ampla repercussão; inclusive, atingindo espaços que habitualmente não tratam da temática “política externa” nas mesmas condições das tratadas na capa – que prioriza os assuntos internacionais – ou nas páginas de política nacional – em especial a contracapa. A PEI, da mesma maneira que inaugurou espaço na contracapa, alcançou espaços inéditos, ainda que com menor intensidade: a saber, a coluna de economia do *Correio do Povo*, que citamos na íntegra:

**Informações Econômicas – Sobre as declarações do Ministro do Exterior**  
Corajoso foi o pronunciamento do sr. San Thiago Dantas, na Assembléia Legislativa do Estado. Fez, o Ministro, uma exposição clara, correta e sobretudo muito oportuna da posição do país.

Pela palavra do chefe dos Exteriores, ficou fartamente documentada a difícil situação em que se encontra o Brasil. E redobra o valor da declaração, quando ela nos chega revestida de tal autoridade.

Certificamo-nos, mais uma vez, de que a nossa produção é cara. É insuficiente.

Reportando-nos ao quadro internacional, calcados nas próprias afirmações do sr. San Thiago Dantas, damo-nos conta de que, as nossas vendas ao exterior, não cobrem as nossas necessidades de Nação que se agita, cresce e cuja população aumenta à razão de 3% ao ano.

Em 1970, seremos 100 milhões de brasileiros angustiados por mais instrumentos de trabalho, por melhores equipamentos e por condições de vida mais condizentes.

O nosso comércio com o exterior está assim dividido: Estados Unidos, 50%, Europa, 30%, América Latina, 9% e demais países, 11%. Tudo reunido, representa cerca de 1,2 bilhão de dólares. Precisamos vender mais. Abrir novas frentes. Aumentar para 3 bilhões de dólares a nossa receita, em 1970, a fim de fazer face às necessidades ditadas pela nossa própria expansão.

Excetuando a agricultura, o que produzimos à altura de disputar o mercado internacional, não nos iludamos, também é objeto da consideração de outros países que vivem o nosso drama, aflitos pelos mesmos motivos, por melhorarem sua balança com o exterior.

Esmagados por um inflação crescente, envolvidos, em consequência, por uma onda altista e cerceados por uma legislação falha e inoperante, estamos nós, os brasileiros, em meio a uma crise que se agrava.

Acena-se com um freio nas despesas e um paradeiro nas emissões, como fórmula capaz de atenuar tantas inquietações. Entretanto, 290 bilhões de cruzeiros já circulavam neste País, em 30 de Setembro último.

DANTE D'ANGELO<sup>374</sup>

O colunista de economia do *Correio do Povo*, Dante D'Angelo, inicia seu texto fazendo as referências mais positivas ao ministro San Tiago Dantas. Isso demonstra que não há restrições maiores por parte do colunista ao ministro. Para os leitores, é repassada a confiança no ministro Dantas.

Em seguida, o colunista traz uma opinião sua, como se estivesse embasada nas palavras do ministro. Diz Dante D'Angelo: “certificamo-nos, mais uma vez, de que a nossa produção é cara. É insuficiente.”<sup>375</sup> Confrontando essa assertiva com o pronunciamento do ministro – que voltamos a lembrar é idêntico tanto no publicado no *Correio do Povo* quanto nos Anais da Assembléia – não encontramos nenhuma passagem que dê sustentação a essa opinião do colunista. Em nenhum momento Dantas preconiza nesse pronunciamento a preocupação com o custo da nossa produção, ou com o fato de ela ser insuficiente. Antes, reclama o ministro mais mercados para nossos produtos, no que é possível entender que existem boas condições para a produção. A preocupação com o custo da produção é algo importante em economia – principalmente em uma visão liberal; em outras perspectivas o financiamento se mostra como mais importante – mas não é o problema levantado pelo ministro.

O próprio colunista se confunde, quando na seqüência afirma que, calcado nas palavras do ministro, nossas exportações não são suficientes para as necessidades da Nação. Ambos concordam que é preciso exportar mais: mas será que o leitor percebe

<sup>374</sup> *Correio do Povo*, 19 de novembro de 1961, p. 2.

<sup>375</sup> *Correio do Povo*, 19 de novembro de 1961, p. 2.

que o colunista tem uma percepção diferente da do ministro sobre a forma de aumentar essas exportações?

Mas esse não é o ponto central da coluna para nossas preocupações. O que causa estranheza é o fato de o colunista em nenhum momento se referir ao comércio com os países do Leste Europeu, ou com o reatamento com a União Soviética. Utilizando-se dos mesmos dados expostos por San Tiago Dantas referentes aos índices de exportação para países/regiões, o colunista “esquece-se” do adjetivo *ocidental* posteriormente à palavra Europa, dando a entender que 30% do que o Brasil exporta é direcionado para o conjunto do continente europeu. Isso mascara a realidade, pois possibilita a interpretação de quem lê como sendo um número alto de exportações, não havendo a necessidade para o país comercializar com os países socialistas (já que ampla maioria estava situada na Europa). O importante, de acordo com os dados mostrados, seria ampliar o comércio com a América Latina e com os outros países do mundo, que não os EUA e os da Europa. Impossível é saber se o colunista se deu conta, ou se os leitores assim o fizeram, que a China era um mercado comunista, e, portanto, estava inserida nos outros países do mundo.

Na edição do dia 22 de novembro, o *Correio do Povo* trazia, em uma pequena nota, que se encontrava entre tantas outras notas, a seguinte informação:

**REATAMENTO COM A URSS. Brasília, 22 (CP)** – O Ministro San Thiago Dantas, acertou, hoje, com a mesa da Câmara dos Deputados seu comparecimento àquela casa, amanhã à tarde, para fazer um relato de sua viagem à Argentina. O chanceler declarou a jornalistas, na oportunidade, que ao contrário do que se noticiou, não anunciará o reatamento de relações com a União Soviética, embora, em seu discurso, deva referir-se a esse assunto.<sup>376</sup>

Dois aspectos são relevantes no teor dessa pequena nota: o primeiro deles, de característica externa, está presente na data em que foi enviada a notícia pela agência do próprio jornal, o dia 22, mesmo dia da edição na qual saiu. Como o jornal não traz nenhuma indicação de que seja uma segunda edição, ou mesmo uma edição extra, tudo leva a crer que essa notícia foi recebida de última hora (não tem nisso nenhum paralelo ou ironia relacionada com o outro jornal porto-alegrense). Tendo essa característica, cumpre, portanto, uma função de notícia de urgência. A urgência da notícia não está

---

<sup>376</sup> *Correio do Povo*, 22 de novembro de 1961, p. 14 .

relacionada com o fato do ministro ir à Câmara prestar informações sobre a viagem à Argentina, dado que já estava de volta ao Brasil desde o dia 16. O que conferia a pressa e o interesse à notícia é a sua segunda parte.

Trabalhando atentamente com as edições completas do *Correio do Povo* dos dias 18,19 e 21 de novembro (o dia 20 corresponde a uma segunda-feira, dia no qual o jornal não circulava) não houve a observação de nenhuma notícia correspondente a possibilidade de reatamento com a União Soviética por esses dias próximos. Dessa forma, não foi possível localizar nenhuma referência que desse sentido ao emprego da frase *ao contrário do que se noticiou*. Se houve essa expectativa, ela não estava presente nas edições imediatamente anteriores do jornal.

Excetuando-se essa particularidade, novamente há uma negativa do ministro pelas páginas do jornal sobre o reatamento. Porém, dessa vez de uma forma mais enfática. Ao contrário das oportunidades anteriores – incluindo-se a visita a Assembléia – quando o ministro atestava a normalidade do curso diplomático dessa medida, sem a necessidade de *retardá-lo nem acelerá-lo*, San Tiago Dantas, nesta circunstância, negou com veemência que fosse anunciar o acerto diplomático com a URSS perante à Câmara dos Deputados – embora, de acordo com o noticiado, viesse a fazer referência ao assunto.

Analisando em retrospectiva, sabemos que o ministro anunciou à Câmara, na sessão do dia 23, o reatamento com a URSS, realizado no mesmo dia. Teria o *Correio do Povo* acesso a informação de que isso ocorreria com alguma relativa antecedência? Se a resposta for positiva – e não a temos – seria essa a razão da nota veiculada com urgência negando o reatamento? Teria havido a substituição da matéria anunciando o reatamento pela nota da página 14, o que poderia explicar uma eventual falha na redação da nota ao utilizar-se do termo *ao contrário do que se noticiou*?

As questões acima parecem ser respondidas, mesmo que parcialmente, já na edição do dia 23 do *Correio do Povo*. Diferentemente do dia anterior, no qual a nota sobre o assunto estava em lugar de pouca visibilidade e com todas as características de urgência de envio, nesse dia uma nota de semelhantes proporções ocupava a contracapa, um lugar muito mais visível no jornal, o segundo ponto mais nobre das edições do *Correio do Povo*.

**Reatamento com a URSS. Brasília, 22 (CP)** – Enquanto o sr. Paulo Pinheiro Chagas, líder do Partido Social Democrático, revelava à reportagem, hoje, que o chanceler Santiago Dantas [a grafia é exatamente esta, o que indica, talvez, o apressamento da mensagem] anunciaria, amanhã, na Câmara, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, o sr. Mauro Salles, um dos elementos mais chegados ao primeiro-ministro, assegurava que o anúncio do reatamento “É iminente, mas só será feito depois do dia 27”.<sup>377</sup>

Além da característica de localização no jornal, essa nota traz no título a mesma informação. A nota foi emitida da agência do *Correio do Povo* no mesmo dia em que a nota anterior foi também emitida, o dia 22. Teria essa nota chegado atrasada, só sendo publicada na edição do dia 23 de novembro?<sup>378</sup> Acreditamos que não. Na nossa avaliação, aconteceu justamente o contrário: essa nota teria chegado antes da publicada, de forma emergencial, no dia 22.

Na nota que saiu na edição do dia 22 havia uma referência importante para essa conclusão, já demonstrada anteriormente: a expressão *ao contrário do que se noticiou*. Mas não houve esse fato nas edições anteriores à do dia 22. Entretanto, na do dia 23 este fato está presente: *Paulo Pinheiro Chagas [...] revelava à reportagem, hoje, que o chanceler Santiago Dantas anunciaria, amanhã, na Câmara, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética*. É importante esclarecermos, como bem o fez Gerson Wasen Fraga,<sup>379</sup> que as notícias que chegam das agências de informação não são sempre “coladas” exatamente tais como chegam. Tanto podem sofrer um processo de reescrita, quanto um processo de manipulação, no sentido de ter sido “realizado com as mãos”. O que torna isso um fato fortemente possível é a indicação de que as duas notas foram enviadas no mesmo dia, de Brasília.

Primeiramente o jornal havia tido acesso a informação de que seria anunciada amanhã, dia 23 de novembro, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, de acordo com Paulo Pinheiro Chagas. Num segundo momento, mas ainda a tempo de ser incluída na edição que seria fechada para o dia 23 – embora em caráter de urgência – o *Correio do Povo* receberia a informação de que o ministro San Tiago Dantas declarara que não anunciaria o reatamento na Câmara. Fez o *Correio do Povo* a opção por publicar de forma emergencial essa informação, em detrimento da primeira,

<sup>377</sup> *Correio do Povo*, 23 de novembro de 1961, contracapa. Interpolações nossas.

<sup>378</sup> De acordo com Walter Galvani, o *Correio do Povo* fechava a edição sempre às 4 horas da madrugada. GALVANI, op.cit., p. 400.

<sup>379</sup> FRAGA, op.cit., p. 61; 127; 128.

até ter tempo de investigar melhor a situação. Novamente destacamos que foi possível chegar a essa conclusão em razão das duas notas terem sido emitidas no mesmo dia de Brasília e da exaustiva pesquisa nas edições anteriores, nas quais não se encontrou, como publicado a existência de nada que permitisse o uso, pelo jornal, da expressão *ao contrário do que se noticiou* constante a nota presente à página 14 do dia 22 de novembro.

Muitas expectativas e apreensões foram despertadas pela possibilidade do Brasil voltar a manter relações com a URSS. Ao que tudo indicava, o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética parecia se confirmar. Como se expressariam as forças políticas da sociedade caso isso viesse mesmo a ocorrer? De que formas o *Correio do Povo* apresentaria esse acontecimento? Seria objeto de atenção enquanto notícia – ou ficaria relegado a apenas uma breve nota informativa? É o que veremos no próximo capítulo de nosso trabalho, ao analisarmos o reatamento e suas repercussões.

## Capítulo 3

### O REATAMENTO E SUAS REPERCUSSÕES

#### 3.1 – *Especial para o Correio do Povo*

Fato consumado, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética se deu no dia 23 de novembro de 1961. Alcançou, este ato da Política Externa Independente, grande repercussão. No *Correio do Povo* não foi diferente. Embora o jornal em questão não tenha utilizado-se de seu editorial em nenhum momento para emitir sua opinião a respeito do restabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, outras opiniões foram ganhando espaço. Diagramado ao lado do editorial do dia 24 de novembro de 1961, na página 4, havia um artigo *Especial para o “Correio do Povo”*, intitulado **POLÍTICA EXTERNA**, de autoria de João Didonet Neto.<sup>380</sup>

Nesse artigo, o autor inicia se referindo a abertura da XVI Assembléia Geral da ONU – no dia 22 de setembro – onde o Brasil, representado por Afonso Arinos de Melo Franco, reafirmava a “posição de política independente” do país.<sup>381</sup> Logo em seguida, em tom de crítica, o articulista se manifesta: “O sr. San Thiago Dantas insiste em manter uma política externa independente que entende ser a da paz”. Critica, assim, a posição do Brasil, do México e da Argentina em relação ao caso cubano por estarem “se

---

<sup>380</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4. João Didonet Neto era magistrado no Rio Grande do Sul. De acordo com Fabiano Engelmann, Didonet Neto fazia parte de um grupo de juristas “que publicavam livros, estreitamente vinculados ao catolicismo”. ENGELMANN, Fabiano. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. 413 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 105.

<sup>381</sup> A íntegra do pronunciamento de Afonso Arinos na ONU pode ser encontrada em CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 151-156. O discurso de Arinos é alicerçado sobre a necessidade da *paz* entre as nações. Classifica a divisão do mundo entre Leste e Oeste de ideológica e ressalta uma outra divisão do mundo, entre Norte e Sul, baseada em dimensões *econômico-sociais*. Declara que o Brasil não é Neutralista, mesmo que vote com este grupo em determinadas situações. Além disso, destaca que o Brasil é um país de personalidade cristã e democrática.

submetendo a situações injustas e humilhantes em favor do expansionismo soviético” representado, na América Latina, pelo exemplo de Cuba, “instrumento de penetração do comunismo na América.”<sup>382</sup>

Adverte o autor, ainda, que não é somente através de Cuba que o comunismo procura se inserir nas democracias: “a infiltração comunista continua sendo feita por todos os meios. As próprias missões comerciais e as representações diplomáticas são instrumentos dessa infiltração.”<sup>383</sup> Já aqui, poderíamos encerrar nossa análise a respeito do teor desse artigo. Muito clara é a posição do articulista João Didonet Neto a respeito do reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Mas Didonet Neto tem muito a dizer, em vista do tamanho de seu artigo – o artigo consta de três colunas, ocupando aproximadamente um quarto da página do *Correio do Povo*, que é em formato *standart*.

Após criticar o modo de vida soviético destacando principalmente a falta da liberdade de pensamento e da liberdade de imprensa – talvez a principal crítica liberal sobre o comunismo, à exceção de seu dirigismo econômico – Didonet Neto afirma:

E essa é a liberdade que encontram na Rússia Soviética e em outros países socialistas os diplomatas das democracias, enquanto as representações diplomáticas comunistas são agentes da infiltração do comunismo nas democracias e empregam a técnica da propaganda marxista.<sup>384</sup>

Novamente, é facilmente perceptível sua posição contrária ao reatamento. De acordo com sua argumentação, não deveria o Brasil, que é uma democracia, enviar seus representantes para países onde ficassem privados de suas liberdades, bem como seria um grande problema para o país receber os diplomatas daqueles países, pois seus objetivos consistem na infiltração do comunismo nas democracias.

Ao criticar o relacionamento com os países socialistas, o articulista critica diretamente a Política Externa Independente na sua essência: “O que se impõe, no momento atual, é uma política externa de pronunciamentos corajosos, claros e categóricos, em favor de nossa posição no bloco ocidental, por soluções cristãs fundamentalmente diferentes do socialismo [...]”.<sup>385</sup> Sua crítica assenta naquele ponto mais frágil da PEI: a necessidade de manter sua independência estando vinculado ao

---

<sup>382</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>383</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>384</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4..

<sup>385</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p.4.



ocidente. Com isso, o articulista pede uma definição sobre a “política externa independente”, definição essa, na sua ótica, obtida a partir do rompimento com os países socialistas, fundamentada nas soluções cristãs que se diferenciam do socialismo. Entende o articulista que “a política externa do Brasil não poderá continuar a ser orientada pelas linhas traçadas pelo sr. Jânio Quadros. E se pode dizer mesmo que muito se deve alterar nas relações internacionais do Brasil.”<sup>386</sup>

Vai mais além o colunista: “a política externa independente do sr. Jânio Quadros descontentou a grande maioria do povo católico brasileiro e foi a causa principal de sua renúncia”.<sup>387</sup> Dimensiona uma posição até então sua, para a *grande maioria do povo católico*, o que se equivalia, naqueles tempos a um contingente hegemônico da população brasileira. Ao relacionar a Política Externa Independente com a renúncia de Quadros, de forma direta e sem mediações, paira uma tentativa de intimidação dos executores da PEI. Somado a isso, o articulista se refere como sendo interesse próprio dos soviéticos que as “democracias se desentendam”, pois “será mais fácil conquistá-las”, já que a Krushev interessa, fundamentalmente, “a dispersão das democracias e o isolamento dos Estados Unidos da América do Norte, o grande baluarte das nações democráticas”.<sup>388</sup> A Política Externa Independente precisa ser alterada, diz Didonet Neto, por preconizar as relações diplomáticas com a URSS, abrindo assim as portas do país aos

métodos do socialismo marxista, materialista e totalitário, com suas técnicas de opressão e vandalismo, tudo destruindo por onde passa [como se fosse uma Horda], pondo em prática as novas estruturas por meio da violência, da espoliação, das deportações, dos fuzilamentos, do trabalho escravo. Átila, ‘o flagelo de Deus’ não devastava tanto.<sup>389</sup>

Para o articulista, como muito bem podemos observar, o comunismo é o grande mal da humanidade. Sua retórica anticomunista é a base de suas críticas à Política

<sup>386</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>387</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4. Até hoje se discute sobre a causa da renúncia de Jânio Quadros. Embora não havendo documentação empírica que comprove, há historiadores que acreditam ter sido a preparação de um golpe – que não obteve sucesso. FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, p. 327, nota 41; REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 324-325.

<sup>388</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>389</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4. Interpolações nossas.

Externa Independente.<sup>390</sup> Diferentemente de muitos que, embora não simpatizassem com a PEI acabavam se rendendo a esta em função da abertura de maiores mercados para as exportações brasileiras, Didonet Neto tinha postura radicalmente contrária a *toda* forma de convivência com os países socialistas. As possíveis vantagens econômicas que a PEI poderia trazer ao país eram consideradas pelo articulista como um preço alto demais a ser pago: “Os nossos negócios com os países socialistas não devem ser uma troca de interesses comerciais pelos mais altos valores de nossa civilização e de nossa cultura”.<sup>391</sup> Não havia, assim, na perspectiva de João Didonet Neto nenhuma concessão a ser dada aos países socialistas: seu anticomunismo suplantava seu próprio liberalismo, que era o que, segundo suas próprias palavras, alimentava suas posições.<sup>392</sup>

O mais significativo de tudo, no entanto, não é o artigo de João Didonet Neto. Fosse ele publicado em outra circunstância, não teria o mesmo peso. O que confere importância ao artigo é o seu uso pelo *Correio do Povo*. É importante destacarmos, novamente, que a opinião de João Didonet Neto teve amplo e privilegiado espaço à página 4 do jornal, a página na qual era publicado o editorial. Como o editorial é a opinião do jornal, é de se esperar que emita seu juízo sobre esse tema tão candente. No entanto, nada sobre o reatamento apareceu no editorial desta edição.

Ao trabalharmos com o jornal *Correio do Povo* verificamos que, ao lado do editorial, à página 4, sempre havia artigos assinados. Um desses espaços é reservado para a opinião de algum assunto candente, realizada por colaboradores e não por funcionários do jornal, sob o subtítulo de *Especial para o “Correio do Povo”*. Essa opinião sempre é assinada, o que a torna diferente, entre outras questões, do editorial, que não é assinado. Emblemático é o fato de, no dia em que se divulga o reatamento das

---

<sup>390</sup> Por anticomunismo, utilizamos a conceituação de Rodrigo Patto Sá Motta: “Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Ressalte-se, comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. XIX.

<sup>391</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>392</sup> Rodrigo Motta percebeu três matrizes no anticomunismo: o catolicismo, o nacionalismo – que ele considera como um “nacionalismo de viés conservador” – e o liberalismo. MOTTA, op.cit., p. 15-46. Em relação ao liberalismo, o autor explica que “os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos [liberalismo político e liberalismo econômico], por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro lado, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava. Isto não significa que todos os grupos e indivíduos classificáveis como liberais defendessem, com a mesma intensidade, os dois aspectos. A ênfase no fator político ou no econômico podia variar, dependendo do caso ou do momento”. Idem, *Ibidem*, p. 38. Interpolações nossas.

relações diplomáticas com a URSS, versar o *Especial para o “Correio do Povo”* sobre Política Externa. No entanto, isso é explicável por ser um tema candente do momento. Via de regra, esse espaço é destinado para isso. Mas o que merece atenção é que esse *Especial para o “Correio do Povo”* é datado do dia 11 de novembro. Quase nunca o *Especial para o “Correio do Povo”* é datado e, nas raras ocasiões em que isso acontece, é datado com a data do dia da edição.

Isso prova que o reatamento com a URSS já era esperado por alguns círculos do jornal, pelo menos desde o dia 11 de novembro de 1961 – o que colabora na explicação realizada sobre as notícias datadas do dia 22 de novembro, de Brasília, realizadas no capítulo anterior. Mas o mais importante é que esse artigo já estava com o jornal desde o dia 11 de novembro, pelo menos. E foi “segurado” para só ser publicado nesse momento. Poderia ter sido publicado no dia 11, como os outros (raros) que têm data constando; podia ter sido publicado no dia 12, 13, 14... qualquer dia posterior ao recebimento do artigo. Mas foi publicado justamente – e decididamente isso não é por acaso, ou coincidência – na edição na qual era divulgado o reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

Não há nada de estranho nisso. O jornal é uma empresa e como tal achou que essa estratégia fosse a mais “lucrativa” – pode-se lucrar de formas bem mais variadas do que apenas com a venda da edição. No entanto, esse artigo não era um artigo qualquer, não apenas se dizia a favor ou contra alguma medida da política externa do Brasil. Esse artigo, como pudemos visualizar, defendia sua posição de forma enfática. Optar por publicá-lo, nessa conjuntura, era uma forma de o jornal emitir a sua própria opinião; se o caso não fosse esse, porque justamente essa data e nenhuma referência ao tema no editorial? O que podemos perceber é o emprego do uso de um artigo – já há muito recebido – para expressar, de modo “disfarçado”, a própria opinião do jornal, sem precisar preocupar-se com o ônus de sustentar essa opinião.

### 3.2 – O reatamento

Em letras garrafais, trazia o jornal *Correio do Povo*, na contracapa da edição do dia 24 de novembro de 1961, a seguinte manchete: **BRASIL E RÚSSIA REATARAM RELAÇÕES – Nota conjunta foi assinada às 14 horas – Chanceler Gromyko**

**informado em Moscou.**<sup>393</sup> A chamada e a localização registram a importância que o assunto detinha para o período – bem como a importância conferida pelo jornal. Mais da metade da contracapa foi utilizada para esse assunto, em diversas modalidades. Começamos com a informação:

BRASÍLIA, 23 (CP) – Às 14 horas de hoje foram restabelecidas, mediante troca de notas, na sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, diz em nota oficial o chanceler San Tiago Dantas, acrescentando: “Os dois países trocaram embaixadores extraordinários e plenipotenciários. Estiveram presentes ao ato os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados.”<sup>394</sup>

De fato, como noticiado no dia 22 de novembro, em caráter de urgência, San Tiago Dantas não anunciou o reatamento no dia 23 na Câmara dos Deputados.<sup>395</sup> O anúncio foi feito no próprio Ministério das Relações Exteriores com a presença dos responsáveis pelas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado, para prestigiar o ato.<sup>396</sup> Com isso, aumentou a visibilidade ao ato, e também preservou o

<sup>393</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>394</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. O nome do ministro aparece grafado dessa maneira, sem o ‘h’ que o *Correio do Povo* costumava inserir.

<sup>395</sup> Posteriormente, no mesmo dia 23 de novembro de 1961, San Tiago Dantas foi à Câmara dos Deputados. San Tiago iniciou assim seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados: “Dois momentos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil há alguns meses pelo Chanceler Adolfo Mugica. O segundo, é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética”. DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 45. O discurso completo pode ser encontrado em DANTAS, 1962, p. 45-101. Esse discurso, além de expor os motivos que levaram o Brasil ao reatamento, é importante pelas contribuições que traz dos apertes dos deputados.

<sup>396</sup> A decisão para o reatamento com a URSS já estava tomada desde o início do mês de novembro. Entre os dias 1º e 5 de novembro, San Tiago Dantas reuniu-se com alguns assessores na *Casa da Pedra*, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, “o Ministro San Tiago Dantas explicou que os estudos estavam concluídos e que os soviéticos haviam aceito as minutas propostas pelo Brasil. O problema girou em torno da apresentação da decisão governamental ao Congresso Nacional. Em princípio, o Ministro San Tiago Dantas, ao regressar da Argentina, irá ao Congresso Nacional e fará uma exposição sobre os seguintes assuntos: 1) Resultados de sua visita à Argentina; 2) Medidas que está tomando o Governo brasileiro para pôr em execução a Aliança para o Progresso no Brasil; 3) Reatamento. Em princípio, o Ministro anunciaria o reatamento como já efetivado. A discussão girou então sobre se seria conveniente anunciar que o reatamento se daria no dia seguinte. Essa tese foi sustentada pelo Embaixador Gibson e, com menos ênfase, pelo Embaixador Bernardes. Argumentou este que o Governo não deve correr o risco de reatar e pouco depois ter de romper. O Ministro San Tiago Dantas disse que sentia que o Congresso em sua maioria daria apoio ao reatamento. Anunciar o reatamento para o dia seguinte seria abrir caminho para manifestações “eleitoreiras” no sentido de apoiar a substância da política, mas considerá-la inoportuna. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns poucos e o apoio da maioria. Essa orientação parece ter prevalecido”. *Colóquio da Casa das Pedras*. SECRETO (desta série de documentos estão sendo tiradas quatro cópias numeradas) 1ª Sessão: noite de 1º de

emissário soviético de possíveis constrangimentos causados pela oposição no Congresso Nacional.

#### **Declaração do emissário russo**

Enquanto o chanceler San Thiago Dantas fazia a comunicação à Câmara do Reatamento, a reportagem logrou aproximar-se do sr. Victor Azof, signatário, pela Rússia, do documento.

Informou o representante soviético que às 14 horas havia expedido, para Moscou, diretamente para o chanceler Gromyko, a notícia do reatamento; que não podia precisar o número de diplomatas que comporão a embaixada; que não tem informações sobre o possível embaixador russo no Brasil, frisando que não seria ele.

Quanto à liberdade de locomoção, o sr. Victor Azof, delicadamente, escusou-se de responder, afirmando apenas que não acredita que haja restrição para os diplomatas brasileiros na Rússia.

Por outro lado, após ter assistido a um “Te Deum”, no andar térreo do Palácio do Planalto, às dezoito horas, a reportagem conversou rapidamente com o padre José Vasconcelos, que fez a prédica.

Declarou esse sacerdote que na sua opinião, o reatamento com a União Soviética, ‘não estava consumado’.<sup>397</sup>

O jornal procurou saber a opinião do representante soviético, como acabamos de ver. Procurou, também, se informar sobre dados gerais da representação diplomática soviética – não obtendo êxito. Ao questionar o representante soviético sobre possíveis restrições que os representantes do Brasil possam ter naquele país em relação a locomoção, recebeu a única resposta possível: a negação dessa prática. Em uma ocasião como essa, que pode se considerar como festiva, não poderia ser outra a resposta do soviético.

O inusitado é que, sob o destaque da fala do *emissário russo*, estivesse uma entrevista com um padre, que manifestara suas reservas em relação a concretização do reatamento. Resta saber porque ouvir um padre naquelas condições, senão para dar voz a oposição da Igreja Católica ao reatamento. Não era o momento mais adequado para o *Correio do Povo* ouvir a “palavra do senhor”. Se fosse para saber a posição da Igreja, o mais conveniente seria ouvir um representante dessa instituição em outro momento, como veremos adiante, quando o *Correio do Povo* deu espaço para o pronunciamento de Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre.

---

novembro. *Arquivo Privado San Thiago Dantas (AP 47), caixa 37, pacotilha 2. Arquivo Nacional Rio de Janeiro/ RJ.*

<sup>397</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. A alusão ao “Te Deum” é em virtude de nesse dia ser comemorado o Dia de Ação de Graças, festividade religiosa para os católicos. O “Te Deum” é uma oração que faz parte da liturgia da religião católica.

### 3.2.1 – A versão oficial

Porém, antes de perscrutarmos a palavra oficial da Igreja Católica a respeito do reatamento, procuraremos trazer à tona o destaque que a mesma reportagem fazia da opinião dos ministros de Estado, o que contava em muito sendo o regime parlamentarista:

#### **Opinam os Ministros de Estado**

BRASÍLIA, 23 (CP) – A propósito do reatamento das relações com a União Soviética, tivemos oportunidade de ouvir rapidamente alguns ministros de Estado, momentos antes do início do Te Deum, no Palácio do Planalto, às dezoito horas. A Sessão do Conselho [de Ministros], iniciada às 16 horas, foi suspensa naquela horário e teve prosseguimento às dezenove horas.

Inicialmente, abordamos o Ministro da Guerra [Segadas Viana], que nos disse: “O assunto está sendo estudado”.

Como lhe dissemos que o reatamento já fora assinado, o ministro mostrou-se surpreso, acrescentou: “Não me compete fazer declarações. Na minha área asseguro que está tudo calmo.”

Pouco depois, o ministro Franco Montoro [Trabalho] confirmava que até aquele instante os membros do gabinete ainda não haviam sido informados, oficialmente, do reatamento.

“O reatamento estava sendo estudado a tempos. Não havia motivo para protelação” ressaltou o ministro Armando Monteiro, da Agricultura.

O ministro Oliveira Brito [Educação e Cultura], embora se mostrasse satisfeito com o reatamento, não quis fazer declarações.

Idêntica atitude foi tomada pelo general Amaury Kruel, chefe do gabinete militar. O ministro Valter Moreira Sales [Fazenda] limitou-se a frisar que sempre fora favorável ao reatamento. Em seguida, procuramos o presidente da República que, sorrindo, declarou que “somente mais tarde falaria sobre o assunto”. Por sua vez, o primeiro ministro Tancredo Neves nos disse que, ao final da reunião do gabinete, receberia a imprensa para prestar informações.”<sup>398</sup>

O reatamento ocorreu em um dia agitado em Brasília: além das comemorações do Dia de Ação de Graças, havia uma reunião do Conselho de Ministros no Palácio do Planalto. A partir dessa casualidade, teve o repórter do *Correio do Povo* facilitada sua tarefa de ouvir as opiniões dos ministros.

Mesmo que o reatamento seja tarefa do ministro das Relações Exteriores, se mostrava como importante para o período a opinião dos membros do Gabinete

<sup>398</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. Interpolações nossas.

parlamentarista, conhecido como Gabinete da União Nacional – o primeiro do novo regime. Este gabinete era formado por membros de vários partidos.<sup>399</sup>

Os ministros entrevistados procuraram reagir de forma a não criar polêmicas para o governo. Alguns, como o ministro da Guerra, procuraram visivelmente se esquivar;<sup>400</sup> outros, embora simpáticos à medida, se mostraram contidos. Até mesmo o presidente da República, João Goulart, e o primeiro-ministro Tancredo Neves postergaram pronunciamentos a respeito. O governo, dessa maneira, parecia seguir à risca as atitudes de San Tiago Dantas no que concernia a esse assunto.

Ainda na mesma matéria o jornal fez conhecer a opinião do governador do Estado, Leonel Brizola:

#### **Opinião do Governador do Estado**

Falando aos jornalistas [ilegível] no aeroporto Salgado Filho, por ocasião de seu embarque para o Rio, e referindo-se ao reatamento de relações do Brasil com a Rússia, o Governador Leonel Brizola fez as seguintes declarações:

“O Governo sempre defendeu a existência de relações com todos os povos do mundo, desde que essas relações venham ao encontro dos interesses do nosso país.

A notícia não representa nenhuma surpresa para mim. Devemos saudar o fato como um bom acontecimento, sem exagerar, entretanto, sua importância e dando-lhe a exata significação.”<sup>401</sup>

<sup>399</sup> Argelina Cheibub Figueiredo faz alusão a esse Gabinete: “Goulart e Neves concordaram em formar um governo de ‘unidade nacional’ em vez de um gabinete partidário. Os cargos ministeriais foram divididos entre os diversos partidos. Além dos dois cargos mantidos por Tancredo Neves [Primeiro Ministro e ministro da Justiça], dois outros Ministérios (Educação e Cultura [Oliveira Brito], Indústria e Comércio [Ulysses Guimarães] ) foram dados ao PSD, garantindo a predominância do partido no gabinete. Os dois Ministérios que deveriam desempenhar um importante papel em termos de reformas e da continuidade da ‘política externa independente’, iniciada por Quadros, foram destinados ao PTB: para o Ministério da Agricultura foi designado um representante conservador do PTB do Nordeste, Armando Monteiro, e para o Ministério das Relações Exteriores um representante da esquerda moderada de Minas Gerais, San Tiago Dantas. O Ministério da Saúde também foi concedido ao PTB [Estácio Souto Maior]. Franco Montoro, um membro do PDC (Partido Democrata Cristão) de São Paulo, foi nomeado para o Ministério do Trabalho, tradicionalmente mantido pelo PTB. Finalmente, a UDN também foi incorporada ao gabinete participando de dois importantes Ministérios. O primeiro, o Ministério de Viação e Obras Públicas [Virgílio Távora], tradicionalmente mantido pelo PSD, representava uma importante fonte de clientelismo para esse partido; o segundo, o recém-criado Ministério de Minas e Energia, foi concedido a Gabriel Passos, um líder nacionalista da UDN de Minas Gerais. Para gerenciar a difícil e deficitária situação econômica herdada, foi escolhido para o Ministério da Fazenda um banqueiro, Walter Moreira Salles, que tinha desempenhado um papel importante na bem-sucedida negociação com o FMI durante o governo de Jânio Quadros”. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 64-65.

<sup>400</sup> Mais adiante, teremos uma melhor compreensão do posicionamento oficial do ministro da Guerra, general João de Segadas Viana – não confundir com José de Segadas Viana, seu irmão, que fora antecessor de João Goulart como ministro do Trabalho no governo Vargas, de 1951 a 1953.

<sup>401</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. Interpolações nossas.

O governador do Rio Grande do Sul manifestou sua aprovação à notícia, enfatizando que esse sempre foi um objetivo do governo; estando, portanto, em consonância com a PEI. Advertiu, no entanto, que não havia a necessidade de exageros – talvez uma resposta direta aos jornais – colaborando, assim, para o clima de tranquilidade que tanto o ministro das Relações Exteriores quanto os ministros entrevistados objetivaram passar.

Já o primeiro-ministro Tancredo Neves concedeu entrevista coletiva após a reunião do Conselho de Ministros. De acordo com o *Correio do Povo*, o primeiro-ministro respondeu de antemão sobre o futuro do Brasil após o reatamento:

**“Premier” Tancredo Neves – BRASIL CONTINUARÁ SENDO DEMOCRÁTICO E CRISTÃO.**

BRASÍLIA, 23 (CP) – As vinte horas e dez minutos, ao final de sessão de hoje do gabinete, o primeiro ministro Tancredo Neves recebeu os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, conforme prometera horas antes e disse, à queima roupa:

“O reatamento de relações diplomáticas, com a União Soviética não implica em nenhuma concessão, por parte do governo brasileiro a qualquer motivação de ordem ideológica. O Brasil continuará sendo uma nação democrática e cristã e o seu governo compromissado com os valores morais e os princípios jurídicos incorporados a nossa Constituição”.

Em seguida, o primeiro ministro negou que o anúncio do reatamento tenha causado surpresa ao gabinete: “Os entendimentos se vinham processando através de estudos e consultas às forças políticas do país, desde o governo do ex-presidente Jânio Quadros.”

Indagado sobre se já fora escolhido o nome do futuro embaixador do Brasil em Moscou, o chefe de governo esclareceu que agora se segue a fase de entendimento entre os dois países, para aceitação das condições do reatamento e que o nome do embaixador será indicado oportunamente.<sup>402</sup>

Ao apontar que o *Brasil continuará sendo democrático e cristão*, palavras destacadas pelo *Correio do Povo*, o primeiro-ministro colocava a PEI nos mesmos termos em que esta era levada por San Tiago Dantas: independente, mas dentro de uma tradição ocidental, baseada na democracia e no cristianismo – o que gerava em amplos setores da sociedade, inclusive no *Correio do Povo*, um sentimento de desconfiança frente à PEI.

O primeiro-ministro discorreu, ainda, sobre o fato de as medidas virem sendo estudadas já há bastante tempo pelo governo, desde o período do ex-presidente

<sup>402</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa.



Quadros. Ao mesmo tempo que essa constatação é verdadeira, também é uma forma de dividir as atenções frente às medidas, o que enseja a preocupação do governo com a recepção negativa do reatamento. Fosse a decisão eivada de convicção acerca da sua popularidade, certamente alusões desse tipo não seriam feitas; haveria a tentativa, muito comum nos meios políticos, de capitalizar todos os ganhos em proveito próprio. Isso explica, em parte, muito da cautela dos membros do governo – inclusive do ministro San Tiago Dantas – nas declarações sobre o assunto. A mesma cautela aplicada quando da tergiversação a respeito do nome do embaixador a ser designado para a URSS.

Não seria do lado das forças que apoiavam o governo, pelo visto, que a Política Externa Independente sofreria críticas – diferentemente do ocorrido no Governo Jânio Quadros.

### 3.2.2 – A Igreja Católica

A sociedade brasileira de inícios dos anos 1960 era ainda muito influenciada pelas posturas da Igreja Católica. De uma maneira geral, a Igreja Católica se organizava de forma contrária ao comunismo.<sup>403</sup> Dessa forma, a URSS e tudo o que o mundo soviético representava, ia de encontro às posturas tomadas pela Igreja Católica. Dessa maneira, muitas das críticas que a PEI sofreu vieram desses setores.

#### **Opinião de D. Vicente Scherer – REATAMENTO SÓ TRARÁ PREJUÍZO AO NOSSO PAÍS**

Respondendo a um questionário que lhe foi apresentado pela reportagem da “Cia. Jornalística Caldas Jr.”, na noite de ontem, o arcebispo metropolitano, D. Vicente Scherer, externou a sua opinião e da Igreja Católica a respeito de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

As respostas do chefe da Igreja Católica no Estado são as seguintes:

– De que maneira encara v. excia. revma. o reatamento hoje firmado entre Brasil e URSS?

– “Tenho a firme convicção que só conseqüências prejudiciais decorrerão dessa medida para nosso país. Quando já é inquietadora a nossa situação interna, como também se declara em discursos oficiais, por razões várias, cria-se novo foco de incessante e planejada agitação, como a promovem em todo o mundo as representações diplomáticas da Rússia, muito dentro de sua ideologia de conquista e penetração, que conhecemos muito bem, enquanto o sr. San Thiago Dantas afirma que o governo “não foi inspirado por qualquer ideologia”.

– Qual a posição da Igreja Católica em face dessa circunstância?

---

<sup>403</sup> Ver MOTTA, op.cit., p. 18-29.

- “A Igreja Católica oficialmente não toma posição diante de fatos semelhantes. Cabe ao episcopado de cada nação fazê-lo, tendo em vista os supremos interesses temporais e espirituais do povo. Os bispos do Brasil, em repetidas manifestações, mostraram-se unanimemente contrários ao reatamento. E o bom senso do povo católico e o instinto de preservação de todos lamentará da mesma forma a medida adotada pelo atual governo, que seguiu neste ponto a orientação, que consideramos desacertada, do governo passado.”
- Qual a repercussão que poderá ter, no meio do povo católico, que é a maioria da nação, o reatamento das relações com a URSS?
- “De profundo aborrecimento e de grave preocupação. Não contribuirá essa medida para inspirar confiança no governo que dela precisa para resolver os problemas nacionais.”
- Que outras considerações v. excia. revma. julga oportunas sobre o assunto?
- “Vem a notícia oficial do reatamento precisamente poucos dias antes do aniversário da revolução comunista de 1935. Esta revolução foi dirigida pelo agitador estrangeiro Harry Berger, do partido internacional comunista. Há poucos minutos, recebi telegrama do presidente nacional da Liga de Defesa Nacional, do Rio de Janeiro, solicitando homenagens em todos os lugares aos heróicos militares assassinados vilmente no levante comunista de 35. Pergunto: Poderemos lealmente, comemorar as vítimas, que morrendo defenderam as instituições e a soberania do Brasil, quase no mesmo dia em que o governo reconduz ao país os seus desalmados e covardes assassinos?”<sup>404</sup>

O *Correio do Povo* foi, poucas horas após a concretização do reatamento, colher as opiniões do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, conhecido por suas posições conservadoras social e politicamente.<sup>405</sup> Evidentemente, sabia o jornalista exatamente o que iria encontrar ao entrevistar D. Vicente Scherer. As opiniões do religioso são extremamente críticas ao reatamento com a URSS. Segue o arcebispo a mesma linha já encontrada na coluna de Hermann Göergen, publicada no início do mês de novembro: reatar relações diplomáticas com a URSS é um erro, pois servem como base para a disseminação dos ideais comunistas.<sup>406</sup> De acordo com o religioso, os bispos do Brasil são contra o reatamento, assim como os católicos de bom senso.

Mas, em alguma medida, a estratégia do governo, expressa pelo primeiro-ministro Tancredo Neves pareceu funcionar em relação ao arcebispo: este não responsabiliza inteiramente o governo Goulart/ Neves; divide a culpa pela medida com o governo passado, a saber, o governo Quadros. Embora correto em sua análise, o arcebispo com isso poupa, possivelmente de forma não intencional, o governo de uma crítica mais difícil de ser contornada, caso fosse aplicada a culpa integralmente a este governo.

<sup>404</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>405</sup> As relações de amizade entre D. Vicente Scherer e Breno Caldas remontam à longa época. Já em 01 de outubro de 1948, D. Vicente Scherer rezou um *Te Deum* em homenagem ao aniversariante do dia: o *Correio do Povo*.

<sup>406</sup> Como visto no capítulo anterior deste trabalho.

Porém, em que pese esse descuido do arcebispo em sua ofensiva à PEI, ele abre um novo flanco de embate, até então inédito, e que, pela divulgação realizada pelo *Correio do Povo*, ganha força: associa o reatamento das relações diplomáticas com a URSS ao levante comunista de 1935, por ele denominado de *revolução comunista de 35*. Ao fazer uma interpretação particular da História do movimento comunista de 1935 – denominado pejorativamente como Intentona Comunista – o arcebispo enaltece a figura dos (poucos) militares que tombaram no combate aos comunistas insurretos. Glorifica a ação desses defensores das *instituições e da soberania do Brasil* e eleva-os à condição de heróis. Praticamente inverte os argumentos da PEI sobre independência, ao transformar os militares que combateram os comunistas em 1935 em defensores da soberania brasileira; que agora, em razão da PEI, estaria prestes a ser solapada pelos mesmos comunistas.<sup>407</sup>

Essa articulação discursiva realizada pelo arcebispo D. Vicente Scherer recuperava, em perspectiva histórica, uma outra situação também vivida pelo *Correio do Povo*. Ao pesquisar a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) retratada nas páginas do *Correio do Povo*, Gerson Wasen Fraga percebeu as formas pelas quais o periódico apresentava o conflito.<sup>408</sup> Uma dessas formas estava em apresentar a História como mestra da vida – *historia magistra vitae* –, e, em consequência, seria necessário aprender com o passado:

Segundo tal lógica, *o levante comunista de 35* e, em um plano um pouco mais afastado, a Revolução Russa, seriam percebidos como verdadeiros paradigmas a partir dos quais a Guerra Civil Espanhola deveria ser interpretada, posto que em todos estes acontecimentos se estaria perante a ameaça do mesmo inimigo histórico, representado pelas teorias do comunismo.<sup>409</sup>

Uma estratégia passada, utilizada em outro contexto histórico, agora poderia ser retomada pelo *Correio do Povo*, graças ao ato de D. Vicente Scherer. Assim como nos turbulentos anos 1930 o jornal utilizou-se das atuais – à época – associações com o levante comunista de 1935 para desgastar a imagem da república espanhola, algo

<sup>407</sup> Dom Vicente Scherer esquece-se de que entre os “comunistas” que participaram dos levantes de novembro de 1935, muitos eram militares. Voltaremos a esse assunto mais detidamente na seção 3.4.

<sup>408</sup> FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelho: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. 135 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>409</sup> FRAGA, op.cit., p. 39. Grifos nossos.

semelhante passaria a ser feito em relação ao reatamento com a URSS nos anos quentes da Guerra Fria.

### 3.2.3 – João Neves da Fontoura, EUA, França

Ainda na mesma edição do *Correio do Povo*, havia uma declaração do ex-ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura.<sup>410</sup> Com a chamativa manchete **Querem separar o Brasil dos EE. UU. sob a influência de falso nacionalismo**, o jornal trazia à oposição do ex-ministro ao reatamento com a URSS mas sob um outro prisma: o do “boicote” à relação Brasil/Estados Unidos. Em uma perspectiva demasiadamente pró-EUA, o ex-ministro criticava a Política Externa Independente de forma geral. Embora não tocasse em nenhum momento no tema próprio do reatamento, João Neves da Fontoura culpava o comunismo e um *falso nacionalismo* como os responsáveis pela tentativa de *separar o Brasil dos EUA*.<sup>411</sup> Ao criticar os responsáveis pela política externa atual, o ex-ministro utilizava-se de argumentos a-históricos como forma de invalidar as tratativas da PEI:

RIO, 23 (CP) – “Por influência comunista e de um falso nacionalismo há brasileiros que pretendem separar o Brasil dos Estados Unidos, esquecidos de que os laços que nos prendem dependem menos da vontade dos homens do que de imposições de correntes da Geografia Continental”.<sup>412</sup>

No dia 25 de novembro o *Correio do Povo* trazia na capa da edição a posição dos Estados Unidos da América sobre o reatamento das relações com a URSS.

---

<sup>410</sup> João Neves da Fontoura foi ministro das Relações exteriores em 1946 no governo Dutra. Nos anos de 1952 e 1953 voltou a ocupar o cargo, agora no governo Vargas. Suas relações com o *Correio do Povo* remontam a 1933, quando do retorno de Neves da Fontoura ao Estado. Quando do aniversário do *Correio do Povo*, em 1936, Breno Caldas “reuniu alguns antigos colaboradores para escrever na data importante de 1º de outubro: Alcides Maya, o velho e estimado escritor; o político, homem de idéias, combativo Raul Pilla; o promissor Renato Costa; o exilado e proeminente político João Neves da Fontoura; o Alfredo Soares Coelho, dono da casa Coelho, que se escondia sob o pseudônimo de Coruja Neto, e o fundador Mário Totta, que nunca poderia faltar”. GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 304; 331. Grifos nossos.

<sup>411</sup> Para Neves da Fontoura, o nacional-reformismo não passava de *falso nacionalismo*, em razão, principalmente, de seu forte componente de antiimperialismo. Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, no início dos anos 1960 o antiimperialismo se voltava, principalmente, aos EUA.

<sup>412</sup> *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, p. 7.

Respeitando ao nível da retórica a autodeterminação do governo brasileiro, o Departamento de Estado dos EUA dizia já estar preparado para a notícia. Acompanhava a mesma perspectiva difundida por Tancredo Neves e admitida pelo arcebispo de Porto Alegre, de que os processos para o reatamento já vinham de outro governo, cabendo a este apenas concluir o processo. Entretanto, a posição dos EUA era a de não incentivar essa prática, em razão dos mesmos argumentos que o *Correio do Povo* já vinha expondo com destaque: a possibilidade de penetração de ideais comunistas pelos meios diplomáticos.

**DEPARTAMENTO DE ESTADO NÃO CONSIDERA ASSUNTO SEU O REATAMENTO DE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E URSS**

WASHINGTON, 24 (AP) – O restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética foi a conclusão esperada de prolongada série de negociações, segundo um representante do Departamento de Estado. “Não é assunto nosso, embora não tenhamos a idéia de encorajar os países a estabelecerem relações com a Rússia” – acrescentou. Este fato é o resultado de negociações começadas no governo do ex-presidente Jânio Quadros e continuadas na presidência de João Goulart. Encerra-se, assim, uma ruptura diplomática entre Brasil e URSS de 14 anos de duração. Talvez se instale outro centro do qual a propaganda e a subversão comunista se possam irradiar pelo continente sul-americano – comentou o porta-voz. “Sempre informamos sobre os perigos inerentes à manutenção de relações com a União Soviética. Há problemas tais como controlar o número e as atividades dos funcionários soviéticos e o da segurança contra a propaganda e a subversão” – acrescentou o informante. No Departamento de Estado, não se conhecem exatamente os termos do acordo brasileiro-soviético, mas supõe-se que existam cláusulas dispoendo sobre o número, atividades e movimentos dos funcionários diplomáticos soviéticos no Brasil.<sup>413</sup>

Três elementos, principalmente, despertam a nossa atenção nessa notícia. Em primeiro lugar, ela é enviada por uma agência internacional, a *Associated Press* (AP), de Washington. Isso demonstra o nível do interesse que o assunto despertou, entrando em sintonia com uma das diferenças principais da PEI em relação a Operação Pan Americana (OPA) de Kubitscheck: o caráter mundial da Política Externa Independente. Através da Política Externa Independente o Brasil se mostrava como um país independente para o resto do mundo.

A segunda constatação é que a notícia não traz referência quanto ao informante. Não sabemos quem é o representante do Departamento de Estado, se é um funcionário (diplomata) ou um dirigente político. Essa falta de referência permite uma série de dúvidas a respeito da veracidade da informação, principalmente, por todos os pontos

<sup>413</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, capa.

coincidirem exatamente com aquilo que o *Correio do Povo* vinha alertando sobre o reatamento com a URSS desde o início do mês de novembro: os diplomatas soviéticos utilizarem das relações diplomáticas como possível pólo de propaganda e subversão comunista. Essa dúvida se dissiparia conferindo a mesma nota em outros jornais, já que foi distribuída por agência. O problema é que os outros dois principais jornais de Porto Alegre no período não trazem nenhum deles essa nota, o que causa maior desconfiança.<sup>414</sup>

E por último, a suposição do Departamento de Estado a respeito de cláusulas que controlem a movimentação soviética no Brasil. Mesmo sem saber da existência dessas cláusulas – e essa é uma informação que se existe não tivemos acesso em virtude das fontes que optamos por trabalhar – o Departamento de Estado estadunidense, através da sua suposição, procura influenciar o governo brasileiro a tomar essas medidas. Medidas criticadas pelos que se dizem democráticos; basta lembrarmos de uma das perguntas feitas pelo jornalista do *Correio do Povo* ao representante da URSS, Victor Azof, quanto à liberdade de locomoção dos representantes brasileiros em Moscou. É interessante percebermos como os arautos do liberalismo procuram influenciar essas práticas autoritárias, tão condenadas por eles e por seus aliados.

De forma conjunta a essa matéria, havia a repercussão da medida do reatamento também na imprensa francesa. Há nessa matéria uma riqueza de detalhes – embora alguns sejam passíveis de crítica – que mostra, assim, um conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira.

#### **Em Paris**

PARIS, 24 (AP) – “Le Monde” comenta, em editorial, o restabelecimento de relações diplomáticas brasileiro-soviéticas vendo no fato o indício de certo continuísmo da política janista. “A 26 de julho último – acrescenta – Quadros dava a seu Ministro de Relações do Exterior as necessárias instruções para restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética. Esta decisão, que sucessivas trocas de missões comerciais e de boa-vontade deixavam prever, provocou, nos meios conservadores e entre a alta hierarquia católica, profunda comoção, que Lacerda, governador do Estado da Guanabara, e diretor de um jornal polêmico influente, aproveitou para desencadear uma campanha contra Quadros, o qual, semanas depois, renunciava e abandonava o país.

O governo dirigido pelo primeiro ministro Tancredo Neves decidiu, entretanto, prosseguir o caminho traçado pela equipe janista”. Lembra o comentarista que, por certo, Tancredo Neves, desde que assumiu suas funções, declarou que o país manteria relações diplomáticas normais com

<sup>414</sup> Ao consultar os jornais *Diário de Notícias* e *Última Hora*, durante toda a segunda quinzena de novembro de 1961, não foi encontrada nenhuma nota originada da mesma agência de notícias que permitisse a realização de comparações.

todos os países, sem exclusão, garantindo também que o Brasil empreenderia esforços para melhorar seu comércio exterior. “Um dos meios de alcançar o objetivo – acrescenta o jornal – é aumentar o intercâmbio comercial com a URSS. O presidente Goulart tentará encontrar assim novas saídas para os produtos brasileiros”.<sup>415</sup>

A notícia destaca alguns elementos já presentes em outros momentos no *Correio do Povo*, tais quais a continuidade da política externa – presentes no pronunciamento do primeiro-ministro brasileiro, na entrevista com Dom Vicente Scherer e na matéria sobre o Departamento de Estado dos EUA – e a PEI como elemento importante para a renúncia de Quadros – tal como no artigo de João Didonet Neto. Há uma pequena confusão ao final da notícia entre as atribuições do primeiro-ministro e do presidente, o que reflete bem a realidade daqueles tempos de um parlamentarismo casuístico. Por fim, ambas declarações relacionadas a Tancredo e Goulart parecem mais com as proferidas por San Tiago Dantas.

### 3.3 – A culpa é do Jango

O jornal *Correio do Povo* obteve a informação de que o presidente João Goulart já havia designado o diplomata que representaria o Brasil na URSS. Essa descoberta foi utilizada pelo jornal no sentido de divulgar dissensões existentes entre o primeiro-ministro Tancredo Neves e o presidente João Goulart. Responsabilizando o presidente pela medida, o *Correio do Povo* alterava a estratégia até então adotada de destacar o reatamento como a continuação da política externa de Quadros. Enfatizava, agora, que as decisões eram tomadas pelo presidente João Goulart, o que trazia um diferencial: não seria a política do Conselho de Ministros, mas sim a política do presidente.<sup>416</sup>

#### **EMBAIXADOR NA URSS FOI NOMEADO À REVELIA DO PRIMEIRO MINISTRO – João Goulart escolheu Vasco Leitão da**

<sup>415</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, capa.

<sup>416</sup> O parlamentarismo trazia muitas dúvidas à população como um todo, não ficando imune às dúvidas nem mesmo os setores políticos. Qual o papel exato do presidente Goulart no parlamentarismo? E qual o papel desempenhado pelo Conselho de Ministros? Os ministros das pastas têm autonomia sobre todos os assuntos de sua esfera, ou necessitam de aprovação do Conselho de Ministros? Eram essas dúvidas as mais frequentes naqueles tempos.

**Cunha para chefiar a representação brasileira em Moscou – Repercussão do reatamento de relações diplomáticas com a Rússia.**

BRASÍLIA, 24 (CP) – À revelia do primeiro ministro, o presidente João Goulart solicitou, hoje, ao “premier” Nikita Krushev, “agreement” para o diplomata Vasco Leitão da Cunha como embaixador do Brasil junto à União Soviética.

Ainda ontem à noite, na entrevista concedida aos jornalistas no Palácio do Planalto, o sr. Tancredo Neves afirmou, textualmente, que o governo ainda não havia cogitado de nomes para a embaixada do Brasil em Moscou, e que “agora se processariam as negociações”, referindo-se ao número de diplomatas e à liberdade de locomoção. Acrescentou que no final desta fase é que se trataria de nomes.

Na opinião de observadores, o ato de hoje do presidente da República se reveste da maior gravidade, somente igualado ao de ontem, quando desatendeu ao presidente do Conselho e determinou ao chanceler San Thiago Dantas que o reatamento com a União Soviética fosse feito imediatamente e não depois do dia 27, como desejava o primeiro ministro.

A verdade é como vimos há tempo anunciando, as áreas de atrito entre o presidente da República e o Conselho de Ministros se alongam, deixando entrever a possibilidade de profunda modificação no sistema ou no regime.<sup>417</sup>

Além de expor uma dissensão entre as atitudes do primeiro-ministro e do presidente Goulart, responsabilizando este pela designação do embaixador na URSS, o jornal traz uma informação até então inédita, como se fosse de amplo conhecimento público. Ao informar que o presidente João Goulart deu a ordem para que o reatamento fosse realizado imediatamente, e não na data que o primeiro-ministro desejava, o *Correio do Povo* trouxe uma informação até então desconhecida para os leitores, na sua integralidade. O que havia sido registrado pelo jornal, até então, ocorreu quando das notas enviadas de Brasília, como visto no capítulo anterior. A nota que foi publicada no dia 23 na contracapa trazia a seguinte informação: *o sr. Mauro Salles, um dos elementos mais chegados ao primeiro-ministro, assegurava que o anúncio do reatamento “É iminente, mas só será feito depois do dia 27”*.<sup>418</sup> Mas não havia nenhum registro sobre a ingerência do presidente Goulart no caso.

Até então entendido como política de governo, o reatamento passa a ser tratado como decisão de Goulart – tal era seu poder sobre o assunto, capaz de designar embaixador e antecipar a data da realização do ato diplomático. Dessa forma, o *Correio do Povo* apontava um alvo mais preciso para os opositores da medida.

Em diferentes graus, a vida política brasileira expressava suas opiniões sobre o reatamento. Repercussões da medida foram registradas pelo *Correio do Povo* tanto no

<sup>417</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>418</sup> Como visto no capítulo anterior deste trabalho.



Rio de Janeiro quanto em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, a atenção se voltou principalmente na figura do governador Carlos Lacerda.

**Lacerda contra o reatamento** – RIO, 24, (CP) – Com exceção dos chamados círculos direitistas e conservadores, todos os demais setores políticos, econômicos, e culturais desta capital aplaudiram o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, de há muito esperada. Apenas o governador Lacerda, talvez por ironia, citando o ex-presidente Vargas, colocou-se obstinadamente à frente da campanha que visa a apresentação, na Câmara Federal de voto de repreensão ao sr. San Thiago Dantas e aos demais membros do Conselho, na ânsia de provocar uma crise política.

Em editorial hoje publicado no seu jornal, o sr. Carlos Lacerda com argumentos pouco convincentes, pretende fazer crer ao público que o reatamento foi feito visando a solucionar os mais angustiantes problemas nacionais. Diz, então, que agora teremos alimentos fartos e baratos, bem como todos os demais problemas da nação resolvidos, porque já concretizamos o reatamento...

Em menos de vinte e quatro horas, o sr. Carlos Lacerda já fez três pronunciamentos anti-comunistas, um dos quais, na instalação da administração regional de Copacabana. Mesmo naquela solenidade, nada falou sobre a crise em que se debate o Estado sob sua administração, homem que afirmou resolver todos os nossos problemas em vinte e quatro horas ou pouco mais. Nada falou sobre o tifo, que já vitimou tantas pessoas com os hospitais superlotados, nem sobre a falta d'água geral no Estado.<sup>419</sup>

A notícia destoa do que vimos observando até agora. Segundo o *Correio do Povo*, todos os setores progressistas da cidade do Rio de Janeiro são favoráveis à medida. Os contrários se encontram *nos chamados círculos direitistas e conservadores*. Entre estes, o principal destaque é dado ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Diz a notícia que o governador do Estado está orquestrando campanha para o desgaste do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, bem como os demais membros do Conselho de Ministros. A citação ao ex-presidente Getúlio Vargas, a qual o jornal se refere, não tem nada de ironia. A despeito de terem sido adversários ferrenhos – tendo sido o conflito envolvendo Carlos Lacerda no “atentado da Rua Toneleros” um dos fatos desencadeadores do suicídio do ex-presidente – ambos tinham um ponto de forte identificação: o anticomunismo.

---

<sup>419</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

João Goulart é considerado “herdeiro de Vargas” pela historiografia.<sup>420</sup> Filiados a mesma tradição política de teor nacionalista, ambos tinham grande afinidade. Basta lembrarmos que foi Jango quem leu a carta de Vargas admitindo concorrer às eleições presidenciais de 1950;<sup>421</sup> ter sido Goulart ministro do Trabalho no segundo governo Vargas e presidente do PTB sob às bênçãos do ex-presidente – além de ter sido a João Goulart entregue cópia da “carta testamento” por Vargas horas antes de sua morte.<sup>422</sup> Contudo, em um ponto eram muito diferentes. Vargas nunca conseguiu obter boas relações com os comunistas, desde seu período de 15 anos no poder – no qual estava englobada a ditadura do Estado Novo – até o seu segundo governo. O anticomunismo de Vargas, nos adverte Lucília de Almeida Neves Delgado, foi um dos componentes da criação, pelo ex-presidente, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>423</sup> Embora Goulart não fosse comunista,<sup>424</sup> não se privava de negociar com os comunistas, tanto os brasileiros como os estrangeiros – basta lembrarmos de sua viagem a China Comunista, nos momentos que antecederam a crise da renúncia de Jânio Quadros.

A notícia crítica, ainda, a postura de Lacerda, ao tentar fazer parecer *com argumentos pouco convincentes* que o reatamento será a panacéia de todos os problemas da nação. A matéria é encerrada com uma crítica a administração de Lacerda no Estado da Guanabara, que de acordo com a leitura da notícia, dá a impressão de estar prestes a entrar em colapso. Talvez o que explique essa notícia tão diferente do que vinha sendo apresentado pelo *Correio do Povo* até então seja uma indisposição com o governador Carlos Lacerda, capaz de se sobressair ao próprio tema do reatamento.

---

<sup>420</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes . João Goulart: entre a memória e a História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 9, nota 4; GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 83-84; VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2004, p. 17; FIGUEIREDO, op.cit., p. 35. Apesar de citarmos o trabalho de Marco Antonio Villa, gostaríamos de registrar que seu trabalho não resiste a uma análise mais detida. Para o autor em questão, praticamente toda a biografia política de João Goulart foi construída em cima de dois atributos externos ao sujeito histórico: a sorte e o azar. Sorte de Goulart e azar de seus concorrentes.

<sup>421</sup> GOMES; FERREIRA, op.cit., p. 18. A íntegra da mensagem está nas páginas 38 e 39.

<sup>422</sup> VILLA, op.cit., p. 26. FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 516.

<sup>423</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 42-45. o anticomunismo de Vargas também está presente em MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 54-55; GOMES; FERREIRA, op.cit., p. 45;

<sup>424</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 210; GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho, ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 51; FERREIRA, Marieta, op.cit., 2006, p. 20.

### 3.4 – A Intentona Comunista

Um dos pontos principais da memória anticomunista no Brasil está ligado aos acontecimentos conhecidos como Intentona Comunista, ocorridos em novembro de 1935. A década de 1930 enfrentava grave crise do liberalismo, fruto em muito da crise de 1929. Foi uma década na qual os nacionalismos estavam muito em voga. E no Brasil isso não era diferente: é nessa conjuntura que dois movimentos emergem da sociedade, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Ação Integralista Brasileira tem entre seus próceres Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.<sup>425</sup> Fundada oficialmente em 7 de outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira era um movimento de massas de caráter fascista. Em 1935, a AIB vira um partido político com registro no Tribunal Superior Eleitoral.<sup>426</sup>

Entre suas principais diretrizes, estava o anticomunismo. Luciano Barbian sintetiza a AIB da seguinte maneira:

Marcada por um nacionalismo radical, por um anticomunismo ferrenho e por uma postura antiliberal, a AIB se constituiu em um movimento de caráter extremamente conservador, que visava um governo de características totalitárias tendo por objetivo a implantação do “Estado Integral”, que defenderia os valores cristãos contra o comunismo e o liberalismo, que são vistos como duas formas do materialismo.<sup>427</sup>

Embora os integralistas também se opusessem ao capitalismo internacional, o eixo maior de suas preocupações era o comunismo, pois “para o Integralismo o antiliberalismo só pode ser compreendido levando em consideração que o liberalismo é

---

<sup>425</sup> Curiosamente, um dos principais redatores do jornal integralista *A Razão*, juntamente com Plínio Salgado, foi Francisco Clementino San Tiago Dantas. MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41.

<sup>426</sup> SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a invenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 25, n. 50, dezembro de 2005, p. 64; MAIO; CYTRYNOWICZ, op.cit., p. 42.

<sup>427</sup> BARBIAN, Luciano. *A Ação Integralista Brasileira*. 28 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Monografia (Técnica de Pesquisa em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 2.

considerado como uma ante sala de comunismo, este sim que representaria o grande inimigo dos integralistas por ser considerado como a principal ameaça à família, a pátria e à religião.”<sup>428</sup>

Nesse contexto de emergência do Integralismo no país e da nova dinâmica do fascismo representada pela Alemanha nazista surge a Aliança Nacional Libertadora no Brasil. Tendo entre seus expoentes Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, antigos tenentes e heróis da Coluna Prestes-Costa, a ANL já em meados de 1934 começava a ser organizada.<sup>429</sup> Em razão da proeminência de Luiz Carlos Prestes na organização da Aliança Nacional Libertadora, seus críticos a associavam diretamente com o comunismo, dado o Cavalheiro da Esperança ter se declarado comunista e ingressado no PCB em maio de 1930 – a despeito de o próprio PCB ter muitas reservas quanto ao comunismo de Prestes, vendo-o como um “caudilho pequeno-burguês”.<sup>430</sup>

É em 1935 que o PCB envolve-se mais diretamente com a ANL, em razão da orientação geral do VII Congresso da Internacional Comunista, “ocasião em que foi aprovada a tática das *frentes populares* a partir da definição do *fascismo* como o inimigo principal a ser golpeado naquele contexto histórico”.<sup>431</sup> Mas a Aliança Nacional Libertadora, por ser uma frente contra o Integralismo, o fascismo e o imperialismo, comportava tantos outros setores da sociedade, unindo “partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares”.<sup>432</sup>

---

<sup>428</sup> BARBIAN, op.cit., p. 6.

<sup>429</sup> A data de fundação oficial da ANL é de 30 de março de 1935, tendo sido decretada ilegal em 11 de julho do mesmo ano pelo presidente Getúlio Vargas, “acusada de ser um instrumento do comunismo internacional”. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 40-41; 122. Marly Almeida Vianna, além de se referir à mesma data, traz um fato curioso: “[...] ocasião em que Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL. O porta-voz da proposta foi o estudante e comunista Carlos Lacerda”. VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 80-81.

<sup>430</sup> PRESTES, op.cit., p. 34-36; 47.

<sup>431</sup> Idem, *Ibidem*, p. 51.

<sup>432</sup> VIANNA, op.cit., p. 81. Anita Leocádia Prestes, embora reconheça que a ANL tinha seu grau de autonomia, reforça o papel desempenhado pelo PCB em sua organização. “A ANL não foi uma organização comunista, um simples braço legal do PCB ou uma entidade de fachada do mesmo, que por sua vez cumpriria ordens da IC [Internacional Comunista]. Mas a ANL foi criada sob a influência decisiva das teses do PCB, que, no fundamental, coincidem com as da IC.” PRESTES, op.cit., p. 70-Interpolações nossas. Para Viana, o papel desempenhado pelo PCB tinha dimensões tão importantes como dos ex-membros dos movimentos tenentistas da década de 20: “Outros pontos diferenciavam o programa da ANL do programa do PCB, como o caráter nacional do programa aliancista, que pregava uma ampla união de classes, e não luta entre elas, como os comunistas. Os tenentes aliancistas viam a luta antiimperialista, antifeudal e democrática como uma luta de toda a nação, que mudaria o país e seria,

Além disso, o caráter de massas que a ANL tomava era impressionante – e, ao mesmo tempo, preocupante para muitos. Segundo Marly de Almeida Vianna

A ANL foi, reconhecidamente, a maior organização de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro. O sucesso da organização assustou o governo, cuja primeira reação foi fazer aprovar a Lei de Segurança Nacional (a 4 de abril de 1935). Por outro lado, o governo tentava identificar a ANL com o PCB, para isolá-la e combatê-la com maior eficácia.<sup>433</sup>

Como reação à força que a ANL vinha ganhando, em 26 de junho de 1935 o jornal *O Globo* denunciava a existência de um plano subversivo, vindo diretamente de Moscou, para a implantação imediata de um regime soviético no Brasil e que faria parte de uma conspiração comunista no Brasil, Uruguai e Argentina, de forma simultânea.<sup>434</sup>

Nesse clima de crescente radicalização, com os integralistas fazendo grandes manifestações anticomunistas – contando com o apoio do governo Vargas – e com os aliancistas reagindo é que, em novembro de 1935, estouraram três levantes em quartéis do Exército, em 23 de novembro no Rio Grande do Norte, 24 de novembro em Pernambuco e 27 de novembro no Rio de Janeiro. Os levantes do nordeste tinham um caráter muito mais de contestação e inconformidade com situações da caserna e da política local, do que propriamente reivindicações socialistas.<sup>435</sup>

Já o do Rio de Janeiro fora proposto por Luiz Carlos Prestes como apoio aos atos do nordeste – embora as notícias sobre o ocorrido naquela região fossem vagas e o PCB não se entusiasmasse com a idéia. Só depois disso que Prestes comunicou a Moscou da decisão tomada, o que desmancha a idéia de um complô organizado do exterior. Para

---

inclusive, uma garantia contra ditaduras de esquerda ou de direita.” VIANNA, op.cit., p. 82. Como reforço da opinião de Vianna, é possível perceber inclusive o reconhecimento realizado por Anita prestes, citando obra de Marly Vianna, de que “a composição do Diretório Nacional Provisório da ANL era de 8 militares e 9 civis, entre os quais alguns comunistas”. PRESTES, op.cit., p. 69.

<sup>433</sup> VIANNA, op.cit., p. 82. Anita Leocádia Prestes alerta que “o Governo Vargas tratava de expurgar das fileiras do Exército os elementos indesejáveis e, certamente, em primeiro lugar, os militares sob a influência crescente da ANL, do PCB e da liderança de L.C. Prestes, ao mesmo tempo em que, como hoje se sabe, tomava medidas voltadas para a constituição de Forças Armadas ‘confiáveis’, capazes de garantir a implantação de um poder centralizado, autoritário e corporativo – projeto afinal concretizado com o estabelecimento do Estado Novo.” PRESTES, op.cit., p. 102.

<sup>434</sup> VIANNA, op.cit., p. 86.

<sup>435</sup> “Basta seguir os acontecimentos para perceber o absurdo de atribuir os levantes às ordens de Moscou. Em Natal o movimento ocorreu de surpresa, por questões políticas locais e agitações de quartel. No Recife foi determinado pelo secretariado do Nordeste [do PCB], que desencadeou a quartelada sem ter clareza do que ocorria em Natal e demonstrando absoluto despreparo político e militar.” VIANNA, op.cit., p. 93. Interpolações nossas.

Prestes, todo o levante deveria ser organizado por militares – somente depois da vitória nos quartéis é que os civis seriam incorporados ao movimento. Teria início no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, quartel onde o PCB só contava com dois oficiais, o tenente Leivas Otero e o capitão Agildo Barata – que estava preso lá. Já os aliancistas contavam com 30 militares de baixa patente, sendo 11 deles do PCB. Nesse episódio, em confronto com as forças legalistas, houve duas mortes: o tenente rebelde Tomás Meireles e o major legalista Misael Mendonça. Os demais mortos foram vítimas do bombardeio realizado pelo governo Vargas. Na Escola de Aviação Militar, apesar da encarniçada tomada pelos insurrectos, estes tiveram pouco tempo no controle da situação. Os reforços legalistas logo tomaram a escola de volta.<sup>436</sup>

Assim, percebe-se a pouca fundamentação para a acusação de “comunista” aos levantes de 1935. Ademais, fica clara e expressa o caráter nacional dos mesmos movimentos, uma vez que Moscou não tinha nenhum conhecimento dos eventos que aconteceriam – os comunistas soviéticos foram notificados por Prestes, apenas depois deste ter conseguido o apoio interno necessário para a ação. Sintetizando os episódios daquilo consagrado como Intentona Comunista, Marly Vianna enfatiza:

Muitas calúnias foram escritas sobre novembro de 1935. As rebeliões foram depreciativamente chamadas de “intentona”, e “intentona comunista”, o que dava aos levantes conotações terríveis, uma vez que o comunismo era considerado o próprio anticristo.

No entanto, apesar da participação de comunistas, a insurreição não teve sequer um caráter socialista. A plataforma do movimento era a dos tenentes, de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia – por pão, terra e liberdade –, plataforma, aliás, bastante atual.<sup>437</sup>

Ao longo dos anos, a Intentona Comunista era lembrada pelo Exército, sempre na data do levante do Rio de Janeiro – 27 de novembro. Comemorava o Exército a resistência das forças legalistas, que foram capazes de obstruir os planos dos insurrectos. Dada a proximidade da data com o ato de reatamento de relações diplomáticas com a URSS, a conexão foi abordada tanto pelos que se opunham declaradamente ao ato diplomático, quanto pelo jornal *Correio do Povo*. O periódico gaúcho destacava espaços em páginas importantes de duas edições para tratar dessa

---

<sup>436</sup> Idem, *Ibidem*, p. 93-97.

<sup>437</sup> Idem, *Ibidem*, p. 102.

conexão, dentro de uma perspectiva que analisava os levantes de novembro de 1935 como conseqüências das ordens de Moscou.

**Ordem do dia do ministro da Guerra – ANIVERSÁRIO DA INTENTONA COMUNISTA OCORRIDA EM 35**

A propósito da passagem, no próximo dia 27, de mais um aniversário da intentona comunista de 1935, o ministro da Guerra [Segadas Viana] baixou a seguinte ordem do dia:

“Meus camaradas: – Rendemos hoje um justo preito aos heróis que, vitimados pela traição de companheiros que julgavam irmãos, tombaram, fiéis ao juramento de defender as instituições. O inimigo, que em 1935 ameaçou a Pátria, permanece atuante, usando novas técnicas de desagregação e se apresentando sob as mais insidiosas e traiçoeiras facetas. *Desconfiemos* daqueles que, constantemente, inculcam a ideologia, pela qual nos regemos, de todos os males que nos afligem e recomendam outra inteiramente divorciada dos sentimentos cristãos e de liberdade que são uma característica de nosso povo.

O problema transcende, é evidente, da esfera puramente militar, pois pertence a toda a Nação, mas o Exército tem o dever constitucional, e a ele não fugirá, de, defendendo as instituições, defender o nosso próprio sistema baseado no respeito da pessoa humana, na liberdade de consciência, na crença de que o Estado é para servir o homem e na defesa de nossas tradições cristãs.

Soldados do Brasil:

A fim de vencermos o solerte inimigo no terreno em que ele se apresentar, cumpre-nos manter uma vigilância constante, ser solidários com as demais forças empenhadas nessa luta de sobrevivência, apresentar uma reação pronta a qualquer de suas ações e, finalmente, conservar nossa união.

Confio em que o Exército verá unidas suas aspirações e abafadas as rivalidades por ventura existentes, ante uma idéia que é a dos supremos interesses da Pátria contra o inimigo comum cuja ideologia renega todos os valores morais e espirituais que regem nossa sociedade democrática.

Só assim seremos dignos de nossos antepassados e estaremos reafirmando que nossos irmãos que tombaram pela legalidade em 1935 não o fizeram em vão.”<sup>438</sup>

Em primeiro lugar resta uma pergunta: se o aniversário da *Intentona Comunista* é dia 27 de novembro, porque o pronunciamento do ministro da Guerra, Segadas Viana, foi realizado no dia 24 de novembro? Não deveria ter sido realizado no próprio dia 27, como é de hábito nessas “comemorações”? Considerando que a ordem do dia tenha sido baixada com antecedência para constar nos jornais, não seria mais apropriado que houvesse sido baixada no dia 26, para ser publicada no dia 27? Ou no dia 25 para ser publicada no dia 26, considerando que o dia 27 corresponderia a uma segunda-feira, data na qual alguns jornais – como o *Correio do Povo* – não circulavam.

<sup>438</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa. Interpolações e grifos nossos.

O fato é que a ordem do dia foi baixada no dia 24 de novembro, o dia seguinte ao reatamento, pelo ministro da Guerra – que fora entrevistado e dissera “*o assunto está sendo estudado*” ao ser questionado em razão do reatamento, e tendo sido informado pelo jornalista do *Correio do Povo* que o ato diplomático havia sido confirmado afirmou “*não me compete fazer declarações. Na minha área asseguro que está tudo calmo*”. Como não lhe competia fazer declarações sobre o assunto, ele não as fez. Na ordem do dia que baixou não foi mencionada nenhuma vez a palavra “reatamento” ou outra correlata. Contudo, a ordem do dia é uma resposta direta ao reatamento, como pôde ser observado na notícia acima.<sup>439</sup>

Ao recuperar os acontecimentos de 1935 – como o fez o arcebispo de Porto Alegre – o ministro da Guerra também pretendeu utilizar-se da História para afirmar sua contrariedade ao evento diplomático. Afinal, o mesmo inimigo de 1935 permanece atuante. E mais: utiliza-se de novas técnicas e se apresentando sobre as mais diversas facetas – no caso, ele não diz, mas esta se referindo à diplomacia. Ainda manda o recado de que o Exército não se furtará a defender as instituições desse ataque do inimigo da Pátria, em manifesto sentido de ameaça. E se declara solidário as demais forças empenhadas nessa luta – no caso, além de afiançar sua aliança com os EUA ainda se coloca como fiador dos setores que se opõe ao restabelecimento das relações diplomáticas.

Por fim, encerra a ordem do dia retomando o seu mote: a *Intentona Comunista*. Para se colocar de forma digna com o seu passado – a sua História – o Exército não se deixará enganar. E o faz isso, além de ser sua tarefa, pela honra dos que tomaram cumprindo com seu dever.<sup>440</sup>

**Pronunciamento na Assembléia – Defesa da democracia contra movimentos de implantação da ditadura bolchevista**

Na sessão de ontem da Assembléia Legislativa, o deputado Afonso Anschau, líder do PRP, encaminhou à Mesa o seguinte discurso a propósito das comemorações de mais um aniversário da intentona comunista no Brasil:

---

<sup>439</sup> Em outros momentos na vida política nacional o Exército também se valeu de recursos semelhantes para expor sua opinião: o *manifesto dos Coronéis*, em 1953 é um dos mais famosos. Era uma resposta ao aumento do salário mínimo, anunciado por João Goulart enquanto ministro do Trabalho. Mais recentemente, em resposta a renúncia de Jânio Quadros, os três ministros das Forças Armadas lançaram uma *Nota Conjunta* à Nação, demonstrando sua objeção a posse de João Goulart. Em última instância, esta Ordem do dia também se coloca em oposição a Goulart. Ambos documentos podem ser encontrados em GOMES; FERREIRA, op.cit., p. 64-65; 136-137.

<sup>440</sup> A relevância que a Intentona Comunista tem para o anticomunismo brasileiro fica ainda mais evidenciada através da leitura de MOTTA, op.cit., p. 76-84.



“Fazem hoje precisamente vinte e seis anos que se verificou a intentona comunista em nosso País, insuflada e dirigida por elementos vermelhos, filiados ao credo vermelho e integrantes da internacional comunista, que procura, por todos os meios, implantar o regime totalitário no mundo.

Tivemos, então, as primeiras vítimas da barbárie comunista, expressa nos métodos adotados para imporem pela violência, aos sentimentos democráticos e cristãos dos povos do ocidente. [...]

Mais especial ainda é a significação desta data, no instante em que nosso País reata as suas relações diplomáticas com a União Soviética.

Receava-se esse reatamento de relações diplomáticas por tudo o que ele pode trazer de perigoso para as nossas instituições, para a nossa organização social e econômica, para o nosso destino de povo, cuja vocação democrática e cristã tem sido sempre manifestada com a maior ênfase, através da nossa história. Não basta que as nossas autoridades supremas, às quais compete a direção da política exterior do Brasil, timbrem em afirmar que será permanente a vigilância em torno das atividades dos agentes diplomáticos daquele País, a fim de ser coibida, com energia, qualquer ação suscetível de se caracterizar como atentatória da nossa soberania e que vise à infiltração da ideologia comunista ou à criação de focos de subversão do regime em que vivemos. Não se poderá saber até que ponto semelhante vigilância surtirá os efeitos desejados, nem tampouco se as circunstâncias futuras permitirão um controle eficaz da ação dos mencionados agentes.[...]”<sup>441</sup>

Ao destacar trechos do discurso do deputado Afonso Anschau, do Partido da Representação Popular (PRP) – partido herdeiro do Integralismo – o *Correio do Povo* colabora com a preservação de uma memória que vê nos levantes de novembro de 1935 a orientação soviética, sem levar em consideração os fatores internos da sociedade brasileira da época. Assim, fortalece a imagem de um inimigo construído ao longo do tempo, pois “a identificação da ANL e demais entidades democráticas e populares com o ‘comunismo internacional’ era necessária ao Governo pra justificar a intensificação da repressão e da violência contra as mesmas, contra os comunistas e, de uma maneira geral, contra o movimento operário e popular.”<sup>442</sup>

Ao construir essa memória dos movimentos de novembro de 1935, uma memória associada exclusivamente ao anticomunismo, tanto o deputado Anschau quanto o *Correio do Povo* “apagam” o papel desempenhado por uma parcela do próprio Exército naqueles levantes. Além disso, relaciona diretamente um fato que não ocorreu (a manipulação direta de Moscou) com um fato que poderia ocorrer, conferindo a esse futuro possível uma carga demasiadamente negativa. Dá ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS uma carga histórica que não se sustenta com o passado existente. Cria, assim, uma desconfiança frente a capacidade do governo

<sup>441</sup> *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1961, p. 7.

<sup>442</sup> PRESTES, op.cit., p. 118.

brasileiro de manter a diplomacia soviética sob controle, dimensionando de forma ampliada – e negativa – as possíveis conseqüências que o ato poderá trazer para o Brasil.

#### **Reatamento com a URSS**

O sr. Guido Mondin, do PRP do Rio Grande do Sul, falou sobre o transcurso do dia de hoje, que assinala o 26º aniversário do martírio dos que tombaram na traição comunista de 1935 na cidade do Rio de Janeiro. O representante gaúcho condenou a atitude do governo do Brasil em escolher o “Dia de Ação de Graças” para anunciar oficialmente o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Moscou.

“Com o coração sangrando de tristeza – disse o orador – ocupo esta tribuna para prestar às vítimas da impiedade vermelha o meu pleito de veneração, em que mesclo, no mesmo caminho de angústias, meu orgulho de ser irmão em pátria daqueles bravos, e um quase ciúme de não estar entre eles para não mais assistir e sofrer o que se passa em minha terra, num escárnio à sua memória. Na apreciação de atos e fatos, penetro sempre seus aspectos subjetivos, o comportamento psicológico dos seus agentes, e no âmago das atitudes e nas revelações subscientes em que encontro as razões profundas e sublimes, ou infames, do comportamento dos heróis das coletividades.”<sup>443</sup>

Outra conexão entre a Intentona Comunista e o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS é apresentada pelo *Correio do Povo*. Dessa vez, o destaque é dado ao senador Guido Mondin, também do PRP. O senador Mondin elabora uma crítica baseada tanto em valores católicos – o *Dia de Ação de Graças* – quanto no valor da solidariedade esposada com *as vítimas da impiedade vermelha*. Enfatizando laços espirituais, Mondin se opõe ao comunismo dos soviéticos, que professa o ateísmo. Traz, assim, para o lado de seus argumentos as pessoas que com ele se identificam dentro de uma comunidade religiosa. Valorizando sua solidariedade com os militares mortos durante o levante de 1935, através de *um quase ciúme de não estar entre eles para não mais assistir e sofrer o que se passa em minha terra, num escárnio à sua memória*, o senador se mostra muito desgostoso com os rumos que a política externa brasileira vem tomando. Desgosto que, por sinal, o *Correio do Povo* faz questão de destacar.

---

<sup>443</sup> *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1961, p. 22.

### 3.5 – A desconfiança

Na contracapa do *Correio do Povo* havia uma manchete que colocava em dúvida a competência do ministro San Tiago Dantas. Chamava a atenção, tanto pelo seu teor quanto pela proporção das letras: **Na Câmara e no Senado – DEPUTADOS DIREITISTAS COGITAM DE PROPOR VOTO DE DESCONFIANÇA CONTRA O MINISTRO DO EXTERIOR.**<sup>444</sup> Apesar do estardalhaço da manchete, na contracapa não havia nenhuma notícia relacionada ao reatamento. Era comum o jornal trazer pedaços da reportagem na capa ou na contracapa e dar prosseguimento em alguma página no interior da edição. Mas não era habitual a manchete, ainda mais em termos tão expressivos, estar desvinculada por completo do texto a que se referia, como ocorreu nesse caso.

É na página 14 que se encontra o fato apontado na manchete. Este é antecedido por outras informações também relacionadas ao ato diplomático, separados por subtítulos. Trazemos a notícia na íntegra, mas respeitando a divisão dos subtítulos.

**Na Câmara dos Deputados** – BRASÍLIA, 24 CP – Na sessão matutina da Câmara dos Deputados, o sr. Dirceu Cardoso, secretário da Ação Democrática, voltou a criticar o reatamento de relações com a União Soviética, para afirmar que, com esse ato, o Brasil “mergulhou num cano de sombra”, não se podendo prever as suas conseqüências. Considerou-o um ato de desprestígio do Brasil. Também os srs. Antonio Carlos, da UDN de Santa Catarina, e Corrêa da Costa, da UDN do Mato Grosso, fizeram reparos à oportunidade do reatamento de relações com a URSS, tanto em face da grave crise social que atravessamos, sem o aparelhamento necessário para enfrentar a ação comunista, como ainda porque ignorava o fato o ministro da Guerra, segundo declarou a um jornal.

“O ministro da Guerra – assinalou o sr. Corrêa da Costa – é responsável pela manutenção da ordem e pela segurança das nossas instituições. Não posso deixar de trazer ao conhecimento da Câmara e da Nação um fator de tal gravidade. Desejo salientar que não haveria necessidade de tanto açodamento. O Brasil já comercia com a Rússia. Estamos cansados de ler nos jornais a chegada de navios petroleiros russos trazendo óleo das jazidas da Baku, do sul da Rússia, para as nossas refinarias. Não vejo em que o restabelecimento dessas relações venha a aumentar o nosso comércio com a Rússia”.<sup>445</sup>

<sup>444</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>445</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, p. 14.

Os três deputados referidos na notícia fazem críticas ao reatamento. Não há nenhuma referência de apoio à medida, o que reflete certamente uma opção de divulgação. Entretanto, não é isso o que mais nos chamou a atenção, dado que o que temos visto até agora aponta nessa direção. O que queremos destacar é que novamente o ministro da Guerra é o centro das atenções. O deputado Corrêa da Costa, da UDN do Mato Grosso, critica o ministro da Guerra pela declaração deste, em que disse *estar sendo estudado* o reatamento. Para o deputado em questão, esse é um fato de *tal gravidade*, que não merece ser deixado passar sem comentários. Fica a questão: por que o ministro da Guerra deveria comentar uma notícia desse teor se o assunto não era da sua alçada? E qual a razão de ter sido dado espaço para uma questão dessas no jornal?

Reservar espaço no jornal para questões menores, propagadas por três deputados de pouca expressão política, como introdução a um assunto que recebeu uma chamada destacada, só pode ser entendido como o reforço de uma postura que vinha sendo tomada pelo *Correio do Povo*.

Ao analisarmos a questão chave da manchete sobre o cogitado voto de desconfiança ao ministro das Relações Exteriores percebemos ter havido uma discrepância entre “a propaganda da notícia” e o fato noticiado. Pelo teor da manchete se esperaria uma reportagem que, ao menos, indicasse quem eram os deputados que pediam o voto de desconfiança para o ministro San Tiago Dantas. Contudo, a notícia tem relevância, mas por outros aspectos.

O primeiro deles é evidenciar, mais uma vez, que o sistema parlamentarista suscitava muitas dúvidas a todos os brasileiros, inclusive nossos representantes parlamentares. Dado sua aprovação em caráter de emergência, como “solução negociada” para a posse de João Goulart, o funcionamento do parlamentarismo não era dominado por todos: poucos sabiam exatamente como funcionava o regramento jurídico e institucional do sistema. O deputado Aurélio Viana, do PSB, dessa forma contribuiu ao esclarecer seus colegas – e aos leitores do jornal – que o instrumento do “voto de desconfiança” não se aplicaria ao ministro do Exterior, por ser a medida, mesmo que negociada por este ministério, tributária da aprovação do primeiro-ministro; logo, só a esse podia ser contestado.

O outro aspecto que segue a mesma linha, a de esclarecimento do sistema parlamentarista, diz respeito ao conhecimento ou não da medida pelo ministro da Guerra. Como demonstrou o subsecretário das Relações Exteriores, deputado Renato Archer, do PSD – e era por isso que ele estava presente na Câmara dos Deputados – o

ministro da Guerra tinha ciência do reatamento por ter sido este aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional, do qual o ministro fazia parte. Talvez ele não soubesse que o reatamento havia ocorrido quando perguntando pelo repórter à entrada da reunião do Conselho de Ministros no dia 23 de novembro – em razão de algumas fontes esperarem o reatamento apenas para o dia 27 como discutido anteriormente – mas sabia o ministro da Guerra que esse ato seria tomado pelo governo brasileiro. A partir da leitura de sua Ordem do dia sobre o aniversário do levante comunista de 1935 é notória sua oposição acerca do reatamento, o que explica em larga medida suas esquivas ao responder ao repórter.

#### **Moção de desconfiança**

O assunto voltou a debate quando, no grande expediente, o sr. Aurélio Viana, líder do PSB, comentava a intenção de um grupo de deputados da direita de apresentar uma moção de desconfiança contra o ministro do Exterior. Em primeiro lugar, o ato é de responsabilidade do primeiro-ministro. Quando, em aparte, o sr. Último de Carvalho estranhava que o ministro da Guerra não tivesse ciência prévia do ato, o sr. Renato Archer, subsecretário das Relações Exteriores, declarou que o reatamento constava do programa do Gabinete, e o Conselho de Segurança Nacional se manifestara favoravelmente. Portanto, o ministro da Guerra não podia ignorá-lo. Prosseguindo, o sr. Aurélio Viana sustentou que, constitucionalmente, o presidente da República não tem nada a ver com o assunto: o ato é de responsabilidade exclusiva do Sr. Tancredo Neves.

Observou ainda o sr. Aurélio Viana que grande parte da Nação Brasileira gargalha: “Essa porção substancial do povo brasileiro não está entendendo, e eu também não estou, certo comportamento de certos deputados neste momento. Ontem, choveram acusações contra os comunistas de 1935, relacionando-se a intentona deflagrada aqui naquele ano com o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, e se dizia violenta e entusiasticamente: “Como rearmos relações diplomáticas com aquele país, quando os comunistas brasileiros, em 1935, trucidaram e destruíram vidas e tentaram o aniquilamento do regime democrático? Eu me ria porque, dia antes, por maioria substancial, a Câmara havia aprovado o substitutivo apresentado por um deputado sacerdote sem protestos violentos ou entusiásticos, anistiando, perdendo, esquecendo tudo o que se passara em 1935”.<sup>446</sup>

Por fim, a notícia também serve de esclarecimento em relação a dimensão que o aniversário do levante comunista de 1935 vinha tomando. O deputado Viana explicitava a estratégia utilizada pelos setores contrários ao reatamento: a associação deste com o levante de 1935. E ia mais além: flagrava a contradição de seus colegas deputados, que ao utilizarem-se da estratégia de relacionar o reatamento com a *Intentona Comunista*

---

<sup>446</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, p. 14.

esqueciam-se que *dia antes* os mesmos haviam aprovado um projeto que anistiava todos os envolvidos no episódio.

Se por um lado, a tentativa do *Correio do Povo* ao trazer uma manchete que atendia seus anseios – ao que tudo vem indicando – separada da notícia a qual se reportava pode ser entendida talvez numa tentativa de que tão somente a manchete fosse considerada pelos leitores, por outro lado, para os leitores que acompanharam a integralidade da notícia a tendência maior é de que tenham ficado, senão mais simpáticos a medida tomada pela diplomacia brasileira, ao menos mais conscientes do regramento do sistema parlamentarista e das estratégias montadas pelos opositores da PEI na busca de seu apoio. Talvez, utilizando-se de uma expressão popular para resumir os efeitos da notícia, *o tiro tenha saído pela culatra*.

### 3.6 – E no domingo...

Assim como a capa é o local mais nobre na edição de um jornal, o domingo é o dia no qual o jornal tem mais atenção. A edição dominical do *Correio do Povo*, tem quase o dobro do número de páginas das edições de terça-feira a sábado. Em se tratando do formato *standart* que o jornal mantinha, é necessário um tempo maior para relizar toda a leitura de seu conteúdo. A isso se presta o dia de domingo: um dia no qual a população tem maior tempo ocioso, o que lhe permite dedicar mais tempo, inclusive, à leitura do jornal.

Por isso, a edição de domingo, 26 de novembro, trazia em sua capa uma notícia em que destacava a repercussão do reatamento diplomático no jornal *Izvestia*, da União Soviética. Cabe destacar que o diretor desse periódico era genro de Nikita Krushev, o que lhe confere um teor senão oficial, muito próximo do atendimento dos interesses do governo soviético de uma forma geral.<sup>447</sup>

---

<sup>447</sup> Alexei Ivanovich Adjubel, redator-chefe do *Izvestia*, veio ao Brasil em 04 de fevereiro de 1962. Entrevistou o presidente Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. Visitou a cidade do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Embora tenha sido divulgado que viria a Porto Alegre, a convite do governador Leonel Brizola, o fato não se concretizou. Em São Paulo, assistiu, no Morumbi, ao jogo São Paulo X Corinthians. Bem-humorado, disse aceitar trocar Yuri Gagárin por Pelé. *Correio do Povo*, 02-11 de fevereiro de 1962.

### IMPrensa SOVIÉTICA DESTACA O REATAMENTO ENTRE O BRASIL E A RÚSSIA COMO MUTUAMENTE VANTAJOSO

MOSCOU, 25 (AP) – O jornal “Izvestia” publicou editorial, hoje, elogiando o restabelecimento de relações entre Brasil e União Soviética. A “Tass”, a agência oficial russa, reproduziu o seguinte: “O desdobramento de relações amistosas e mutuamente vantajosas entre União Soviética e Brasil está conforme os vitais interesses dos povos soviético e brasileiro” – comenta o editorial do Izvestia, na edição de hoje. “Nunca houve disputas entre a URSS e o Brasil – prossegue o editorial. As relações entre os nossos países foram rotas em 1947, em parte sob a pressão do imperialismo yankee. Nos anos subseqüentes, ficou evidenciado que nem o Brasil e nem a União Soviética tiveram necessidade da medida. De nossa parte, mais uma vez evidenciamos a disposição de cooperar com o Brasil. Ao mesmo tempo, sentimentos em favor da renovação de relações diplomáticas com a União Soviética ganhavam força no Brasil, de ano para ano. O reatamento de relações entre URSS e Brasil sem dúvida facilitará a expansão de comércio para o que existem favoráveis possibilidades.

O “Izvestia” ressalta o entendimento mútuo existente entre a União Soviética e o Brasil em numerosas questões importantes dos nossos tempos, como o desarmamento completo e geral, a liquidação do obsoleto sistema de colonialismo e outras. O povo soviético endossa a declaração do presidente brasileiro com respeito à necessidade de canalizar muitos recursos, atualmente gastos na carreira armamentista, para objetivos construtivos; elevar o nível de vida do povo, educação e saúde pública e ajuda aos países subdesenvolvidos. [...] “O reatamento de relações diplomáticas entre a URSS, a grande potência socialista, e o Brasil, o maior país latino-americano, é um grande acontecimento para a política de coexistência pacífica entre os Estados de diferentes sistemas sociais. Reafirma que esta política é a única razoável e exata em nossos tempos”.<sup>448</sup>

Essa notícia ganhava relevância por mostrar a perspectiva do jornal russo frente ao acontecimento; bem como as explicações e os anseios presentes na matéria. De acordo com a visão do jornal soviético, um fator que contribuiu para o rompimento das relações entre o Brasil e a URSS foi o *imperialismo yankee*. Sempre tendo em vista que o *Izvestia* escrevia para os leitores soviéticos, essa informação, que a historiografia sobre o assunto não confirma,<sup>449</sup> estava plenamente inserida no nível de competição entre URSS e EUA, que deu forma a Guerra Fria.<sup>450</sup> Trazia também a informação para seus leitores, de que a vontade do povo brasileiro de reatar com a URSS crescia de ano a ano e que, portanto, era uma demanda a ser concretizada. Essa informação ocultava as disputas em torno da questão, pois se essa vontade crescia ano a ano, esse crescimento

<sup>448</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, capa.

<sup>449</sup> REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. 115 f. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

<sup>450</sup> Cabe aqui ressaltar que a diplomacia soviética toma um novo impulso a partir da assunção de Nikita Krushev. REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 121; 126.

não estava desacompanhado de muitas disputas de opiniões. Em sintonia com os pronunciamentos oficiais brasileiros, destacava a importância das relações comerciais que adviriam com essa negociação diplomática, o que talvez possa ser interpretado como uma idéia/justificativa também presente no governo soviético para legitimar o acordo.

A seguir vem a parte da notícia que mais entra em sintonia com o propósito do jornal brasileiro: ao escrever para seus leitores que em muitas questões Brasil e URSS – cita o *desarmamento* e o *colonialismo* – estavam de acordo, bem como aprovando as declarações do presidente brasileiro de reverter os investimentos em armamento para a *elevação do nível de vida do povo*, o jornal soviético demonstrava haver uma identificação entre a URSS e o Brasil. Tudo o que o governo brasileiro procurava negar, ao declarar que a política exterior do país era independente e que o Brasil se identificava com o Ocidente democrático e cristão. Nesse sentido, a publicação da notícia do jornal russo pelo *Correio do Povo* fortalecia as vozes daqueles que se opunham a PEI.

### 3.6.1 – Repercussões

O *Correio do Povo* de 26 de novembro de 1961 trazia na contracapa, a seguinte manchete acompanhada do respectivo *lide*:

**Opiniões sobre o reatamento – “O BRASIL CONTINUA SENDO UM PAÍS LIVRE”, AFIRMA TANCREDO.**  
**“Vejo com melancolia esse reatamento”, diz o escritor Gustavo Corção – Lott contra e Osório a favor – Fala o senador Kubitscheck, que ontem regressou ao Rio – Opinião favorável do governador Magalhães Pinto – Vai a Moscou diplomata brasileiro para assumir o cargo de Encarregado de Negócios na URSS.<sup>451</sup>**

Trazia, assim, ao conhecimento de seus leitores as opiniões de destacadas figuras da época. Ao enfatizar a declaração do primeiro-ministro Tancredo Neves, o jornal demonstra a importância que o assunto tem na vida política do país, posto que o membro mais destacado do Conselho de Ministros emite opinião de teor conservador:

<sup>451</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.



não há mudanças na soberania do país. Ao mesmo tempo, procura o *Correio do Povo* manter a sua mítica de imparcialidade, ao projetar opiniões de repúdio ao reatamento, bem como de apoio à esta medida, sendo representantes do primeiro grupo o escritor católico Gustavo Corção e o marechal Henrique Teixeira Lott e do segundo grupo o general Osvino e o governador Magalhães Pinto, do Estado de Minas Gerais, além do também mineiro e ex-presidente, naquele momento senador da República, Juscelino Kubitschek.

Isso demonstra, de forma exemplar, a complexidade das reações políticas frente ao ato diplomático. Mesmo pertencendo a um partido político de propensões mais conservadoras, o primeiro-ministro não impediu a execução do reatamento; além disso, procurou demonstrá-lo como uma tarefa cotidiana e soberana de governo – o que tanto deve ter lhe custado quanto angariado apoios políticos de setores até então impensados. Seu companheiro de partido e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1960 se coloca em uma postura mais de acordo com as diretrizes de seu partido; ao mesmo tempo que deve ter lhe trazido mais dissabores do que apoios, dado que uma ampla parcela da sociedade que via no marechal Lott uma expressiva figura política era constituída de setores que poderíamos denominar sob o amplo termo progressistas. O mesmo se deve destacar no caso do governador de Minas Gerais, expressivo quadro político da UDN: sua postura a favor do reatamento também não pode ser considerada como previsível para os que se alinhavam com suas idéias. Aparentemente, apenas o escritor Gustavo Corção e o general Osvino mantiveram uma postura que podemos determinar como esperada, em razão das suas posições políticas no período.

A notícia iniciava-se com um breve relato sobre a repercussão trazida pelo jornal francês *Le Monde*, na qual era enfatizada uma *certa continuação da política externa do sr. Jânio Quadros* pelo primeiro-ministro brasileiro. Além disso, dentro do espectro de complexidade que o reatamento causava, o *Correio do Povo* destaca o apoio conferido à medida pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado udenista Abreu Sodré, bem como noticia o esperado apoio das entidades estudantis brasileiras. E reforça, mais uma vez, a postura do primeiro-ministro de que o Brasil não fará *maiores concessões à União Soviética*, demonstrando uma certa condescendência do *Correio do Povo* para com o primeiro-ministro Tancredo Neves, figura até então insuspeita nos círculos conservadores – embora de passado próximo a Getúlio Vargas, do qual fora ministro da Justiça.

RIO, 25 (CP) – O jornal **Le Monde**, de Paris, comentou em editorial, ontem, o restabelecimento de relações entre o Brasil e a União Soviética, apontando-o como indício de certa continuação da política externa do sr. Jânio Quadros e de cumprimento do programa do primeiro ministro Tancredo Neves, que declarou, ao assumir o Governo, que o Brasil manteria relações diplomáticas normais com todos os países, sem exclusividade.

O reatamento – aplaudido pelo deputado Abreu Sodré (UDN), Presidente da Assembléia de São Paulo, e pela UNE e pela UBES – foi definido pelo sr. Tancredo Neves, em São Paulo, ontem, como resultado de um profundo estudo realizado em todas as camadas sociais do País, mas não implica em maiores concessões à União Soviética. – “O Brasil continua a ser um País livre, cristão e democrático” – frisou o Primeiro-Ministro.<sup>452</sup>

Postura semelhante a relacionada com o também insuspeito JK. A mesma notícia trazia uma declaração do ex-presidente Kubitscheck, na qual ele procura não descontentar nenhum dos setores que se embatiam sobre o reatamento, ao tentar trazer para o conjunto das realizações de seu governo os *primeiros planos para o reatamento*, ao mesmo tempo que advertia que o Brasil continuaria *ao lado do Ocidente*.

Em Buenos Aires, o senador Juscelino Kubitscheck disse aos jornalistas que os planos para o reatamento foram iniciados durante seu governo e que a consumação do ato não significa que o País está marchando para a esquerda, nem para uma posição neutralista – “Nós continuaremos ao lado do Ocidente” – disse.<sup>453</sup>

Se nenhuma das declarações trazidas pela notícia até aqui podiam ser consideradas abertamente contrárias ao ato diplomático, o mesmo não se pode dizer da posição do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, da Igreja Católica no Rio de Janeiro. Apesar de não querer manifestar-se sobre o reatamento por ignorar se todos os pormenores debatidos com o ministro San Tiago Dantas estavam presentes no texto do reatamento – e com isso, voluntária ou involuntariamente já levantava suspeitas sobre o ministro das Relações Exteriores por duvidar daquilo que lhe fora dito anteriormente – o cardeal Barros Câmara reafirmava todas suas *declarações anteriores sobre este assunto*, que eram de contrariedade. E encerra tentando protocolarmente dissociar sua opinião da Igreja Católica – todavia fosse quase impossível essa dissociação, e ele possivelmente sabia disto –, que não teria por objetivos não *criar dificuldades para um governo que*

<sup>452</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>453</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

*precisa unir todas as forças para solidificar suas posições*, evidenciando com isso as fragilidades pelas quais o governo passara recentemente.

Já o cardeal D. Jaime de Barros Câmara declara: Não posso me manifestar sobre este reatamento antes de conhecer o **(continua na 26ª página)** texto oficial. Ignoro se foram atendidos todos os pormenores que o sr. ministro do Exterior aqui no Sumaré me expôs em conversa particular.

Em todo o caso, reafirmo todas as minhas declarações anteriores sobre este assunto. O que não desejo é que pareça estar a Igreja a criar dificuldades a um governo que precisa unir todas as forças para solidificar suas posições”.<sup>454</sup>

A notícia que tinha como mote central as “opiniões sobre o reatamento” trazia uma informação sobre o pedido de moção de censura ao ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas. Curioso é que esta era a segunda notícia sobre o mesmo assunto na edição do *Correio do Povo* de 26 de novembro de 1961. Como visto anteriormente, houve a tentativa de censurar o ministro das Relações Exteriores no Congresso. A iniciativa partira da Ação Democrática Parlamentar (ADP), o bloco de direita que se opunha a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Todavia, na notícia da página 7 do *Correio do Povo*, a ação era tratada como inapropriada pelos próprios membros da ADP, por dentre outras razões, possibilitar inclusive o fortalecimento do ministro San Tiago Dantas. Algo ausente desta nota, que por ter um caráter informativo dos mecanismos parlamentares, que poderia repercutir de forma exagerada em relação a realidade das posições dos parlamentares no Congresso – e encetando assim, pelo *Correio do Povo*, uma maior oposição ao ministro do que a real frente aos seus leitores.

#### **Moção de censura**

BRASÍLIA, 25 (CP) – Por doze votos contra sete, o Conselho Diretor da Ação Democrática Parlamentar deliberou colher assinaturas para apresentar moção de censura ao ministro das Relações Exteriores, pelo reatamento.

Ficou decidido que, se o documento obtiver as assinaturas da maioria dos membros da Ação, será apresentado em plenário. Caso contrário, voltará a ADP a reunir-se, para deliberar. O total de membros da ADP é de 155 deputados; é necessário, portanto, que 78 deputados concordem com o documento, para dar-lhe tramitação.

O Ato Adicional estabelece que para a apresentação da censura ou da desconfiança, são necessárias 50 assinaturas de deputados, obtidas as quais a

<sup>454</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa; p. 26.

moção, passados cinco dias, será discutida e votada, necessitando ser aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara.<sup>455</sup>

Se foi trazida a opinião do presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, não foi esquecida a opinião do presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Ao relacionar o reatamento das relações com a URSS com o dia de Ação de Graças, o deputado carioca se não se opõe frontalmente à medida, demonstra sua antipatia para com os soviéticos.

RIO, 25 (CP) – Sobre a repercussão e a consequência do reatamento das relações da União Soviética e do Brasil, disse o deputado Lopo Coelho. Disse-nos o presidente do Legislativo carioca – “As relações entre o Brasil e a URSS foram restabelecidas no Dia de Ação de Graças. Esperemos que elas nos tragam apenas graças, e jamais os dissabores que nos causaram em outras épocas.”<sup>456</sup>

O escritor católico Gustavo Corção, que mantinha uma coluna no jornal *Correio do Povo*, foi uma das vozes mais fortes na oposição ao reatamento. Gustavo Corção inaugura uma nova abordagem para os que se opõem ao reatamento com a URSS – no melhor estilo daquilo que Bertold Brecht fez alusão ao se referir ao *velho travestido de novo* –: a não existência de vantagens *espirituais* para o Brasil com o reatamento. Recupera, assim, uma das premissas básicas dos integralistas da década de 30 no Brasil, que se contrapunham ao comunismo em razão também do materialismo comunista, que se opunha ao espiritualismo cristão. Ademais, sua análise conservadora é estridente: ao justificar que o comunismo *contraria as leis naturais*, o referido escritor se opõe a qualquer tipo de mudança social.

#### “Reatamento Melancólico”

“Vejo com melancolia esse reatamento” – comentou o professor Gustavo Corção, líder católico e escritor. “Não consigo encontrar vantagem na oficialização das relações entre os dois países. E, quando eu digo vantagem, refiro-me não apenas as materiais, mas, e principalmente, as vantagens intelectuais e espirituais que pode daí advir. O regime soviético não é um regime como outro qualquer; ele contraria as leis naturais e, por isso, é intolerável. Sei que a minha opinião será considerada “fora de moda”, mas

<sup>455</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

<sup>456</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

pessoalmente estou convencido de que voltará “a moda”, quando sentirmos na própria carne o que significa o regime soviético”.<sup>457</sup>

Novamente a notícia destoa das “opiniões” e passa a tratar de questões administrativas das relações diplomáticas. Sem nenhum tipo de mediação, é registrado no parágrafo abaixo da opinião de Gustavo Corção – em um sentido de continuidade da notícia – o que segue:

Para o ministro Paulo Leão de Moura, secretário adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, o estabelecimento deverá facilitar os entendimentos comerciais que já mantemos com esse país. E, a embaixada em Moscou terá enorme importância política, por motivos óbvios. Como posto para um diplomata profissional é dos mais atraentes. Tanto quanto eu sei ainda não se cogita de nomes.

**Diplomata vai a Moscou**

BRASÍLIA, 25 (CP) – O diplomata Roberto Assunção, segundo revelou fonte do Itamarati, partirá brevemente para Moscou, a fim de assumir o cargo de encarregado dos Negócios do Brasil na União Soviética até a instalação da embaixada do nosso país.<sup>458</sup>

Embora não haja dúvidas de que a embaixada em Moscou favoreça os *entendimentos comerciais* já existentes, quais são os *motivos óbvios* que darão *enorme importância política* para a *embaixada de Moscou*? A resposta fica a cargo do leitor, pois não está expressa no texto. Porém, é possível para o leitor relacioná-la com a crítica elaborada por Gustavo Corção – já que está praticamente unida a esse texto pela diagramação do *Correio do Povo*. Talvez seja assim que o jornal procurasse evidenciar a “obviedade” da questão.

Além disso, o *Correio do Povo* traz a referência que o encarregado dos Assuntos da Europa Oriental e Ásia do Itamarati nada sabe sobre quem vai exercer o posto de diplomata em Moscou. Isso um dia depois de ter sido noticiado pelo mesmo periódico que o presidente João Goulart havia decidido o nome do embaixador à revelia do primeiro-ministro Tancredo Neves, como visto anteriormente. Se por um lado a notícia pode ser interpretada como o respeito do diplomata encarregado pela área dos países socialistas a uma determinação superior de não confirmar nenhum nome para o posto

<sup>457</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

<sup>458</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

diplomático, por outro lado pode ser interpretada como uma intervenção direta do presidente Goulart sobre os assuntos da respectiva secretaria do Itamarati.

Depois desse breve – porém não casual – interstício, a notícia volta ao seu ponto central: as opiniões. Dentro do espírito de complexidade que o reatamento com a URSS despertou na sociedade brasileira, estava a opinião do governador Magalhães Pinto de Minas Gerais em favor do reatamento. De uma forma superficial, enaltecendo as dimensões do país, e sem nenhum tipo de comprometimento com a URSS, Magalhães Pinto justificava seu apoio à medida.

**Magalhães Pinto favorável**

RIO, 25 (CP) – O sr. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, declarou:

– “Em mais de uma oportunidade, dei meu pronunciamento favorável ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Considero que um país como o nosso, grande em extensão territorial, com uma população que atinge a casa dos sessenta milhões, com o desenvolvimento que tem e que desejamos cada vez maior, um país como o nosso, repito, não pode ignorar ou deixar de ter relações com todos os países”.<sup>459</sup>

A afirmação do marechal Henrique Teixeira Lott não era menos intrigante: professando sua fé na democracia, assim como seu anticomunismo, o marechal Lott se colocava ao lado dos que se opunham veementemente ao reatamento com URSS.<sup>460</sup>

**Lott contra**

RIO, 25 (CP) – O marechal Teixeira Lott afirmou o seguinte:

– “Fui, sou e serei contra o reatamento de relações entre o Brasil e a Rússia, enquanto esse país não se democratizar, e ainda mais porque os soviéticos tentam implantar o comunismo em todo o mundo, sob qualquer maneira e pretexto. Lastimo que tenha sido escolhido o “Dia de Ação de Graças” para se comunicar à nação a adoção da medida”.<sup>461</sup>

<sup>459</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

<sup>460</sup> Sobre Henrique Teixeira Lott, Lúcio Flávio de Almeida realizou exame tão bem-feito das contradições do personagem, que nos deixou com grande inveja intelectual. Segundo o autor, Lott “embora se apresentasse como apolítico, fez política o tempo todo; apresentando-se como legalista, cometeu – e não poderia deixar de fazê-lo – inúmeros atos caracterizáveis como ilegais. De formação autoritária, foi, em momentos cruciais, a grande esperança daqueles que lutavam pela democracia no Brasil; abertamente anticomunista, teve nas esquerdas sua mais permanente fonte de apoio e foi, perante os comunistas, o testemunho de que valia a pena apoiar o governo, pois neste havia uma ‘parte boa’ que deveria ser reforçada. Levadas até o fim, estas contradições arrastaram o general Lott para a política eleitoral. Virou peixe fora d’água”. ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p. 314.

<sup>461</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

Outra figura do Exército que gozava de ampla aceitação pelos setores nacionalistas do país era o general Osvino Alves, à época comandante do I Exército. Diferentemente de seu colega de farda e de posturas nacionalistas, o general Osvino era a favor do reatamento, tendo um comportamento que pode ser considerado compatível com as expectativas em relação a sua figura. Ao considerar o reatamento *a reafirmação da política de independência* que o país vinha seguindo – em razão da Política Externa Independente – o general colocava o ato diplomático em harmonia com o nacionalismo que era o sustentáculo da PEI. Em razão da independência que o Brasil propugnava, o general Osvino advertia que deveria se estar em estado de cautela frente a alguns desdobramentos que a medida pudesse possibilitar – um depoimento bastante político e enquadrado com a perspectiva que San Tiago Dantas fazia questão de divulgar.

**Osvino a favor**

Eis, agora, a opinião do general Osvino Alves, comandante do 1º Exército: – “Foi o reatamento a reafirmação da política de independência que o Brasil está seguindo. Há muitos aspectos positivos no caso, que devem ser convenientemente explorados. Mas não há dúvida que devemos estar acautelados contra os aspectos negativos que poderão decorrer desse reatamento”.<sup>462</sup>

A opinião do ex-presidente Juscelino Kubitschek era favorável ao reatamento, como visto anteriormente. É interessante perceber que a divulgação realizada pelo *Correio do Povo* da empresa aérea pela qual retornou o ex-presidente ao Brasil – a *Pan American* – lembrava em muito a idéia da Operação Pan-Americana desenvolvida durante o governo do presidente JK, o que correspondia também com a declaração do ex-presidente de que o Brasil é um *país democrático e americano geográfica e moralmente*. A isso se somava o anticomunismo do ex-presidente expresso em sua oposição a penetração de *ideologias estranhas às nossas convicções cristãs*. E diferentemente do que estava destacado no *lide* da notícia não há nenhuma referência a terem sido iniciados os planos para o reatamento durante o seu governo – o que enseja duas hipóteses: o *Correio do Povo* não noticiou o fato para dar uma dimensão maior para a crítica ao comunismo realizada por JK; ou foi evidenciada anteriormente, na contracapa do jornal, para preservar a imagem do primeiro-ministro Tancredo Neves, que fora o personagem central da manchete da notícia? Qualquer das hipóteses que seja

<sup>462</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

a mais adequada, é importante lembrarmos que elas não se opõem, podem, inclusive, se complementar.

**“Alma brasileira não mudará”**

RIO, 25 (CP) – Chegou hoje ao Galeão o senador Juscelino. Veio pela “Pan American”. Falando aos jornalistas e abordando o problema do reatamento das relações diplomáticas Rússia–Brasil o ex-presidente declarou: –“O problema é um ato de soberania dos dois governos, mas desde já quero afirmar que com relações ou sem relações com o governo de Moscou, a alma brasileira não mudará. O Brasil é um país ocidental pelo espírito e um país democrático e americano geográfica e moralmente. Nada alterará a formação dos ideais e dos sentimentos que plasmaram a alma brasileira, de repúdio a qualquer forma de ditadura e contra qualquer intervenção no país, de ideologias estranhas às nossas convicções cristãs”.<sup>463</sup>

Mas talvez a mais emblemática opinião tenha sido a conferida pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Destacada por um pequeno retângulo, na contracapa, logo abaixo do *lide* e ao lado do texto da notícia, o *Correio do Povo* trazia, com todo esse destaque, a opinião de quem fora responsável pelo rompimento das relações diplomáticas com a URSS em 1947. Afora se vangloriar do acerto de sua posição à época, o ex-presidente Dutra, do PSD, preferiu não opinar sobre o reatamento.<sup>464</sup> Sendo assim, qual a razão do *Correio do Povo* de colher sua opinião? Acreditamos que seja apenas a de reforçar positivamente a imagem do rompimento protagonizada pelo ex-presidente – assim o *Correio do Povo* novamente dava voz a outro para expressar a sua opinião.

**Dutra não opina**

RIO, 25 (CP) – O ex-presidente da República, marechal Eurico Gaspar Dutra, deu opinião sobre o problema do momento. Disse:

–“Foi em meu governo que o Brasil rompeu relações com a Rússia. O rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética em meu governo foi o ato acertado. Não havia outro caminho a tomar na época. Mas, quanto ao presente reatamento, prefiro não opinar”.<sup>465</sup>

Embora não esteja presente no corpo da notícia, há uma relação que merece ser tratada nesta seção, tanto pelo seu caráter temático quanto pelo seu caráter de

<sup>463</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

<sup>464</sup> As relações entre Breno Caldas e Eurico Gaspar Dutra eram muito boas, a tal ponto de Dutra ter “antecipado meses antes ao repórter-diretor Breno Caldas: o Brasil mandará uma força expedicionária à guerra na Europa”. GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 354.

<sup>465</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.



diagramação. Na contracapa, abaixo da manchete da notícia em destaque trabalhada nesta seção, havia uma outra informação pertinente aos nossos propósitos:

**Protesto do Cardeal Câmara pelo reatamento**

RIO, 25 (CP) – Rompendo uma tradição de dezoito anos, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, decidiu que não comparecerá às solenidades oficiais que se realizarão nesta capital no cemitério São João Batista, junto ao monumento às vítimas da intentona comunista de 1935. A atitude do Cardeal foi motivada pelo reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Sabe-se que no mesmo dia – e numa hora em que não estejam presente os responsáveis pelo reatamento – Dom Jaime irá ao cemitério, para realizar, em caráter particular, sua homenagem às vítimas de 35. Também o governador da Guanabara, sr. Carlos Lacerda, não comparecerá, tendo explicado suas razões em ofício que enviou ao ministro da Guerra, general Segadas Viana. O orador oficial da solenidade será o sr. San Thiago Dantas, sendo assim a primeira vez que o presidente da República não fala em nome do governo.<sup>466</sup>

O mesmo cardeal Dom Jaime Barros Câmara, que na notícia privilegiada dessa seção não quis manifestar-se sobre o reatamento e que procurava – segundo o próprio – dissociar sua figura da posição da Igreja Católica a respeito do ato diplomático, declarava a imprensa que não iria à solenidade oficial em homenagem aos militares mortos da “Intentona Comunista” em razão do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. Agindo dessa maneira, deixava claro que sua posição era de contrariedade ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS; do mesmo modo que demonstrava sua falta de cortesia para com o ministro San Tiago Dantas, que seria o representante do governo na homenagem.<sup>467</sup> E o jornal *Correio do Povo*, ao divulgar essa notícia na íntegra na contracapa do jornal, ao contrário do que realizado na notícia ao lado, que fora fragmentada justamente na passagem relativa a posição do Cardeal Câmara, demonstrava o seu posicionamento em relação à questão.

Apesar de o jornal *Correio do Povo* ter dado voz tanto aos setores que eram favoráveis quanto aos contrários ao reatamento com a URSS – o que estaria de acordo com sua auto-propaganda imparcialidade – há um dado que não pode deixar de ser registrado. Dos entrevistados, há duas posições identificadas com a Igreja Católica

<sup>466</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>467</sup> O jornal *Diário de Notícias*, de 28 de novembro de 1961, traz na capa da edição: “A palavra do governo nas homenagens às vítimas da intentona comunista: - **Não haverá lugar para que a ameaça de 1935 se repita**”, palavras proferidas pelo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. *Diário de Notícias*, 28 de novembro de 1961, capa.

(Dom Jaime Câmara e Gustavo Corção), três que podem ser identificadas com o Exército (Henrique Lott, Osvino Alves e Eurico Dutra), quatro identificadas com o PSD (Lopo Coelho, Lott, Kubitscheck, Dutra), duas com a UDN (Magalhães Pinto e Abreu Sodré). Não há nenhuma voz do PTB, seja para apoiar ou repudiar o reatamento. Será que os quadros políticos do PTB não emitiram nenhuma opinião a respeito? Improvável. O deputado estadual Guilherme do Valle, do PTB, era um dos apoiadores do reatamento, como pode ser verificado no jornal *Última Hora*.<sup>468</sup> Além deste deputado, outros 10 deputados estaduais do PTB tiveram a presença registrada quando da visita do ministro San Tiago Dantas à Assembléia, como visto no segundo capítulo deste trabalho. Nenhum deles teria opinião formada a respeito, fosse a favor ou contra o reatamento? Parece não ter havido suficiente empenho do *Correio do Povo* para obter a opinião dessa parcela importante da vida política gaúcha.

### 3.6.2 – A coluna de Fay Azevedo

Na Coluna *A Semana Política*, na qual Fay de Azevedo analisava os acontecimentos políticos ocorridos na semana anterior – cabe destacar que essa coluna tem caráter permanente nas edições dominicais –, há uma análise mais aproximada da que o governo brasileiro pretendia passar.<sup>469</sup> Citando, inclusive, o ex-ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco – que juntamente com Jânio Quadros foi o responsável pelos primeiros movimentos da nova política exterior do Brasil e que representara o Brasil na última Assembléia Geral da ONU, já no governo Goulart, em seu sistema parlamentarista – Fay de Azevedo interpreta o reatamento com a União Soviética de forma pragmática.

---

<sup>468</sup> *Última Hora*, 28 de novembro de 1961, p. 4.

<sup>469</sup> Armando Fay de Azevedo era professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem dois ensaios publicados pela Universidade Federal de Minas Gerais, um sobre as eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, e outro sobre as eleições de 1962 no mesmo Estado. Fay de Azevedo mantém vínculos com o *Correio do Povo* desde, pelo menos, 1934, como demonstra KARAWEJCZYK, Mônica. *O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. 290 f. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 234.

Fato destacado da semana que passou foi, sem dúvida, o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mediante troca de notas conforme foi oficialmente divulgado, devendo, em conseqüência, os dois Estados voltar a exercer, um em relação ao outro, o chamado direito de legação, por intermédio de embaixadores acreditados junto aos respectivos governos.

Este colunista tem ponto-de-vista firmado sobre o assunto. Já o externou, por diversas vezes, através desta crônica semanal e de outros escritos. O Brasil deve manter relações e negociar com todos os países do mundo, sem indagar de seus regimes políticos ou formas de governo. Seria, em verdade, absurdo que nos mantivéssemos atados a um irracional isolacionismo em relação ao “mundo socialista”, que é uma realidade da nossa época, movidos por um injustificado pudor ideológico.

Interna e externamente, não devemos ter medo de enfrentar o comunismo. Até porque, como fundadamente disse o ex-chanceler Afonso Arinos: “não são influências externas as que abalam as instituições nacionais; o que as abala, e as põe em risco, é a falta de confiança interna na sua eficácia”.

Foi o que também, e com muita clareza, expressou o primeiro-ministro Tancredo Neves, ao declarar: “O reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética não implica em nenhuma concessão, por parte do governo brasileiro, a qualquer motivação de ordem ideológica. O Brasil continuará sendo uma nação democrática e cristã e o seu governo comprometido com os valores morais e os princípios jurídicos incorporados à nossa Constituição.”

Só não concordamos com a regência “implica em”, se é que a usou o “premier”, como apareceu no despacho de Brasília publicado no “Correio” de sexta-feira. Pela transitividade do verbo implicar, na acepção de produzir como conseqüência, envolver. Camilo, Ruy, Machado de Assis escreveriam: “não implica nenhuma concessão”. E um chefe de governo, entre, outras, tem a obrigação de usar corretamente o idioma de seu país.

No mais, não esqueçam os opositores ao reatamento de relações com a URSS que o Brasil as manteve com a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini até entrar em guerra com esses países e, a não ser nesse momento, ninguém se lembrou de batalhar pelo rompimento das mesmas, embora se tratasse de regimes totalitários e desumanos, responsáveis pelas maiores crueldades, violências e atentados aos direitos do homem e do cidadão.

Reatar relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética (de resto, se as temos com várias “repúblicas populares”, se não tememos os diabos menores, porque fugir ao próprio Belzebu moscovita?) não quer dizer, evidentemente, que o Brasil pense em afastar-se dos Estados Unidos e das demais democracias ocidentais, em fugir aos compromissos que as mesmas mantêm e muito menos, aos laços morais e ideológicos que ligam a nossa pátria ao mundo cristão e democrático.

Outro não é, nem deve ser, o destino do Brasil. Queiram ou não os comunistas indígenas ou os “inocentes úteis” (ou ainda, como já se passou a dizer, os “carreiristas úteis”), entre os dois maiores países do Hemisfério Ocidental existem indestrutíveis vínculos, criados pela Geografia e pela História e os quais, em termos de soberania e independência, temos de preservar e aprimorar.

O moderno conceito de democracia, em constante evolução (democracia significa, necessariamente, inquietação), não exclui a solução dos grandes e prementes problemas sociais e econômicos. O arrojado programa da “Aliança Para o Progresso”, que o nosso governo deve apressar-se em procurar por em execução através dos entendimentos com os americanos, a encíclica “Mater et Magistra”, como desdobramento e atualização das anteriores (e todas tendo por base a eterna “Rerum Novarum”) e todas as atitudes e procedimentos que visem à extinção de privilégios e explorações, e à elevação do nível de vida das populações, sem sacrifício dos direitos humanos fundamentais, isto é o que, levado a efeito sem demagogia e irresponsabilidades, representa o

antídoto ao veneno bolchevista. Fora dali caímos no terrorismo policialesco do fascismo, tão intrinsecamente errado e detestável quanto o comunismo.<sup>470</sup>

Fay de Azevedo reconhece o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética como o fato de maior destaque político da semana que passou. Em razão disso, reafirmou o seu *ponto-de-vista* sobre o caso: que o Brasil deve comercializar com todos os países do mundo, e que não é possível a este país ignorar a existência do socialismo no mundo atual, tomando, assim, uma postura isolacionista. Diz ainda que o Brasil não deve temer o comunismo; e, citando Afonso Arinos, minimiza o poder das influências externas frente aos embates internos. Essa citação é, porém, reveladora: ao citar as palavras do ex-ministro das Relações Exteriores não para ser alvo de crítica, mas como argumento de autoridade, o jornalista se vincula as posições tomadas por este. Poderia ter citado o atual ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, mas não o faz. Prefere se espelhar nas palavras do antigo ministro, que, a despeito das posições inovadoras tomadas em conjunto com o ex-presidente Jânio Quadros, é na política interna um conservador – assim como o foi Quadros em sua política interna.<sup>471</sup>

A seguir, avaliza outra citação, dessa vez do primeiro-ministro Tancredo Neves, na qual o destaque é dado para a vinculação – filiação – do Brasil ao Ocidente democrático e cristão, bem como o reatamento não corresponderia a nenhuma concessão, ou motivação, de ordem ideológica. Poderia, novamente, ter usado as palavras de San Tiago Dantas, que sustentava essa posição em pronunciamentos e entrevistas, como já visto. Ou poderia ter citado o presidente Goulart. Mas não fez nenhuma dessas duas referências. Optou, agora, pelo primeiro-ministro, membro do PSD, e que na conjuntura parlamentarista de então, tinha a tarefa de, segundo o pensamento político conservador brasileiro, ser o fiador do governo, exercendo assim uma esperada limitação aos atos de Goulart. O único momento no qual contesta o primeiro-ministro, mas de maneira branda, se dá quanto ao uso equivocado da língua nacional, o que não condiziria com um chefe de governo. Assim, o máximo que o colunista demonstra, é seu elitismo cultural.

---

<sup>470</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 7.

<sup>471</sup> VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 177-184.

Prossegue fazendo uma crítica aos opositores do reatamento. Ao comparar a situação do momento com a vivida quando do desenvolvimento da Alemanha nazista e da Itália fascista, quando, à exceção do momento de declaração de guerra, ninguém contestava o Brasil manter relações com aqueles países. Em um ímpeto liberal, o colunista coloca o nazismo e o fascismo como perigos muito maiores que o comunismo, criticando os que tomam medidas contrárias ao reatamento “hoje” e que não o fizeram “ontem” em uma situação pior, quando foram perpetradas as *maiores crueldades, violências e atentados aos direitos do homem e do cidadão*.<sup>472</sup>

Ainda de acordo com sua visão liberal, bem como conservadora, não entende a distinção entre a URSS e os demais países socialistas; porque o Brasil pode manter relações com os menores, e não com o maior dos socialistas? Assim, alinha-se mais uma vez às idéias de Arinos e Quadros. O mesmo se pode dizer quanto a sua defesa da perfeita continuidade das relações com os EUA e as demais democracias ocidentais, as quais, como expressa na citação de Tancredo Neves, o Brasil se identifica invocando as relações geográficas e históricas existentes.

Finaliza o colunista Fay Azevedo enaltecendo os valores da democracia e pedindo que o governo brasileiro se empenhe mais rapidamente em participar do programa estadunidense da Aliança Para o Progresso.<sup>473</sup> Coloca esse programa estadunidense, aliado às encíclicas católicas – uma aliança com a qual o Brasil não deve romper: o ocidente cristão – como o verdadeiro ato de oposição ao comunismo, pois *fora dali caímos no terrorismo policialesco do fascismo, tão intrinsecamente errado e detestável quanto o comunismo*.

Em que pese possamos estar tentados a concluir que o *Correio do Povo* resolveu modificar sua estratégia a respeito do que vinha noticiando em relação ao ato diplomático do Brasil com a URSS talvez seja mais correto encarar a coluna de Fay de Azevedo não como uma mudança de percurso, mas como um retorno ao percurso original. Observando que a estratégia adotada até então não vinha surtindo maiores efeitos – a não ser como catalisador dos já decididos a serem contra o reatamento – o *Correio do Povo* parece retornar a seu espectro ideológico original, definido por um importante jornalista porto-alegrense, Oswaldo Goidanich – que trabalhou no periódico

---

<sup>472</sup> A crítica é direcionada aos membros do PRP, partido herdeiro do Integralismo.

<sup>473</sup> Sobre a Aliança Para o Progresso o trabalho de Vicente Gil é esclarecedor. SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 248 f. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

de 1943 a 1974 – para quem o *Correio do Povo* “(...) é um jornal conservador, com uma abertura liberal”.<sup>474</sup>

### 3.6.3 – Sem virar as costas para o Norte

Na mesma página da coluna de Fay de Azevedo, aparece uma notícia sobre o pedido da moção de censura a San Tiago Dantas. Sob a manchete **DIREITISTAS DA CÂMARA RESOLVEM RETROCEDER: CENSURA A SAN THIAGO**,<sup>475</sup> o *Correio do Povo* transcreve um trecho da coluna *Coisas da Política*, do *Jornal do Brasil*:

[...] o deputado João Mendes moderou o ímpeto da véspera e ontem, pela manhã, começou a agir de modo menos subjetivo. Resolveu ouvir a média de opinião do bloco [direitista], isto é: decidiu verificar, até que ponto, para tal efeito, o bloco existiria e estaria com ele. Durante os últimos dois meses do governo Jânio Quadros, para lutar contra o projeto da Lei Antitruste, conseguiu ele reunir no papel 150 deputados de diferentes partidos. Em outras oportunidades semelhantes, para tratar de questões como a da reforma agrária por exemplo, um terço desse total foi reunido com facilidade. Para discutir a idéia da moção de censura, já não conseguiu o sr. João Mendes reunir vinte companheiros. Dos 18 ou 19 que atenderam à convocação, 7 ou 8 fizeram ponderações quanto à inconveniência de uma ação que se sabia previamente frustrada e cuja frustração não significaria uma derrota parlamentar como outra qualquer: teria o sentido de tornar mais forte a posição que se desejava demolir.[...]<sup>476</sup>

Ao que tudo indica, a oposição ao reatamento não conseguiu se transformar em oposição ao ministro San Tiago Dantas. Não houve convicção suficiente de que aprovariam a moção de censura ao ministro, o que ocasionou o temor de, em não obtendo êxito, fortalecer a Política Externa Independente. Um recuo de posição semelhante ao que vinha sendo tomado na divulgação das questões relacionadas ao reatamento pelo jornal gaúcho. Teria o *Correio do Povo* sido influenciado pelo *Jornal do Brasil*? Qual a razão de transcrever trechos de outro jornal do país, algo que até

<sup>474</sup> DILLENBURG, Sérgio. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997, p. 140.

<sup>475</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 7.

<sup>476</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 7. Interpolações nossas.

então não tinha acontecido na cobertura desse assunto? A questão é de difícil resolução. O que se pode observar é que o *Correio do Povo*, paulatinamente, vem alterando sua estratégia editorial acerca do episódio diplomático.

Ainda na linha manifesta nesta edição por Fay de Azevedo, de que o Brasil não deveria se afastar dos EUA e que deveria empenhar-se para participar do *arrojado programa da Aliança Para o Progresso* é que pode ser explicada a longa matéria inserida em duas páginas no *Correio do Povo* e assinada por Adail Moraes. Sob o título **Nascimento e Grandeza da Operação Pan-Americana – Da mensagem de Kubitschek a Eisenhower à Carta firmada em Punta Del Este**,<sup>477</sup> é traçado um vasto histórico que, depois de percorridas muitas linhas, chega ao momento em que o presidente brasileiro JK envia carta ao presidente estadunidense Eisenhower se solidarizando a este pelas agressões sofridas pelo vice-presidente Richard Nixon em Bogotá – poderia ter colocado Caracas também pois na mesma viagem houve agressões semelhantes na capital venezuelana<sup>478</sup> – e propondo a Operação Pan-Americana.

A reportagem apresenta a troca de correspondências entre o presidente brasileiro e o estadunidense. Em seguida, a partir do acordo firmado entres estes, a troca de correspondência entre o presidente JK e o presidente argentino Arturo Frondizi; tendo estes dois acertado-se também, apresenta a mesma coisa com o presidente JK e o Chefe de Estado do Paraguai, o ditador Stroessner – mas a esse não nomina. Ao que conclui Adail Moraes: “Não está aí, nessa troca de cartas presidenciais, o pensamento da Operação Pan-Americana, que haveria de se concretizar sob o nome de ALIANÇA PARA O PROGRESSO?”<sup>479</sup> Depois de longas linhas discorrendo sobre a importância da Operação Pan-Americana, enumerando algumas das mazelas de Porto Alegre, encerra o seu longo artigo desse modo: “Se o prefeito [Loureiro da Silva] trazer a contribuição da “Aliança”, terá ajudado o Brasil a confiar mais na oportunidade sem precedentes que está à espera da decisão e da capacidade dos brasileiros!”<sup>480</sup>

Parece o *Correio do Povo* estar seguindo à risca o conselho de Fay de Azevedo – ou seria este que estava seguindo orientação do *Correio do Povo*? Não há elementos

<sup>477</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 15.

<sup>478</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 293-294, p. 300.

<sup>479</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p.16.

<sup>480</sup> *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 16. Interpolações nossas.

para concluir - de procurar o *antídoto ao veneno bolchevista*, ao invés de procurar isolar-se do contato com a URSS como o remédio para se ver livre do comunismo.

### 3.7 – Deputados gaúchos

No Rio Grande do Sul, houve protestos por parte do deputado estadual do PRP, Afonso Anschau. Além de discursar no plenário da Assembléia Legislativa, o deputado também enviou um telegrama de protesto ao primeiro-ministro, Tancredo Neves.

#### **Relações do Brasil com a Rússia**

O orador logo lembrou os acontecimentos de 1948, “quando a honra do Brasil, ultrajada pelo Kremlin, forçou o rompimento das relações do Brasil com aquele país” [...]. “Nós sabemos que a opinião pública nacional se divide quanto ao acerto ou não dessa medida, existindo setores que se pronunciam a favor desse reatamento, sob a alegação de que o Brasil precisa incrementar o seu comércio, obtendo novas divisas para realizar o seu desenvolvimento. Mas em que pesem tais afirmativas, nós entendemos que uma política muito acertada do Brasil seria a de fomentar o seu desenvolvimento no campo de sua produção objetivando riquezas com as quais pudesse concorrer no mercado internacional. Nós temos para exportar tão somente o café e o cacau, além de outras pouquíssimas mercadorias. A história nos mostra e prova que a presença de agentes diplomáticos soviéticos nos mais variados países ocidentais tem servido para promover agitações, para servirem de centro de espionagem e para a distribuição farta de material subversivo em favor do comunismo internacional”[...].

O sr. Afonso Anschau, em nome do PRP, deixou consignado nos anais a cópia de um telegrama que foi enviado ao Ministro Tancredo Neves, nestes termos: “Na qualidade de líder da bancada do PRP junto à Assembléia Legislativa rio-grandense, face reatamento relações diplomáticas nosso país com União Soviética, transmito junto ao governo de V. Exa. o mais categórico protesto por tão desastrosa medida perpetrada precisamente numa época quando nossa pátria mais necessita de um clima de ordem e sossego. Os fatos históricos comprovam fatalmente que a embaixadas russas de todos os países constituem focos oficializados de agitação em favor do comunismo internacional. Sob o pretexto de vender mais sacas de café ao mundo socialista, o governo de V.Exa. acabará importando toneladas de propaganda comunista, pondo a segurança nacional em situação cada vez mais precária, precisamente na época quando outros países expulsam os agentes diplomáticos agitadores comunistas. – Saudações, deputado Afonso Anschau, líder da bancada do PRP”<sup>481</sup>.

Seus argumentos são os mesmo que empregados em outros momentos, por outras pessoas, no jornal *Correio do Povo*. Mas há um diferencial, até então não

<sup>481</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, p. 16.



aparecido, no seu raciocínio: a busca pelas raízes do rompimento. Embora tenha se enganado em relação ao ano – pois cita acontecimentos de 1947 como se tivessem ocorrido em 1948 – o deputado líder da bancada do PRP evoca a História para justificar sua contrariedade ao reatamento com a URSS. Além disso, coloca em evidência um fato que até então não tinha sido explorado: os produtos que o Brasil exportaria para a URSS.<sup>482</sup> Ao resumir as exportações brasileiras praticamente a dois produtos primários, a percepção dos leitores pode ser influenciada de maneira negativa ao reatamento, já que a principal vantagem propagada pelos setores governamentais, bem como outros apoiadores da medida, para justificar o reatamento seja a ampliação dos mercados. Assim, o deputado Afonso Anschau tem nas suas palavras mais uma possibilidade de reforço a determinada postura que vem sendo privilegiada pelo *Correio do Povo* a respeito dos acontecimentos de 23 de novembro.

Nas páginas do *Correio do Povo* aparecem, também, as opiniões de dois destacados políticos do Estado: os deputados federais Raul Pilla, do Partido Libertador (PL) e um entusiasta do sistema parlamentarista universal e Fernando Ferrari, o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, com 147.966 votos na eleição de 1958.<sup>483</sup> Assim noticia o *Correio do Povo*:

[...] O presidente nacional do Partido Libertador afirmou: – “Não acho em si mesmo condenável o reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a Rússia. Se esta pertence a ONU, quer dizer, é membro da mesma sociedade das nações, e se outros membros de igual ou superior responsabilidade internacional mantêm relações diplomáticas com o império comunista, verdadeiramente não vejo porque o Brasil seja uma exceção decorridos já tantos anos do rompimento. A questão é outra a meu ver. É a da resistência interna, que, com relações diplomáticas ou sem elas possamos oferecer à infiltração comunista.

A esse respeito é que há sobejos motivos de inquietação. Demagogia e comunistas dão-se os braços neste país. E não só nas esferas inferiores.”<sup>484</sup>

<sup>482</sup> Pedro Malan coloca que 52% das exportações brasileiras no período de 1961-1963 correspondia à venda de café. MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. T. III,v.4: O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964), 4º volume ECONOMIA E CULTURA (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 100.

<sup>483</sup> CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005, p. 317-318. Fernando Ferrari, embora eleito pelo PTB, nas eleições de 1960 rompe com o partido para a concorrer a vice-presidente pelo PDC. Posteriormente, funda o MTR.

<sup>484</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

Raul Pilla faz uma ampla avaliação do assunto.<sup>485</sup> Incursiona pela política mundial, passando pelo anticomunismo, até chegar a crítica à política nacional. Não condena o reatamento, pois argumenta que já convive o Brasil com a URSS na ONU. Além disso, não vê razões para o Brasil se furtar do relacionamento, enquanto outros países ocidentais – e a alusão é clara, está se referindo aos Estados Unidos – mantêm relações com o *império comunista*.

Contudo, Pilla endossa, de certa maneira, a justificativa principal dos que se opõem ao reatamento: a necessidade de não permitir a infiltração comunista no Brasil. Porém, analisa o deputado libertador, que o cerne da questão não é o reatamento, mas uma postura, ao que tudo indica, que deva ser tomada pelo governo Goulart. Algo que ele não aparenta acreditar, haja vista que encerra, justamente, criticando ao governo, pois *demagogia e comunistas dão-se os braços neste país, e não só nas esferas inferiores*. Desvia-se da crítica direta à política exterior do país, para, habilmente, direcioná-la ao conjunto das forças políticas que estão no poder nacional.

Já o deputado do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) elabora a seguinte argumentação:

[...] “– O maior problema dos povos é a paz. Não haverá, entretanto, paz enquanto houver nações que vivam do trabalho das outras. Quando visitei a Polônia, ali bebi café brasileiro caríssimo exportado pela Grã-Bretanha e pela Holanda. Perguntei-me – Por que o produtor brasileiro não pode vender diretamente os seus bens a todos os consumidores do mundo? Não creio que a ideologia se transmita através da exportação de grãos ou de bens econômicos. O trabalho renovador, que se constitui numa grande vanguarda de fundo cristão e reformista, é favorável as relações sem medo, com todos os povos”.<sup>486</sup>

Mesmo sendo membro da oposição ao governo Goulart, o deputado Fernando Ferrari defende o reatamento com a URSS.<sup>487</sup> Em uma linha discursiva muito próxima a do ministro San Tiago Dantas, o deputado gaúcho afirma que o problema central é o da

<sup>485</sup> De acordo com Walter Galvani, Raul Pilla já era colaborador do *Correio do Povo* desde 1933. GALVANI, op.cit., p. 304. A relação era tão próxima que “Breno [Caldas], politicamente, vibrou quando pôde noticiar ‘a reintegração do prof. Raul Pilla’ – que voltara do exílio e à sua cátedra de Fisiologia na Faculdade de Medicina”. Idem, *Ibidem*, p. 317.

<sup>486</sup> *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

<sup>487</sup> Fernando Ferrari foi candidato a vice-presidente nas eleições de 1960. Sua influência política era significativa no Rio Grande do Sul. Nessa eleição, ficou em primeiro lugar no Estado, à frente de João Goulart: Ferrari alcançou 557 mil votos, ao passo que Goulart somou 472 mil votos. VILLA, op.cit., p. 36.

paz. E que para se obter a paz é necessário acabar com a exploração do trabalho realizada por algumas nações em detrimento de outras.

Assim, Fernando Ferrari coloca a questão do reatamento em novos termos: não apenas da expansão das exportações brasileiras, como da libertação do país do jugo da exploração, que ocorre em decorrência da não-possibilidade de comércio direto entre os povos. Em um período histórico no qual as “revoluções de libertação nacional” estão acontecendo, seu argumento toma impulso, haja visto que a sociedade brasileira clama por reformas. Por fim, invalida o argumento central dos opositores ao reatamento, e, ainda em consonância com os preceitos da PEI, afirma ser seu partido cristão e reformista, e portanto, favorável a relação com todos os povos.

A publicação destas opiniões pelo jornal atendem aos interesses dos leitores. Os três deputados têm relativa influência sobre a sociedade gaúcha – especialmente Pilla pela sua tradição na política gaúcha e Ferrari por seu discurso progressista. Mas a questão que fica é se essa publicação atende aos preceitos de independência propagados pelo *Correio do Povo*?

A resposta poderia ser afirmativa, se houvesse apenas duas declarações, uma favorável e outra contrária ao reatamento. É o que, em uma leitura superficial, poderia ser apontado, em razão de na mesma página, a contracapa, estarem veiculadas as posições de Pilla e Ferrari, que a despeito de terem caráter contraditório, têm uma semelhança bastante acentuada: a moderação no posicionamento. O fato de estarem numa página de destaque do jornal, nessas condições, parece se ajustar perfeitamente aos cânones do *Correio do Povo*.

Porém, a declaração de Afonso Anschau, que se opõem ao ato diplomático de forma mais contundente, não é contrastada com nenhuma declaração de defesa do reatamento. Mesmo que houvesse dificuldades para algum apoiador da medida se pronunciar de maneira contundente, tal qual Anschau, ao menos um apoio moderado poderia ter sido divulgado. Impossível que não houvesse nenhum político gaúcho, deputado estadual como Anschau, que fosse favorável ao restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. Como visto anteriormente, o *Correio do Povo* não deu “voz” a nenhum deputado do partido do presidente, o PTB, novamente em se tratando dessa questão.

Assim, a suposta neutralidade do *Correio do Povo*, não correspondia na prática. Havia, na edição do dia 25 de novembro de 1961, um sábado, três declarações de deputados gaúchos, mas apenas em uma delas (Ferrari) estava expresso o apoio à

medida, representando dessa forma um terço das opiniões. Os outros dois terços (Pilla e Anschau) se colocavam contrariamente. Em termos quantitativos, portanto, o *Correio do Povo* estava privilegiando uma postura crítica quanto ao reatamento, de forma irrefutável. Talvez não tão irrefutável, mas também verificável, é a postura idêntica em se tratando de uma análise qualitativa, visto que o depoimento de Anschau tem mais vigor, mais contundência, e ainda é acompanhado de referências tomadas pelo deputado do PRP no sentido de manifestar sua oposição ao presidente da República.

### 3.7.1 – O governador do Estado

Em se tratando do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, o *Correio do Povo* praticamente ignorava as opiniões dos membros do PTB. Não há quase nenhuma posição posta em evidência de algum parlamentar do PTB, o que é intrigante, dado o partido ter as maiores bancadas tanto na Assembléia Legislativa quanto na Câmara dos Deputados – além de ser o partido do governador do Estado e do presidente da República.<sup>488</sup>

Porém, o mesmo tipo de conduta ficava mais difícil de ocorrer em relação ao governador do Estado. Em se tratando da tradição de bipolaridade gaúcha,<sup>489</sup> as posições tomadas pelo governador Leonel Brizola carregavam o germe da discórdia, de forma quase cotidiana: as polêmicas eram inevitáveis, naquele ambiente político. Trazer à tona a posição do governador Brizola poderia tanto fortalecer os argumentos de seus apoiadores, quanto de seus adversários. Era sempre um risco, para ambos os lados. O que, dessa maneira, parecia se ajustar as premissas básicas do *Correio do Povo*, calcadas na auto-promoção de sua “independência”.

Leonel Brizola defendia o reatamento, por considerar uma medida *acertada e oportuna* do governo federal. Tomava uma posição de apoio, portanto, a um governo

---

<sup>488</sup> No pleito de 1958 foram eleitos para a Assembléia Legislativa 24 deputados do PTB, 13 do PSD, 7 do PL, 3 do PRP, 3 da UDN, 2 do PSP, 2 do PDC e um do PR (que era a legenda utilizada pelo Partido Comunista nesta eleição). Para a Câmara dos Deputados foram eleitos 14 deputados do PTB, 7 do PSD, 2 do PL e um do PRP. CÂNEPA, op.cit., p. 255.

<sup>489</sup> Conforme Trindade e Noll, o Estado do Rio Grande do Sul, desde a Guerra Farroupilha (1835-1845) tem uma conformação política assentada em um sistema multipartidário de polarização. No pós-1945, essa confrontação se dará entre o PTB e o anti-PTB. TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1991, p. 68-81.

que, em tese, lhe devia obrigações em razão de seu papel na defesa da Legalidade. Por isso, não se sentiria compungido a apoiar o reatamento, se não fosse de sua vontade. Brizola foi, inclusive, além do previsto: na defesa do restabelecimento das relações diplomáticas, o governador aproveitou para fazer um acerto de contas, tanto com o PRP quanto com o *Correio do Povo*.

Tendo sido vitorioso nas eleições de 1958 para o governo do Estado em uma aliança com o PRP,<sup>490</sup> o PTB teve de dar muitas explicações ao longo de seu governo, seja pela falta de sintonia programática dos dois partidos, seja por atos concretos que dificultavam-lhes a convivência política.<sup>491</sup> Com a saída do PRP do governo, em outubro de 1961 – tendo como epicentro da crise o papel desempenhado por Brizola no episódio da Legalidade, considerado demasiadamente radical pelo PRP – as relações se deterioraram ainda mais.<sup>492</sup> Nesse contexto, o destaque dado pelo *Correio do Povo* ao deputado Afonso Anschau – que era o líder do PRP na Assembléia Legislativa – possivelmente tenha importunado ainda mais o governador Leonel Brizola. Dessa maneira, Brizola utiliza-se, deliberadamente, das páginas do *Correio do Povo* para atacar o PRP na figura – ainda que não tenha nominado – de Afonso Anschau. Ao

---

<sup>490</sup> Mercedes Cánepa assevera que as negociações entre os dois partidos foram relativamente rápidas, tendo sido aprovada a coligação já em 11 de janeiro de 1958. CÁNEPA, op.cit., p. 225.

<sup>491</sup> Um dos principais temas da campanha de Brizola para o governo do Estado em 1958 versava sobre a legitimidade da aliança entre PTB e PRP, como apontado por Mercedes Cánepa. De acordo com esta autora, “em relação à legitimidade da aliança PTB-PRP, já em janeiro de 1958, em carta encaminhada à convenção do PRP pela Executiva Regional do PTB, ao lado da referência aos pontos comuns para um programa de governo, entre os quais se destacam a assistência ao pequeno produtor e a defesa dos princípios municipalistas, importantes no programa do PRP, a mensagem deixa claro que, em todas as oportunidades de conversações entre os dois partidos, o PTB deu demonstração de que está empenhado, ‘através de transigências e concessões que não importam em quebra de linhas ideológicas que nos deva orientar – como duas ponderáveis expressões que somos, da opinião pública rio-grandense – na consolidação de um forte bloco político que possibilite ao Rio Grande do Sul o encontro dos rumos que é mister para o seu desenvolvimento e bem estar’. Também deixa claro o propósito de que ‘nenhuma subordinação deve ocorrer entre os seus componentes’ e que, caso a candidatura trabalhista venha a ser eleita, ‘consideramos como decorrência a participação dessa agremiação (o PRP) nas responsabilidades do governo’.” A aliança entre os dois partidos era também bastante explorada pela Frente Democrática, do candidato Perachi Barcellos e composta pelo PSD, PL e UDN – além de contar com o apoio do PSB que concorreu sob a legenda do PL e elegendo Candido Norberto, que se concentrava em dois aspectos: “alguns apontam a incongruência e o oportunismo da mesma e outros, como é o caso do Partido Libertador, se concentram no caráter totalitários e, portanto, antidemocrático do integralismo”. CÁNEPA, op.cit., p. 226-227; 245.

<sup>492</sup> Sou muito grato ao meu colega de mestrado Gustavo Coelho pela informação. Gustavo é pesquisador do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP. Há registro do rompimento do PRP com o governo Brizola também no trabalho de Mercedes Cánepa: “A ruptura da aliança PTB-PRP inicia-se pouco depois do movimento da Legalidade e tem seu ponto crucial em outubro de 1961 [um mês antes, portanto, do reatamento das relações do Brasil com a URSS] com a renúncia de Alberto Hoffmann (PRP) da Secretaria da Agricultura, em caráter irrevogável. Pelo acordo entre os dois partidos, cabia ao PRP a indicação do titular da Secretaria da Agricultura no Governo do Estado. As negociações entre os dois partidos estendem-se por certo tempo, até que o PRP decide-se por não indicar substituto para Alberto Hoffmann, liberando o PTB do compromisso assumido.” CÁNEPA, op.cit., p. 280 nota 35. Interpolações nossas.

mesmo tempo, critica o *Correio do Povo*, dentre outros, por colocar o reatamento em uma condição de *excepcionalidade* desnecessária, segundo sua perspectiva.<sup>493</sup>

Ataca diretamente Anschau, bem como aos outros que se valem do mesmo argumento – quando estes relacionam o restabelecimento das relações diplomáticas com a *intentona comunista*. Para o governador do Rio Grande do Sul, *um fato nada tem a ver com o outro*. Não passando, portanto, de *ilações* tomadas por setores que, além de não conhecerem os detalhes das insurreições de 1935, ainda utilizam-se dela como elemento de desestabilização política calcada no anticomunismo.<sup>494</sup>

**Declara o Governador: Governo Federal agiu de forma muito acertada e oportuna ao reatar nossas relações com a Rússia**

Dizendo que já externara a sua opinião, favorável, ao reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética e classificando a atitude do governo federal como “acertada e oportuna”, o governador Leonel Brizola avistou-se com os jornalistas, na manhã de ontem. S. Excia. retornou a Porto Alegre domingo último, após breve viagem a Brasília, Rio de Janeiro e Presidente Prudente.

Depois, afirmou o governador gaúcho: “Adotada a tese que sempre me pareceu imperativa por uma questão de independência para o nosso País – de que devemos manter relações com todos os povos – o reatamento de nossas relações com a Rússia deve ser recebido como um ato de simples execução de tal política, destituindo, portanto, da excepcionalidade que muitos procuram atribuir ao fato. Considero que não há nem pode haver lugar para as ilações que alguns procuram tirar do fato, vendo nele uma contradição entre as homenagens à memória dos nossos irmãos que tomaram em 1935, na intentona comunista, e o recente ato de reatamento de relações com a Rússia. Um fato nada tem a ver com o outro. Tanto isto é verdade que, a prevalecer essa tese, não poderíamos até hoje ter relações com a Alemanha. Os criminosos nazistas brasileiros e estrangeiros infiltrados entre nós foram os responsáveis pelo sacrifício de muitas vidas, também vítimas inocentes da sanha sanguinária que atingiu à nossa pátria e ao mundo. Quando reverenciamos a memória dos que tomaram em 1935 e das vítimas do nazi-fascismo, dos nossos pracinhas e dos inocentes que tiveram como túmulo o fundo dos mares, manifestamos o nosso repúdio a todo tipo de extremismo. Acima de tudo, porém, guardamos bem alto o nosso sentimento de independência. E a política externa que o Brasil vem seguindo está intimamente ligada à nossa autodeterminação. Devemos e precisamos é

<sup>493</sup> Conforme visto no segundo capítulo deste trabalho, as relações entre o governador Brizola e o *Correio do Povo* ficaram comprometidas a partir da Campanha da Legalidade.

<sup>494</sup> Abaixo, na contracapa, há uma foto de uma missa pela intentona comunista, na qual Brizola está na fila da frente na catedral de Porto Alegre. A legenda diz “Aspecto colhido durante a concorrida missa realizada na Catedral Metropolitana, pelas vítimas da intentona comunista de 1935, vendo-se à frente o governador do Estado.” Percebe-se, dessa maneira, a capacidade de Leonel Brizola de desvincular-se de qualquer possível desconfiança que o associasse com o comunismo – em relação àqueles que acreditavam ter sido as insurreições de 1935 comunistas. Ainda nas eleições de 1958, Brizola repelia publicamente o apoio do Partido Comunista: “O Partido Comunista (PCB) resolve apoiar publicamente Brizola, tendo o candidato rechaçado, também publicamente, tal apoio por considerá-lo incoerente. A polêmica é levada à imprensa, com a Frente Democrática ‘explorando’ o fato de Brizola ser apoiado pelos comunistas e Brizola e Plínio Salgado acusando os comunistas de fazerem o jogo dos adversários”. CÂNEPA, op.cit., p. 224.

cuidar dos nossos próprios interesses e não andar fazendo o jogo dos interesses de potências estrangeiras, seja ela a Rússia, sejam os Estados Unidos, seja quem for. O **(continua na 20ª página)**

**(Continuação da última página)** legítimo sentimento de pátria de um brasileiro consciente não pode estar condicionado aos interesses doutros povos. Por exemplo: aqui mesmo, em nosso Estado, existem alguns que, há vinte anos atrás, no auge do nazismo, à boca-cheia condenavam o imperialismo norte-americano, a ação dos grupos econômicos, dos trustes e monopólios exploradores do povo brasileiro. Hoje, compreendemos que eram contra o imperialismo americano, não para defender os interesses nacionais, mas para fazer coro à política oficial alemã da época, que era radicalmente contra a Inglaterra e os Estados Unidos. Hoje, acobertam o imperialismo americano, na época atual muito mais cruel do que antes, pelas boas relações existentes em nossos dias entre aquelas grandes potências. O povo brasileiro, porém, está sabendo distinguir aquelas que representam autenticidade e os nossos verdadeiros sentimentos de patriotismo [...]<sup>495</sup>

Leonel Brizola reveste seu pronunciamento ao *Correio do Povo* do nacionalismo que propagava. Um nacionalismo marcadamente antiimperialista e pregador da autodeterminação para todos os povos – assim, de acordo com a PEI, pois o Brasil deveria cuidar de seus próprios interesses *e não andar fazendo o jogo dos interesses de potências estrangeiras, seja ela a Rússia, sejam os Estados Unidos, seja quem for.*<sup>496</sup>

E vai mais além: procura atacar a base de sustentação do PRP.<sup>497</sup> O governador Leonel Brizola faz referências muito fortes ao passado da Alemanha, acentuando os anos do nazismo, e com isso tocando nas origens do PRP: o integralismo. Utilizando-se, genericamente, o pronome relativo *alguns*, Brizola ataca o PRP de forma geral, e Afonso Anschau de forma específica, pois *há vinte anos atrás, no auge do nazismo, à boca-cheia condenavam o imperialismo norte-americano*<sup>498</sup> e que hoje, por novas conjunções da História Mundial, os apóiam – em uma referência explícita a relação da Alemanha Ocidental com os Estados Unidos.

Utilizando, assim, as páginas do jornal *Correio do Povo* o governador Leonel Brizola, do PTB, marca sua posição em relação ao reatamento, mas também aproveita-se para fazer a crítica aos que se opõem ao seu governo. Uma crítica que,

<sup>495</sup> *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1961, contracapa; p. 20.

<sup>496</sup> Apenas em abril de 1961, o governador Leonel Brizola – já no início de seu terceiro ano de mandato – envia a sua Primeira Mensagem à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Coincidindo no tempo com as primeiras medidas do governo Jânio Quadros, é importante destacar que Brizola, através de seu nacionalismo, já nesse momento apoiava a Política Externa Independente do governo Quadros. CÂNEPA, op.cit., p. 271, nota 31.

<sup>497</sup> É importante registrar que, quando da campanha para o governo do Estado, Leonel Brizola defendia o PRP, ao ponto de negar sua vinculação com a direita: “Não considero o PRP um partido de direita. Prefiro fixar-me em seu programa e na sua ação política, que aí está para análise e exame de todos. Considero da direita outras forças da política nacional, as mais reacionárias, como o Partido Libertador e o chamado lacerdismo da UDN.” CÂNEPA, op.cit., p. 227.

<sup>498</sup> O integralismo tinha no antiimperialismo uma das suas bases e sustentação ideológica – para os integralistas, tanto os EUA como a URSS tinham políticas imperialistas na década de 1930.

possivelmente, não teria espaços destacados no *Correio do Povo* não fosse o senso de oportunidade do governador gaúcho para extrair de um outro assunto meios que o levassem a divulgar propósitos alheios aos interesses do periódico em questão.

### 3.8 – O *Correio do Povo* contra-ataca

Na edição de 28 de novembro de 1961, o *Correio do Povo* traz em sua contracapa um pronunciamento do ministro San Tiago Dantas à imprensa. O assunto, como não poderia deixar de ser, era o reatamento com a URSS. Mais precisamente, o ministro Dantas procurava rebater as críticas que vinha sofrendo pelos que se opunham à medida diplomática.

Diferentemente de momentos anteriores, agora o ministro San Tiago Dantas enfatizava exclusivamente o teor econômico do reatamento. Os elementos políticos da medida ficaram deliberadamente excluídos do discurso oficial do Chanceler brasileiro. Questões que vinham sempre acompanhando suas explicações, como a defesa da paz e a autodeterminação dos povos, foram relegadas. Assim, o ministro colocava-se em uma postura defensiva, reduzindo os limites para os ataques dos adversários ao ato diplomático: continuassem a atacar o reatamento, a partir dessa nova colocação das necessidades brasileiras, seria o mesmo que atacar uma tentativa de desenvolvimento econômico para o Brasil. O ministro recuava na sua posição, mas colocava a oposição em uma situação difícil.

Além disso, voltava a acentuar o caráter de associação do Brasil aos princípios democráticos que o Ocidente tanto propagava na época da Guerra Fria. E partia para o ataque a uma *minoría nacional* que não se preocuparia com o desenvolvimento do Brasil, enquadrando os opositores como servis à causa comunista: pois, de acordo com a ótica trabalhista do ministro, seria a partir das reformas e do desenvolvimento econômico que o capitalismo ficaria imune ao comunismo.

**Afirma San Tiago Dantas: MAIORIA É CONTRÁRIA AO COMUNISMO MAS SÓ ALGUNS SÃO CONTRA O REATAMENTO**  
RIO, 27 (CP) – “O governo brasileiro não reatou relações com a Rússia pelo simples prazer de reatar, e sim visando à nossa expansão comercial através de uma maior exportação de nossos produtos, a qual nos permite adquirir maior



quantidade de bens de capital e produção [máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, etc] imprescindíveis ao processo inadiável de nosso desenvolvimento econômico” – afirmou categoricamente o chanceler San Thiago Dantas, ministro das Relações Exteriores ao comparecer a um programa de televisão.

“Essa atitude – acentuou – não representa aproximação de qualquer espécie com o comunismo. A política exterior brasileira permanece fiel à democracia representativa e aos ideais de liberdade de nosso povo”. Disse que, no entanto, existe uma reduzida minoria nacional “mais preocupada com a expansão do comunismo (que perde terreno no mundo), do que com a própria expansão do Brasil, justamente o essencial fato impeditivo de qualquer atuação do comunismo em nosso território.

#### **TERMOS**

O chanceler San Thiago Dantas desaprovou a atitude de uma minoria inexpressiva de certos deputados contra o reatamento, pois “colocou a questão em termos ideológicos, enquanto o governo brasileiro a alicerçou em termos práticos e politicamente neutros”, Acrescentou: “Estou convicto, bem como o povo brasileiro, de que a maioria esmagadora do Congresso é contrária ao comunismo. Contrários ao reatamento, porém, são apenas alguns poucos”.

#### **CONDIÇÕES**

Respondendo a uma pergunta sibilina, disse o chanceler: “As **(continua na 22ª página)**

#### **(continuação)**

condições existentes quando do rompimento de relações (1947) mostraram que as bases para a existência de relações não estavam suficientemente sólidas. O clima, agora, é completamente diverso ao daquela época, e neste reatamento tomamos todas as precauções, a reciprocidade numérica e o raio de ação das embaixadas no Brasil e em Moscou”.

#### **HISTERIA**

Disse que, na fase atual do mundo, o comunismo não é apenas problema de infiltração e projeção de doutrina ideológica e sim basicamente econômico. “Em termos de histeria e antipropaganda – salientou – o combate ao comunismo fracassa de modo espetacular, tendo o mundo dado exemplos disso. O comunismo vem sofrendo sucessivas derrotas em vários países, mesmo naqueles onde tinha sua vitória praticamente assegurada. No entanto – prosseguiu – se nós brasileiros não conseguirmos vencer os obstáculos de nosso desenvolvimento e realizarmos mudanças de estrutura social que diminua as distâncias entre as classes sociais, o comunismo será perigo de primeira linha”. Ressaltou: “Para impedir o avanço do comunismo é que temos a necessidade de enfrentar, com coragem, a luta pelo nosso desenvolvimento, de modo a mudar nossa estrutura social”. [...] <sup>499</sup>

Ao dar espaço na contracapa da edição – complementada pela página 22 – o *Correio do Povo* procurava sustentar a sua propaganda imparcialidade. Permitia que o próprio ministro das Relações Exteriores apresentasse a sua versão dos acontecimentos, estabelecendo uma espécie de “direito de resposta”, no qual San Tiago Dantas refutasse de várias maneiras a associação com o comunismo.

Porém, à página 4 do jornal, na mesma edição, ao lado do editorial, havia uma coluna intitulada **O reatamento** no local que o periódico reservava para o intelectual

<sup>499</sup> *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1961, contracapa; p.22. Interpolações nossas.

Manoelito d' Ornelas, sempre nas terças-feiras. Sem nenhuma justificativa pela ausência da habitual coluna de terça-feira, o *Correio do Povo* trazia um artigo assinado por Dámaso Rocha, no qual fazia veemente oposição ao ato diplomático desencadeado pelo Brasil.<sup>500</sup>

Em extenso artigo, ocupando aproximadamente um terço da página do jornal, o colunista parte do editorial do *Jornal do Brasil*, periódico carioca que se posiciona frente ao reatamento diplomático com a União Soviética – postura diferente da tomada pelo *Correio do Povo*. De acordo com o editorial do jornal do centro do país, a União Soviética deveria ser excluída do concerto das nações do mundo, através de *um cordão sanitário*, o que seria o desejo de muitos dos países ocidentais. Porém, uma medida dessa alçada se configuraria como *impossível*.

Dentro da impossibilidade de ignorar o peso que a URSS detinha no mundo do pós-guerra, e que em muito se acentuou ao longo da década de 1950, o colunista Dámaso Rocha reclamava a necessidade de *extrema cautela* por parte do Brasil nessa situação. Principalmente, pela situação interna na qual o país vivia, precisada pelo colunista como sendo *pré-revolucionária*. Dessa forma, o autor já assume sua postura essencialmente conservadora, não apoiando nenhum tipo de mudança social que parecia estar se desenvolvendo no país naquele momento.

Novamente se valendo de informações de outros órgãos da imprensa – dessa vez o *Diário de Notícias*, em sua versão carioca e não gaúcha – Rocha destaca algumas posições do boletim francês *Les Informations Politiques et Sociales*, no qual aponta uma série de estratégias dos partidos comunistas para a tomada do poder. Todas elas, com congêneres nacionais, como as Ligas Camponesas, a Associação dos Agricultores sem Terra, ou a Frente de Libertação Nacional, influenciada pelos partidos comunistas. E vai mais além: critica diretamente o presidente João Goulart e o governador Leonel Brizola por seus discursos de mudança social.

Ao questionar os motivos que levariam João Goulart ao *apressado reatamento* com a União Soviética – para os setores conservadores, é muito usual considerarem algo a que se opõem como apressado, para não precisar declarar suntuosamente sua posição – , Dámaso Rocha tem uma argumentação original: para o articulista, seria uma forma de Goulart manter-se “*amigo das esquerdas*” pois teria que realizar dois atos que

---

<sup>500</sup> Dámaso Rocha era contumaz colaborador do *Correio do Povo* – assim como Manoelito d' Ornelas. “Na edição do dia 20 de março [de 1931], por exemplo, lá estavam nomes como Telmo Vergara, Dámaso Rocha, Manoelito d'Ornelas, Sérgio de Gouvêa e João Grave”. GALVANI, op.cit., p. 290. Interpolações nossas.

poderiam indispor-lo com sua base de sustentação social, a saber, sua visita aos Estados Unidos programada para janeiro de 1962 e o pronunciamento que tradicionalmente o presidente da República fazia quando do aniversário da “Intentona Comunista”. Rocha tem nessa posição a originalidade como principal argumento. Infelizmente, para ele, não podia prever os desdobramentos futuros: João Goulart não foi aos Estados Unidos em janeiro – só o foi em abril de 1962 e com o histórico dos acontecimentos de janeiro de 1962 nos quais enfrentou os EUA na questão cubana na VIII Conferência da OEA – nem tampouco realizou o discurso nas cerimônias relacionadas ao aniversário da Intentona Comunista, tendo sido representado justamente pelo ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas.<sup>501</sup> Embora seja uma coluna extensa, optamos por trazê-la na íntegra dada a riqueza de dados e argumentações que ela traz:

#### O REATAMENTO

##### (Especial para o “Correio do Povo”)

DÁMASO ROCHA

Assim começa o editorial do Jornal do Brasil: “A um bom cristão, a um bom ocidental, a um bom brasileiro, a qualquer pessoa consciente de nossas tradições e escala de valores culturais e históricos, o ideal seria estabelecer um cordão sanitário em torno da União Soviética, o ideal seria manter a União Soviética fora da comunidade internacional. Estamos certos de que todo verdadeiro inglês, francês, italiano, sueco, todo verdadeiro norte-americano, mais os cidadãos da maioria das Nações da ONU, maioria que nem de longe concorda com a filosofia de Estado e de indivíduo que rege a URSS, estamos certos de que todos esses, e mais, gostariam de ‘poder não ter’ relações diplomáticas ou de qualquer tipo com a União Soviética e com seus satélites. Acontece que isso é impossível a qualquer nação que seja, realmente, um ser internacional”.

O raciocínio está perfeito. Ninguém deseja o isolacionismo para o Brasil. Que ele participe, com independência e não como caudatário, da comunhão internacional é uma aspiração que todos agasalhamos. Mas precisamente pelas reservas apontadas, e que são – como acentua o editorial – de geral aversão à ideologia comunista, é que devíamos usar de extrema cautela ao dar um passo de tamanha relevância, cujas implicações ninguém ignora. E essa cautela tanto mais se fazia necessária quanto é certo que atravessa o País uma inquieta fase de agitação social. Podíamos precisar melhor, dizendo que lavra em todo nosso território um surto pré-revolucionário, onde despontam movimentos com as típicas denominações de “ligas” e “frentes populares”, da conhecida arregimentação vermelha.

Bem sabemos o que elas significam. Pedro Dantas, do Diário de Notícias do Rio, deu a conhecer, em sua apreciada coluna, alguns tópicos do boletim de “Les Informations Politiques et Sociales” de Paris, que são de bastante atualidade para nós:

“O que (os partidos comunistas) não podem obter pelos sufrágios e uma luta aberta, tentam logrã-lo mediante a tática da unidade de ação, criando Frentes Populares e estabelecendo uma rede de organizações satélites, livres na

<sup>501</sup> Conforme visto anteriormente, na edição do mesmo dia do *Diário de Notícias*.

aparência, mas, na realidade, ferreamente dirigida pelos membros do Partido”.

“A América Latina acha-se coberta por uma rede dessa organizações satélites, que vão do Movimento pela Paz à União de Mulheres Democratas, passando pela Federação da Juventude Democrática e a União Internacional de Estudantes, assim como tantas outras, dirigidas pelo aparelho comunista internacional”.

Quando vemos em intensa atividade a Frente de Libertação Nacional, as Ligas Camponesas e a Associação dos Agricultores sem Terra, prestigiadas pelo Governo, num País onde, dos seus oito milhões de quilômetros quadrados de superfície, mais de três milhões são de terras devolutas do Estado; quando o presidente da República diz, em seus freqüentes discursos, que “devemos tirar dos mais ricos para que os pobres sejam miseráveis”, sem contudo nada fazer para dar-lhes uma vida mais condigna; quando o governador do Estado repete constantemente pelo rádio que é um homem realizado, e que, por isso, resolveu investir contra “os padrões da política tradicional brasileira”, descambando para uma luta, onde se declara “agente acalador de uma nova ordem política e social”, em companhia de conhecidos agitadores que lhe dão destino certo às palavras; quando o sr. Francisco Julião, criador as Ligas, na Faculdade de Filosofia do Rio, anuncia para breve um congresso de operários, camponeses e estudantes, em Goiás, que será encerrado com uma marcha sobre Brasília, no melhor estilo das esquerdas extremadas; quando vemos tudo isso, é que sentimos a perigosa inoportunidade do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Não foi por outro motivo que a deliberação final vinha aguardando melhores dias. O mal que nos poderá causar a Embaixada russa, com os seus hábeis profissionais em agitação social, num campo tão propício, todo podemos prever sem muita fantasia. Não podia haver, por isso, hora menos adequada que este desditoso momento que nos aflige. E foi este preciso instante que o sr. Goulart escolheu para ostentar a sua imprudência. E o fez à surdina, sem que ninguém de nada suspeitasse.

O impacto foi grande e a surpresa foi geral. O próprio ministro da Guerra, a quem está confiada a segurança nacional, veio a saber do fato quando o mesmo já estava consumado. E soube-o através de um jornalista que o fora entrevistar. Tudo se passou entre o presidente e o chanceler.

Mas aqui, em meio a surpresa de todos, cabe uma pergunta dos que não estão muito afeitos a essas ocorrências. O que teria levado o sr. Goulart a tal açodamento, sem mesmo lhe ocorrer que a data escolhida coincidia com o “Dia de Ação de Graças”, ferindo, com isso, a tradição cristã do nosso povo? A explicação é quase evidente, e não necessitamos muito indagar para encontrá-la à tona dos acontecimentos. O presidente da República assumira, a contra-gosto, dois compromissos que, ao serem cumpridos, desagradariam aos comunistas: a) a sua presença nos atos consagratórios dos chamados “heróis da intentona comunista de 1935”; b) sua próxima visita aos Estados Unidos, em janeiro de 1962.

Na perturbação que o assaltou, supôs que agiria com habilidade se desse, de público, aos comunistas uma prova insuspeita de continuar sendo o “amigo das esquerdas”. Depois disso, poderia cumprir seus compromissos em paz com a sua inconsciente versatilidade. Combinou então com o chanceler o reatamento, que deveria ser ultimado antes de sua forçada presença nas comemorações militares, ostensivamente anticomunistas, que se repetem, com uma afirmação de fé democrática, todos os anos, no dia 27 de novembro. Este o verdadeiro, o autêntico motivo do apressado reatamento que a todos surpreendeu. Manobra, supostamente astuta, de quem está certo de ter vencido um difícil obstáculo em sua vacilante atividade de falso populista.

Ao ser conhecido o fato, foi logo procurado por um jornalista que desejava colher as suas impressões. Informou o representante da imprensa que o sr. Goulart sorriu e disse que falaria depois. Sim, sorriu. Sorriu com aquele sorriso muito conhecido de uma especialidade médica, que dá ao paciente, de

olhar inexpressivo, um ar tranqüilo de inefável felicidade. Isso explica tudo...<sup>502</sup>

Como visto, Dámaso Rocha não nutria nenhuma simpatia pelo governo João Goulart. Para o colunista, Goulart não passava de um *falso populista*, o que enseja mais uma vez uma reflexão sobre o termo, como foi realizada no primeiro capítulo desta dissertação. Dámaso Rocha encerra a coluna fazendo uma comparação entre João Goulart e um médico que, frente a morte eminente de seu paciente dá um sorriso: nesse caso, o sorriso de Goulart seria frente a morte do sistema social brasileiro, lamentado por Rocha.

Nessa conjuntura explicitada pelo articulista, ele se coloca contrário a existência de uma Embaixada Soviética no Brasil. Justifica sua posição em razão do papel que os hábeis profissionais em agitação social soviéticos exercerão no país. Critica mais uma vez o presidente Goulart, por ter este encaminhando o reatamento *à surdina, sem que ninguém de nada suspeitasse*. Dessa forma, o articulista esquece-se da existência de toda uma gama de contatos que já vinham sendo sucedidos desde o governo JK, ainda em um viés essencialmente econômico, quanto nos primeiros contatos realizados por Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco com os soviéticos. Imputa ao presidente João Goulart toda a “culpa” pelo reatamento, associando o reatamento como indutor/acelerado do comunismo no Brasil. Dentro dessa perspectiva de “surpresa” quanto ao reatamento, Dámaso Rocha ilustra o fato com o desconhecimento do ministro da Guerra frente ao assunto, e coloca a carga toda exclusivamente sobre o presidente Goulart e o ministro San Tiago Dantas. Com isso, Dantas, que em muitos momentos fora poupado pelo reatamento, na mesma edição na qual o *Correio do Povo* lhe abre espaço para a defesa/justificativa de suas posições, recebe o ataque mais frontal nas páginas do *Correio do Povo*. Mesmo que o jornal possa se valer de não ter sido uma posição “oficial” do periódico. Estratégia idêntica a utilizada quando da coluna de João Didonet Neto, inclusive em termos de espaço.

---

<sup>502</sup> *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1961, p. 4. Era terça-feira, dia habitual da coluna de Manoelito d’ Ornellas. Porém, o *Correio do Povo* publicou a coluna de Dámaso. Normalmente, os temas de Manoelito eram relacionados à cultura do Rio Grande do Sul.

## CONCLUSÃO

Já em seu início, no governo Quadros, a Política Externa Independente despertou acirradas disputas políticas. Através de atos como as condecorações ao cosmonauta soviético Yuri Gagarin e ao revolucionário Ernesto “Che” Guevara, a política externa produziu diversas reações internas, tanto de aprovação como de reprovação. Por se tratar de um governo de forte base conservadora, o governo Quadros sofreu cobranças por parte de seus apoiadores em relação às medidas da Política Externa Independente.

Com a crise da renúncia de Jânio Quadros, houve um período de instabilidade política intensa. Os ministros militares não aceitavam a posse do legítimo sucessor de Quadros, o vice-presidente João Goulart – em razão de seu passado e de seu projeto político. Após o sucesso da Campanha da Legalidade o vice-presidente da República assumiu o cargo a que tinha direito, porém dentro de um novo sistema político: o parlamentarismo.

O parlamentarismo, pela primeira vez na História da República do Brasil, e única até os dias de hoje, foi o regime político no qual João Goulart tomou posse na presidência do país, perdurando por pouco mais de um ano. No ato de sua posse, à sete de setembro de 1961 – quando se completavam 139 anos da Independência do Brasil, ao menos em termos políticos – Goulart em seu pronunciamento disse ser seu desejo e sua intenção garantir a Paz, a Democracia e a Soberania. Note-se que essas três palavras eram emblemáticas para o período, e para a consecução de seu governo. Paz, nesse momento, sintetiza a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela Democracia era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos da Constituição, o que significava contrariar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em Soberania, nesse período de Guerra Fria, era se colocar como livre de influências demasiadas tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data em particular, era relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo; o que demonstrava sua disposição em manter a Política Externa Independente.

E o primeiro ato de relevo do novo governo em sua política externa foi o

restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Essa medida foi extremamente polêmica. Trouxe à tona muito da tensão política que se pretendia refrear, pois foi tomada em 23 de novembro de 1961, pouco mais de dois meses após a conturbada posse do novo governo. Imediatamente, os que se opunham ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS se fizeram ouvir. Da mesma maneira, os setores políticos que apoiavam a medida também se manifestaram. Tudo contribuindo para evidenciar as disputas políticas daquele período histórico.

Na imprensa da época, o assunto teve grande destaque. Além de noticiar os acontecimentos e as opiniões de pessoas influentes da sociedade, alguns jornais se posicionaram sobre a questão: *O Globo* e *O Estado de São Paulo* manifestaram sua contrariedade em relação ao restabelecimento das relações diplomáticas; o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* foram favoráveis à medida da política externa brasileira.

Porém, não havia registros na bibliografia histórica sobre a questão nos periódicos do Rio Grande do Sul. Os jornais acima descritos faziam parte da imprensa da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dessa forma, procuramos ao longo desse trabalho evidenciar como o jornal *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, noticiou os acontecimentos e as opiniões referentes ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS, além de percebermos como o jornal se posicionou em relação à medida em questão da Política Externa Independente.

A opção pelo *Correio do Povo* se deu em razão do “capital simbólico” acumulado ao longo dos anos por este jornal. Recém completado 66 anos de existência, o *Correio do Povo* era um autêntico representante da “grande imprensa”. Desde sua fundação, mesmo que organizado nos moldes da administração familiar, o *Correio do Povo* estava estruturado na lógica capitalista de produção: seu objetivo último era o lucro – e o lucro nem sempre é apenas econômico. Para obter seu intento, esteve sempre alicerçado sobre o lema “*independente, nobre e forte*”. Em que pese em muitos momentos esta independência não se fizesse verdadeira, havia uma *crença produzida* na sociedade sul-riograndense de que o *Correio do Povo* era um jornal imparcial – e muito da sua credibilidade se assentava nisso. Por isso mesmo, o jornal não tomou nenhuma posição sobre o assunto que era polêmico: nem se opôs, nem apoiou o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS – pelo menos não de forma oficial ou explícita.

Para o estudo desse tema que despertou tantas polêmicas à época, foi fundamental termos realizado uma reflexão teórica sobre o conceito de *populismo na política brasileira*. Interpretação hegemônica nos estudos de História e Ciências Sociais

ao longo do fim da década de 1960, perpassando a de 1970, até meados da de 1980, a noção de populismo passou a ser alvo de discussões acaloradas nos anos finais do século XX e primeiros do XXI, quando alguns historiadores brasileiros passaram a discutir a validade do emprego do conceito de populismo para o período 1945-1964 no Brasil. A crítica central realizada sobre essa abordagem se concentrou na atuação das classes trabalhadoras. Para os teóricos do populismo, os trabalhadores do período não desempenhavam um papel ativo nas relações sociais, chegando na maior parte do tempo a serem ludibriados pela burguesia; além disso, não tinham consciência de classe, visto que não apoiavam a revolução socialista, em seu maior número. O que os historiadores críticos do populismo tentam demonstrar, de forma mais central, é que não havia essa total passividade das classes populares e trabalhadoras. Que eles tinham sim consciência de classe, embora esta não fosse revolucionária, estando mais próxima de uma conceituação nacionalista ou reformista. E que por isto mesmo, eles exerciam sua militância política através das eleições, ou até mesmo engajados em partidos políticos, enfocando principalmente as relações com o PTB e o PCB. Embora essa seja uma discussão que esteja longe de ser resolvida, não poderíamos nos furtar a realizá-la, sob pena de inviabilizar a pesquisa empírica, pois essa demonstrou as disputas conscientes entre os que apoiavam e repudiavam o reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

Foi preciso, assim, um outro aporte teórico – e contextual – para o nosso estudo. Optamos, então, pelo conceito de nacionalismo para analisar o “tempo da experiência democrática” de 1945-1964 no Brasil. Dessa forma foi possível, em especial a partir das contribuições de Eric Hobsbawm, demonstrar como o nacionalismo se modificou ao longo do tempo – que embora breve cronologicamente – foi extremamente denso em termos de lutas políticas – nas quais o nacionalismo servia de baliza entre dois projetos de nação. Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto de início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da democracia brasileira da época. Durante a segunda metade dos anos 1950, o nacionalismo foi forjado enquanto ideário pelos intelectuais do ISEB – instituição que, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração de Juscelino Kubitschek. Seus membros foram os grandes divulgadores da idéia do nacional-desenvolvimentismo; através desse ideário, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas – inclusive com algumas idéias que posteriormente fariam



parte da Política Externa Independente. Com a eleição de 1960, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada inclusive por alguns autores vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Assim, alguns intelectuais do ISEB, juntamente com membros do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo; que o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém à expensas do nacional. No início dos anos 1960, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo acompanhado de um forte componente antiimperialista para integrar maiores parcelas da sociedade à nação, foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo – em harmonia com as diretrizes da Política Externa Independente –, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem as lutas sociais do período também se radicalizado.

Realizada essa reflexão teórica e contextual, fomos às origens das relações entre o Brasil e a União Soviética, que remontaram ao tempo no qual nosso país ainda era colônia portuguesa e a União Soviética ainda era o império russo. Acompanhando a evolução dos contatos entre os dois países ao longo de aproximadamente dois séculos, foi possível perceber como essas relações se realizaram de forma conturbada – tendo seu momento mais crítico no ano de 1947. Muito dos problemas que envolviam a relação dos dois países se devia à formação social distinta existente entre eles, e que se configuraria como o elemento de maior animosidade para o restabelecimento das relações diplomáticas em 1961.

Essa animosidade pôde ser percebida pelas páginas do *Correio do Povo*. Embora haja escassez de trabalhos acadêmicos dedicados a este periódico após a década de 1930, conseguimos montar um satisfatório histórico do jornal. Valorizamos de forma central para isso tanto o seu desenvolvimento enquanto empresa jornalística, quanto suas relações com o meio social e político no qual estava inserido. Ficou claro, dessa forma, que na maior parte dos anos de sua história o *Correio do Povo* manteve boas ou ótimas relações com os governos – estadual e federal. A exceção mais conhecida pela bibliografia foi durante o governo de Flores da Cunha. Todavia, além dessa ocasião, o jornal também manteve uma relação de constantes atritos com o governo de Leonel Brizola, desde o episódio da Campanha da Legalidade. A razão para o início desses desentendimentos foi a requisição da *Rádio Guaíba* realizada pelo governador gaúcho. A *Rádio Guaíba* também era de propriedade de Breno Caldas, o dono do *Correio do*

*Povo*. Breno Caldas, em consonância com sua visão de mundo liberal-conservadora, não perdoou a intervenção estatal em sua propriedade privada.

Ao pesquisarmos todas as edições diárias do *Correio do Povo* do mês de novembro de 1961 não encontramos em nenhum dos editoriais do jornal menção ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Dessa maneira, podemos afirmar que o *Correio do Povo* não tomou nenhuma medida de apoio ou de reprovação ao ato da Política Externa Independente de forma oficial ou mesmo explícita. Dessa maneira, preservava sua auto-proclamada independência, ao não se posicionar sobre assunto eivado de polêmicas.

Contudo, havia algumas colunas de caráter regular, como a coluna *Carta da Alemanha*, escrita por Hermann M. Göergen que abordavam o assunto indiretamente. Ao tratar do funcionamento da missão comercial soviética na Finlândia, Göergen fazia a denúncia de que a missão comercial em questão facilitava a possibilidade do ingresso de propaganda comunista nos países. Como o Brasil contava com uma missão comercial soviética em seu território desde 1960, a denúncia acabava ganhando um estatuto de aviso, e, por extensão, de tentativa de intervenção na vida política brasileira. Em relação ao Neutralismo – mais claramente em relação à Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada na Iugoslávia – Hermann M. Göergen considerava-o como um sócio menor do comunismo. Além disso, equiparava os preceitos do Neutralismo, ainda que indiretamente, às diretrizes da Política Externa Independente. Dessa forma, poderia construir um sentido para o leitor, calcado na correspondência de alguns princípios entre o Neutralismo e a PEI, desqualificando, sob sua ótica, a política externa brasileira.

Além disso, o *Correio do Povo* demonstrava uma tendência na seleção de suas notícias – e na editoração destas. Quando da visita do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, à Argentina, o jornal fez o registro da informação diagramando-a ao lado de uma informação sobre o presidente da Iugoslávia, Joseph Broz Tito, na qual este se manifestava favorável à URSS e contrário aos EUA. Como Tito era um dos grandes expoentes do Movimento dos Países Não-Alinhados, havia o reforço da idéia sugerida por Hermann M. Göergen em sua coluna do dia anterior (e certamente há uma razão para a coluna *Carta da Alemanha* ter abordado um fato ocorrido na primeira semana de setembro de 1961 em uma edição do fim da primeira quinzena de novembro do mesmo ano: porque não abordou antes o ocorrido?).

Retornando de sua viagem à Argentina, o ministro San Tiago Dantas fez uma visita política à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na tarde do dia

16 de novembro de 1961. Nessa ocasião, o ministro realizou um pronunciamento de aproximadamente uma hora, no qual se ocupou de divulgar as diretrizes principais da PEI e que foi noticiado pelo jornal. Comparando o que foi registrado pelo *Correio do Povo* com o registro existente nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, constatamos que o jornal divulgou as palavras do ministro na sua integralidade. Porém, o mesmo não foi confirmado quando do registro das palavras do deputado Milton Dutra, do PTB, que realizou o pronunciamento de saudação ao ministro. Na condensação das palavras do deputado petebista, o jornal acabou retirando àquelas que se solidarizavam com a busca da PEI por novos mercados e por novas relações diplomáticas com todos os povos. Com isso, privava seus leitores da mensagem de simpatia do deputado petebista à Política Externa Independente.

No mesmo dia, o ministro concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa porto-alegrense. Dentre as questões, não faltou referência ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. O ministro, ao responder, afirmou que o assunto vinha correndo dentro da normalidade, não havendo maiores preocupações por parte do governo. Dessa forma, pretendia evitar maiores polêmicas sobre o assunto.

A Política Externa Independente foi registrada, por aqueles dias, também na coluna *Informações Econômicas*, de Dante D'Angelo. Ao utilizar-se de informações sobre a expansão do comércio exterior, proferidas pelo ministro quando de sua visita a Assembléia Legislativa, D'Angelo dava a entender que não havia necessidade de comerciar com os países do Leste Europeu. Dessa forma, acabava diminuindo a importância argumentativa baseada no comércio, o que, em última análise, desfavorecia os partidários do reatamento.

Nos dias 22 e 23 de novembro de 1961, o *Correio do Povo* destacava a possibilidade do reatamento acontecer de forma iminente. Embora tenha havido uma pequena confusão por parte dos funcionários da redação do jornal, ficou claro que o assunto estava sendo acompanhado com a máxima atenção pelo periódico. A expectativa pelo restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS era grande. Seria essa uma preocupação apenas com a possibilidade de dar o “furo” jornalístico?

Embora não tenhamos condições de responder categoricamente de forma negativa à questão acima, é muito expressivo o fato de que na edição do dia 24 de novembro de 1961 tenha aparecido uma colaboração *Especial para o “Correio do Povo”* de autoria do magistrado gaúcho João Didonet Neto. Nessa colaboração, Didonet Neto articula argumentos contrários ao reatamento com a URSS, bem como a Política

Externa Independente de forma geral. Nessa busca pelas tendências mais gerais que orientavam as formas pelas quais o *Correio do Povo* selecionava as notícias em relação ao ato diplomático, realmente importantes são duas situações: a colaboração estava publicada na página 4 do jornal – a página na qual consta o editorial, que como dito anteriormente não fez nenhuma menção ao restabelecimento – e a data do envio da colaboração – 11 de novembro. Quem fosse ler o editorial do jornal, à procura de uma posição do *Correio do Povo* sobre o reatamento, acabaria possivelmente deparando-se com o artigo de João Didonet Neto; e nenhum mais, nem editorial, nem artigo defendendo a PEI – para fazer o “contraponto” –, o que era de se esperar, em tese, de um jornal “independente”. Além disso, a data demonstra como o artigo vinha sendo “segurado” pelo jornal. Certamente, esperando uma ocasião demasiadamente apropriada para sua divulgação, tal qual um “tiro de misericórdia”.

Na mesma edição do dia 24 de novembro, o periódico trazia a seguinte manchete, em letras garrafais: **BRASIL E RÚSSIA REATARAM RELAÇÕES**. Evidentemente, isso se explica pelo caráter de importância que o assunto detinha para a época, como vimos afirmando ao longo desse trabalho. A edição desse dia dedicava especial atenção para o assunto: trazia declarações do emissário soviético, Victor Azof; as opiniões dos ministros de Estado – de importância fundamental no sistema parlamentarista –; a opinião do governador do Estado, Leonel Brizola; a posição do primeiro-ministro Tancredo Neves; a opinião do arcebispo Dom Vicente Scherer; e a declaração de um ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura.

Enquanto o *Correio do Povo* apresentava as afirmações em certa medida favoráveis ao reatamento de uma forma comedida – é o caso da afirmação do emissário soviético, dos ministros de Estado, do governador do Rio Grande do Sul, das palavras do primeiro-ministro –; as opiniões contrárias ao reatamento eram apresentadas de uma forma mais enfática – como a do arcebispo de Porto Alegre e a de João Neves da Fontoura.

Os que apoiavam, com suas distintas gradações de apoio, traziam argumentos como os de Tancredo Neves, que dividia a responsabilidade com o governo anterior e apontava no sentido do que vinha sendo apregoado pelo ministro das Relações Exteriores, quer seja, que o Brasil era um país independente, porém vinculado a tradição ocidental que preza pela democracia e pelo cristianismo. Já os contrários tinham argumentos mais intensos, como o temor à penetração das idéias comunistas, a relação com a Intentona Comunista, ou mesmo a intenção do governo em separar o Brasil dos

EUA – fruto do comunismo e de um falso nacionalismo. Argumentos de maior apelo em uma tentativa de intervenção na vida social.

Gradativamente, o jornal mudava a direção das críticas apresentadas: de uma crítica fundamentada em uma política externa que vinha sendo executada desde o governo anterior, passava a dar maiores espaços para as críticas que viam no presidente Goulart o responsável pelo reatamento. E explorava, quer por tendência, quer por conjuntura, as relações entre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Intentona Comunista de uma forma mais freqüente – especialmente através dos registros das palavras de Dom Vicente Scherer, do deputado Afonso Anschau e do senador Guido Mondin, ambos do PRP.

Na edição de domingo, dia 26 de novembro de 1961, ao divulgar editorial do jornal soviético *Izvestia*, o *Correio do Povo* dava munção para os opositores ao ato diplomático, uma vez que o jornal soviético afirmava a existência de uma identificação entre a URSS e o Brasil – tudo que o governo brasileiro pretendia negar. A mesma edição trazia novas repercussões sobre o assunto: as opiniões do ex-presidente Juscelino Kubitschek; do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro; de Abreu Sodré e Lopo Coelho, respectivamente presidentes das Assembléias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro; do escritor católico Gustavo Corção; do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto; do marechal Henrique Teixeira Lott; do general Osvino Alves; e do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra.

Apesar dos díspares posicionamentos em relação ao restabelecimento das relações diplomáticas, com seus distintos graus de intensidade e de representatividade, duas situações são importantes para a análise de nosso trabalho: em primeiro lugar, a posição do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, responsável pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS. Destacada editorialmente na contracapa, a opinião do ex-presidente consistia no fato dele não opinar. Esse silêncio é significativo. Qual a razão de dar espaço para a opinião de alguém que não declara a sua opinião? Certamente, a intenção é valorizar a imagem do rompimento de uma forma positiva – pois vinha impedindo, de acordo com os opositores ao reatamento, a penetração das idéias comunistas em maior grau no país.

Em segundo lugar, é preciso estar atento que para o conjunto de nove pessoas entrevistadas, nenhuma delas pertencia PTB. Duas posições são identificadas com a Igreja Católica (Dom Jaime e Gustavo Corção); três que podem ser identificadas com o Exército (Eurico Gaspar Dutra, Osvino Alves e Henrique Teixeira Lott); quatro

identificadas com o PSD (Lopo Coelho, Eurico Gaspar Dutra, Henrique Teixeira Lott e JK), duas com a UDN (Magalhães Pinto e Abreu Sodré). Qual a razão do *Correio do Povo* em não dar voz a essa agremiação política – o PTB –, que detinha as maiores bancadas na Assembléia Legislativa gaúcha e na Câmara dos Deputados? Há maneira mais evidente de demonstrar sua antipatia pela medida, que é associada em muitas ocasiões com as figuras de João Goulart e San Tiago Dantas, duas das figuras mais expressivas dos trabalhistas brasileiros?

Ainda a mesma edição – a edição dominical tinha um volume muito superior às edições de terça a sábado – encontramos a coluna *A Semana Política*, de Armando Fay de Azevedo. Essa coluna trazia os fatos mais importantes da política na semana que se encerrava. O destaque nesse dia era o ato da Política Externa Independente. Para o colunista, o Brasil acertara em sua posição. Porém, era preciso não descuidar-se de seus vínculos com o Ocidente democrático e cristão, e nem se afastar dos EUA. Ainda de acordo com sua visão liberal, Fay de Azevedo critica os opositores ao reatamento, lembrando que muitos deles – e a referência é clara quanto ao alvo: o PRP, herdeiro do Integralismo – não se incomodaram com o fato de o Brasil ter mantido relações diplomáticas com a Itália fascista e com a Alemanha nazista, no passado. Tudo de acordo com o perfil do *Correio do Povo*, um jornal liberal-conservador.

Na terça-feira, dia 28 de novembro de 1961, o *Correio do Povo* trazia em sua contracapa, com prosseguimento na página 20, declaração do governador do Estado do Rio Grande do Sul. Como visto anteriormente, Leonel Brizola era favorável à medida. Razão pela qual não se deteve apenas em expressar sua opinião: aproveitou o espaço aberto pelo jornal – e que costumava ser negado aos representantes de seu partido – e partiu para o ataque ao PRP, através da figura de Anschau. Ainda, aproveitou o espaço e fez uma crítica ampla, capaz de abarcar inclusive o *Correio do Povo*, pelo caráter de excepcionalidade que o jornal conferia ao acontecimento.

Nesse mesmo dia, havia um artigo *Especial para o “Correio do Povo”* de autoria de Dámaso Rocha. Antigo colaborador do jornal – seus vínculos tinham origens ainda na década de 1930 –, Rocha assinava um artigo na página 4 – a página do editorial. Sob o título de *O Reatamento*, o autor fazia veemente crítica ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como à Política Externa Independente. Em razão dos tempos que o país vivia, considerados por Dámaso Rocha como um surto pré-revolucionário, era necessária extrema cautela por parte dos governantes – o que não vinha ocorrendo, em sua opinião. Não poupou críticas ao

governador Brizola. Nem ao ministro San Tiago Dantas. Porém, seu verdadeiro alvo era o presidente Goulart, aquele “falso populista”. Mais uma vez, o jornal não emitia sua opinião. Mantinha a sua “independência, nobreza e força”. Porém, mais uma vez, falava pela boca de outros. Assim como fizera com Hermann Göergen, Dante D’Angelo, João Didonet Neto, Fay de Azevedo. Como também o fizera ao dar voz em número e intensidade muito superior aos que se opunham ao reatamento.

Rocha, talvez por ironia, sem dúvida era o ataque, ou talvez o contra-ataque, mais duro realizado através das páginas do *Correio do Povo*.

## FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

### **Documentos:**

*Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (AALRS), 16 de novembro de 1961, registrado no dia 21 de novembro de 1961, p. 192-197.*

**Biblioteca Borges de Medeiros da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/ RS.

*Colóquio da Casa das Pedras. SECRETO (dessa série de documentos estão sendo tiradas quatro cópias numeradas). 1ª Sessão: noite de 1º de novembro.*

**Arquivo Privado San Tiago Dantas (AP 47), caixa 37, pacotilha 2. Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro/ RJ.

*Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR).*

**Arquivo Privado San Tiago Dantas (AP 47), caixa 36, pacotilha 1. Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro/ RJ.

### **Jornais:**

Jornal *Correio do Povo* – Edições de novembro de 1961 e fevereiro de 1962.

Jornal *Diário de Notícias* – Edições de novembro de 1961.

Jornal *Última Hora* – Edições de novembro de 1961.

Acervo do **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.** Porto Alegre/ RS.

### **Livros:**

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas.* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

**Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP).** Porto Alegre/ RS.

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

**Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/ RS.



**Revistas:**

*Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano IV, Nº 16. Rio de Janeiro: dezembro de 1961.

**Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP)**. Porto Alegre/ RS.

*Revista Política Externa Independente* – A crise do Pan-Americanismo. Vol. 1, Nº 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, maio de 1965.

**Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/ RS.

## TESES E DISSERTAÇÕES

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o Queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. 233 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRUM, Thiago Pereira Caldas. *Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da Política Externa Independente*. 162 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ENGELMANN, Fabiano. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. 413 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. 135 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

KARAWAJCZYK, Mônica. *O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. 290 f. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. 142 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universiade de 63: Reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 179 f. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. 115 f. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 248 f. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-432.

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. 2ªed.rev.ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

ARAUJO, Braz José de. A Política Externa no Governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 319-358.

AYERB, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBIAN, Luciano. *A Ação Integralista Brasileira*. 28 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Monografia (Técnica de Pesquisa em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BARBOSA, Antonio José. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. In: MARTINS, Estevão C.de Rezende (org.). *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina* (Estudos em homenagem a Amado Luiz Cervo). Brasília: IBRI, 2003.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão* (1912-1964): relações exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro* (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina: Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1992.

BUENO, Clodoaldo. Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 149-363.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul* (1945-1965). Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARONE, Edgard. *A Quarta República* (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1980.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. As relações oficiais Russo-Soviéticas com o Brasil (1808-1961). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. Nº36, vol. 2, 1993, p. 101-118.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*. Depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

——— Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

——— Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

DILLENBURG, Sérgio. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 205-215.

——— “Os Jogos Mundiais Universitários de Porto alegre (30/08 a 08/09 de 1963)”. In: *Monographia* – Revista dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade Porto-Alegrense. Nº 4. Revista Eletrônica. Porto Alegre: FAPA, 2008, p. 147 – 172. <http://www4.fapa.com.br/monographia/php/home.php?pag=6&img=8> Acesso em 18 de fev. 2009.

——— A Política Externa Independente do governo João Goulart (1961-1964) ou momentos quentes de uma Guerra Fria. In: *Escritas* – Revista do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins. Nº 1, Vol. 1. Goiânia: Kelps, 2008, p. 105-121.

——— Será o populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: *Aedos* – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Vol. 1. Nº 1. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 169-188. <http://www.ufrgs.br/ppghist/aedos> Acesso em 20/03/09 Acesso em 13 de março de 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; KOCH, Adolar. Não estica que arrebenta: uma análise das tensões político-econômico-sociais no governo João Goulart (1961-1964) a partir do documentário Jango. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PADRÓS, Enrique Serra. *Conflitos Periféricos no Século XX: cinema e História*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008, p. 147-172.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Nº 13. Porto Alegre: dezembro de 1995.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1988.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.

——— Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003<sup>a</sup>, p. 301-342.

——— O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, p.343-404.

——— *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

——— Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 509-541.

FERREIRA, Marieta de Moraes . João Goulart: entre a memória e a História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-30.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo: Departamento de Economia PUCSP, Volume 15, nº 2 (26), 2004, p. 225-256.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo : trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

——— Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho, ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 31-55.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. A primeira vez é inesquecível: Barbarella e os sonhos de uma geração. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *68: História e Cinema*. Porto alegre: EST, 2008, p. 199-215.

GUERRA, François-Xavier. *New History, Nouvelle Histoire: Hacia uma Nueva Historia*. Madrid: Actas, 1993.

GUIMARÃES, Lytton L. Brasil-URSS: os processos de mudança e as relações bilaterais. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de*



*política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. Vol. 3. São Paulo: Annablume, 2000.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

——— *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

——— *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Demagogo. In: HOLANDA, Aurélio Buarque de. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa – análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KOCH, Rodrigo. *Universiade 1963 – História e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

——— *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília

de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-61.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. T. III,v.4: O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964), 4º volume ECONOMIA E CULTURA (1930-1964) 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Espetáculo: acontecimento e documento. In: SANTOS, Nadia Weber; ROSSINI, Miriam; PESAVENTO, Sandra. *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 185-210.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 55, jan-jun. 2008, p. 245-263.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 225-256.

MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea/ coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lília Moritz Schwarcz*. São Paulo: Companhia das Letras, Volume 4, 1998, p. 559-658.

MILZA, Pierre. Política externa e política interna. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-399.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2ªed. São Paulo: Ensaio, 1993.

——— *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

——— *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

——— *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

——— A Segurança Coletiva Continental: o Sistema Interamericano, o TIAR e a Guerra Fria. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p.189-210.

MOURA, Paulo Leão de. Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano IV, nº 16. Rio de Janeiro: dezembro de 1961, p.23-33.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POWASKI, Ronald E. *La guerra fría: Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991*. Barcelona: Crítica, 2000.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

RAMPINELLI, Waldir José. As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: uma grande obra com grandes lacunas. *Lutas Sociais* nº11/12, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 1º sem. 2004. São Paulo.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.

——— Daniel Aarão. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: UNESP, 2003.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003ª, p. 13-36.

——— Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b, p. 441-450.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 15-46.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007.

RODRIGUES, José Honório. Uma política externa própria e independente. In: *Política Externa Independente. A crise do Pan-Americanismo*. Vol.1, Nº 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, maio de 1965, p. 15-39.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Organização e explicação de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1998.

SALLES, Antônio. Memória da atmosfera: grades e nós. *In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (orgs.) UFRGS: Identidade e Memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p.251-255.

SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. *In: O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB, 1979.

SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. *Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a invenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. *In: Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 25, n. 50, dezembro de 2005, p. 61-95.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. *In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TARR, David. *Nos bastidores da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

———. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

——— ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

TRINDADE, Hélio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1991.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995.

——— A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.195-225.

——— A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 291-318.

WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, maio 1966.

——— *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.